



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS**

JÉSSICA LANA DE SOUZA DA SILVA

CIDADE PRA QUEM?

Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano

Orientadora: Maria Lúcia Pires Menezes

Jéssica Lana de Souza da Silva

CIDADE PRA QUEM? Reflexões sobre o espaço urbano e a
LGBTQIfobia no contexto juiz-forano.

Dissertação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal
de Juiz de Fora, como requisito
parcial a obtenção do grau de
mestre.

Orientadora: Maria Lúcia Pires Menezes



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CIDADE PRA QUEM?

Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Pires Menezes



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CIDADE PRA QUEM?

Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Pires Menezes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Geografia. Área de concentração: Dinâmicas socioespaciais.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática
da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lana de Souza da Silva, Jéssica.

CIDADE PRA QUEM? : Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano / Jéssica Lana de Souza daSilva. -- 2022.

170 p. : il.

Orientadora: Maria Lúcia Pires

Menezes Coorientadora: Marcelo

Carmo Rodrigues

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. LGBTQIfobia. 2. Cidade. 3. Espaço público. 4. Heteronormatividade. 5. Geografia. I. Pires Menezes, Maria Lúcia, orient. II. Carmo Rodrigues, Marcelo, coorient. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO

CIDADE PRA QUEM?

Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano

Autor: Jéssica Lana de Souza da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Pires Menezes

Comissão Examinadora

Maria Lucia Pires Menezes (orientadora)

Marcelo Carmo Rodrigues (coorientador)

Wagner Barbosa Batella (Titular interno)

Joseli Maria Silva (Titular externo)

Elias Lopes de Lima (Titular interno- Professor suplente)

Paula Vanessa de Faria Lindo (Titular externo- Professora suplente)

Dedico esta dissertação ao meu pai Abílio, a minha mãe Aparecida e minha irmã Karolaine. Sou grata por todo amor e apoio ao longo desses anos. Dedico também a todas as pessoas que vislumbram as potencialidades existentes no espaço geográfico e lutam por cidades cada vez mais inclusivas, diversas e democráticas.

A humanidade não se divide em heróis/heroínas e tiranos/tiranas. As suas paixões, boas e más, foram-lhe dadas pela sociedade, não pela natureza.

Charles Chaplin

RESUMO

O presente trabalho se desenvolve no sentido de compreender como a heteronormatividade se articula para dominar as normas das identidades sexuais e de gênero e como isso influencia nas relações espaciais do sujeito. Acreditamos que a esta temática deve ser dispensada muita atenção frente ao contexto político atual que se esforça para trazer à tona cada vez mais discursos pautados no modelo desejável de família e numa perspectiva biologicista determinista. Para tanto, realizamos uma busca histórica no que se refere aos interesses e contribuições do “*dispositivo de controle das sexualidades*”, como denominou Michel Foucault, e no que se refere às estruturas elaboradas tanto pela saúde pública quanto pelo sistema de leis, que contribuem para silenciar e invisibilizar indivíduos LGBTQIA+. Se buscarmos historicamente as mudanças que a prescrição da heterossexualidade sofreu para se adequar aos modelos sociais, identificaremos pelo menos dois momentos diferentes, a saber: um primeiro, que ocorreu entre o século XIX e XX, quando a homossexualidade era dada como patologia e crime e um segundo, em meados do século XX, quando o esforço não era mais o de tornar as pessoas heterossexuais, mas sim fazer com que os homossexuais seguissem o modelo de vida ditado pelos heterossexuais. Neste sentido, propomos uma pesquisa que teve em seu capítulo inicial uma revisão bibliográfica voltada para a repressão do sexo e das sexualidades e seus respectivos dispositivos de controle. Em subcapítulos posteriores, apresentamos compreensões sobre como esse movimento de repressão é vivenciado por sujeitos LGBTQIA+ que residem na cidade de Juiz de Fora- MG. Foi a partir de relatos de vivência coletados em dez entrevistas, sendo elas semiestruturadas e não estruturadas, que buscamos responder nossos principais questionamentos, sendo eles: (i) como fazer uma leitura geográfica das relações de gênero e sexualidade na cidade?; e (ii) há lugar na cidade para a subversão dos corpos que fogem à heteronormatividade? Em capítulos subsequentes, conceituamos o espaço público, sua funcionalidade, o uso dos espaços privados de uso coletivo e as interfaces de LGBTQIfobia nesses locais. Nos capítulos finais, nos propomos a tentar acessar uma parcela da população juiz-forana a partir do lançamento de um questionário produzido no aplicativo Google Forms e divulgado em redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp e Messenger. Ao todo tivemos duzentas e treze respostas, as quais, por sua vez, foram devidamente analisadas e espacializadas no trabalho. Diante desse entendimento, acreditamos que trabalhos que se dedicam a conhecer e ressaltar tais pautas desvelam especificidades e descortinam realidades que somente a incursão e a busca pela aproximação e pelos sentidos dados a vivência dos sujeitos LGBTQIA+ são capazes de mostrar. Do ponto de vista geográfico, a problemática apresentada se justifica, sobretudo, pela necessidade de se ampliar o número de trabalhos e publicações com olhar científico voltado para essas vivências. É preciso que a Geografia “saia do armário” e se dedique ao conhecimento da LGBTQIfobia enquanto conflito urbano.

Palavras-chave: Heteronormatividade, LGBTQIfobia, cidade, espaço público.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Formato da entrevista semiestruturada	20
Figura 2 Resumo de etapas da metodologia	21
Fig 3 O que somos?	25
Figura 4 Elementos do dispositivo de sexualidade	35
Figura 5 Exemplos de insultos e xingamentos aos LGBTQIA+	58
Figura 6 Artista representando o movimento LGBTQIA+, Pablio Vittar	60
Figura 7 O comércio na semana do Orgulho LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora-MG	60
Figura 8 Mapa de localização da cidade de Juiz de Fora- MG	67
Figura 9 Francisco Motta segurando as fotografias de Beth Vasconcelos e Mademoiselle Debret de Le Blanc, ambas personagens vivenciadas por Chiquinho	69
Figura 10 Integrantes da <i>Rainbow Fest</i> no ano de 2017	70
Figura 10.1 39ª edição do <i>Miss Brasil Gay 2019</i> , <i>Rainbow Fest 2017</i> e a <i>Lei Rosa</i> (lei 9.791, de maio de 2000).	71
Figura 11 Casa de Cultura Universidade Federal de Juiz de Fora na Semana Rainbow UFJF	72
Figura 11.1 Cartaz da <i>Semana Rainbow UFJF</i> do ano de 2018.	72
Figura 12 Junção de três cartazes divulgados em redes sociais das festas promovidas no Café Muzik	79
Figura 13 Fila de clientes sendo organizada na calçada da casa de festas Café Muzik	80
Figura 14 Filtros para personalizar a busca do usuário no aplicativo Grindr	86
Figura 15 O Espaço Público	98
Figura 16 Captura em formato de imagem retirado do e-SIC	120
Figura 17 Relatos do questionário do Google Forms.	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Identificação racial	107
Gráfico 2 Orientação sexual dos sujeitos	122
Gráfico 3 Identidade de Gênero dos sujeitos	123
Gráfico 4 Faixa etária dos sujeitos	124
Gráfico 5 Grau de escolaridade dos sujeitos	125
Gráfico 6 Identidade racial dos participantes	126
Gráfico 7 Regiões de Juiz de Fora nas quais os participantes residem	127
Gráfico 8 Vítimas de agressão	128
Gráfico 9 Percentual de vítima de preconceito sofrido entre LGBTQIA+	129
Gráfico 10 Sentimento de segurança na cidade de Juiz de Fora- MG.	130
Gráfico 11 Confiança em caso de denúncias associadas a LGBTQIfobia na cidade	131
Gráfico 12 Adequação comportamental	132
Gráfico 13 Existência de festividades e pontos de encontro de pessoas LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Análise temática	21
Quadro 2- Respostas dos sujeitos entrevistados quanto à orientação sexual e identidade de gênero	106

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
2.1 Apresentação das percepções da autora.....	19
2.2 Prévia da estratégia metodológica.....	22
2.2.1 Estranhamento.....	23
2.2.2 Esquematização.....	23
2.2.3 Desconstrução.....	24
2.2.4 Comparação.....	24
2.2.5 Sistematização do material.....	25
2.2.6 Reflexão sobre o uso dos modelos alternativos.....	25
2.3 A pesquisa de campo.....	26
2.3.1 As entrevistas.....	27
2.4 O embasamento teórico.....	31
3. CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA A COMPREENSÃO DA REPRESSÃO DO SEXO E DAS SEXUALIDADES.....	37
3.1 A ideologia heteronormativa: um dispositivo de controle das sexualidades.....	44
3.2 Políticas públicas no Brasil, identidade LGBTQIA+ e o paradigma da igualdade.....	57
4. O CAPITALISMO E O CONTROLE DOS CORPOS.....	67
4.1 O campo simbólico na construção de territorialidades.....	74
4.2 A oferta de festas e a efervescência LGBTQIA+, a manipulação das identidades e a LGBTQIfobia na cidade de Juiz de Fora- MG.....	80
4.3 Relato de vivência de sujeitos LGBTQIA+ sobre os ambientes públicos e privados de uso coletivo na cidade de Juiz de Fora- MG.....	92
5. POR UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA ALÉM DA DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO: UMA ANÁLISE DAS INTERFACES DA LGBTQIFOBIA.....	106
5.1 Entendendo o conceito de Espaço Privado de Uso Coletivo.....	115
6. INTERPRETAÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	118
6.1 O protagonismo heterossexual refletido no espaço urbano juiz-forano.....	122
6.2 Uma busca pela diversificação do público contribuinte da pesquisa.....	132

7. CONCLUSÃO.....	148
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
9. ANEXOS.....	156
10. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES	171
11. TERMO DE CONSENTIMENTO.....	173

1. INTRODUÇÃO

O acesso à cidade é dado de maneira desigual entre os sujeitos, de forma que a supervalorização de algumas categorias concebe uma normatividade comportamental padronizante daquilo que é bem visto e socialmente aceito. Essa normatividade tem um caráter patriarcal, branco, heterossexual, eurocêntrico e, ainda, homogeneizante, visando colocar todos em uma mesma condição, de maneira a negar e até mesmo combater o que está fora do padrão pré-estabelecido. Com isso, e a partir de ações que negligenciam fundamentos básicos de igualdade de oportunidades, temos uma rejeição da almejada “liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos” (HARVEY, 2008). Consequentemente, as condições de se moldar o processo urbano a partir do poder coletivo e individual são dificultadas.

Há (re)existência a esse *modus operandi*, a qual provém de pessoas que buscam subverter e ressignificar as normatividades impostas. É a partir desse movimento de resistência que adquirimos os mais diversos direitos. Porém, o ponto ao qual direcionamos questionamentos diz respeito a como a cidade é pensada e construída de modo a garantir e retroalimentar os privilégios de algumas categorias sociais, invisibilizando outras. Em consequência disso, temos um comprometimento com a funcionalidade dos espaços da cidade, principalmente do espaço público, este que, por sua vez, é o ponto de encontro das heterogeneidades, logo, de conflitos entre os sujeitos. Isso porque cada pessoa apresenta a sua demanda social, a qual possui relação com classe, raça, cultura, idade, origem, escolaridade, entre outros fatores. É a partir das demandas sociais apresentadas nos espaços públicos que são expostas as diferenças entre os cidadãos e pensados os ordenamentos provindos das autoridades públicas. Porém, como existe um esforço grande em invisibilizar algumas categorias, temos a realidade de que nem todas as demandas são apresentadas nos espaços, o que contribui para que os ordenamentos pensados não contemplem a todas as pessoas.

A partir da notoriedade dos conflitos sociais que surgem no encontro entre os diferentes é que são aplicadas e desenvolvidas as leis que regem uma cidade. Estas, teoricamente, são pensadas com intuito de imposição de limites individuais como garantia da satisfação parcial de todos. Entretanto, o direito de se expressar é retirado de algumas pessoas antes mesmo de elas entenderem parte de suas necessidades, contribuindo para que a manipulação de identidades sociais seja incorporada como mecanismo de sobrevivência e de aceitação.

Essa temática pode ser pensada quanto à permanência dos sujeitos LGBTQAI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Agênero, Pan/Poli, e

mais) nos espaços, uma vez que, na grande maioria das vezes, as discussões atreladas ao simbólico-espacial das questões de gênero são desenvolvidas sob uma orientação heteronormativa. Sendo assim, não é de se estranhar que as normatizações hegemônicas, a invisibilidade de sujeitos e a recusa de ações e comportamentos homoafetivos estejam fortemente presentes no cotidiano (MAIA, 2012).

As buscas por amizade, amor, sexo, prazer, conforto, intimidade, desejo, respeito e, principalmente, proteção, fazem com que os sujeitos se apropriem de pequenas parcelas do espaço urbano, construam suas territorialidades, ressignifiquem e transgridam espaços até então normativizados. Esse movimento acontece em ruas, praças, casas noturnas, trajetos, bairros, entre outros, de maneira que os sujeitos se sintam motivados a frequentar e a resistir ao sistema heterocentrado que os oprime (COSTA, 2012).

Diante desses contornos, a pesquisa que segue busca compreender parte da vivência e da adequação comportamental de sujeitos LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora-MG. Objetivamos saber como a espacialidade corporal dos indivíduos se reproduz de maneira diferente ao transitar entre os espaços da cidade levando em consideração a influência da heteronormatividade nas relações espaciais. Para tanto, realizamos cinco entrevistas semiestruturadas e cinco não estruturadas. A definição dos sujeitos que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa a partir das entrevistas seguiu os seguintes critérios: (i) pertencerem ao coletivo LGBTQIA+, (ii) serem maiores de idade, (iii) concordarem em responder às perguntas e (iv) residirem na cidade de Juiz de Fora-MG. A amostra de sujeitos foi selecionada de forma não probabilística, mas levando em conta a intencionalidade da autora. O critério foi o de elegermos para a pesquisa pessoas que representassem cada uma das letras que constituem a sigla LGBTQIA+.

Além das dez entrevistas, tínhamos como pretensão a apresentação de dados numéricos que trouxessem uma quantificação de denúncias relacionadas a possíveis crimes associados à LGBTQIfobia na cidade, afinal, temos a Lei Rosa¹ como lei Orgânica Municipal (Lei 9791/00). Já sabíamos tanto que a inexistência de uma delegacia específica para atendimento dessa demanda poderia dificultar a aquisição dessas informações como que muitas denúncias são subnotificadas. Logo, reconhecemos a grande dificuldade de catalogação de crimes contra LGBTQIA+. Porém, o que não imaginávamos é que após inúmeras tentativas de contato com a polícia militar e civil, nos depararíamos com uma resposta segundo a qual “no momento o Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao

¹ Lei que pune “toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino e feminino) bissexual ou transgênero” (CÂMARA MUNICIPAL, 2017).

Consumidor (e-SIC) não dispunha de variáveis de pesquisa que possibilitassem a extração de dados referentes aos registros envolvendo pessoas LGBTQIA+”. Nessas circunstâncias, concluímos que a própria inexistência dos dados solicitados já indicava por si só um tipo de resposta aos nossos questionamentos.

Como não conseguimos atingir a proposta inicial de quantificação de casos de crimes de LGBTQIfobia registrados, partimos para um segundo plano de quantificação. Neste, nos propomos a tentar acessar uma parcela da população juiz-forana a partir do lançamento de um questionário produzido no aplicativo Google Forms e divulgado em redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp e Messenger. Maiores detalhamentos dessa etapa da pesquisa podem ser encontrados no capítulo subsequente, referente à metodologia. Ao todo tivemos duzentas e treze respostas, as quais, por sua vez, foram devidamente analisadas e especializadas no trabalho.

No que concerne ao processo de construção do problema da pesquisa, faz-se importante destacar que não partimos em um primeiro momento da busca por teorias e procedimentos metodológicos já utilizados em estudos anteriores. O que nos motivou inicialmente foi a vivência e observação participante ao longo de anos com a coletividade LGBTQIA+. Assim sendo, tivemos os sujeitos da pesquisa como os verdadeiros responsáveis pelo desenrolar e pelo amadurecimento dos parâmetros motivadores do projeto. Foi através da coleta de informações iniciais, acessíveis a partir de diálogos, que identificamos questionamentos responsáveis pelo direcionamento do nosso objetivo principal. Somente após essa fase buscamos referenciais teóricos que contribuíssem com a compreensão daquilo com que nos deparamos em campo. Em seguida, nos atentamos quanto a possíveis metodologias que nos auxiliariam na aquisição de respostas de nossos questionamentos. Ressaltamos que demos início à pesquisa com algumas intenções, porém, na medida em que conversávamos com os sujeitos e nos enriquecíamos em termos de teoria, a jornada passou por um completo processo de reformulação.

Nosso mais fiel objetivo, antes da proposição da pesquisa, foi o de ressaltar parte dos sentimentos de pessoas LGBTQIA+ frente a uma sociedade que tanto se esforça para silenciá-las. Desde já, salientamos que a inovação no presente trabalho está no fato de não possuímos respostas fechadas e imutáveis sobre o campo simbólico de nossos sujeitos. É através de um mosaico de percepções de LGBTQIA+ que construímos proposições no que se refere à influência da heteronormatividade na construção da cidade. Trata-se, portanto, de um estudo que, por sua abertura, se manterá eternamente em processo de construção, ou seja, em sua juventude plena, sempre em vias de fazer-se.

Vale ressaltar que a aproximação da autora com a militância LGBTQIA+ favoreceu a aquisição de informações via compartilhamento de vivências com o grupo. Neste momento, se me permitem, deixarei de lado o preciosismo acadêmico e me colocarei em primeira pessoa. Aqui quem está escrevendo é a autora. Há alguns anos presencio situações sobre as quais jamais me questionaria caso não estivesse em constante contato com as causas LGBTQIA+. Acredito que poucas vezes nos colocamos a pensar em circunstâncias que estejam fora do nosso ciclo social. Digo isso ressaltando que por eu ser uma pessoa heterossexual cisgênero, desenvolvo a presente pesquisa dentro de minhas limitações e do reconhecimento de privilégios estruturais. Privilégios estes que talvez possam justificar a baixa estatística de pessoas LGBTQIA+ com nível de formação de pós-graduação em universidades federais. Consequência disso é o pouco conhecimento formal e acadêmico acerca das múltiplas violências que essas pessoas estão sujeitas a passar, dos conflitos familiares, da inibição do ser e do quanto a nossa reprodução de atos impensados podem influenciar na vida desses sujeitos.

Essa pausa para a escrita em primeira pessoa se justifica pela necessidade de demonstrar que, por trás de um formalismo acadêmico, existe o lado emocional de quem escreve. Aquilo que eu tenho de conhecimento teórico possui grande importância, mas a pessoa que eu sou importa e diz muito mais. Nas palavras de Brené Brown, no “início da nossa formação somos ensinados que manter uma distância prudente e certo grau de inacessibilidade contribuem para o prestígio do pesquisador, e que caso ele se envolva de maneira excessivamente emocional suas credenciais poderão ser questionadas” (BROWN, 2013). Minha decisão e ousadia na proposição de uma pesquisa nesse tema e em uma colocação enquanto um indivíduo que possui suas emoções se dá pelo reconhecimento da importância do meu trabalho e pela crença de que somente ouvindo quem realmente possui lugar de fala em determinado aspecto é que poderemos construir um futuro melhor. Quero acreditar que, em dias não tão distantes, teremos um número maior de trabalhos escritos pelas próprias pessoas LGBTQIA+.

Dando continuidade à descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, cumpre informar que optamos por dividi-los em etapas, de forma que tivemos a observação participante e, após algumas intrigantes vivências, trabalhamos concomitantemente com a revisão bibliográfica. Buscamos referências que dialogassem com estudos voltados para a compreensão sobre como a heteronormatividade se articula para manter a dominação das normas das identidades sexuais e de gênero.

O segundo momento de leitura se deu a partir da necessidade de buscar materiais que nos auxiliassem a fazer uma leitura geográfica das relações de gênero e do modo como elas

possuem reflexos nas relações com a cidade. O intuito foi o de unir o conhecimento sobre a influência da heteronormatividade em nosso comportamento e a percepção dos modos pelos quais isso se reflete nos espaços da cidade.

Nesse entendimento, acreditamos que trabalhos que se dedicam a conhecer e a ressaltar tais pautas desvelam especificidades e descortinam realidades que somente a busca pela aproximação das vivências dos sujeitos LGBTQIA+ e a incursão sobre seus relatos são capazes de mostrar. Isso porque existem várias facetas da LBTfobia que devem ser desvendadas para que compreendamos as íntimas conexões que favorecem a sua existência.

Na presente dissertação, tentamos elaborar proposições que nos auxiliassem a fazer uma leitura geográfica da complexidade social do coletivo LGBTQIA+, tendo como objetivo geral a compreensão de parte da vivência e adequação comportamental de sujeitos LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora-MG. Para tal, tivemos como objetivos específicos as seguintes propostas: (i) analisar como a heteronormatividade influencia em relações espaciais; (ii) entender o papel do urbano na constituição de territorialidades LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora-MG; (iii) apreender como os sujeitos significam, percebem e avaliam os espaços públicos, privados e privados de uso coletivo da cidade; (iv) e investigar aspectos relacionais que favoreçam a formação da identidade espacial.

Dividimos este trabalho em quatro capítulos, nos quais nos dedicamos a pensar na escrita sempre de maneira concomitante com o que encontramos no referencial teórico e nos trabalhos de campo. No primeiro capítulo, temos a descrição de todo o procedimento metodológico pensado para o desenvolvimento da pesquisa. Este foi organizado em onze subtítulos desdobrando-se desde a apresentação das percepções da autora aos métodos de análises dos dados adquiridos em campo. Este momento de escrita foi visto como de muita importância, uma vez que conhecer quem está por trás da elaboração de uma pesquisa diz muito sobre os caminhos que foram traçados no desenvolver da proposta central do trabalho. Neste sentido, ressalto que temas acadêmicos os quais se dedicam a discussões de gênero e sexualidade costumam causar muito incômodo, uma vez que desestabilizam as relações de poder nas entrelinhas desses espaços.

No segundo capítulo, foi elaborada uma discussão teórica pautada nas reflexões de alguns autores, principalmente de Michel Foucault, no que se refere à relação do ser humano com o sexo, seja esta a partir de um viés histórico, de um viés dos significados dados e de um viés do discurso. Este capítulo contou com duas subdivisões - na primeira, abordamos a ideologia heteronormativa como um dispositivo de controle das sexualidades e, na segunda, fizemos uma análise do paradigma construído a partir do discurso de que somos todos iguais.

No terceiro capítulo, falamos sobre a influência do capitalismo no controle dos corpos, identificando a existência de ordenamentos superiores os quais manipulam o comportamento e a manutenção dos corpos, os quais por sua vez, influenciam na construção das espacialidades. O movimento contrário, em que as espacialidades influenciam na manutenção dos corpos, também existe. Tivemos nesse capítulo cinco subtítulos, de modo que um deles diz respeito à construção de territorialidades; outro, concerne à caracterização de nosso recorte de trabalho, a saber: Juiz de Fora-MG, dando luz à apresentação de espaços de festas voltadas ao público LGBTQIA+ e de experiências de LGBTQIfobia; os relatos de vivência na cidade do público entrevistado na pesquisa; a interpretação conceitual de “espaço público” para além da dicotomia público/privado e a significação de espaços privados de uso coletivo.

O quarto e último capítulo tratou-se da apresentação e interpretação do perfil estabelecido a partir do público participante da pesquisa, uma vez que reconhecemos a necessidade de visão minimamente interseccional para compreendermos a tendência de respostas registradas em nossas entrevistas e questionário. Neste capítulo, destinamos dois subtítulos à identificação de elementos que traçam o protagonismo heterossexual refletido no espaço urbano juiz-forano e à busca pela diversificação de perfil contribuinte da presente pesquisa.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciaremos a partir desse capítulo a descrição de todos os elementos que identificamos como válidos para a construção de nossos procedimentos metodológicos.

2.1 Apresentação das percepções da autora

A intenção de propor um projeto de pesquisa de mestrado voltado para as percepções do sujeito LGBTQIA+ em relação à cidade na qual residem vem de uma inquietação pessoal desenvolvida ao longo de anos. Temáticas de gênero e sexualidade precisam ser mais exploradas em instâncias políticas e educacionais para que atitudes incongruentes com as demandas do real sejam minimizadas. Temos uma dívida histórica com a população LGBTQIA+.

As várias formas de silenciamento, *bullying*, opressão, segregação e discriminação a que essas pessoas são expostas devem chegar ao conhecimento de todos os sujeitos. Assim,

vê-se que instituições tradicionais que defendem uma filosofia social conservadora e, portanto, reprodutora das violências acima precisam ser questionadas. A razão para tanto é que elas influenciam no processo de construção ideológica de indivíduos que constantemente justificam suas ações pautadas naquilo que lhes foi apresentado como verdade única.

Diante de uma necessidade instintiva de militância e pensando em minha trajetória acadêmica, faço questionamentos sobre o quanto o silenciamento de pautas de gênero e sexualidade contribuem para que a desinformação alimente a reprodução da discriminação. Digo isso porque minha graduação foi realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sou professora de Geografia. Mesmo sendo uma profissão que contribui diretamente com o processo de construção ética das pessoas, me deparei com uma grade curricular que não oferece disciplinas obrigatórias e ou eletivas no que se refere ao tema. Existem apenas disciplinas optativas, o que faz com que apenas alguns discentes que de fato se interessam pelo debate busquem se matricular.

Penso que as disciplinas de gênero e sexualidade deveriam minimamente entrar no currículo como eletivas. Isso se justifica pelo fato de que em algum momento de nossa vida profissional nos depararemos com discentes LGBTQIA+. É importante que saibamos fazer intervenções em sala de aula buscando o bem estar e a permanência desses alunos na escola. Nós precisamos saber diferenciar o que é um desentendimento entre colegas de uma situação de LGBTQIfobia, pois o professor que se cala diante de um ato LGBTQifóbico contribui diretamente com a discriminação e isso repercute nos vários tipos de violência a que uma pessoa LGBTQIA+ pode estar exposta no cotidiano.

De acordo com o relatório anual publicado pelo Grupo Gay da Bahia (2019), o Brasil está no ranking de países que mais contabilizam mortes de LGBTQIA+ no mundo. É importante lembrar que devemos atribuir responsabilidade ao Estado por conta da segurança pública voltada a essa coletividade, mas também reconhecer que nós também somos o Estado. Nós temos nossa parcela de culpa. Precisamos entender mais sobre as múltiplas facetas da LGBTQIfobia, da violência física, psicológica e simbólica. Um simples olhar é capaz de recriminar e de segregar pessoas. Temos nossa responsabilidade na construção de uma sociedade que respeite a heterogeneidade existente entre LGBTQIA+.

Neste sentido, buscando conhecer um pouco da realidade de pessoas LGBTQIA+ residentes na cidade de Juiz de Fora (MG), me aproximei de apresentações artísticas locais que dialogassem com essa pauta. Na presente pesquisa entrevistamos um dos idealizadores do Coletivo Makoomba, que nos contou da sua dificuldade de inserção enquanto artista gay e negro nas programações da cidade. Também tivemos relatos da escassez de recursos

financeiros para desenvolvimento de seu trabalho. Temos ainda as músicas compostas pela cantora Mc Xuxu, que encontrou no funk uma oportunidade de falar sobre as vidas de travestis da periferia. Ela recebeu título de cidadã benemerita no ano de 2017 pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. No ano de 2019, Xuxu teve sua primeira música, “Um beijo”, compondo a trilha sonora do longa-metragem “Alice Junior”, que chegou ao catálogo da Netflix em outubro de 2020. A música também compôs a trilha do documentário que retrata a trajetória da chargista e cartunista Laerte, também disponível na Netflix.

Trouxe apenas dois exemplos acima, mas temos muitas outras artistas² na cidade. Precisamos consumir a cultura LGBTQIA+ local. Aos empresários, é importante que patrocinem esses eventos e que contratem LGBTQIA+ para trabalharem em seus estabelecimentos comerciais.

O tipo de exercício supracitado tende a facilitar nossa compreensão da estruturação das hierarquias sociais. No Brasil, os debates sobre gênero e sexualidade ainda são recentes, mas a visibilidade desse tema vem crescendo nas últimas décadas, muito em função de um processo de autonomia entre Estado e Igreja Católica. Porém, é importante ressaltar o retrocesso experienciado pelas pautas ditas “minoritárias” no Brasil após a eleição presidencial, em 2018, de um sujeito mundialmente conhecido por suas declarações misóginas, racistas, LGBTfóbicas e machistas.

Há 28 anos na vida pública e desde as eleições de 2018 ocupando cargo de presidente da república, o indivíduo é responsável por falas muito polêmicas. Abaixo reproduzo um fragmento de uma delas, gravada em um vídeo no ano de 2013, quando o atual presidente fala sobre seu posicionamento em relação a pautas LGBTQIA+:

[Antigamente] não existia essa quantidade enorme de homossexuais como temos hoje em dia. E eles não querem igualdade, eles querem privilégios. Eles querem é nos prender porque nós olhamos torto pra eles, nos prender porque nós levantamos de uma mesa pra tirar nossos filhos ‘menor’ de idade de ver dois homens ou duas mulheres se beijando na nossa frente, como se no restaurante fosse um local pra fazer isso. Eles querem é privilégios! Eles querem é se impor como uma classe à parte. E eu tenho imunidade pra falar que sou homofóbico, sim, com muito orgulho se é pra defender as crianças nas escolas (REDAÇÃO, 2020).

Apesar de esse vídeo ter sido gravado em um período anterior à presidência, seus atuais posicionamentos não se afastam dessa linha de pensamento. O presidente usa suas contas no Twitter e no Instagram para gravar vídeos que geralmente só agradam ao seu eleitorado. Escolhi o fragmento acima apenas por ele ilustrar de forma rápida seu nível de desconhecimento e intolerância ao profanar suas opiniões sobre indivíduos que escapam à

² O ativismo consiste em uma estratégia artística que usa da arte para problematizar e fazer reivindicações sociais.

heteronormatividade. Vale ressaltar que junto a ele ainda temos vinte e três pastas ministeriais com representantes por ele selecionados, compondo o alto escalão da administração pública federal.

Vivemos tempos sombrios e os ataques são diretos. Esse (des)governo de extrema direita não se importa em ter sua imagem associada a LGBTQIfobia, machismo, misoginia e racismo. A estratégia notável é de apagamento da existência da população LGBTQIA+. Para além de suas falas, poderíamos aqui citar algumas de suas formas de atuar, a saber: (i) no ano de 2019 foi barrado o financiamento a filmes ligados a temática de gênero e sexualidade; (ii) atualmente o governo entende como negativa a proposição de cotas nas instituições para alunos transsexuais; (iii) o atual governo diminuiu os festivais culturais e ataca de modo recorrente o carnaval e outras festas e eventos culturais populares. Teríamos aqui ainda uma infinita lista de retrocessos arquitetada por ele e reproduzida pelos seus aliados fundamentalistas, como, por exemplo, o episódio de censura, pelo atual prefeito, Marcelo Crivella, à Bienal do Livro no Rio de Janeiro, no ano de 2019.

Mesmo diante de um cenário assustador, também tivemos conquistas. É nesses momentos de crise que o movimento LGBTQIA+ se reinventa, se empodera e cria forças para lutar por dias melhores. Tivemos um marco histórico nas eleições de 2020, com mais de oitenta vereadoras e vereadores LGBTQIA+ eleitos no Brasil. Essa é uma representatividade muito grande na política.

Com esse sentimento de que dias melhores virão, encerro essa breve apresentação das minhas percepções e dou início às discussões teóricas e metodológicas do trabalho. Achei importante falar um pouco do que me motivou a estudar esse tema e da minha opinião acerca da atual conjuntura política, porque isso diz muito sobre os caminhos pelos quais optei seguir no desenvolvimento da pesquisa. Ressalto que discussões de gênero causam muito incômodo para a academia, porque ameaçam as relações de poder que estão nas entrelinhas desses espaços e, ainda, que trabalhos como estes questionam e propõem novas maneiras para se pensar velhos problemas.

2.2 Prévia da estratégia metodológica

Um dos desdobramentos metodológicos desta pesquisa foi oportunizado a partir da busca de estratégias aplicadas no campo da Antropologia. Nesse sentido, tivemos como inspiração as reflexões acadêmicas de Fonseca (1999), no que se refere à sua proposta de modelo passível de aplicação em pesquisas etnográficas e em outros casos. A autora estabelece seis

etapas fundamentais para a construção de seu trabalho, sendo estas: (i) estranhamento, (ii) esquematização, (iii) desconstrução, (iv) comparação, (v) sistematização do material e (vi) reflexão sobre o uso dos modelos alternativos. Traremos abaixo a aplicação desse procedimento metodológico em nossa pesquisa.

2.2.1 Estranhamento

A etapa de estranhamento sempre provocou um constante processo de desconstrução pessoal. Conforme mencionado em “Percepções da autora”, meu interesse pelas pautas e pela militância LGBTQIA+ antecede a pesquisa de mestrado. Na medida em que expandimos nossas compreensões, novas situações de estranhamento vão surgindo, até que nos familiarizarmos novamente, de modo que esse é um exercício incessante.

Uma das minhas aprendizagens diz respeito ao entendimento de algumas gírias, jargões, expressões e demais elementos culturais que remetem à coletividade LGBTQIA+. Por exemplo, precisei conviver com uma pessoa não-binária para entender que quando ela me perguntava se seu “chuchu” estava aparecendo, ela queria saber se sua barba já estava crescendo a ponto de ser notada.

Outra situação que pode ser elencada diz respeito a quando fui chamada de “bee” pela primeira vez. Aos poucos entendi que o termo significava “amiga”. Existe uma série de gírias utilizadas por algumas pessoas LGBTQIA+ as quais, por mais que já tenhamos escutado, algumas vezes não sabemos o significado. Diante dessas situações, o material desenvolvido pelo *Dicionário de Pajubá* muito contribuiu, uma vez que se trata de uma obra que reúne características da linguagem LGBTQIA+, funcionando como um instrumento linguístico-cultural desafiador das normativas de gênero e sexualidade (SILVA, 2010).

2.2.2 Esquematização

Essa fase da pesquisa não aconteceu necessariamente separada da etapa anterior. Aqui as sessões foram divididas seguindo as denominações de Fonseca (1999) apenas para facilitar a compreensão do leitor.

O fato de já residir em Juiz de Fora-MG facilitou o processo de esquematização dos trabalhos de campo, isso porque quando eu lia textos e notícias de jornais que falavam sobre a pauta LGBTQIA+ na cidade, já se fazia possível estabelecer alguma localização.

Antes de ir a campo, alguns elementos prévios eram analisados, como: local, frequência

de pessoas LGBTQIA+ naquele espaço, perfil frequentante, tipo de informação que eu possivelmente conseguiria extrair daquele local, entre outras. Foi assim que pude estabelecer conexões com algumas pessoas antes de realizar as entrevistas, efetivamente. O planejamento das entrevistas semi-estruturadas fez parte da etapa de esquematização.

2.2.3 Desconstrução

Como nos ensina Fonseca (1999), “[p]ara ‘escutar’ o outro, para estarmos prontos a captar significados particulares, devemos primeiro rever certas noções de nossa própria cultura que permanecem obstinadamente no pensamento contemporâneo”. Se não estivermos abertos a algumas etapas de desconstrução, provavelmente a pesquisa terá seus resultados comprometidos. Portanto, ao longo desta investigação, precisei compreender que as minhas proposições não eram verdades absolutas. Isso fica muito latente quando elaboro um comparativo entre o projeto de mestrado que submeti ao Programa de Pós-Graduação e o que apresento hoje enquanto texto de dissertação. As mudanças também podem ser notadas em relação à minha própria concepção sobre o tema. Um exemplo pode ser dado a partir das entrevistas desenvolvidas. No momento de organização do piloto das perguntas que seriam realizadas, eu já tinha uma ideia pré-construída sobre o tipo de resposta que receberia. Mas nada saiu exatamente como o esperado. Devido a isso, não somente as perguntas, como toda a pesquisa passou por reajustes e também por reescrita. Assim, foi através da etapa de desconstrução que me permiti conhecer parte da heterogeneidade e das particularidades existentes entre as pessoas que compõem a sigla LGBTQIA+. Neste caso, em especial, digo que aprendi com todas as declarações, principalmente com a das pessoas transexuais e não binárias.

2.2.4 Comparação

Essa etapa consistiu no exercício de aprofundamento das bibliografias correlatas ao tema e na comparação com os momentos que fui a campo realizar as entrevistas. Em atividades anteriores ao mestrado, eu já participava de eventos voltados à coletividade, além de boa parte dos meus amigos serem LGBTQIA+. Porém, foi a partir da união entre teoria e empiria, no ensejo desta pesquisa, que consegui entender parte dos motivos os quais desencadeiam a formação de uma sociedade pautada no binarismo de gênero.

Outro trabalho comparativo se deu a partir do estudo do material registrado nas entrevistas

feitas de forma presencial e nas demais realizadas de forma online, devido ao período de isolamento social para conter os avanços da pandemia de coronavírus.

2.2.5 Sistematização do material

Atribuimos a essa fase da dissertação o período de organização do material coletado. No caso do presente trabalho, temos as anotações realizadas em campo via pesquisa participante e o tratamento das entrevistas coletadas. Estas foram analisadas a partir das seguintes etapas: (i) gravação da entrevista; (ii) escuta do material registrado; (iii) transcrição dos áudios; (iv) leitura dinâmica do conteúdo e (v) releitura dos relatos realizada de forma mais específica. Todas essas etapas foram concretizadas de acordo com os objetivos propostos no problema de pesquisa. Cabe ressaltar que a riqueza das entrevistas aparece de maneiras diferentes a cada leitura. Isso aconteceu devido aos detalhes que algumas vezes passavam despercebidos aos meus olhos.

2.2.6 Reflexão sobre o uso dos modelos alternativos

No início deste trabalho, insisti em conhecer a vivência de diferentes sujeitos LGBTQIA+, entendendo que as demandas são diferenciadas e que existem pessoas em maior vulnerabilidade social, fato que influenciaria em suas percepções sobre a cidade de Juiz de Fora-MG. Além disso, também me atentei quanto ao contexto em que o indivíduo estava inserido. Essa etapa recebeu o nome de “perfil do sujeito”.

Foi tomando essas generalizações como ponto de partida que tentei chegar a algumas individualidades de cada sujeito que participou do trabalho. Refiro-me a generalizações estabelecidas a partir do reconhecimento de que o que captei em campo e no material coletado nas entrevistas representa o que Fonseca (1999) entende como “lógica informal da vida cotidiana”, uma vez que objetivocompreender a maneira de ver e pensar o mundo a partir de vivências que não são homogêneas. Em outras palavras, os modelos estudados representam uma simplificação da realidade dos sujeitos. Sendo assim, o que foi desenvolvido na pesquisa não corresponde de forma alguma à compreensão final sobre como os sujeitos LGBTQIA+ se sentem na cidade. Como afirma Fonseca, “cada caso é um caso”, porém, iniciativas como essa oferecem alternativas para serem desenvolvidas novas interpretações a respeito do assunto. É importante saber que esse tipo de pesquisa só faz sentido diante de uma perspectiva aberta e que é a partir desse movimento que novas hipóteses podem ser pensadas.

Infelizmente, devido à pandemia de COVID-19 (SARS-COV-2) que estamos enfrentando desde o ano de 2020 - falaremos mais à frente sobre o assunto- não tive a oportunidade de cumprir o número de horas de observação participante que almejava, muito menos de conseguir desenvolver todas as minhas entrevistas de forma presencial.

2.3 A pesquisa de campo

Os trabalhos de campo representaram um instrumento metodológico muito importante para esta pesquisa, uma vez que possibilitaram maior acesso às realidades de algumas pessoas que contribuíram para a construção deste trabalho por responderem às entrevistas. Participei de festas em dois estabelecimentos localizados na área central de Juiz de Fora, a saber: Pub Café Muzik e Rocket Pub. Ambos são caracterizados como espaços privados de uso coletivo, por cobrarem um valor de ingresso e por não oferecerem bebidas em valores acessíveis. Tais características contribuem para que exista certa seleção do público frequentante, haja vista que apenas uma parcela quantitativamente menor da população pode arcar com esse tipo de gasto com lazer.

As propostas de campo desenvolvidas nesses espaços de festas sofreram modificações ao longo do trabalho, devido ao entendimento de que não são todas as pessoas que possuem poder aquisitivo para ocupar esses espaços. Outro elemento que também sofreu modificação diz respeito à ideia inicial de tentar conversar com pessoas que trabalhavam nessas casas, como garçons, caixas, entre outros. Acredito que esses funcionários teriam informações que agregariam valor à presente pesquisa, porém, devido ao volume de pessoas no período de festa, não seria possível desviar a atenção desses sujeitos sem que suas atividades profissionais fossem prejudicadas. Por isso, essa ideia de considerá-los como informantes foi deixada de lado.

Em um segundo momento, seguindo orientações da Plataforma Brasil - Comitê de Ética, ao qual o trabalho foi submetido, descobri que só poderia realizar entrevistas *in loco* caso uma declaração fosse feita e assinada pelos donos dos estabelecimentos. Nessa declaração, deveria constar a existência de um cômodo específico para que eu pudesse levar as pessoas no momento da entrevista, garantindo assim menor exposição destas. Por saber da inexistência desse local requerido nas casas, resolvi igualmente abandonar a proposta de realizar entrevistas nesse formato. Dessa forma, realizei observação participante, estabeleci laços de confiança com possíveis informantes e consegui um contato posterior com algumas pessoas, como é o caso do DJ idealizador do *Projeto Makoomba* que toca nessas boates.

O bar Tacada de Mestre Snooker, também inserido na área central, foi um dos locais de observação participante. Lá identifiquei um maior número de frequentantes lésbicas e características como: (i) facilidade na rotatividade de pessoas e na própria diversificação do público, uma vez que, pelo horário de funcionamento e por se tratar de um bar, não era exigida uma roupagem selecionada; (ii) público consumidor pertencente a classe assalariada; (iii) gratuidade na entrada; (iv) preços mais acessíveis de bebida alcoólica, se comparados ao que observei nas casas de festas.

Participei ainda, presencialmente, da programação oferecida pela *Rainbow Fest* no ano de 2019. Esse foi um momento em que vi muitas pessoas diferentes nas festividades, principalmente adolescentes e turistas. Mais adiante, trarei uma caracterização mais minuciosa desse evento. Também no ano de 2019 participei da *Semana Rainbow* na UFJF de forma presencial, onde assistimos a filmes locais, debates, shows e oficinas cujas temáticas eram voltadas para gênero e para a sexualidade. Nesse evento, foi possível perceber que o público participante é majoritariamente composto por estudantes LGBTQIA+. A partir disso, tive a oportunidade de tentar compreender as maiores demandas e atualizações no que se refere aos ataques e retrocessos vindos de instâncias municipais, estaduais e nacionais. No ano de 2020, também participei da programação do evento, porém, de forma online na plataforma do Youtube, respeitando o isolamento social desencadeado pelo COVID-19. Outros espaços privados, em que era possível maior proximidade e detalhamento no que concerne à interação com os participantes, como a casa das entrevistadas, serão mais bem descritos no decorrer do texto.

2.3.1 As entrevistas

Na execução da pesquisa, realizei dois blocos de entrevistas: o primeiro conteve oito entrevistas, sendo seis delas com direcionamento semiestruturado e duas não estruturadas. O segundo bloco, por seu turno, compreende duas entrevistas semiestruturadas. A demanda para se realizar o segundo momento de entrevista veio após o processo de qualificação do Mestrado.

Apresentei um material com relatos de sujeitos LGBTQIA+ ricamente explorados no texto elaborado para a qualificação. Porém, diante de alguns apontamentos realizados pela banca examinadora, resolvi buscar maior diversificação do perfil entrevistado e explorar mais a percepção do sujeito em relação à segurança e a experiências enquanto cidadãos LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora.

As perguntas que me auxiliaram a compreender o que denomino como “perfil do sujeito” estão relacionadas aos seguintes elementos: idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil, orientação sexual e identificação racial. No que se refere à maior diversificação de orientação sexual, acredito que tive bom desempenho na primeira rodada de entrevistas, uma vez que consegui conversar com uma pessoa não-binária, um homem transexual heterossexual, uma mulher transexual heterossexual, uma mulher de gênero fluido, um homem pansexual e três homens homossexuais masculinos. Porém, a idade dos sujeitos se manteve entre o intervalo de 25 a 33 anos. Todos possuíam no mínimo o grau de escolaridade de ensino superior incompleto. Quanto ao aspecto de identificação racial, obtive seis pessoas que se declararam brancas, uma que se declara negra e uma que se declara parda.

Constatou-se, portanto, na identificação do perfil dos entrevistados, que estes eram majoritariamente brancos, jovens e acadêmicos. Diante dessa restrição de público, a banca examinadora questionou o porquê de não desenvolver entrevistas com distinta faixa etária, maior diversificação de identidade racial e também de índices de escolaridade. Isso porque possivelmente a pesquisa deixa de elencar elementos essenciais e interseccionalidades da vivência da coletividade LGBTQIA+ na cidade.

Reconheci essa limitação da pesquisa durante a arguição, porém, desenvolvi, como justificativa para esse problema, o cenário mundial que estamos vivendo. No ano de 2020, a pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2) levou todo o planeta a uma enorme crise sanitária e humanitária. Este vem sendo um dos maiores desafios em escala global do século XXI, pois ainda não temos conhecimento científico suficiente para contenção da alta velocidade de disseminação do vírus e do número de mortes - ainda que a imunização esteja em processo, temos um significativo número de mortes e internações pela doença. Como se sabe, uma das principais recomendações vindas da Organização Mundial de Saúde (OMS) para se diminuir o nível de transmissão da doença é manter um distanciamento social, o que acaba comprometendo parte das pesquisas desenvolvidas a partir do contato com seres humanos.

Nesse sentido, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora divulgou a orientação de suspensão temporária das atividades presenciais. Atualmente, a partir de novembro de 2020, novos protocolos para o desenvolvimento de pesquisa foram pensados. Porém, nesta data, a etapa de a Qualificação da presente pesquisa já havia passado.

Frente a esse contexto, tive apenas três entrevistas desenvolvidas de forma presencial, sendo uma semiestruturada e duas não estruturadas. As demais foram realizadas a partir da

Plataforma *Zoom Meetigs*³, pois considerei as videoconferências como uma das possibilidades encontradas para chegar aos sujeitos da pesquisa sem o contato presencial, mas preservando o acesso à imagem e à voz dos participantes. Cabe ressaltar que tentativas de contato com outros perfis de sujeitos LGBTQIA+ foram realizadas, porém, apenas uma pessoa deu retorno. Mesmo assim, infelizmente, devido a questões pessoais, esta não pôde nos atender no dia agendado.

Por mais que a Plataforma Zoom ofereça funcionalidades que busquem deixar as reuniões mais interativas, temos uma série de fatores limitantes que acarretam em perdas para a pesquisa, como a inexistência do contato mais preciso e direto com as mensagens corporais, o distanciamento visual e uma possível inibição dos sujeitos diante dos novos meios digitais. Vale ressaltar que o fato de pedirmos para que a reunião seja gravada contribui para que a pessoa se bloqueie ao contar certas situações, o que acontece mesmo diante da garantia de anonimato da pesquisa. Além disso, o sujeito entrevistado precisa ter um bom plano de internet, uma mínima estrutura ambiente e disponibilidade de tempo para atender nossas chamadas. Como se vê, são muitos os problemas aos quais as interações por videoconferências são passíveis.

Como tive a oportunidade de desenvolver entrevistas de maneira presencial antes de adotar as plataformas digitais, foi possível realizar uma comparação dos resultados obtidos, mensurar parte dos prejuízos e traçar planos de diminuição do distanciamento e de adequação à nova ferramenta. Tudo isso foi feito na intenção de tentar trazer maior conforto para a entrevistadora e as (os) entrevistadas (os).

Olhando retrospectivamente esses dois contextos distintos de pesquisas, podemos chegar a algumas apreciações. Sem dúvidas, a perda das mensagens corporais foi muito significativa. Nas entrevistas presenciais o movimento gestual complementava a cena e a fala das pessoas. A partir disso, fazia-se possível identificar até que ponto eu poderia aprofundar certas perguntas, e isso acontecia de forma natural. Em meio a algumas respostas me surpreendi com momentos em que a voz falhava e lágrimas apareciam. Confissões de agressões, abuso sexual e dificuldade diante de uma sociedade que julga e fere constantemente com o próprio olhar me foram relatadas. Faz-se necessário ressaltar ainda parte da minha dificuldade, enquanto autora e entrevistadora da pesquisa, para agir diante dessas situações, uma vez que em muitos momentos não conseguia conter as emoções diante da fala das pessoas.

Para além do envolvimento emocional, lidei com a situação de que a primeira entrevista

³Plataforma gratuita de videoconferência utilizada para realização de reuniões, salas de conferência, bate papo, entre outros.

semiestruturada presencial foi realizada com uma pessoa não-binária. Por mais que eu esteja envolvida com leituras sobre o tema e engajada com os movimentos de militância LGBTQIA+ da cidade, fui criada em uma sociedade dualista homem/mulher, heterossexual/homossexual. O próprio gênero gramatical da língua portuguesa atribui flexões às classes de palavras de maneira que as classifiquemos enquanto femininas e masculinas. Este foi um desafio que não deve ser subestimado, pois o exercício de formar frases sem o uso de artigos e ou o fato de olhar para uma pessoa que utilizava signos masculinos, mas que possuía orientação sexual não-binária me desencadeou certa tensão. Isso aconteceu porque eu não queria causar desconforto à pessoa entrevistada, mas, ao mesmo tempo, o processo de desconstrução e de adequação da linguagem demanda um treinamento. Em alguns momentos cometi o erro de conjugar substantivos no masculino e isso me constrangia.

Em dada situação da entrevista, resolvi explicar minhas dificuldades, fazer um pedido de desculpas pelo desconforto causado e perguntar se a pessoa entrevistada poderia me auxiliar na adequação da linguagem. A orientação dada foi a de que o pedido de desculpas não viesse todas as vezes que o erro acontecesse, uma vez que isso causava incômodo para ambas as partes. A opção sugerida a mim foi a de uso de artigos colocados no feminino, já que a minha vivência não está familiarizada ainda com a linguagem neutra⁴.

Nesse momento de conversa, tive a oportunidade de conhecer parte do vestuário da entrevistada. A participante mostrava as peças de roupas, muitas vezes customizadas por ela ou uma de suas amigas, e me contava histórias pessoais boas e ruins. A entrevista durou cerca de três horas e foi realizada na casa da pessoa. Esse exemplo que estou citando ilustra o quão ricos foram os campos e as entrevistas realizadas de maneira presencial. Nestes o contato frente a frente contribuía para a construção da confiança.

Diante da necessidade de inserção de videoconferências como meio de se adquirir material de entrevista, busquei muitas pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa. Porém, conforme supracitado, os retornos majoritariamente vieram de um público acadêmico e/ou que já havia passado por experiências de pesquisa semelhantes durante seu processo de formação. Foi devido a esse motivo que tive um perfil de entrevistados minimamente semelhantes, mesmo dentro de suas diferenças.

Como forma de explicar parte do objetivo da pesquisa, de quem era a autora e da seriedade com o objeto de estudo, uma apresentação inicial teórica foi organizada. Esta ocorria durante os vinte primeiros minutos de todas as entrevistas. Ao todo realizei esse

⁴ Uma vertente de linguagem que propõe que as pessoas se expressem sem excluir sujeitos que se identificam como não pertencentes ao binarismo socialmente imposto pelos gêneros masculino/feminino.

procedimento oito vezes e as entrevistas duravam entre uma e duas horas, isto referente à primeira rodada de entrevistas. Em seguida, as perguntas eram iniciadas e a sequência de respostas acontecia de forma aberta, para que as pessoas respondessem conforme se sentissem mais confortáveis. O mesmo procedimento foi realizado no segundo bloco de entrevistas.

2.4 O embasamento teórico

Os subsídios teóricos do presente trabalho foram selecionados a partir de uma ampla revisão bibliográfica que auxiliou no processo de construção de todo o quadro analítico empregado na escrita dos capítulos. A discussão sobre as manifestações de gênero e de sexualidade, de heteronormatividade e de adequação comportamental nos espaços da cidade teve como referência os trabalhos de Michel Foucault (1996, 1985); Judith Butler (2017); Goffman (1980, 2010); Gomes (2006, 2018); Haesbaert (2004, 2007); Harvey (2004, 2008); Ornat (2010, 2014); Serpa (2013); Souza (2009); Costa (2010, 2013); Miskolci (2009); Colling (2013), entre outros.

As opções feitas quanto ao referencial teórico e a abordagem qualitativa se guiaram a partir dos significados e demandas elencadas pelos sujeitos entrevistados e pela vivência prévia de envolvimento com as pautas LGBTQIA+. Os significados foram captados a partir da observação participante, da análise e da descrição dos relatos apresentados.

A proposta da pesquisa qualitativa foi suscitada com base na compreensão de que o presente trabalho demandava um olhar diferente sobre a realidade que gostaríamos de estudar, uma vez que essas são impossíveis de serem quantificadas numericamente. Essa abordagem busca pela compreensão da dinâmica das relações sociais, tendo como característica a “objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local de determinado fenômeno” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Ramires (2009) destaca que a observação participante tem se tornado uma técnica muito utilizada em trabalhos de campo na Geografia Humana por sua significativa relevância no que tange aos estudos sobre cultura. Segundo o autor, o processo de observação deve ser realizado de maneira que o observador/pesquisador se integre ao grupo analisado. Um dos princípios para a aplicação dessa metodologia é a necessidade de envolvimento do pesquisador com o que está sendo pesquisado, de forma que o estreitamento da relação entre o observador e sua pesquisa favoreça a compreensão dos modos pelos quais determinada coletividade se

relaciona com seu próprio mundo.

Somado ao fator de interesse pessoal da autora com o tema da pesquisa, acreditamos ser importante ensinar, no campo da geografia, discussões atreladas ao simbólico-espacial das questões de gênero e às influências da heteronormatividade no processo de construção da cidade. A relevância desse tipo de estudo se justifica na medida em que se mostra capaz de desvelar facetas da LGBTQIfobia jamais imagináveis por pessoas heterossexuais. A partir dessa busca e “em função das especificidades do objeto de estudo, buscou-se também uma análise para além da compreensão dos significados, construindo um quadro mais amplo do sujeito como ser social e histórico” (DOURADO, 2013).

Toda a amostra de sujeitos entrevistados foi selecionada de maneira não probabilística, de modo que tivemos em jogo a intencionalidade da autora. Foram priorizadas pessoas com estilos de vida minimamente distintos e que representassem a diversidade encontrada na sigla LGBTQIA+.

No intuito de mostrar parte da heterogeneidade das pessoas e dos conflitos que compõem a sigla LGBTQIA+, seguimos os embasamentos de Turato (2003) segundo os quais mesmo diante da diversidade os sujeitos possuem uma *homogeneidade fundamental* comum: “pelo menos uma determinada característica ou variável é comum a todos os sujeitos da amostragem: a característica-chave que os une é o próprio tema do trabalho” (TURATO, 2003, p.365).

Os dados foram coletados sob duas óticas, a saber: a partir dos trabalhos de campo desenvolvidos em espaços de festas, bares, manifestações, espaços de diálogos na universidade, onde todos esses possuem inclinações LGBTQIA+. Tivemos um período inicial de imersão e de observação, a partir dos quais desenvolvemos entrevistas não estruturadas e estabelecemos laços de amizade e confiança. Dessarte, acreditamos na relevância desse momento na medida em que este facilitou significativamente a segunda coleta de dados, quando desenvolvemos as entrevistas semiestruturadas. Assim, subscrevemos as considerações de Dourado, segundo quem

observar é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade, por isso se diz que os principais instrumentos do pesquisador nessa fase são “o olho e o ouvido” (DOURADO, 2013).

Diante das conversas e aprendizagens, elaboramos nossa estruturação piloto das entrevistas semiestruturadas. Ao todo, foram aplicadas três entrevistas de cunho piloto, cujo

intuito inicial foi o de testar a clareza da forma em que as perguntas foram escritas, identificar possíveis desencadeadores de desconforto por parte dos entrevistados e planejar um aprimoramento tanto das perguntas quanto da forma de abordagem pensada para as próximas intervenções.

Dessa maneira, o roteiro que desenvolvemos foi organizado em dois blocos temáticos, sendo o primeiro como o que fornece mínimo conhecimento do perfil do entrevistado e o segundo mais direcionado a identificar as possíveis percepções de pessoas LGBTQIA+ a respeito da cidade de Juiz de Fora. Faz-se importante destacar que as entrevistas não foram realizadas de forma engessada, pois, como enfatizamos, era uma prioridade o conforto e a facilidade quanto às respostas. É tomando esse cuidado que acreditamos ser possível uma satisfatória troca entre o entrevistador/entrevistado e, conseqüentemente, uma maior escuta das demandas pessoais vinda dos sujeitos. No caso dessa pesquisa, tivemos a descrição de informações coletadas a partir da observação e do depoimento para além do que é previsto no roteiro. Também no seio desta investigação foram articuladas alterações no sequenciamento de perguntas. Tal fato se deu em decorrência das maneiras pelas quais os sujeitos guiavam suas respostas. Após essa etapa concluída, conseguiremos estabelecer melhor o nosso ponto de corte e número de entrevistas que seriam aplicadas.

O formato da entrevista pode ser observado na figura 1:

<p><u>Primeiro bloco de perguntas- Perfil dos sujeitos entrevistados</u></p> <p>1- Qual é a sua idade?</p> <p>2- Qual é o seu nível de escolaridade?</p> <p>3- Qual é a sua profissão?</p> <p>4- Qual é o seu estado civil?</p> <p>5- Qual é a sua orientação sexual?</p> <p>6- Qual é a sua identificação racial?</p> <p style="text-align: center;"><u>Segundo bloco de perguntas- Os espaços frequentados pelos sujeitos</u></p> <p>7- Com quem você costuma frequentar os locais de festa, confraternizações e ou lazer?</p> <p>8- Com que frequência você vai às festas/bares ou outras festividades voltadas para o público LGBTQI+? Frequenta algum outro lugar não direcionado a esse público?</p> <p>9- Os lugares LGBTQI+ se diferenciam de outros não destinados a esse público?</p> <p>10- Existe alguma mudança de comportamento quando você transita dos espaços públicos para os espaços privados ou privados de uso coletivo? Seu comportamento se adequa diante da possibilidade de ser tratada de forma hostil?</p>

Figura 1: Formato da entrevista semiestruturada.

Vejamos, então, como se relacionam cada uma das etapas supracitadas descritas na figura 2:

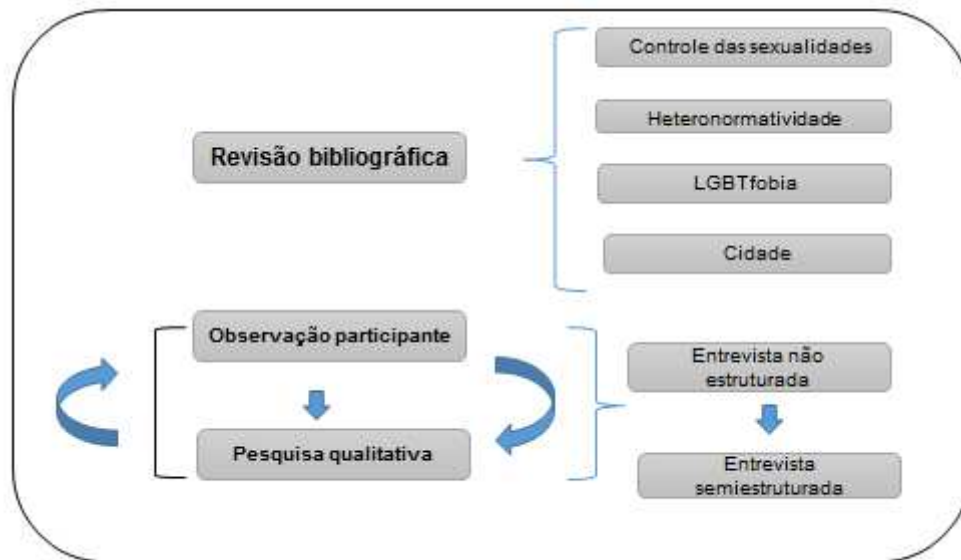


Figura 2: Resumo de etapas da metodologia

O método eleito para a análise dos dados adquiridos nas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas foi o da análise de conteúdo. Se tratando de uma técnica de pesquisa, essa metodologia inicia-se a partir de uma leitura do material adquirido na fala dos entrevistados, realizada com base na transcrição de entrevistas, depoimentos e documentos (RAMIRES, 2009). Dentre as modalidades existentes do método de análise de conteúdo, optamos pela análise temática, pois acreditamos que, tendo em vista o caráter qualitativo das investigações de nossa pesquisa, essa se apresentou a mais apropriada. Conforme Ramires (2009), as etapas de uma análise temática podem ser observadas no quadro 1:

Fase da análise temática	Descrição do procedimento
Pré-análise	Procedimento de organização das leituras e de todo material explorado.
Exploração do material	Etapa de codificação do material adquirido, na qual é realizado um recorte do texto, são aplicadas regras de contagem e, por último, classificam-se e agregam-se os dados a partir de categorias teóricas e

	empíricas.
Tratamento dos resultados	Momento em que são trabalhados os dados brutos da pesquisa, de maneira a dar destaque para as informações obtidas. Em seguida, é realizada uma interpretação do quadro apresentado.

Quadro 1: Análise temática (Adaptado pela autora)

Tendo em vista a centralidade dos sentidos do discurso dos sujeitos para a nossa pesquisa, para as entrevistas não diretivas, além da análise de conteúdo, trabalharemos com a Análise de Discurso. Podemos elencar como pressupostos desta análise os seguintes pontos: (i) “o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo, ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as relações são produzidas” (PÊCHEUX, 1988 apud RAMIRES, 2009); (ii) toda formação do discurso dissimula, no intuito de se obter transparência ou dependência, as formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988 apud RAMIRES, 2009).

Faz-se importante lembrar que não ocorreu nenhuma identificação das pessoas entrevistadas, às quais reservamos o anonimato. Assim, ressaltamos que a preocupação deste trabalho esteve voltada à identificação do perfil das pessoas. Como garantia do anonimato e diminuição do desconforto por parte dos participantes, as entrevistas presenciais foram realizadas em espaços sugeridos pelos próprios sujeitos. Após o início da pandemia de Covid-19 demos continuidade ao trabalho a partir de plataformas online, conforme explicitado no item anterior. Em ambos os momentos de pesquisa respeitamos condições de horário, local e limites estabelecidos no fornecimento de informações dados pelos entrevistados.

Utilizamos o aplicativo *Google Forms* para coletar informações através de questionários. Essa é uma ferramenta gratuita gerenciada pelo Google, a qual nos permite lançar questionários e formulários de modo online. Com este instrumento, o pesquisador possui uma variedade de recursos para a produção de pesquisas de múltipla escolha e de questões discursivas.

Fazendo uso dos recursos oferecidos, lançamos o questionário em mídias sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp e Messenger. A partir desse primeiro momento de divulgação, os usuários interessados em auxiliar a pesquisa compartilhavam-na automaticamente com outras pessoas de suas respectivas listas de contato através do link gerado pelo próprio aplicativo.

Encerramos o período de preenchimento do questionário vinte dias após a data de

lançamento deste. Em seguida, iniciamos uma análise quali-quantitativa dos resultados obtidos. Ao todo, obtivemos um total de duzentas e treze pessoas participando da pesquisa. Entretanto, devido a uma possível falta de atenção e ou de esclarecimento, vinte e seis pessoas heterossexuais cisgênero responderam ao questionário, sendo essas respostas excluídas no momento de análise. Vale ressaltar que além do título da pesquisa ser “Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano”, escrevemos um texto inicial de apresentação da autora, da pesquisa e dos critérios para se responder o questionário, sendo estes: “pessoas que residam em Juiz de Fora e que pertençam à coletividade LGBTQIA+”. Junto a essas informações também fornecemos, sob orientação do Comitê de Ética em Pesquisa Humana, um texto com o *Termo de consentimento livre e esclarecido*. Neste documento, trouxemos informações como: os motivos que nos levam a realizar a pesquisa; a garantia de anonimato dos sujeitos; os riscos mínimos da pesquisa; os cuidados tomados pela pesquisadora para a preservação da legitimidade das informações obtidas e a orientação de como conseguir a cópia do documento gerado a partir das respostas do participante.

Além do que foi supracitado e partindo do princípio de que poucas pessoas leriam o termo de consentimento, colocamos um título acima da primeira pergunta do questionário. Este foi sublinhado em amarelo e trazia o seguinte escrito: “Responda esse questionário somente se pertencer à coletividade LGBTQIA+”.

Ao todo foram feitas treze perguntas, das quais doze foram estruturadas de forma fechada e apenas uma de forma aberta, sendo esta de caráter optativo de resposta. Apesar da não obrigatoriedade, obtivemos um significativo número de respostas abertas, de modo que as pessoas nos relataram casos pessoais, orientações sobre a forma com que o questionário foi elaborado, relatos de vivência, elogios e críticas construtivas a respeito desta pesquisa. Executadas todas as etapas, tanto do conhecimento teórico quanto empírico, iniciamos o tratamento e a análise de todas as informações coletadas. Nesse sentido, vamos apresentar a análise dessas informações - teóricas e empíricas - em seções adiante. Para tanto, contudo, será necessário antes nos determos em alguns subsídios teóricos da nossa pesquisa, os quais, juntamente aos dados, podem lançar luz ao problema da relação entre as formas de vida LGBTQIA+ e o espaço urbano

No próximo capítulo, assim, iniciaremos uma discussão acerca da relação humana com o sexo e acerca de como são criados dispositivos de controle das sexualidades aos passar dos anos. Propomos essa separação textual devido ao fato de que acreditamos fazer-se necessária a construção teórica do trabalho para que o processo de apresentação de nossos resultados de entrevista fique mais bem distribuído nos capítulos posteriores. Portanto, no próximo item,

teremos um espaço dedicado à apresentação de nossa principal referência teórica a respeito do tema, as formulações teóricas de Michel Foucault.

3. CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA A COMPREENSÃO DA REPRESSÃO DO SEXO E DAS SEXUALIDADES

Eu não sou quem eu quero ser nem no espaço público nem no espaço privado.

A frase acima descrita, ouvida durante uma das ocasiões de nossas entrevistas, foi escolhida como uma provocação introdutória ao presente capítulo por acreditarmos que esse tipo de sentimento pode ser comum entre muitas pessoas LGBTQIA+. Embora a epígrafe destaque os conceitos de público e privado, neste momento, não nos dedicamos a conceituações sobre essas instâncias. Sabemos que essa discussão é extremamente importante e que temos autores que corroboram com o conhecimento do tema ao demonstrarem que a concepção dicotômica entre público e privado acaba por contribuir com uma generalização da realidade. Deixemos essa discussão para os próximos capítulos. Reforçamos que o esforço aqui depositado é em mostrar como o direito de vivenciar e de construir os espaços da cidade é retirado de alguns sujeitos por conta de suas orientações sexuais e ou identidades de gênero.

Junto aos elementos de gênero e sexualidade, temos os fatores de raça e de classe que atuam concomitantemente no momento de categorização e de estigmatização das pessoas. A princípio, nos restringiremos a trabalhar com gênero e sexualidade, decisão tomada com o intuito de melhor aprofundarmo-nos no contexto histórico de repressão, em suas origens e no quanto isso pode afetar na manipulação das identidades. Para tal, dedicamos as páginas iniciais deste capítulo à apresentação de concepções foucaultianas no que diz respeito a esse tema.

Michel Foucault (1988), em sua obra *História da Sexualidade I*, nos faz questionar a relação do ser humano com o sexo para além do que ele denomina sexo-natureza. Segundo o autor, seria o *sexo-natureza* um elemento de abordagem biológica, um sistema do ser vivo. Porém, como situa o filósofo, existe a necessidade de compreensão do *sexo-histórico*, do *sexo-significação* e do *sexo-discurso* (FOUCAULT, 1988, pág. 75, grifos nossos). É a partir desse exercício crítico do pensamento que possivelmente ultrapassaremos barreiras acerca de uma lógica do sexo pautada apenas na materialidade física do ser humano e neste constante exercício ao qual Foucault era adepto reside, talvez, a importância de seu pensamento. Por acreditarmos ser necessário o desenvolvimento de análises que levem em consideração as

contradições espaço-temporais nas quais as conceituações são elaboradas, Foucault se mostra uma fonte adequada aos nossos propósitos investigativos, por conta de seu enfoque, sobretudo, nas condições históricas e sociais de possibilidade dos discursos e práticas. A fig.3 se pauta nos elementos elencados pelo autor, servindo como uma das chaves de conhecimento de quem somos nós, uma vez que, durante séculos, tivemos influência de trabalhos teóricos que resumiam o sexo como a razão de tudo e também como algo fácil de ser interpretado.



Fig 3: O que somos? Foucault (1988, p.75). Organizado pela autora

A partir da fig.1, identificamos parte da complexidade envolvendo a compreensão do sexo e do quanto ele é heterogêneo e mutável, não se tratando de algo que apenas uma via de regra é capaz de interpretar. Foucault se questiona, impulsionado também os seus leitores: “por que o sexo é assim tão secreto? Que força é essa que, durante tanto tempo, o reduziu a silêncio e mal acaba de ceder, permitindo-nos talvez questioná-lo, mas sempre a partir de sua repressão?”(FOUCAULT, 1988, p.76). Se quisermos exemplificar essa passagem, podemos fazer uma análise do discurso da atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves⁵, no qual identificamos não só repressão ao ato sexual, mas também uma abominação do pluralismo das sexualidades e identidades de gênero. Em entrevista ao *Jornal Gazeta do Povo*, no mês de dezembro de 2019, a ministra fez uma declaração sobre uma nova política do governo federal para combater a gravidez na adolescência. Nesta entrevista, Damares defende a necessidade de orientar os jovens das escolas brasileiras a não fazerem sexo. Levando adiante essa proposta, a ministra, inspirada em um modelo Norte-Americano, promoveu um seminário com entusiastas da abstinência

⁵Ministra escolhida pelo governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito nas eleições do ano de 2018.

sexual na Câmara dos Deputados⁶. Poderíamos citar uma série de outros exemplos capazes de nos demonstrar que o sexo ainda nos dias de hoje representa uma pauta recorrente em instituições governamentais, religiosas, educacionais, dentre outras. Dessa forma, nos convém questionar:

O que é que pedimos ao sexo, além de seus prazeres possíveis, para nos obstinarmos tanto? Que paciência, ou avidez é essa em constituir-lo como o segredo, a causa onipotente, o sentido oculto, o medo sem tréguas? E por que a tarefa de descobrir essa difícil verdade se tornou finalmente convite a suspender as interdições e a desatar os entraves? Seria o trabalho tão árduo a ponto de ser preciso encantá-lo com tal promessa, ou esse saber terá ganho um preço tal- político, econômico, ético- que foi preciso, para sujeitar cada qual ao trabalho, assegurar-lhe- não sem paradoxo- de encontrar nele sua liberação? (FOUCAULT, 1988, p. 76).

O sexo e as sexualidades sempre serviram como mecanismos capazes de manipular os atos dos indivíduos. Tivemos, no séc. XIX, a sexualidade enquanto dispositivo de controle da dominação do desejo e do corpo do ser humano, enquanto no séc XVIII o controle era dado a partir do sexo, sendo sexo e sexualidade dispositivos históricos. Jr (2011), dado como um dos autores responsáveis por produzir uma coletânea de textos pautados nas principais obras de Foucault, diz que o sexo no séc. XVIII estava relacionado com a família, o que Foucault denomina como sendo um *Dispositivo da Aliança*. Era a partir do discurso sobre o sexo articulado com obrigações religiosas e legais do casamento que se faziam possíveis as transmissões de riqueza, poder e propriedade das famílias (Jr, 2011, p. 171).

Diante do que foi supracitado, temos uma breve mostra da articulação de uma analítica do poder capaz de dominar concepções que comandam a temática da repressão e a teoria da lei, ambas voltadas para percepções do desejo. A pergunta central diante dessa constatação é “que tipo de instrumento permite o controle do sexo tal como ele é?”. Neste momento, não se trata de discutir a repressão e sim a base de tudo isso (FOUCAULT, 1988, p. 79). Para contribuir com a compressão deste questionamento, Foucault (1988, p. 80) elenca alguns traços principais, a saber: (i) a relação negativa, (ii) a instância da regra, (iii) o ciclo da interdição, (iv) a lógica da censura e a (v) unidade do dispositivo. Falaremos de forma sucinta sobre cada um destes a seguir.

A “relação negativa”, como o próprio nome já indica, estabelece analogia do sexo com aspectos de rejeição, recusa e ocultação. Neste sentido, temos que o poder não estabelece nada contra o prazer sexual, mas ele é capaz de nos induzir a pensar em suas descontinuidades, falhas e ausência, de estabelecer marcas e fronteiras, contribuindo com a

⁶ A notícia pode ser lida na íntegra através do Jornal da BBC a partir do link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50682336>

construção de lacunas e limites (FOUCAULT, 1988, p. 80).

A “instância da regra”, por seu turno, se refere àquilo que a lei dita em relação ao sexo, instância nos limites da qual o sexo fica substanciado ao regime binário com a definição daquilo que é lícito/ilícito, proibido/permitido. A forma de inteligibilidade do poder imposto faz com que o sexo seja decifrado a partir de sua relação com a lei. Nesta perspectiva, “[o] domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz a regra” (FOUCAULT, 1988, p. 81).

O “ciclo da interdição”, como sugere o autor, tem como objetivo fazer com que o sexo renuncie a si mesmo, sob pena de ameaça e castigo. A tônica do ciclo em questão é: “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareça; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo” (FOUCAULT, 1988, p. 80). Neste caso, teríamos o poder agindo de maneira a garantir a inexistência do ser.

A “lógica da censura”, por sua vez, propõe interdições no sentido de negar a existência, dificultar que se diga e destacar aquilo que não é permitido: “[o] que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência” (FOUCAULT, 1988, p. 82). Vale ressaltar que há um raciocínio a unir todos esses traços de censura, de forma que um acabe por contribuir com o princípio e efeito do outro.

A “unidade do dispositivo” funciona de modo a garantir que o poder sobre o sexo ocorra entre as mais diversas escalas e na vida de todos os sujeitos, agindo uniformemente. Para que isso aconteça, destacam-se os aparelhos e instituições que colaboram com a prática de controle dos corpos. Nas palavras do filósofo francês, “[f]uncionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai (...) encontrar-se-ia em escalas diferentes apenas, uma forma geral do poder” (FOUCAULT, 1988, p. 82). Diante disso, observamos que o poder não se encontra concentrado apenas em um único aparelho, como o Estado, e sim de forma diluída em várias instâncias de nossa sociedade ocidental. É a partir da diluição do controle que o poder se exerce e interfere na reprodução das práticas sociais dos indivíduos. Como diz o arqueogenealogista, “[e]m face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito, - que é ‘sujeitado’ - é aquele que obedece” (FOUCAULT, 1988, p. 82). Falaremos mais detalhadamente sobre isso adiante.

A partir do que foi exposto, o que se compreende a partir da concepção de poder moldada

diante das leis e interdições impostas é que o indivíduo mascara uma parte importante da sua identidade para manter-se alinhado ao que o poder determina. Dessa forma, o sucesso do poder depende da ocultação de alguns desejos e características do sujeito, sendo o segredo indispensável para a continuidade do funcionamento desse sistema (FOUCAULT, 1988, p. 82). A frase que deu início a esse capítulo, proferida por uma de nossas entrevistadas, diz muito sobre este aspecto.

Talvez exista uma razão histórica que auxilie na compreensão das articulações de domínio das sexualidades. Foucault (1988, p. 83) exemplifica isso ao elencar as grandes formas de poder desenvolvidas no período da Idade Média, quando se teve a Monarquia com seu poder denso, intrincado, conflituoso, ligado à vassalagem, à servidão e à dominação de terra, que, contudo, se deu a partir do estabelecimento de uma série de alianças capazes de regulamentar, delimitar e introduzir ordem aos poderes. A paz era implantada no pensamento das pessoas enquanto mecanismo de controle de conflitos de guerrilha e a justiça funcionava como maneira de suspender os acertos de conta que poderiam surgir nos litígios. Neste sentido, para entender como funcionavam as grandes instituições monárquicas, faz-se necessário ir para além do puro e simplificado edifício jurídico. De acordo com o professor do Collège de France, “[o] direito não foi, simplesmente, uma arma habitualmente manipulada pelos monarcas; constituiu, para o sistema monárquico, o modo de manifestação e a forma de aceitabilidade” (FOUCAULT, 1988, p. 83). Estes dizeres nos fazem pensar que o exercício do poder é formulado a partir do direito desde a Idade Média e que para a monarquia se instaurar da forma que se instaurou, fez-se necessário o estabelecimento de alguns dispositivos de controle das ações dos sujeitos.

Seguindo essa linha de raciocínio, temos o direito como uma forma de poder e que o poder deve ser exercido na forma de direito. Essa foi a crítica política desenvolvida nos séculos XVIII e XIX por instituições que acompanhavam o desenvolvimento da monarquia. Outro tipo de crítica, bem mais radical, dizia que “o próprio sistema do direito nada mais era do que uma maneira de exercer a violência, de anexá-la em proveito de alguns, e fazer funcionar, sob a aparência da lei geral, as dissimetrias e injustiças de uma dominação (FOUCAULT, 1988, p. 84).

O que até aqui buscamos demonstrar, a partir do conteúdo trazido pelo teórico social Michel Foucault, é que as formas de poder estão intrínsecas à formação de nossa sociedade. Como se vê, este é dado de maneira articulada e transitória, seguindo particularidades espaço-temporais de cada cultura. Na atualidade, temos uma forma de poder penetrante que age a partir de novas articulações e instituições. Neste caso, não elegemos apenas o direito enquanto

mecanismo de controle, mas também a própria técnica, a qual influencia no controle de forma heterogênea e também em várias instâncias do cotidiano. Seria esta capaz de extravasar níveis de inspeção se comparada ao próprio Estado e seus aparelhos (FOUCAULT, 1988, p. 85).

Não existe uma significação do “Poder” como conjunto de instituições e de aparelhos que fazem com que o indivíduo se sujeite ao Estado. Pensando dessa maneira, nos remeteríamos a uma realidade violenta e com controle visivelmente bem imposto. Faz-se necessário compreender o poder, inicialmente, “como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça (...) umas nas outras, formando cadeias ou sistemas” (FOUCAULT, 1988, p. 87). A partir disso, é dada origem a estratégias que vão se cristalizar institucionalmente, ganhando corpo nos aparelhos estatais e na construção de hegemonias sociais. Sendo assim, vemos que o poder não possui um foco único de soberania, que a ele é garantida uma onipresença, e isso não acontece a partir de um privilégio de agrupamento de unidades, mas sim porque ele se produz e reproduz a cada instante e em todos os pontos (FOUCAULT, 1988, p. 88, 89).

Dentro dessa linha de raciocínio, temos que “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar, o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 88). Pensemos, por exemplo, na correlação de forças múltiplas a atuarem sob as constituições familiares, em instituições gerais, entre outras. Neste caso, existem efeitos e forças atuando sobre o conjunto do corpo social que atravessam as particularidades do local e os ligam entre si. Em consequência desse movimento incessante, temos alinhamentos e homogeneização dos sujeitos. Isso ocorre e se fortalece inclusive diante dos afrontamentos locais (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Nessa direção, chamamos a atenção e retornamos à temática dos discursos do sexo no campo do poder, em que se observa uma relação múltipla e móvel dos argumentos. Relações estas que só funcionam bem devido a uma estratégia em nível global, caso contrário, os sucessivos encadeamentos não teriam tamanho impacto na vida das pessoas. Existe a necessidade de estabelecimento de relações precisas e tênues que lhe garantam suporte e ponto de fixação (FOUCAULT, 1988, p. 94).

Toda essa avidez para o tratamento de assuntos atrelados a sexo e sexualidade não ocorre necessariamente como uma perseguição aos prazeres. É importante termos em mente que a partir da manipulação do sexo e das sexualidades são desenvolvidas manobras que servem como ponto de apoio para as mais variadas estratégias. Eles são apenas engrenagens para

engenharias futuras. Pensemos no *Dispositivo da Aliança*. Durante algum tempo, este serviu como garantia do matrimônio, da fixação e do desenvolvimento de parentesco, do processo de transmissão de bens e nomes, entre outros. Este dispositivo só perdeu força diante do momento em que os processos econômicos e toda a estrutura política passaram a não enxergar nele um suporte capaz de enfrentar as novas demandas que foram surgindo. Com isso um novo dispositivo de controle passa a ser pensado e, a partir do século XVIII, o *Dispositivo de Sexualidade* assume lugar de superposição ao primeiro (FOUCAULT, 1988, p. 99).

Com a passagem ao dispositivo da sexualidade, temos o corpo como principal elemento a ser controlado. É a partir de articulações estruturadas que o corpo, aquele que consome, se liga à economia, por exemplo. Conforme explicita Foucault, o “dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p.100). Dessarte, se avaliarmos os meios que nutrem esse dispositivo, nos depararemos com uma forte concepção cristã a qual desenvolve estratégias para uma visão de histerização da mulher, da sexualização da criança, da regulação dos indivíduos, da delimitação daquilo que é perverso e estratégias que passam por todo o corpo familiar que são utilizadas enquanto combustível pelo capital da sexualização (FOUCAULT, 1988, p.106).

Em um primeiro momento, a estratégia tomada pelo dispositivo se voltava para a constituição da força de trabalho. As energias não podiam ser gastas com despesas “inúteis” as quais não se voltavam para aquele fim. Existia a necessidade de uma garantia da reprodução, logo, de uma conjugalidade e de uma fabricação regulada de filhos. Num segundo momento, a exploração da mão de obra oferecida pelo trabalho assalariado não mais necessitava dos mesmos mecanismos de controle dados no século XIX. Toda a política de supressão do sexo ou de sua redução ao papel de exclusividade reprodutiva perde a sua eficácia, dando lugar a uma canalização múltipla de circuitos traçados no campo da economia (FOUCAULT, 1988, p.106).

A tecnologia do sexo, desenvolvida no fim do século XVIII, escapava da instituição eclesiástica. E foi a partir de ensinamentos dados na pedagogia, na medicina e na economia que sexo virou um negócio do Estado. Nessas novas circunstâncias, todo o corpo social passa a ser convocado a agir em vigilância. Assim, podemos mencionar como características da nova concepção o papel do eixo da pedagogia, que se mostra de maneira a objetivar a sexualidade específica da criança e, o da medicina, a objetivar a fisiologia sexual própria das mulheres. A partir desta última se fazia possível um controle demográfico dado a partir do

planejamento de nascimentos. Estes são os grandes marcos da nova tecnologia (FOUCAULT, 1988, p.109).

A medicina ainda tratou de desenvolver um domínio médico-psicológico das “perversões”, em meados de 1846, funcionando como uma “ortopedia” do sexo. Como explica o filósofo, “[n]a mesma época, a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças sexualmente transmissíveis, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de ‘responsabilidade biológica’ com relação à espécie” (FOUCAULT, 1988, p.110, 111). Com isso, o sexo não só poderia ser afetado por doenças, como também, em caso de um não estabelecimento de controle, poderia comprometer as gerações futuras: “[d]aí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; do sexo e sua fecundidade” (FOUCAULT, 1988, p.110, 111).

É possível perceber que as interpretações contemporâneas a respeito do reconhecimento da heterossexualidade enquanto única orientação sexual aceitável e conseqüentemente as limitadas interpretações a respeito de sexualidade e gênero possuem uma base histórica muito bem fundamentada. Nos próximos subcapítulos, buscaremos maior inteligibilidade sobre como se dá o funcionamento dos dispositivos de controle e como a medicina e o direito atuaram em décadas anteriores e ainda atuam na manipulação de nossos corpos, com a ressalva de não fazê-lo exaustivamente, pois este poderia ser tema de outros trabalhos.

3.1 A ideologia heteronormativa: um dispositivo de controle das sexualidades

O esforço teórico empreendido no presente subcapítulo caminha no sentido de compreender como a heteronormatividade se articula para dominar as identidades sexuais e de gênero. Acreditamos que esse tema necessita de muita atenção, sobretudo frente a um contexto político que se esforça para trazer à tona cada vez mais discursos conservadores, pautados no modelo desejável de família e numa perspectiva biologicista determinista. Estamos diante de um cenário que só reconhece a anatomia humana feminino/fêmea e masculino/macho. Precisamos, tendo em vista assegurar os direitos básicos dos sujeitos, nos atentar à “complexidade das formas de hierarquização das sexualidades, bem como da violência e discriminação que incidem sobre aquelas relegadas às posições inferiores dessa hierarquia” (SANTOS; SILVA, 2013).

É importante o questionamento quanto ao que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é

desmascarado (BUTLER, 2017, p.8). Esse exercício de pensamento a respeito da imposição compulsória da heterossexualidade mostra como a dualidade de sexo representa um domínio pré-discursivo responsável por fornecer estabilidade interna à estrutura binária (BUTLER, 2017, p.28). Um exemplo que ilustra o modo pelo qual as imposições acontecem e manipulam o inconsciente pode ser identificado a partir das inflexões biológicas de gênero na lógica linguística, domínio no qual a gramática substantiva é capaz de mascarar o discurso masculino (BUTLER, 2017, p. 46).

O processo que desencadeia a naturalização da heteronormatividade compulsória está relacionado à forma em que é imposta à sociedade a interpretação do que é gênero. Desde muito novos, lidamos com uma personificação do que é ser mulher na sociedade, assim como do que é ser homem. E essa criação é elaborada a partir de uma imitação persistente do que é naturalizado no contexto do real. Assim sendo, as performances permitidas na vida dela/dele nos induzem a uma categorização binária do que é real e artificial, do que é profundidade e superfície e do que é certo e errado (BUTLER, 2017, p.8).

Nesse contexto, cabe uma reflexão a respeito da representação performática de *Drag Queen*. O que uma *Drag Queen* transmite a partir de suas performances? Será que elas imitam determinado gênero ou dramatizam a partir de sua corporeidade a forma com que o gênero é estabelecido? A “naturalização” muitas vezes é construída a partir de discursos compelidos que são responsáveis por uma produção do corpo no interior das categorias de sexo (BUTLER, 2017, p.8). Junto a isso entendemos também que a performance *Drag* possui relação com o onírico, que ela extrapola os limites do que a sociedade atribui ao feminino e masculino, apagando as fronteiras. Trata-se de uma atuação, de uma oportunidade de especular outra dimensão e de refletir sobre um futuro que se distancie de signos binários. Em síntese, existem várias categorias de *Drags* e algumas se inclinam a incorporar um visual que questiona a representação social do que é ser mulher, outras podem usar a performance inclusive como um caminho para se descobrirem não-cisgênero.

É devido a essa capacidade de questionamento das categorias de identidades impostas que algumas expressões e corporeidades desmascaram a estabilidade da heterossexualidade. Essa suposta estabilidade é fundamentada a partir dos efeitos de instituições e práticas de discursos de origens múltiplas e difusas. É a partir da manipulação centralizada e descentralizada que o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória se naturalizam. Esse exercício de poder acontece de maneira frequentemente divergente nas estruturas de ordenamentos que somos impulsionados a seguir, sendo responsável por responder a categorias gerais sobre gênero e sexualidade. Porém, conforme explicitado, também existe o

processo de criação de teorias performáticas de gênero que buscam romper com categorias de sexo, corpo, gênero e sexualidade. Com isso, temos um exercício de subversão que reestrutura e ressignifica a estrutura binária (BUTLER, 2017, p.13).

Nesse sentido, elaboramos no presente capítulo proposições que nos instigam a pensar os mecanismos que retroalimentam a heteronormatividade na sociedade e principalmente os motivos que levam os sujeitos a se submeterem a essa lógica. Para tal, demos continuidade a nossa busca histórica no que se refere aos interesses e contribuições do capitalismo nessa temática e às estruturas elaboradas tanto pela saúde pública quanto pelo sistema de leis, que silenciam e invisibilizam os sujeitos. Tais fatores fazem parte do que Foucault denomina como o *Dispositivo da Sexualidade*⁷, contribuindo para a construção histórica da LGBTQIfobia⁸ e para o fortalecimento do poder estruturante do patriarcado.

Esse dispositivo representa uma rede responsável por controlar nossas práticas sociais a partir de discussões que aparecem nas mais diversas instâncias do cotidiano, sejam elas encontradas na literatura, nas leis, nos sistemas educacionais, na mídia em geral, entre outras instâncias sociais, de forma a manterem regradadas nossas ações. A estrutura básica deste dispositivo está na dualidade estabelecida entre hetero/homo, em que a heterossexualidade é elencada como o projeto ideal normalizador para a vida de todos os sujeitos. Essa normalização e conseqüentemente o estranhamento daquilo que é “diferente”, não ocorre apenas para pessoas LGBTQIA+. Existe uma normalização prescrita inclusive para indivíduos que se relacionam com sujeitos do sexo oposto e são cisgênero⁹ (MISKOLCI, 2009). Temos aí a consolidação de discursos que se originam em distintas instâncias, mas que visam padronizar os saberes e as práticas. Podemos, assim, afirmar que “[é] no contexto do dispositivo da sexualidade que a ideia de homossexualidade é produzida historicamente” (MADLENER; DINIS, 2007). E isto se deu desde os estudos iniciais médicos a respeito do assunto, até as manifestações dos sujeitos que apresentavam livremente seus desejos e realidades.

É preciso considerar ainda que “[o] dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades” (PELÚCIO, 2009). Assim, podemos

⁷ Trata-se de um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos” (FOUCAULT, 1996, p.244).

⁸ “A fim de respeitar a diversidade de identidades sobre sexualidade e identidade de gênero, será utilizado o termo LGBTQIfobia. Dessa forma, tenta-se reconhecer as diferenças e particularidades existentes entre a homofobia (gays), a lesbofobia (lésbicas), a transfobia (travestis e transexuais), a bifobia (bissexuais, dentre outras” (FRANCO, 2017, p.).

⁹ Indivíduo que se identifica com o sexo biológico que nasceu.

atribuir a essas mensagens subjetivas a reprodução das heteronormatividades em nossas ações cotidianas. Trata-se de uma subjetividade tão intrínseca ao nosso contexto histórico cultural, que as reproduzimos sem termos a oportunidade de questionar os fatores que as embasam. Entendemos com caráter de imanência ou essência, comportamentos e práticas sobre os quais nunca nos questionamos. No caso das heteronormatividades, identificamos uma situação em que a concepção do prazer sexual está “intrinsecamente ligada ao ato sexual e principalmente à penetração, em ambos os casos de relações sexuais (homo ou heterossexuais)” (MADLENER; DINIS, 2007).

Há séculos a ideologia heteronormativa usa de argumentos biológicos, religiosos e políticos para determinar padrões a serem seguidos por todas e todos....Na cultura em que vivemos é comum, normal e dever da mulher se casar com um homem que sustente a casa, ter filhos e ser responsável pela educação deles. A identificação de gêneros distintos e definidos em uma relação é essencial para que ela seja enquadrada na heteronormatividade, além disso, as instituições sociais impõem essa distinção para qualquer que seja a ciscuntância por meio do sexo biológico (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Se buscarmos historicamente as mudanças que a prescrição da heterossexualidade sofreu para se adequar aos modelos sociais, identificaremos pelo menos dois momentos diferentes. São estes: um primeiro, entre o século XIX e XX, quando a homossexualidade era concebida como patologia e crime¹⁰ e um segundo, em meados do século XX, quando o esforço não era mais o de tornar as pessoas heterossexuais, mas sim fazer com que os homossexuais seguissem o modelo de vida ditado pelos heterossexuais. No primeiro caso, constatam-se medidas adotadas como a de aprisionamento, tortura, internação e tratamento psiquiátrico dos homo-orientados. Após o ano de 1974, com a despatologização e descriminalização das práticas homossexuais, tivemos uma naturalização de comportamentos ditos “normais” os quais deveriam ser reproduzidos tanto pelos homossexuais como pelos heterossexuais, seguindo os comandos dados a partir do dispositivo de sexualidade (MISKOLCI, 2009). Este que, por sua vez, utiliza de aparelhos de poder em distintas áreas para enviar mensagens com ideários morais a serem introduzidas no cotidiano dos sujeitos.

Segundo Michel Foucault (1996, p.244) esses aparelhos funcionam como um conjunto totalmente heterogêneo que atua em nossas vidas, nos dando a falsa ideia de uma liberdade. E isso acontece sem que tenhamos consciência da manipulação sofrida, ocorrendo inclusive no inconsciente. Vale lembrar que o contexto histórico-social e cultural no qual o sujeito foi criado influencia diretamente em suas ações, agindo de forma conjunta com as normalizações.

¹⁰ Sugerimos a leitura do livro “Holocausto Brasileiro”, da jornalista Daniela Arbex. O mesmo conta a história de um manicômio inserido na cidade de Barbacena-MG, na década de noventa. Neste local eram torturadas pessoas prostitutas, alcoólatras, homossexuais, rebeldes, entre outras sujeitos dados como loucos.

Essas que para se manterem também se adequam às demandas do momento: “[o] dispositivo da sexualidade tem o poder (e é sustentado por este mesmo poder) de tornar o sexo possuidor de uma verdade sobre o indivíduo, uma vez que por meio dele pode-se alcançar as profundezas do ser” (MADLENER; DINIS, 2007). A fig.4 ilustra alguns desses mecanismos de manipulação.

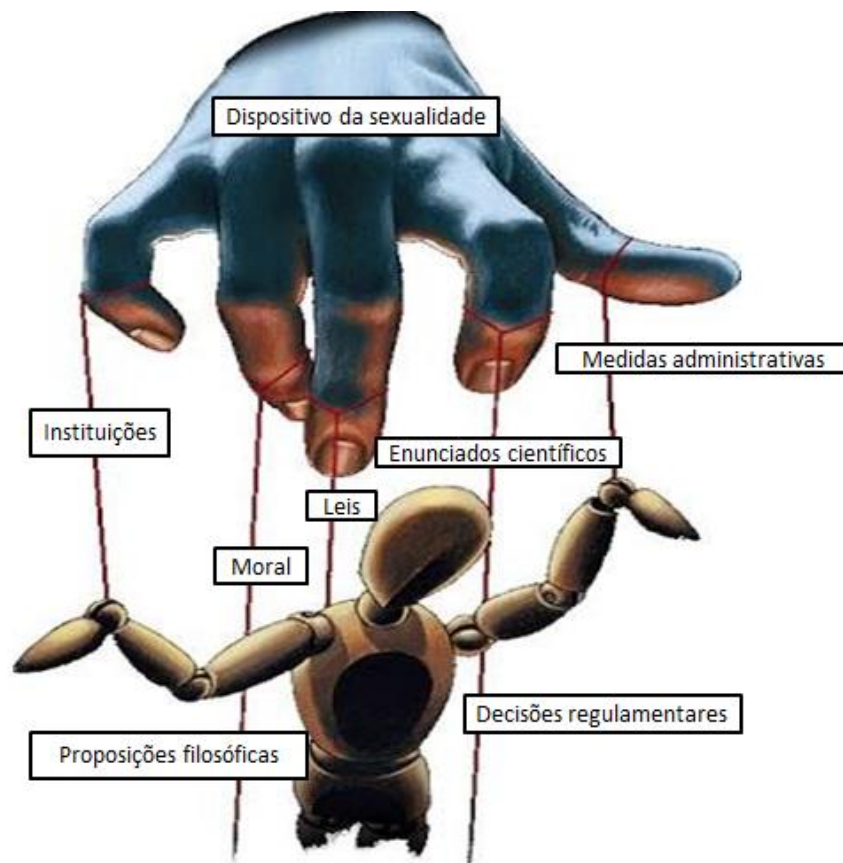


Figura 4: Elementos do dispositivo de sexualidade. Organizado pela autora

De acordo com Goffman, “difícil de perceber é que a identidade pessoal pode desempenhar, e desempenha, um papel estruturado, rotineiro e padronizado na organização social justamente devido à sua unicidade¹¹” (GOFFMAN, 1988, p.67). Vê-se que o autor entende como *identidade pessoal* o conjunto de acontecimentos, itens e história que cada sujeito adquire ao longo de sua vida, elementos a partir dos quais é moldada a sua identidade pessoal. Esse é um movimento que nunca para, estamos sempre em processo de modificação e

¹¹ ‘Acredita-se que em círculos sociais pequenos e existentes há certo tempo, cada membro venha a ser conhecido pelos outros como uma “pessoa única”...Uma ideia implícita na noção de “unicidade” de um indivíduo é a de “marca positiva” ou “apoio de identidade”, por exemplo, a imagem fotográfica do indivíduo na mente dos outros ou o conhecimento de seu lugar específico em determinada rede de parentesco’ (GOFFMAN, 1988, p.66).

isso é o que garante que sejamos sempre pessoas únicas, cada um construindo a sua história. As considerações “nos auxiliam a entender o corpo como sendo um território e um operador político e resultado de processos de construção histórico-culturais múltiplos e cambiantes” (PETRY; MEYER, 2011). Devido à tamanha diversidade é que são criados mecanismos de comando, de maneira a identificar nossas diferenças em relação ao próximo e manter um controle dado por instâncias maiores, como, por exemplo, o Estado.

Segundo Franco, o governo “impõe regulamentos e regras, sanções e moralidades que vão prescrever o que é certo e o que é errado, com base na ética histórica existente e com base ainda na ideologia de moralidade empunhada pelo conservadorismo religioso” (FRANCO, 2017). A partir desse mecanismo de imposição de características e costumes ditos “normais” e que cumprem a padronização almejada, temos nossas identidades dadas como parte daquilo que é de interesse e definição de outras pessoas. E isso pode vir a acontecer “antes mesmo de o indivíduo nascer e continuam depois dele haver sido enterrado, existindo, então, em épocas em que o próprio indivíduo não pode ter nenhuma sensação, inclusive as sensações de identidade” (GOFFMAN, 1988, p.116). Como assinala Franco,

[c]ompreende-se que exista um caráter de cunho políticos e jurídico nas relações existentes entre o Movimento, o Estado e a Sociedade. Esse elemento, controla socialmente, pune e regula o comportamento daquelas pessoas julgadas enquanto desviantes da norma. Alterações de conceitos e criação de preconceitos fazem com que, somadas à cultura punitiva do sistema jurídico brasileiro, os direitos humanos de civis sejam colocados em questão, à mercê das decisões desse grupo parlamentar elitista, formado por brancos, hêteros, religiosos extremistas e ultraconservadores (FRANCO, 2017).

Diante desse contexto, o que temos é a tentativa de inibir a formação de famílias que não se pautem na lógica tradicional clássica, caracterizadas como heterossexuais, monogâmicas, binárias e hierarquizadas. Faz-se importante ressaltar que, com isso, não estamos falando de proibições explícitas. Trata-se de algo realizado a partir da omissão, uma vez que já temos um caráter taxativo muito bem delimitado pelas leis no que se refere ao modelo familiar. Dessa maneira, “homossexuais, pessoas trans, famílias formadas pelo afeto sexual de três ou mais pessoas, ou ainda não monogâmicas, são completamente excluídas do ordenamento através do silêncio e da invisibilização” (SANTOS; SILVA, 2013). Esse silenciamento ou falta de conhecimento acontece inclusive dentro das ciências médicas no momento em que o trabalho desses profissionais é acionado para atendimento dessas pessoas.

Foucault (1985, p. 106), em *História da Sexualidade III*, elabora uma análise a respeito da existência de um difundido interesse pela profissão médica, dada desde a época dos Flavianos e dos Antoninos. A primeira se refere a uma dinastia romana que governou o império entre os anos 69 e 96 e, a segunda, ao período em que quatro imperadores romanos

governaram entre 138 e 192. Segundo o autor, a medicina não era somente uma técnica, como é nos dias de hoje, entendida essencialmente como uma ciência que intervém em caso de doença, receita remédio e executa operações. Nesse recorte histórico selecionado por Foucault, a ela era concebida a sutil autoridade de gerir os corpos, definindo-se a maneira de viver e as diferentes atividades de interação com o meio. A partir disso, a medicina propunha, sob um regime, uma estrutura de racionalidade e de conduta que ditava a necessidade do indivíduo de recorrer aos médicos durante quase todos os instantes de seus dias e noites. Desse período histórico, um dos pontos de inquietação é o grau e a forma de dependência da vida com a autoridade médica em contraste com o que ocorre contemporaneamente.

De modo geral, o que temos desde a época clássica é uma continuidade da medicina enquanto dispositivo de controle dos corpos humanos. Por mais que essa ciência passe por atualizações, entendemos que seus princípios gerais ainda são os mesmos. O que ocorre são ajustes mais estritos, com o objetivo de fazer com que os indivíduos permaneçam a observar seus corpos e que mantenham a constante vigilância do corpo dos outros. É mediante a esse quadro de vigia global ao corpo que a medicina pontua a questão dos prazeres sexuais, daquilo que é positivo e negativo para o organismo e para os procedimentos a que convém submeter os corpos (FOUCAULT, 1985, p. 109).

Segundo o pós-estruturalista, ainda na época clássica, o regime de vigilância do próprio corpo tentava centralizar nele a responsabilidade do prazer sexual. Isso era dado a partir do exame de seu estado, do seu equilíbrio, de suas disposições gerais ou passageiras, de suas alterações patológicas, entre outras, capazes de determinar o tipo de conduta necessária que cada indivíduo deveria tomar diante do quadro clínico. Dessa forma, tinha-se o corpo como o responsável por elaborar as leis dele próprio.

Contudo, Foucault também chama atenção para a importância da alma, uma vez que esta se coloca como uma responsável pelo desempenho dos corpos. De acordo com o professor, “ela que incessantemente se arrisca a levar o corpo além de sua mecânica própria e de suas necessidades elementares; é ela que te incita a escolher momentos que não são apropriados, a agir em circunstâncias suspeitas, a contrariar as disposições naturais” (FOUCAULT, 1985, p. 136). É a partir do exercício de análise crítica das práticas médicas na época que o autor entende o porquê do desenvolvimento metódico de conhecimento da fisiologia do corpo. Uma vez que o corpo tende a se afastar dele mesmo pelo efeito de suas paixões, imaginação, prazeres e amores, seria a partir da sabedoria em relação à fisiologia do corpo que algum controle poderia ser desenvolvido em relação ao indivíduo, já que controlar os impulsos da alma é algo menos material (FOUCAULT, 1985, p. 136).

Neste sentido, é a partir de alguns regimes médicos que se fez possível identificar certa “patologização” do ato sexual - lembrando que, neste ponto de seu texto, Foucault realiza uma análise em relação à medicina greco-romana, não se tratando ainda do que foi produzido mais tarde nas sociedades ocidentais. Assim, o autor busca raízes que possivelmente influenciaram tardiamente a sociedade ocidental. Nesse intuito, fazia-se importante destacar que a medicina greco-romana inscrevia o ato sexual num regime no qual o corpo poderia sofrer alterações no próprio organismo. Ela funcionava, portanto, de maneira a relacionar o ato sexual ao risco de ser afetado e conseqüentemente desenvolver diversas doenças (FOUCAULT, 1985, p. 144).

Dessa forma, existiam nessas sociedades um caráter de natureza do ato sexual, um discurso sobre aquilo que era dado como verdade funcionando como mecanismo de ensinar ao sujeito aquilo que, por natureza, são os atos sexuais. Nessas recomendações é que mais tardiamente a moral cristã e todo o pensamento médico ocidental se embasaram. Junto a estes, têm-se o desenvolvimento de analogias de “temor das desgraças individuais e dos males coletivos que podem ser suscitados por um desregramento da conduta sexual; necessidade de um domínio rigoroso dos desejos, de uma luta contra as imagens e de uma anulação do prazer como fim das relações sexuais” (FOUCAULT, 1985, p. 145). Também é importante lembrar que existiu um retorno explícito da medicina latina e grega, no século XVIII e início do XIX, aos ensinamentos clássicos, no intuito de desenvolvimento de uma nova patologização do sexo (FOUCAULT, 1985, p. 146).

Se optarmos por exemplos e ou detalhamentos maiores na história sobre os modos de articulação do dispositivo da sexualidade, podemos pensar no subdispositivo desenvolvido na década de 80, contribuinte de um novo momento de controle das práticas sexuais. Seria este a que nos referimos o responsável por uma repatologização da sexualidade, ocorrida no período da emergência da epidemia de HIV-AIDS¹². Nesse momento histórico, tivemos um discurso da saúde pública totalmente voltado para as relações sexuais e, com isso, um reforço muito grande de práticas heterossexuais como forma de se precaver à doença. Foi um período em que pouco se sabia do vírus, mas, como o número catalogado de infectados estava em sua grande maioria entre os gays, uma nova forma de instituir vigias às maneiras de se lidar com a sexualidade foi pensada. O homoerotismo foi associado a um vírus mortal, como pânico sexual da história (PELÚCIO, 2009). Assim, “[a aids] foi estudada inicialmente em homossexuais, começou a ser procurada insistentemente em homossexuais e, naturalmente,

¹² Sugiro que assistam ao documentário “Cartas para Além dos Muros”. O mesmo conta a história da trajetória do HIV e da AIDS no Brasil.

foi encontrada em homossexuais” (Dr. Jean Claude Nahoum, *apud* Perlongher, 1987).

Neste cenário, muitos rapazes “não gays”, mas que se relacionavam com outros homens se esforçavam para manter seus interesses sexuais muito escondidos. Alguns deles tinham vidas duplas - com isso, remontamos àqueles que, com companheiras, se casavam, costumavam ter filhos (as) e manter em segredo relações extraconjugais com homens. Dessa forma, eles guardavam sigilosamente seus desejos ilegítimos, mas vivenciavam seus anseios. Do outro lado do cenário, tínhamos, na visibilidade das ruas, as travestis, pessoas que historicamente sempre foram alvo de LGBTQIfobia e que, naquele momento, tinham em si holofotes de discursos preventivos do Ministério da Saúde. A busca febril por identificar a causa da doença abriu espaço para que fantasias fossem afirmadas como verdade e para que toda uma cosmologia cultural se empregasse no discurso das pessoas (PELÚCIO, 2009).

Não existe nenhuma coincidência se associarmos esse período de repatologização da homossexualidade justo com a ocasião em que a sociedade passava por um processo de questionamento, pós-1968, das estruturas familiares dadas como ideais. Esse momento foi conhecido como Revolução Sexual¹³. Um dos marcos desse período é o imperativo da busca pela separação entre o prazer e a reprodução na sexualidade.

Seguindo o ritmo de questionamento e de afirmação de identidade, tivemos um grande feito no ano de 1973, quando a Associação Psiquiátrica Americana retirou a homossexualidade da listagem de doenças¹⁴. Porém, no ano de 1979, em Nova York, foi identificado um significativo número de casos de pessoas homossexuais que apresentavam sintomas similares ao que hoje conhecemos como HIV. E foi em 1982 que a doença GRI (Imunodeficiência Gay Adquirida) começou a ser mais bem estudada.

Ainda no mesmo ano, ocorreu uma modificação no nome da doença, que passa a ser conhecida como AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), porém, a homossexualidade continuou sendo vista de forma negligenciada e precursora da doença (PELÚCIO, 2009). Conforme assinalam Sampaio e Germano, “[o] perigo do sexo anal ganhou uma roupagem científica e permeada pela higienização da sexualidade” (SAMPAIO; GERMANO, 2014). Desse modo, “[f]antasias de declínio, degeneração e morte encontraram seu alvo nos pacientes, predominantemente vistos como homossexuais, usuários de drogas endovenosas e imigrantes negros” (PELÚCIO, 2009). É válido lembrar que a contaminação

¹³ ‘A “saída do armário”, movimento iniciado no final da década de 1960...defendia que os homossexuais deveriam revelar para todos a sua orientação sexual, a fim de mostrar para a sociedade em geral que muitos gays faziam parte do seu convívio pessoal e não eram aberrações (SAMPAIO; GERMANO, 2014).

¹⁴ No Brasil, passamos pelo processo de despatologização da homossexualidade somente em 1985, após decisão do Conselho Federal de Medicina.

endovenosa pelo vírus não recebeu tanta atenção quanto aquela dispensada à orientação sexual.

Nesse período, várias hipóteses e teorias foram lançadas, de modo que podemos situar um marco sem precedência e de cunho totalmente preconceituoso na década de 80. Trata-se da ideia de que a doença foi disseminada a partir da relação sexual de pessoas de origem Africana e Haitiana, que possivelmente mantinham relações sexuais com a espécie de macaco-verde africano. Estas teriam desenvolvido a doença e a propagado a partir do turismo gay vindo dos Estados Unidos (FARMER, 1992). Temos aí informações sem qualquer fundamento e comprovação, mas que contribuíram para a associação do HIV com o sexo entre homens e com sua origem em países majoritariamente negros.

O que tivemos diante do pavoroso cenário da epidemia de HIV foi um restabelecimento das categorias normativas do dispositivo da sexualidade. A partir dele, foi disseminada a ideia de que quanto mais praticante do “bom sexo”, menores seriam os riscos de contaminação, de modo tal que esse momento serviu como uma resposta médica à geração pró *Revolução Sexual* (PELÚRIO, 2009). Diante desse contexto histórico, temos como reflexo nos dias de hoje a associação direta dos casos de HIV à homossexualidade. Mas episódios os quais demonstram que heterossexuais também apresentam riscos de contaminação para seus companheiros (as), que existe a possibilidade de contaminação no momento do parto e ou aleitamento do bebe, que alguns heterossexuais continuam “no armário¹⁵”, entre outras situações, não recebem tamanha atenção.

Isso de certa forma nos faz questionar o próprio sistema de saúde no que se refere ao combate ao HIV. Até que ponto eles, em conformidade com a mídia, não contribuem para que essa ideia continue a existir? (PELÚRIO, 2009). Lembrando que aqui não estamos entrando em questões clínicas e ou associadas a medidas profiláticas. Reconhecemos os esforços e os avanços da medicina para com o tratamento do vírus e tivemos inclusive uma parceria do Movimento LGBTQIA+ com o Estado na criação do Programa Nacional de AIDS no Ministério da Saúde¹⁶, no ano de 1988. Estamos apenas pontuando o índice de contribuição e responsabilidade de alguns setores no que se refere a uma repatologização da homossexualidade.

¹⁵ Expressão que se refere a pessoas que apresentam sua orientação sexual e ou identidade de gênero reservadas.

¹⁶ “Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças” (PEREIRA, 2016).

Por que não pensamos e criamos políticas para as fechativas e passivas, por exemplo? A nossa política de prevenção à Aids, por exemplo, é tão falocêntrica que nunca conseguimos implantar em larga escala a distribuição de lubrificantes para o sexo anal junto com os preservativos, esses sim amplamente distribuídos. Além disso, para muitos profissionais do campo da saúde, o sexo anal continua sendo uma prática suja e perigosa, quando não uma perversão. O ânus não é considerado um órgão sexual porque faz parte do aparelho digestivo, é sujo e não tem uma função reprodutora (COLLING, 2013, p.).

Adicionalmente ao supracitado, temos uma realidade que lida com as LGBTQIA+ de forma desigual, fazendo-se notória a ideia de que “a homotranslesbofobia ainda não é criminalizada e existem as restrições nas aquisições de hormônio femininos e masculinos nas redes de saúde, para além da rejeição ao nome social” (FRANCO, 2017). É importante ainda lembrar que temos um processo extremamente burocrático para a “retificação” de sexo e gênero. Para o sujeito conseguir avançar até o nível cirúrgico de transgenitação, ele precisa apresentar laudos médicos que diagnostiquem a “doença” e após isso, existe um novo momento burocrático no que se refere à mudança dada em seus registros civis (SILVA; OLIVEIRA, 2016). Vemos aí um discurso médico agindo de forma conjunta com o nosso sistema de leis, ambos legitimando a estrutura familiar, de gênero e identidade, através da normalidade.

Em relação aos transexuais deve-se pedir licença ao Estado, após um longo processo de avaliação diagnóstica. Se diagnosticado como alguém que tem realmente uma “identidade” que não combina com seu corpo, lhe é autorizado. No caso de intersex, geralmente crianças, também é o Estado que autoriza a alteração da genitália, também após diagnóstico médico, com acompanhamento psicológico da família (MÉLLO, 2012, p.).

O autor Méllo (2012) problematiza a discussão ao falar sobre as pessoas intersex, uma vez que, quando um indivíduo tem o diagnóstico de “ambiguidade”, a cirurgia é dada como “direito” alimentado pelo Estado. A questão é que esta é feita como “reparadora de uma deficiência”. E uma das justificativas para se realizar o procedimento cirúrgico é a de evitar danos discriminatórios na vida da criança. Porém, de acordo com o autor, o que se tem é uma realidade segundo a qual uma vez diagnosticado como “ambíguo”, chamado hermafrodita, o sujeito levará esse estigma por toda vida. Trata-se de um tipo de discriminação que vem antes do processo cirúrgico e que não é findado quando o “reparo” é realizado.

No momento em que pensamos na vida de pessoas que passam pela “reparação” de sexo, tanto sujeitos trans quanto intersex, conclui-se que não será a cirurgia a responsável por definitivamente acabar com o preconceito. Se pensarmos mais especificamente nas pessoas trans, em todo o sofrimento decorrente do corte, da operação, da internação e da medicação que a pessoa necessita tomar pelo resto de suas vida, somos levados a questionamentos como:

o órgão público realmente pensa nisso? Para além disso, os julgamentos sociais, dados inclusive pelo olhar, deixam de acontecer quando se está diante desses corpos cirurgicamente modificados? Acredito que não precisamos entender muito da luta LGBTQIA+ para sabermos que a resposta para essa pergunta é que a repressão e a discriminação não deixarão de existir, infelizmente (MÉLLO, 2012).

Essas pessoas são categoricamente estigmatizadas diante de uma sociedade heterocentrada. Goffman (1988), em sua obra *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* traz significativas considerações a respeito dos meios que a sociedade utiliza para categorizar os sujeitos. Segundo o autor, são estabelecidos atributos socialmente aceitáveis, denominados como comuns e naturais, e os atributos de estranhamento. Os primeiros, como o próprio nome já diz, são naturalizados na rotina de relações de dado agrupamento de pessoas. Isso acontece de maneira que ‘as rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular’ (p.12). O que se tem diante disso é, muitas vezes, o estabelecimento de laços ou a presença em espaços em que a compreensão daquilo que é dado como atributo natural é a mesma. Por conseguinte, quando algum sujeito às margens do padrão nos é apresentado, automaticamente desenvolvemos uma análise de seus atributos, e quando estes não são comuns, experienciamos certo estranhamento. Um exemplo de tal situação pode ser o convite à memória de momentos em que conhecemos sujeitos de orientação sexual não binária e buscamos compreender, dentro da lógica do binarismo biológico (homem/mulher), com quem a pessoa possivelmente se relaciona.

Este exemplo demonstra como, ao “nos deparamos com um indivíduo já pressupomos um gênero, sexualidade e outras diversas características, que por vezes, não condiz com a ‘normalidade’ que a sociedade impõe” (SILVA; OLIVEIRA, 2016). Conseguimos observar essa situação a partir do exemplo do sujeito não-binário supracitado. Além disso, somos capazes de identificar que nem todos os atributos incomuns e não desejáveis são levados em consideração no momento em que categorizamos os sujeitos. O exercício que realizamos é o de identificar incongruências de acordo com os estereótipos que criamos para cada pessoa de forma prévia. É como se os indivíduos tivessem que seguir o protocolo que nós pré-determinamos, mesmo que inconscientemente, para elas. Caso isso não aconteça, experienciamos uma situação de estranhamento do diferente, em um sentido negativo. Consequentemente, construímos teorias que reforçam a ideia de que o sujeito é inferior por possuir tais particularidades e, com isso,

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que se encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais (GOFFMAN, 1988, p.14).

No caso do nosso objeto de estudo, teríamos um conjunto de características dadas como normais e essenciais pela heteronormatividade e um distanciamento dos sujeitos que negam tais imposições, lembrando que as normativas não são propostas apenas para sujeitos não heterossexuais cisgênero.

Nos escritos de Goffman (1988, p. 139), o autor elenca alguns fatores que favorecem a imagem de pessoas do sexo masculino, a saber: homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, heterossexual, bem empregado, com ensino superior, bom peso, boa altura, entre outros. Diante do reflexo que essas imposições podem acarretar na vida de LGBTQIA+, algumas vezes, o sentimento dessas pessoas pode vir a ser o de que elas devem (re)existir a essas imposições. Para isso, elas geralmente buscam apoio de pessoas próximas, como as da militância, de ideologias de empoderamento, de crenças, etc..

Entendendo o sujeito enquanto produto e produtor das relações sociais em que está inserido, podemos ver a homofobia enquanto uma construção cultural e social que recai sobre todas as pessoas, sejam elas heterossexuais ou não, tanto no sentido de expressá-la (serem homofóbicas) como no sentido de serem afetadas por ela (vítimas delas- seja pela vivência da homossexualidade, ou pelas dissidências das normas de gênero) (TOLETO; PINAFI, 2012).

Alguns LGBTQIA+ tentam demonstrar que se sentem “um ser humano completamente normal e que nós é que não somos suficientemente humanos. Ele carrega um estigma, mas não parece impressionado ou arrependido por fazê-lo” (GOFFMAN, 1988, p.16). Temos aí um tipo de sentimento, de posicionamento dentre vários existentes. Sabemos, em compensação a um dizer como este, que existem pessoas as quais optam por uma discrição maior, pessoas que reproduzem heteronormatividades para serem mais bem aceitas e até pessoas que inibem sentimentos e sensações. Faz-se importante lembrar que nenhuma pessoa está isenta de sofrer as normalizações ditadas pelo dispositivo da sexualidade.

O que trouxemos neste subcapítulo foi uma breve exposição dos modos pelos quais o dispositivo da sexualidade atua sobre a vida dos sujeitos e de como isso pode ser observado no cotidiano a partir de exemplos contemporâneos. Diante do exposto, pode-se constatar que existe uma hipervalorização das heteronormatividades e isso atua nas mais diversas instâncias no momento de manipulação de cada uma de nossas identidades. Elencamos fatores vindos das ciências médicas que corroboram com o silenciamento das heterogeneidades e no

próximo subcapítulo faremos o exercício de tentar demonstrar como o sistema de leis contribui para que o sistema de engrenagem das normatizações continue a existir.

3.2 Políticas públicas no Brasil, identidade LGBTQIA+ e o paradigma da igualdade

A construção política do sujeito se origina de movimentos de legitimação e de exclusão, e essas operações são ocultadas e naturalizadas pelos fundamentos da estrutura jurídica. Sendo esta a responsável por produzir o que ela alega representar, temos aí a função dual de poder jurídico e produtivo. Com efeito, a lei cria e oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de tal maneira que essa formação discursiva legitima a hegemonia reguladora da lei (BUTLER, 2017, p.17).

O referencial teórico desenvolvido por Butler (2017, p.17), no que se refere ao questionamento sobre a forma com que são construídas e implementadas as leis, as posiciona como contribuintes do dispositivo de controle das sexualidades. Isso porque elas possuem o poder dar visibilidade ou invisibilizar pautas, as quais, por sua vez, podem contribuir com o processo discriminatório do indivíduo. Nem sempre as leis podem garantir a jurisprudência para todas as pessoas que pertencem à coletividade LGBTQIA+. Isso acontece em decorrência da existência de um sistema legislativo que não se dedica a conhecer as diversidades dentro da sigla, tendo os sujeitos LGBTQIA+ que se adequarem às imposições desse sistema.

Ainda conforme a autora, as críticas tecidas a respeito das categorias de identidade não estão fora da estrutura jurídica e política de hegemonia, afinal, não existe posição fora desse campo. Porém, a busca que deve ser iniciada é a de uma reformulação dada no interior da estrutura constituída, de maneira a questionar como são naturalizadas apenas algumas categorias (BUTLER, 2017, p. 23).

A própria unidade não problematizada da noção de “mulher”, responsável por construir laços de solidariedade de identidade, induz a uma divisão no sujeito feminista por meio de uma diferenciação entre sexo e gênero. Concebida originalmente para questionar a teoria de que a biologia é o destino, a diferenciação entre sexo e gênero mostra que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é algo culturalmente construído. Com isso, entende-se que o gênero não possui relação de causalidade com o sexo, nem tampouco é algo fixo. Gênero, nessa perspectiva filosófica, é um significado cultural assumido por um corpo sexual, não decorrendo de um sexo desta ou daquela maneira. Temos aí uma descontinuidade radical entre corpo sexuado e gênero culturalmente construído (BUTLER,

2017, p. 26).

Neste sentido, categorias que questionam o enquadramento do gênero trazem também o debate a respeito de que tipo de identidade é socialmente aceita. Isso porque essa identidade nem sempre é capaz de representar o *status* autoidêntico de todos os indivíduos. A identidade muitas vezes cumpre um papel de ideal normativo que homogeneiza práticas, ao invés de permitir que o sujeito possa, a partir dela, descrever suas experiências e emoções singulares. É através de práticas reguladoras que governam as noções de gênero que também é possível se desenvolver uma noção do tipo de identidade que é culturalmente inteligível e bem aceita (BUTLER, 2017, p.43).

Franco (2017) colabora com a discussão na qual nos enveredamos ao dizer que as leis contemplam o perfil da identidade socialmente aceita e que “as políticas públicas vigentes ainda não refletem em uma diminuição dos assassinatos, torturas, assédios, estupros, agressões físicas, verbais, sexuais que continuam presentes de forma intensiva na história de pessoas LGBT na sociedade” (FRANCO, 2017, p.). O que o autor propõe como tentativa de modificar essa realidade é o desenvolvimento de intervenções em ambientes escolares agindo em concomitância com trabalhos familiares. Outra alternativa possível de ser articulada e que traria bons resultados seria a inclusão de LGBTQIA+ nos ambientes empresariais, cargos de chefia, administração pública, universidades, entre outras posições de destaque na sociedade como um todo.

A seguir, traremos fragmentos retirados das entrevistas que realizamos para demonstrar como algumas situações são notadas no cotidiano de pessoas LGBTQIA+ residentes na cidade de Juiz de Fora-MG. Neste sentido, Flora (nome fictício adotado para uma de nossas entrevistadas) nos contou da necessidade de se ter LGBTQIA+ na organização de ambientes de festas na cidade, isso como tentativa de fazer com que todos os integrantes da sigla consigam acessar espaços de festa. Em suas palavras:

É claro que tem métodos de fazer com que as pessoas participem desse espaço, mas assim, isso só vai acontecer se tiver uma outra pessoa LGBT ali dentro, fora disso não vai ter. Nesse caso eu nem estou falando de pink money não. Sei que pink money existe na comunidade LGBT como um todo, totalmente voltado pro consumo. Eu estou falando é que não existe um pensamento objetivo de fazer com que essas pessoas participem efetivamente, sabe? É necessário ter uma LGBT ali dentro pensando em como a pessoa vai se sentir.

Os enunciados de Flora ressaltam que, para se pensar em um ambiente com efetivo direcionamento voltado ao público LGBTQIA+, seja ele de festa ou não, é importante que esteja na organização uma LGBTQIA+. Na prática, muitos dos espaços e eventos são pensados por heterossexuais e com isso nem todas as pautas e ou necessidades de LGBTQIA+

são contempladas. É importante que saibamos que a sigla representa para além de somente gays e lésbicas e que os espaços também precisam ser pensados de forma a contemplar transexuais, pessoas não binárias e mais.

O processo de emancipação profissional da coletividade LGBTQIA+ passa por uma reestruturação de toda a sociedade e, nesse caso, pensar em medidas educacionais representa uma outra etapa nesse caminho favorável a ser adotado. Franco (2017) acredita que a implementação de intervenções pedagógicas com temática de gênero e sexualidade no contexto escolar pode contribuir significativamente com o crescimento da conscientização. Porém, sabemos que o contexto político no qual o Brasil se encontra limita algumas possibilidades, e isso possui relação com acordos dados entre setores evangélicos conservadores com o Congresso Nacional e Governo Federal. Exemplo dessa situação pode ser dado quando, no ano de 2011, o governo federal mandou recolher o kit educativo anti-homofobia¹⁷ de treze estados da região Norte e Nordeste, cedendo a pressões religiosas. Este material recebeu o nome de *kit gay*, alcunha propostas por alguns parlamentares e propagada em várias instâncias da sociedade.

No que tange à elaboração e execução de projetos que contemplem a coletividade LGBTQIA+, sabemos que se trata de algo relativamente recente no contexto brasileiro. Isso se reflete no fato de que, embora reconheçamos os avanços das leis, temos consciência da existência de uma estrutura de dominação hegemônica a qual busca resistir a esse tipo de pauta. O sistema estatal é visto, pelo movimento LGBTQIA+, como fundado no patriarcado, na misoginia e no racismo, culminando no que temos hoje de sistema político, de modo que esse contexto possui relação com a nossa história. A homossexualidade era perfilada como crime, depois, foi vista como doença, em outros momentos, como vício, e a busca diária é por fazer com que esta sexualidade seja vista como uma orientação sexual a ser respeitada. Porém, nos deparamos com situações que comprovam que as políticas públicas não contemplam a pauta do movimento num todo (FRANCO, 2017). Neste caso, é importante o reconhecimento de que “negar o direito à comunidade LGBT é violar a dignidade da pessoa humana, liberdade e outros princípios fundamentais que estão expressos na CF/88”¹⁸ (SILVA; OLIVEIRA, 2016). O exercício que deve ser depreendido é o de conscientização social para o combate à LGBTQIfobia.

Junto às demandas legítimas levantadas pelo movimento LGBTQIA+ no que se refere a

¹⁷ Material com informativos sobre homofobia, gravidez na adolescência, transmissão da AIDS, entre outros temas afins. Este seria distribuído em escolas de rede pública brasileira.

¹⁸ Constituição Federal de 1988.

políticas contemplativas, temos outro ponto a ser questionado e que se coloca como de grande relevância. Seria este o responsável por indagar algumas políticas específicas direcionadas a esse público, uma vez que elas podem invisibilizar categorias e necessidades de alguns sujeitos. Haja vista que as leis são capazes de moldar práticas e modos de vida dados como adequados e ou desejáveis (SAMPAIO; GERMANO, 2014). Neste ponto, voltáramos ao que colocamos nos parágrafos anteriores, onde a estrutura de dominação desse sistema é comandada pelo patriarcado. Logo, faz-se relevante pensar em quais as pessoas que elaboraram as leis, em que momento da história isso acontece, se foi um comum acordo, entre outros pontos cruciais, como a necessidade de LGBTQIA+ no momento de proposição dessas leis.

Com isso, conclui-se que “a política LGBT constituída a partir da noção de identidade, na tentativa de assegurar os direitos de uma população ‘excluída’, termina por criar outras zonas de exclusão” (SAMPAIO; GERMANO, 2014). Neste caso, os autores se referem a políticas elaboradas a partir da compreensão da identidade vinda do binarismo sexual homem/macho, mulher/fêmea. E mesmo que as políticas reconheçam a homossexualidade, ainda não são capazes de compreender as várias formas de bissexualidade. Isso é decorrente de uma “concepção fortemente polarizada dos gêneros, que esconde a pluralidade existente em cada um dos polos” (LOURO, 2003).

Quanto à proposta de politização e/ou reconhecimento das distintas identidades de gênero e orientações sexuais dos sujeitos, observamos que muitas vezes o intuito é o de retirada do estigma que os diferencia das demais pessoas. Porém, na medida em que o exercício de autoconhecimento é realizado pelo sujeito LGBTQIA+, o indivíduo de fato pode passar a se afirmar enquanto diferente. Seus anseios são distintos daqueles impostos pela vida que um dia lhe fora negada. Teríamos, nesse caso, a afirmação das diferenças existentes entre os LGBTQIA+ e os heterossexuais cisgênero. E na medida em que é dada maior atenção a tudo isso, é colocada uma linha divisória responsável por consolidar de forma pública sua diferença (GOFFMAN, 1988, p. 125). Porém, o cuidado a ser levado em consideração quanto a esse estabelecimento da diferença está diretamente relacionado à possibilidade de reprodução de uma nova dualidade. É necessário o estabelecimento de diálogo entre as pessoas inseridas em sociedade e, mais do que isso, é importante que o discurso entre as partes consiga alcançar sujeitos pertencentes a outras categorias. Nas palavras de Goffman (1988):

Por outro lado, se ele procura algum tipo de separação e não de assimilação, pode descobrir que está necessariamente apresentando os seus esforços militantes na

linguagem e no estilo de seus inimigos. Além disso, os argumentos que apresenta, a situação que examina, as estratégias que defende são parte de um idioma de expressão e sentimento que pertence a toda a sociedade. Seu desdém por uma sociedade que o rejeita só pode ser entendido em termos da concepção que aquela sociedade tem de orgulho, dignidade e independência. Em resumo, a não ser que exista alguma cultura de natureza diferente na qual ele possa refugiar-se, quanto mais ele, estruturalmente, se separa dos normais, mais parecido com eles ele se tornará nos aspectos culturais (GOFFMAN, 1988, p. 125, 126).

Foucault (1996, p.268) pondera que o movimento de reconhecimento das diferenças entre sujeitos LGBTQIA+ deve buscar uma expansão que fuja dos ideários propostos pelo dispositivo de sexualidade e, para tal, faz-se necessário que a interpretação da sexualidade ultrapasse a questão sexual e que vá além do orgasmo. Esse movimento transcende e reivindica novas formas de cultura para além do sexológico. Mas vale ressaltar que o autor também reconhece que a valorização do sexual possui relação com a resistência da sociedade em reconhecer a prática sexual entre sujeitos homossexuais. Nesse contexto, Madlener; Dinis (2007) trazem contribuições no que se refere às dificuldades que podem aparecer na medida em que se busca pela expansão das compreensões da sexualidade. Segundo os autores:

Não se pode deixar de ver o outro lado dessa discussão, pois ao se repensar a questão da identidade homossexual, derrubando as cercas da sexualidade e ampliando a percepção do desejo, pode-se retornar a uma postura opressora, que através do discurso da diversidade e do fim das identidades, passaria a ocultar a homossexualidade, encobrindo-a sob o manto da inclusão e da diversidade. Logo, não se trata de ignorar a homossexualidade, mas de ampliar a reflexão acerca das possibilidades de construção das identidades (MADLENER; DINIS, 2007).

Assim, o trabalho a ser desenvolvido para melhorar a compreensão das identidades sexuais existentes e que podem vir ainda a serem conhecidas requer execução cuidadosa. Na própria bibliografia, se nos debruçarmos com mais atenção, nos depararemos com linhas de pensamentos que costumam não se cruzar. O autor Colling (2013), por exemplo, além de ser um renomado pesquisador da área, ocupou o cargo de integrante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse estudioso possui grande embasamento teórico quando o assunto se refere à diversidade das sexualidades e de gênero e a como esse assunto precisa ser pensado sob uma ótica da diferença.

Segundo Colling (2013), existe um tipo de reducionismo e de excludência toda vez que o discurso em torno do paradigma da igualdade é utilizado. E isso na maioria das vezes acontece de forma não intencional por parte dos sujeitos. A verdade é que de fato somos pessoas iguais em vários pontos, porém, temos muitas diferenças que precisam ser ressaltadas. Esse fator contribui para a necessidade de se reivindicar por direitos específicos, os quais

busquem contemplar as diferenças de cada grupo. A estratégia de raciocínio do autor não nega os muitos feitos e conquistas que grupos subalternizados já alcançaram dentro da lógica da igualdade, porém, ressalta que existem discriminações sofridas que não se encaixam em todas as características atribuídas à identidade coletiva. Um exemplo dado por Colling é o seguinte: “quando uma travesti diz que outra trans não pode reivindicar a identidade de mulher, é porque, para ser mulher e ter identidade feminina, é preciso preencher uma série de requisitos” (COLLING, 2013). E esse conflito de opinião pode vir a acontecer até mesmo quando a trans afirma se identificar como sendo uma mulher. Neste caso, vemos que além da discriminação sofrida pela trans, ainda temos o caso de condenação à invisibilidade.

Para além da invisibilização dos sujeitos, não podemos deixar de levar em consideração que a aproximação do movimento LGBTQIA+ da sociedade civil se defronta com a estreita relação de reprodução do patriarcado. Resultado disso seria a existência de um sistema político brasileiro que pode ser considerado um entrave para a aquisição de conquistas pró-movimento (FRANCO, 2017). Lembrando que se trata de conquistas mínimas que garantem a existência e a permanência dos sujeitos, o coletivo LGBTQIA+ não busca discrepância e ou vantagem em relação ao modelo dado para os heterossexuais. Ele só busca condições básicas para uma vida com respeito e dignidade a partir dos mecanismos oferecidos pelo Estado.

Na busca por essa aquisição de direitos, podemos observar diferença entre os sujeitos. Dentro da sigla LGBTQIA+, temos pessoas mais vulneráveis que outras. Logo, nada mais justo do que um reconhecimento dessas diferenças e o desenvolvimento de políticas que contemplem às demandas dessas diferenças. Podemos notar isso a partir de dados numéricos que demonstram a vulnerabilidade dos sujeitos e reconhecer que isso também faz parte do dispositivo da sexualidade. Segundo o antropólogo Luiz Mott, responsável pela coordenação do relatório do Grupo Gay da Bahia:

Em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas. Sob o rótulo “trans”, foram incluídas 81 travestis, 72 mulheres transexuais, 6 homens trans, 2 dragqueens, 2 pessoas não-binárias e 1 transformista. Esse total de 164 mortes, se referidas a 1 milhão de pessoas trans existentes em nosso país, estimativa referendada pelas próprias associações da categoria, indicam que o risco **de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay** (GGB, pág. 3, 2016).

Diante do reconhecimento de diferenças como as supracitadas, Colling (2013) diz que a busca por direito à sexualidade e gênero deve ser dada a partir da semelhança existente entre os diferentes sujeitos, sem colocá-los em um agrupamento de pautas homogêneas. Isso é feito

a partir da combinação de políticas afirmativas com políticas de reconhecimento de nossas diferenças. Para tal, faz-se necessária a identificação de grupos e de pessoas que sofrem discriminação por motivos similares. O exemplo que o autor traz é o de sujeitos que sofrem discriminações decorrentes do fato de nossas leis impedirem o livre uso do corpo. Nesse caso, teríamos as feministas que defendem o direito ao aborto, as pessoas trans que lutam por condições de mudança de seus corpos e profissionais do sexo que gostariam que sua profissão fosse regularizada. Temos aí três distintos grupos que têm o corpo como interesse principal. A ideia é que essas categorias se unam sem invisibilizar suas diferenças e preservem a pauta central que as une. A *Marcha das Vadias* é um dos poucos exemplos que o autor identifica como ilustração de como essa tentativa é feita.

Enquanto isso, diga-se de passagem, é exatamente isso o que os fundamentalistas religiosos estão fazendo. Temporariamente, muitos deles esqueceram as suas disputas por fiéis e se uniram em torno de temas que, na perspectiva deles, atingem a todas as denominações religiosas. Um dos temas que mais geram aglutinação foi exatamente a questão LGBT (COLLING, 2013).

O exercício até aqui depreendido nesse trabalho não foi o de trazer soluções ou o de apresentar a política da diferença como sendo o caminho mais adequado a se seguir. Buscamos apenas ressaltar a existência de diferenças entre os sujeitos que compõem a sigla LGBTQIA+ e que alguns se colocam em condições de maior vulnerabilidade, haja vista que a forma com que as leis são pensadas muitas vezes não contempla a diversidade.

Acreditamos que pensadores das ciências humanas estão condenados à eterna juventude, uma vez que precisamos estar sempre nos adequando às modificações e demandas do momento em que estamos vivenciando. Goffman (2010) justifica esta realidade ao dizer que nos renovamos à medida que novos problemas vão surgindo ao longo da construção de uma sociedade mundial em constante formação. Logo, nossos apontamentos vão ao encontro da necessidade de renovação de leis e de maiores questionamentos quanto à forma com que as mesmas são elaboradas. Um segundo ponto de interesse neste subcapítulo é o de compreender as leis a partir de outra perspectiva. Indo além do que a escrita das mesmas nos apresenta, abrangendo o que os sujeitos LGBTQIA+ pensam delas e se elas os contemplam.

Neste caso, então, observamos a existência de um movimento de luta pela aquisição de direitos para LGBTQIA+ e pelo próprio crescimento em jurisprudência que ampara a temática. Porém, tudo fica muito em aberto quando se tem outras pessoas para julgar a interpretação dos fatos. Podemos notar com maior precisão na fala de uma das entrevistadas da presente pesquisa, Ficus, suas sensações e emoções ao passar por uma nítida discriminação

ocorrida em um baile de formatura na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Ficus foi convidada a se retirar do baile por estar, segundo o segurança, realizando atos obscenos na pista de dança. Porém, de acordo com o entrevistado, ele estava apenas beijando um parceiro naquele ambiente, se tratando de um casal gay. Devido à comoção de um número significativo de convidados presentes no mesmo espaço, o casal permaneceu na festa e o segurança foi questionado. Acreditamos que embora o posicionamento do segurança tenha sido rechaçado em alguma medida, a exposição da dos sujeitos LGBTQIA+ já havia ocorrido. Segundo Ficus:

Na minha experiência o assumir ser gay sempre esteve muito ligado a demonstrar afeto por outros homens em público. Isso porque eu sempre tive a certeza de que eu era gay, eu não passei por uma fase onde eu tinha dúvidas. Mas até então, todo esse afeto tinha que ser feito escondido em um local secreto, em um local onde a sociedade determina. Que é em quarto escondido ou em locais escondidos. Mas quando eu comecei a ter esses afetos em público, eu comecei a sentir um pouco dessa homofobia... Eu estava em uma festa de formatura de uma grande amiga onde todos os amigos dela, todo mundo que estava lá, eram pessoas que ou eram LGBTQs ou defendiam a causa. Então pra mim era um ambiente seguro (...) Aí eu estava ficando com o menino quando de repente chegou um segurança da festa e falou com a gente que a gente não poderia beijar ali. A primeira reação que você tem naqueles três segundos iniciais é a de que “eu sou culpado”. Então talvez venha até dessa coisa de infância e adolescência, onde é colocado pra gente como culpa, como pecado. Mas depois que passa esses poucos segundos veio uma revolta muito grande. Obviamente isso foi homofobia e como não foi um caso direto, onde ele tenha falado “vocês não podem se beijar porque vocês são gay”, fica muito difícil provar. Fica muito difícil de você levar isso na justiça. Então eu comecei esse processo, mas eu confesso que no meio dele eu desanimei por saber que chegaria um momento onde eles poderiam falar que a gente não tinha provas.

Houve um movimento pós-baile de denúncia e repúdio ao que havia acontecido. Isso ocorreu em dezembro do ano de 2017 e até hoje, ano de 2022, a empresa responsável pela organização da festa não se pronunciou. Um boletim de ocorrência foi realizado, mas nenhum retorno ao fato aconteceu. É esse tipo de exemplo que temos e que pode vir a ser mais comum do que imaginamos quando o assunto se refere à criminalização da LGBTQIfobia.

Criminalizar a homotransfobia pode não ser a solução para os crimes e muito menos para o fim da discriminação que, nos parece, está no DNA cultural da nossa sociedade. Mas é uma ferramenta de conquista da dignidade e da segurança de seres humanos, que por demonstrarem sua afetividade ou por viverem sua identidade de gênero diferente da suposta determinação da biológica sofrem agressões e assassinatos todos os dias (CANABARRO, 2013).

Todo o relato de LGBTQIfobia sofrido por Ficus vai ao encontro com o que nossa entrevistada Flora diz a respeito do quão permissiva a sociedade é com esse tipo de crime. Segundo a participante da pesquisa:

A hostilidade acontece inclusive com essas pessoas que deveriam estar ali pra te assegurar que isso não aconteça. Um segurança, por exemplo, quando você o vê

sendo homofóbico ou transfóbico, ele está sendo justamente o oposto. Ele não está desligando do pensamento dele sobre as coisas. Na verdade, eu acho que isso é até permitido, sabe? A sociedade permite que ele seja assim e ele não vai deixar de ser assim no trabalho dele. Talvez ele faça isso de uma forma que ninguém escute, sabe? E isso já aconteceu comigo algumas vezes.

Em ambos os casos, as entrevistadas relatam conflitos causados por seguranças de festas. Algo que, se minimamente pararmos para pensar, veremos que é bem contraditório com a função ao qual o profissional ocupa. Temos nestes casos, um tipo de preconceito velado e invisibilizado. Essas ações acontecem e, por não terem nenhum tipo de punição, são repetidas em outras situações.

Quando o sujeito oprimido busca por algum reconhecimento jurídico sobre o ocorrido, como aconteceu com a entrevistada Ficus, esta se coloca em outras instâncias de exposição a possíveis tipos de violência. Seriam estas as violências primárias, secundárias e terciárias. As primárias se referem ao ato da violência em si; as secundárias tratam do momento da reprodução do histórico da violência, isso dado tanto em delegacias de polícia quanto na dificuldade de se pensar sobre o ocorrido; e a terciária se trata da reprodução do fato na sociedade. Ou seja, além de ser discriminado, o sujeito que sofre LBGTfobia ainda é exposto de forma emocional a várias outras formas de preconceito.

O trabalho que o Grupo Gay da Bahia (GGB) realiza é exatamente o de tentar catalogar e quantificar a população LGBTQIA+ morta no Brasil. Tudo isso é feito a partir daquilo que é denunciado e divulgado nacionalmente. O material por eles desenvolvido se trata do único relatório anual sobre assassinato e suicídio da população no país. Devido à tamanha importância, esse relatório é reconhecido internacionalmente. Porém, acreditamos que assim como as denúncias de criminalização e LGBTQIfobia são silenciadas e colocadas em outras codificações no momento das acusações feitas pelas vítimas, os dados de morte e de suicídio também são emudecidos. E, na medida em que os atos contra a população LGBTQIA+ não são registrados como tais, estes acabam por entrar em outras categorias de discriminação, como na codificação de racismo, por exemplo. Um dos fatores que Canabarro (2013) sugere como facilitador para possíveis quantificações seria “a inclusão nos censos demográficos de possíveis indicadores que permitam evidenciar aspectos da situação social e da vida da população LGBT”, permitindo, assim, “dados concretos para a realização de políticas públicas efetivas e focadas na realidade”.

Segundo o pesquisador responsável pela sistematização de dados da hemeroteca digital “Homotransfobia Mata”¹⁹, e também organizador do relatório anual divulgado pelo

¹⁹ (<https://homofobiamata.wordpress.com>)

GGB, o advogado Eduardo Michels, existem vários tipos de LBGTfobia. Assim, cabe a nós traçarmos métodos para se interpretar tais ações:

99% destes ‘homocídios’ contra LGBT têm como agravante seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade e quer lavar com o sangue seu desejo reprimido (motivada pela **homofobia individual internalizada**); seja a homofobia cultural, que pratica **bullying** contra lésbicas e gays, expulsando as travestis para as margens da sociedade onde a violência é endêmica; seja a **homofobia institucional**, quando os Governos não garantem a segurança dos espaços frequentados pela comunidade lgbt ou vetam projetos visando a criminalização da homolesbotransfobia. Mesmo quando uma travesti está envolvida com ilícitos como consumo de drogas, pequenos furtos, sua condição de “viado” (**cultura transfóbica**) aumenta o ódio e a violência na execução do crime. De Norte a Sul do Brasil se ouve dizer: “viado tem mais é que morrer!” e pais e mães, repetem como o então Deputado Jair Bolsonaro, “prefiro meu filho morto a homossexual! (GGB, 2018).

A realidade que temos diante do que foi supracitado e exemplificado a partir da vivência de alguns sujeitos é a existência de múltiplas facetas da LBGTQIfobia e de formas distintas de ocorrência, de acordo com o perfil do sujeito. A entrevistada Jasmim, mulher cisgênero que tem se relacionado com outras mulheres, fala um pouco sobre como ela sente o preconceito dentro da sua condição e como isso se difere em comparação com o preconceito contra casais gays:

Eu acho que a segurança que os ambientes públicos e privados oferecem é pelo fato de ser mulher, não é pelos ambientes oferecerem segurança pra casais homossexuais. Isso não existe! É pelo fato de existir um olhar preconceituoso diferente com mulheres. O olhar é voltado pra sexualização do casal de mulheres. Então eu acabo tendo mais segurança em relação a um casal de homens. Um hétero escroto agride um casal de homens de uma forma diferente do que ataca um casal de mulheres. Acaba sendo uma segurança falsa a que eu tenho. Mas é isso! O máximo que penso é que vou ouvir uma piadinha ou alguma fala constrangedora do tipo: “quem é o homem da relação”, “posso participar?”

Neste subcapítulo, buscamos embasamentos que comprovem os diferentes tipos de LBGTQIfobia e a ineficiência da forma com que algumas leis são elaboradas diante de toda a diversidade da sigla LBGTQIA+. Como resultado disso, têm-se leis que contribuem para invisibilização das diferentes abordagens sofridas pelos sujeitos. Exemplificamos, a partir de nossas entrevistas, como a falta de punição para a LBGTQIfobia pode contribuir para a permanência do preconceito e como alguns sujeitos estão mais expostos a violência do que outros.

No próximo capítulo, estabeleceremos uma conexão entre o que foi até aqui apresentado e as modificações que o capital acarreta à interpretação e ao controle dos corpos. É importante nos atentarmos ao corpo como escala, uma vez que todas as mudanças espaço-temporais o

perpassam e esse processo se encontra imbricado aos ensinamentos de Foucault, no que se refere aos dispositivos de controle das sexualidades.

4. O CAPITALISMO E O CONTROLE DOS CORPOS

Pesquisas que envolvam o corpo como estratégia para se compreender os espaços culturalmente demarcados, a geografia dos lugares e toda a influência do capital nas relações humanas vêm sendo desenvolvidas desde as correntes de filosofia Pré-Socrática. Para os pensadores da época, o corpo era interpretado como “a medida de todas as coisas” (HARVEY, 2004, p.135). Ou seja, por esta ótica, compreende-se que todas as modificações que o capital acarreta no espaço perpassam o corpo humano.

A retomada desses estudos na contemporaneidade vem a contragosto do que a rede de abstração teórica, principalmente oriunda de correntes positivistas, propõe. Esses estudos sobre a temática do corpo e comportamento buscam salientar que “nenhum corpo humano é isento de processos sociais de determinação” (HARVEY, 2004, p.140). Diante disso, para se compreender fundamentalmente os valores e sentidos humanos, fazem-se necessárias proposições dialéticas sobre o corpo e seu deslocamento perante o contínuo movimento de transformação socioespacial. Isso porque o corpo não deve ser interpretado como algo somente material e fechado. O corpo é, antes de tudo, criado, sustentado e dissolvido no espaço-tempo dos processos que o criam e sustentam (HARVEY, 2004, p.137).

O que buscamos elucidar com essas teses é que existem ordenamentos superiores que manipulam o comportamento e a manutenção do corpo, os quais, por sua vez, influem na construção das espacialidades e vice-versa. Em outras palavras, “as práticas representacionais que operam na sociedade moldam o corpo (e, mediante as formas de trajar e de se portar, propõem todo tipo de sentidos simbólicos adicionais)” (HARVEY, 2004, p. 137). Seriam estas práticas constituintes do dispositivo de controle proposto por Foucault. Elas se dão de maneira a fazer com que as especificidades locais e globais influenciem na construção do espaço e dos diferentes corpos.

Esse processo de construção do corpo não ocorre somente como produto da passividade. A notoriedade de como as informações se adaptam e se moldam demonstram como são complexas e heterogêneas as relações interpessoais. Um exemplo de como isso ocorre pode ser observado na significação da presença de cantoras famosas do pop no corpo transexual. Cunha et al.,(2016), em seu trabalho *Performatividade de gênero na cultura midiática: dinâmicas de visibilidade nas trajetórias de Mc Xuxu e Titica*, fala sobre as (re)

encenações dos corpos femininos e hegemônicos das divas pop nas performances transexuais. A autora pondera que os consumidores dessa cultura cosmopolita também são agentes produtores de cultura. Logo, existem conexões entre o ser local e o ser global na dinâmica de encenação do modo de estar no mundo.

Na qualidade de “máquina desejante” capaz de criar ordem não apenas em seu próprio interior mas também em seu entorno, o corpo humano é ativo e transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem. Logo, pessoas corporificadas dotadas de capacidades semióticas e vontade moral tornam seu próprio corpo um elemento fundacional naquilo que há muito chamamos de “o corpo político” (HARVEY, 2004, p. 138).

Diante das heterogeneidades culturais e levando em consideração o sistema econômico-social no qual estamos inseridos, faz-se importante nos dedicarmos ao estudo das nuances do capitalismo. Isso porque ele vem se reinventando a cada dia, descobrindo novas formas de se manter no controle e inovando o seu processo exploratório do corpo humano.

Nesse sentido, o mercado consumidor é um importante ponto de partida para retomarmos o tema central de nossa pesquisa. O exercício que fizemos até aqui foi o de citar que as reinvenções do capitalismo podem influenciar nas manifestações corporais. Em seguida, colocamos o corpo como agente ativo, capaz de moldar e de adaptar as informações em conformidade com sua realidade local. E agora pensaremos na criação de novas necessidades inseridas no mercado consumidor. Uma vez que, é válido ressaltar, que o trabalhador, na condição de consumidor, possui poder de compra. Mesmo que esse poder seja limitado ao seu estilo de vida, haja vista que isso apresenta relação direta com o seu poder aquisitivo. Independente da categoria social a qual o sujeito ocupa, temos a influência do capitalismo na manutenção dos desejos.

Uma das formas de reinvenção adotadas pelo capitalismo é a inserção de novos tipos de mercadorias e de estilos de vida na sociedade. Através desse mecanismo, o capital cria novas necessidades, garante o seu funcionamento e supera seus momentos de crise. Esse sistema é minuciosamente controlado por táticas de persuasão, influência midiática, redes sociais, vigilância do comportamento humano e canalização dos desejos (HARVEY, 2004, p. 153). Assim, o capitalismo possui a tônica de agir “[p]roduzindo por sua vez todo tipo de pressão sobre o corpo como sede do ‘consumo racional’, bem como seu agente performativo, para fins de maior acumulação” (HARVEY, 2004, p. 153). Há, portanto, todo um aparato complexo que visa manter a estabilidade do controle.

Na medida em que esse sistema se retroalimenta, são desenvolvidas novas demandas de mercado e uma verdadeira “fábrica de desejos” é lançada no inconsciente das pessoas. Com isso, e na condição de trabalhador com limitado direito de escolha, o capital passa a ditar

hábitos e costumes a serem almejados por cada categoria. Assim, garante-se o controle do nicho de mercado e a proliferação das vendas (HARVEY, 2004, p.154).

Pensando em um de nossos demarcadores teóricos conceituais, o estigma, temos o capital como um dos principais fatores responsáveis pela estigmatização dos sujeitos. É a partir dos confrontos dos estilos de vida, dados de maneira individual ou coletiva, que o capital busca orientar o consumo e a acumulação contínua (HARVEY, 2004, p. 155). Como o autor assinala,

[O] capital se empenha continuamente em moldar os corpos de acordo com seus próprios requisitos, ao mesmo tempo que internaliza em seu *modus operandi* efeitos de desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais em mudança e interminavelmente inacabados (por vezes expressos abertamente como lutas coletivas fundadas na classe, na comunidade ou na identidade) da parte do trabalhador. Esse processo molda muitas facetas da vida social, como “opções” em termos de sexualidade e de reprodução biológica ou de cultura e modos de vida, ainda que essas “opções” (caso sejam de fato) sejam plasmadas de modo mais geral pela ordem social e por seus códigos legais, sociais e políticos, bem como por suas práticas disciplinares (incluindo as que regulam sexualidade) (HARVEY, 2004, p. 157).

Com a imersão dos sujeitos nos estilos de vida oferecidos a cada classe social, o que não se dá de forma engessada, temos a criação de símbolos de status e moda. Ambos são ditados por sujeitos que ocupam as categorias de maior poder e de influência na sociedade. Tal observação contribui para que compreendamos diretamente como o capital influencia na manipulação dos corpos, das atitudes e das relações na sociedade contemporânea. Com essa base de reflexões, nos tornamos capazes de compreender a “democracia burguesa”. Nela, a falsa ideia de uma liberdade de opinião e autonomia do sujeito é semeada na vida de cada um, e se pesquisarmos mais a fundo, compreenderemos a existência de fatores determinantes de nossas ações. Fatores estes ligados a interesses da burguesia (HARVEY, 2004, p. 164).

Portanto, o que temos é um esforço do sistema capitalista em criar novas demandas de mercado. Neste capítulo, faremos um recorte para as demandas dadas ao público LGBTQIA+, pensando que este seria um momento em que tendências são lançadas para fazer com que toda a sociedade consuma. Isso se dá devido ao fato de que, como já dito, as normalizações se adequam ao contexto histórico social dos sujeitos. E assim como já criminalizaram a homossexualidade, hoje se apropriam das ações dadas pelos corpos rebeldes e as transformam em consumo e mercadoria. Aqui, lembra-nos Foucault: “[c]omo resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu...mas seja magro, bonito e bronzeado’” (FOUCAULT, 1996, p.233).

Esse movimento e essa adequação do dispositivo de controle juntamente dos interesses

do capitalismo se responsabilizam de forma significativa pela estigmatização de sujeitos que compõem a sigla LGBTQIA+. Lembrando que aqui não temos uma perspectiva de romantizar uma coletividade e nem mesmo querer que ela se homogeneíze, até porque seria uma tarefa de difícil alcance, para não dizer impossível. E isso devido ao fato de termos nossas particularidades sociais, culturais, raciais, econômicas e todo um pluralismo de costumes. Porém, chamamos atenção para a capacidade que esse dispositivo possui no que se refere à segregação dos sujeitos. Isso acontece a partir do momento em que observamos que muitas vezes em nosso agrupamento de pessoas próximas, compartilhamos de uma aparência similar, comportamento, roupa, capital cultural, estilo musical, entre outros elementos que se aproximam. Assim, partindo do

objetivo de conquistar direitos e sermos aceitos, muitas vezes temos reificado determinadas normas que são sustentáculos da heteronormatividade. Em muitas falas e ações, por exemplo, enaltecemos *apenas* quem deseja constituir família, casar e ter filhos, os *gays* masculinos e ativos, as lésbicas femininas e criticamos as pessoas que consideramos promíscuas, os *gays* afeminados, as passivas, as lésbicas masculinizadas, as trans trabalhadoras do sexo. Não se trata de ser contra os direitos à união estável e ao casamento, mas de não transformar isso em modelo para *todas* as pessoas (COLLING, 2013).

Nessa perspectiva, a função do capitalismo é a de desenvolver novas formas de controle das manifestações sexuais. Trata-se, então, de um elemento muito importante dentro da proposta do dispositivo da sexualidade. Na sociedade pré-capitalista, a maneira de manter esse controle era dada a partir da igreja e da rigidez familiar. Estes eram os responsáveis por ordenar a vida em dada comunidade. Com a ascensão do capitalismo, a igreja e a família perderam suas centralidades, cabendo a esta os ideários de reprodução de valores afetivos. A partir da diminuição do poder de controle sobre a sociedade dado por tais instâncias, outros mecanismos foram difundidos, como aqueles estabelecidos com base no saber médico e psiquiátrico. Podemos pensar também em como o capitalismo possui relação com a aquisição razoável de poder dada entre uma pequena parcela dos LGBTQIA+. Seriam estes os sujeitos em grande maioria gays, brancos, de classe média, capazes de comprar a cidadania a partir do *pink money*²⁰ e que reproduzem aquilo que é imposto pela heteronormatividade. E esses fatores acabam por contribuir com a invisibilidade social daqueles que não se enquadram em quesitos familiares burgueses (SANTOS; SILVA, 2013).

Há diferenças consideráveis entre os níveis ocupados pelos diversos sujeitos LGBTs em sua “pirâmide erótica”, ainda mais quando se considera que somente uma pequena parte deles poderia se enquadrar no modelo que detém certa respeitabilidade e reconhecimento - casais estáveis de lésbicas e gays que não assumam identidade de gênero dissidentes das esperadas para seu sexo biológico, monogâmicos e que não expressem sua afetividade e erotismo pelo sexo oposto em

²⁰ Poder de compra da comunidade LGBTQIA+

público (TOLEDO; PINAFI, 2012, p.).

Temos, assim, a venda de uma imagem do “homossexual aceitável”. Seriam esses os sujeitos que provavelmente não colocariam em risco a estrutura heterocêntrica e que retomam a ideia de que não existe necessariamente uma negativa à homossexualidade, como assinalava Foucault. Porém, nota-se o mecanismo que coloca a heteronormatividade como controladora das sexualidades. Para se atingir a imagem do LGBTQIA+ aceitável, boas condições financeiras facilitam o processo. Contudo, é válido ressaltar que o fato de serem pessoas “mais aceitas” não faz delas sujeitos que nunca tenham sofrido algum tipo de assédio e ou discriminação, uma vez que elas podem ter sofrido em menores proporções. Há pessoas que passam situações de recriminação inclusive na infância, quando ainda não sabem o que representam tais ações. Nesse caso, podemos incluir o número de pessoas que são abusadas sexualmente e/ou que recebem os mais diferentes apelidos e xingamentos. São insultos, zombaria, agressões, perseguições e diversas formas de hostilidade dos sujeitos. A fig 5 traz alguns exemplos desses insultos:



Figura 5: Exemplos de insultos e xingamentos aos LGBTQIA+. Elaborado pela autora

O que temos diante da aceitação do sujeito LGBTQIA+ mediante a posição social a qual ocupa e/ou passa a imagem de ocupar é que possivelmente ele terá maior aceitabilidade social que outros. Notamos essa interferência do poder de compra com base na fala de nossa entrevistada Begônia, que situa a existência da segregação forjada entre o coletivo:

Eu não posso deixar de mencionar que outras questões caracterizam essa segregação. Para além das aparências, como questões raciais, econômicas e até

mesmo questões de gênero. Não pense que na comunidade G, especificamente, esses são problemas inexistentes. Eles só ganham outra conotação. O gay negro não será o comediante como Jorge Laffont na Praça é Nossa, mas ele será objetificado ali. O gay de baixa renda, por exemplo, continua sendo marginalizado em ambientes da classe média, quando pouco são invisíveis. O Gordo se não reuniu uma série de características que o coloque como uma pessoa atraente, como urso da tribo, será só mais um preterido. E a pessoa trans ainda é a parte mais frágil dessa cadeia. É mais uma vez paradoxal quando penso que uma sigla que agrega tantas letras, falha em qualquer tipo de inclusão e diversidade. É louco pensar que esse adjetivo perpetua por tanto tempo na comunidade gay. Nem mesmo a música que é usada como pretexto de diferenciação desses ambientes, se difere das que tocam na rádio. É quase sempre o famigerado Pop Branco Americano. Sendo assim, acho que a segregação é repetida no meio gay, mas seguindo uma outra fórmula.

Em contrapartida, não podemos negar que a imposição de fatores e divulgação midiática de pautas e produtos com direcionamento voltado aos indivíduos LGBTQIA+ contribuem com o processo de visibilização do movimento. Em alguns casos, temos sujeitos que, enquanto estigmatizados, conseguem atingir um nível de representação para a sua categoria. Exemplo disso são líderes de movimentos de militância, representantes de ONGs, pessoas públicas, artistas de maneira geral, etc.. São principalmente essas pessoas que, de alguma forma, adquirem oportunidades de expressão maiores se comparadas com suas companheiras de luta (GOFFMAN, 1988, p.35). Dadas algumas circunstâncias, esse movimento de representação pode se tornar uma profissão, de modo que podemos elencar como um exemplo a cantora Pablo Vittar²¹ (Figura 6). Dentro desse movimento artístico cultural, produtos musicais, filmes, peças teatrais, entre outros, desenvolvem capacidade de sensibilizar os sujeitos. Trata-se de algo que, se pensarmos mais criticamente, veremos não ser atingido pelas leis, decretos ou textos acadêmicos (COLLING, 2013). Portanto, trata-se de um recurso importante para a visibilidade e sensibilização.

Pode-se acrescentar que desde que uma pessoa com um estigma particular alcança uma alta posição financeira, política ou ocupacional- dependendo a sua importância do grupo estigmatizado em questão- é possível que a ela seja confiada uma nova carreira: a de representar a sua categoria. Ela encontra-se numa posição muito eminente para evitar ser apresentada por seus iguais como um exemplo deles próprios. (A fraqueza de um estigma pode, assim, ser medida pela forma pela qual um membro da categoria, por mais importante que seja, consegue evitar estas pressões) (GOFFMAN, 1988, p.36).

²¹ Pablo Vittar é uma cantora, compositora e *drag queen* brasileira.



Figura 6: Artista representando o movimento LGBTQIA+, Pablo Vittar.

O que nos preocupamos em demonstrar neste capítulo é como as relações econômicas possuem estreito enlace com o nível de aceitabilidade de algumas pessoas pertencentes à coletividade LGBTQIA+ e como isso é utilizado pelo capitalismo como mecanismo de controle e de reprodução de normatividades. Dessa forma, os sujeitos que vivem às margens da própria sigla, como as T's, tendem a se manterem em posições de maior vulnerabilidade social e a sofrerem mais opressões, uma vez que seus corpos representam incômodo para um sistema que é extremamente conservador e preconceituoso.

Observemos agora a situação ilustrada na Figura 7:



Figura 7: O comércio na semana do Orgulho LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora-MG (2019)

Sabe-se que o mês de Orgulho LGBTQIA+ é um momento em que o comércio tende a se movimentar no sentido de manter suas vitrines nas cores do arco-íris,

representando a bandeira LGBTQIA+. O interesse nas vendas é algo tão significativo que a verdadeira representatividade dessa bandeira muitas vezes é desconhecida pelos proprietários ao considerarmos que estes, por vezes, podem não contratar pessoas LGBTQIA+ para trabalhar em seus estabelecimentos. Quando se encontram alguns profissionais pertencentes ao coletivo, na maioria das vezes estes não são transexuais, por exemplo. Neste caso, temos claramente um interesse voltado para o objetivo da venda. Seria este apenas um exemplo que demonstra como o capitalismo perpassa os corpos e categoriza aqueles que devem ser mais valorizados.

No subcapítulo subsequente falaremos um pouco sobre a padronização comportamental dos corpos e sobre como são construídas barreiras simbólicas no que se refere aos espaços da cidade, uma vez que nem sempre as imposições e exclusões são dadas de formas explícitas.

4.1 O campo simbólico na construção de territorialidades

As cidades e todo o seu adensamento populacional são compostas pelas mais diversas manifestações culturais e heterogeneidades humanas. Trata-se de múltiplas culturas que tendem a produzir padrões comportamentais e encenações desenvolvidas para suprir toda a estética pré-estabelecida na sociedade. Tamanha diversidade baseia-se na manipulação de símbolos de consumo que delimitam os sujeitos a partir de incompatibilidades financeiras, estéticas, morais, religiosas, sexuais, etárias, dentre outras. Todos esses fatores e expressões valorizados nas tradições culturais das cidades são responsáveis por delimitar os sujeitos a partir de diferentes limites e com isso o caráter fragmentário da diversidade passa a ser promovido (COSTA, 2010).

Por outro lado, os indivíduos que acreditam em distintos costumes dentro dos grupos urbanos tendem a passar pelo processo de discriminação e segregação, contribuindo para a ampliação de microdemarcações desenvolvidas no próprio espaço de convivência (COSTA, 2010). Serpa (2013) traz contribuições sobre o assunto ao destacar as barreiras simbólicas existentes nos espaços públicos. De acordo com o autor, “se o espaço público é essencialmente político, um espaço de encontro de diferentes, os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais em conflito, juntos, mas separados pelos limites simbólicos”(SERPA, 2013, p.). Neste sentido, uma praça pública pode parecer ser um ambiente de acesso a todos, porém, os atributos simbólicos e barreiras socialmente construídos impõem limites de acesso a alguns sujeitos, de maneira a fazer com que nem todos se sintam pertencentes e/ou confortáveis para

frequentar certos locais. Tais barreiras simbólicas podem ser exemplificadas pela incidência de olhares que condenam, de intervenções militares e/ou da segurança local sem a devida justificativa, da verbalização de pensamentos, da disposição dos equipamentos e comércios que circundam o espaço público, uma vez que poder de consumo é um fator delimitador, entre outros. Devido a isso, temos uma realidade tal que quando sujeitos que não possuem características semelhantes (estigmas, raça, classe social, entre outros) frequentam esses espaços, provavelmente estarão suscetíveis a sentimentos de desconforto e de não pertencimento, contribuindo para uma não permanência do diferente.

Tendo isso presente, faz-se possível compreender que o território pode ser interpretado como definidor das relações e de sua própria delimitação. Uma vez que, a partir das intenções, oportunidades e possibilidades, os indivíduos se organizam e possibilitam a materialização e delimitação dos espaços (FORNO, 2011). Diante disso, são formados agregados sociais que se unem em função de interesses relacionais específicos. Gonçalves (2002) afirma que os seres humanos “só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica”(GONÇALVES, 2002, p.).

Os diferentes grupos sociais desenvolvem, em virtude de alguns movimentos opressores, espaços de enfrentamento, de resistência ou simplesmente espaços de consumo e lazer que possibilitem a sua permanência de forma segura. Um processo duplo, pois, por outro lado, verifica-se a dinâmica de auto segregação espacial, caracterizada como um processo resultante de todo esse sistema proposto pela sociedade dominante. Saquet (2013) caracteriza as territorialidades como sendo “o acontecer de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço de trabalho, do lazer, na família, resultado e condição do processo de construção do território”(SAQUET, 2013, p.).

Castro (2005, p.277) chama a atenção para a importância do olhar geográfico para essa complexidade, uma vez que a visibilidade da dimensão política dos fenômenos precisa ser compreendida a partir de escalas adequadas, cabendo ao profissional geógrafo o desenvolvimento e o estudo empírico dos fatos, facilitando o conhecimento de características específicas de cada fenômeno.

Em um trabalho posterior, Castro (2014) destaca a necessidade de compreensão da dimensão de poder na qual os diversos grupos da sociedade se encontram e também chama a atenção quando o objeto de estudo se refere à territorialidade, reforçando a necessidade de

interpretação em diferentes escalas, uma vez que a mudança desses juízos interpretativos implica transformações qualitativas do fenômeno. Segundo a autora, a escala precisa ser vista como problema para a reflexão e objetivo da pesquisa, haja vista que a partir dela se faz possível definir a significativa importância do fenômeno aos olhos do pesquisador e compreender quais recursos metodológicos foram utilizados pelo cientista para que a visibilidade dos fatos fosse alcançada. No tocante a estudos desenvolvidos principalmente no campo das ciências humanas, Castro (2014) compreende que os efeitos encontrados em determinada escala não podem ser transferidos de uma escala para outra e nem hierarquizados. Assim sendo, as microescalas não devem ser interpretadas como algo de menor complexidade se comparadas às macroescalas.

Essa discussão perpassa os interesses centrais da presente pesquisa, pois estudos que envolvem delimitação de território, em suas múltiplas escalas, demonstram complexidades na própria interpretação da apropriação do espaço. Isso porque muitas das barreiras existentes nem sempre são visíveis em todos os meios sociais, onde códigos de percepção podem ser decifrados apenas por grupos que ajam com certos propósitos (COSTA, 2010). Dessa maneira, para se compreender o território, é importante saber que existem componentes materiais e psicológicos ligados à vida social dos grupos que o compõem (SAQUET, 2013).

A interdisciplinaridade de que investimos neste trabalho reforça a necessidade de aproximação do tema com a Geografia, uma vez que as relações dos diferentes sujeitos que delimitam seus territórios se dão de forma indissociável entre a materialidade do espaço e a imaterialidade das interações (NETO, 2013). Sendo assim, entender o processo de formação de territorialidades requer interpretações da dimensão humana e territorial particular dos sujeitos, sendo “o encontro de processos socioespaciais situados na confluência interescalar do macro e do micro” (FORTUNA, 2012), onde tais fenômenos acontecem nos lugares de cada indivíduo e para compreendê-los se faz necessária a vivência e proximidade daquilo que é visto como real para cada um.

É muito importante apreender, interpretar, representar e explicar as processualidades históricas e relacionais (diferentes níveis escalares), os significados, as tensões, os conflitos (relações de classe e poderes), as apropriações, enfim, a relação espaço-tempo-território em sua pluridimensionalidade territorial (cultural, política, econômica e natural), que é, a um só tempo, transtemporal e transmultiescalar (SAQUET, 2013).

As territorialidades possuem relação com aquilo que é construído nas espacialidades socioafetivas, onde a intuição, motivação e toda a estratégia traçada pelo mercado pós-moderno se fazem presentes. Tais conhecimentos facilitam o processo de (re)visão da episteme urbana, no sentido de permitir novos entendimentos daquilo que temos hoje como

cidade, na qual a centralidade do corpo é vista como um dos principais aspectos para se realizar novas compreensões políticas para grupos subalternizados (FORTUNA, 2012). Sobre esse assunto, Costa (2010) traz significativas contribuições, a saber:

A chave dos enlaces intersubjetivos são as interações que partem de sujeitos que percebem o espaço e, neste ato de percepção, ligam processos intuitivos que culminam na ação (de interação) espacial; que também pode (pela lente da pesquisa) ser sintetizada em determinados propósitos. A partir da partilha desses propósitos agregam-se aprendizados e repetições de ações e reproduções de significados (principalmente linguísticos, de qualidade dos sujeitos em interação e de marcações significantes de partes de espaço), que geram culturas tênues de agregados humanos. É na observação destas tênues, muitas vezes camufladas, culturas, que estratégias de marketing de mercado (mercado pós-moderno/flexível ligado aos divertimentos, às sensações e desejos humanos) reproduzem sínteses de formas, de imagens e de linguagens que retornam a tais culturas, reforçando certos aspectos e cimentando certas visibilidades espaciais.

A partir deste fragmento, podemos compreender que parte dos fluxos e interações nas atividades desenvolvidas pelos grupos LGBTQIA+, principalmente no que se refere à organização de atos políticos, de festas e de demais projetos culturais, tem extrema significação para o campo da Geografia, uma vez que é capaz de ressaltar invisibilidades contidas no cotidiano social de alguns sujeitos. Em seus estudos, Goffman (1980,p.298) caracteriza a visibilidade do sujeito como um fator crucial, uma vez que a partir dela faz-se possível conhecer a identidade social de um indivíduo durante a sua rotina diária. Além disso, as informações quotidianas disponíveis sobre os sujeitos são compreendidas como basilares, já que a partir delas eles devem partir ao decidir seus planos de ação e estigmas sociais.

Um dos problemas centrais constituintes, conforme já citamos, trata-se da percepção do meio simbólico-espacial partindo do caráter heteronormativo. De acordo com Pino (2007) essas relações heteronormativas podem ser descritas como um enquadramento de todas as relações em um sistema binário de gênero, responsável por organizar os desejos, atos e práticas tendo como base o modelo heterossexual reprodutivo. E a partir dessa dicotomia o que temos é a homogeneização dos sujeitos segundo os grupos nos quais são “encaixados”. Não se leva em consideração as heterogeneidades existentes entre as pessoas, o jogo de disputas internas de uma comunidade e como a desigualdade de domínio se faz presente. Um processo resultante desse jogo de poder é a supervalorização de elementos, signos, símbolos, dentre outros fatores que reforçam a diferenciação por estigmas e estereótipos.

A criação de espacialidades festivas voltadas para a convivência LGBTQIA+ busca oferecer mínima autonomia em relação a esses padrões regidos pela égide heteronormativa, permitindo que a “liberdade” e “diversidade” dos indivíduos possam de alguma forma ser

exploradas. Esse tipo de festa, desenvolvida tanto em ambientes públicos quanto privados, permite que gestos e ações cotidianamente solapados e censurados intercorram sem que olhares de repressão e de discriminação sejam notados, propiciando momentos que vão na contramão do disfarce de identidade convencionalmente vivido por determinados sujeitos (MAIA, 2012). Porém, é válido ressaltar que, mesmo assim, vários comportamentos são reproduzidos de maneira a obedecer a normatividades patriarcais e à manipulação das (re)invenções do sistema capitalista.

As minuciosas estratégias de mercado geram sínteses de formas estéticas que estimulam intuições e percepções dos sujeitos sobre elas, fazendo-os agregarem-se a certas interações que, em primeiro momento, para tais sujeitos, representam o compartilhamento de certos estímulos sensitivos na agregação de corpos, de práticas interativas e de comportamentos, mas que, para os investidores, são lugares estratégicos de reprodução de capital pelo consumo (COSTA, 2010).

Neste sentido, retornamos ao estigma como um dos demarcadores teóricos de nossa pesquisa. Isso porque, a partir da sua existência, temos uma padronização de regras, normas e valores. Podemos interpretá-lo como os meios aos quais a sociedade estabelece para categorizar pessoas e atributos como comuns, naturais e não naturais. Dessa forma, identificamos fatores que manipulam a teoria do estigma e reforçam os argumentos e ideologia que explicam a inferioridade dos sujeitos em dada categoria. Assim, “[u]tilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar em seu significado original” (GOFFMAN, 1988, p.15).

Diante da nossa proposta de compreender parte de como os estigmas sociais impostos a sujeitos LGBTQIA+ tendem a influenciar no processo de construção de suas identidades, nos enveredamos no campo do simbolismo, do sentimento, da singularidade junto a vários outros fatores que se encontram interligados. Para adentrar nessa temática, precisamos entender que o comportamento do indivíduo é mutável e suas variações nunca vão se esgotar. Assim, quando elaboramos nossas sínteses sobre dada situação, é importante sabermos que “a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela” (KONDER, 2008, p.36). Neste caso, não buscamos somente indicar os estigmas, estereótipos e fetiches mais recorrentes entre o recorte de público estudado. Buscamos entender como ocorre a manipulação desses sentimentos e ações, e como a heteronormatividade influencia nessa manipulação, sem contudo, encerrar os significados ou produzir generalizações demasiado categóricas, uma vez que, como já dito, enfatizamos aspectos locais, regionais, e não globais.

Acreditamos que a partir dessa busca, elaboraremos uma síntese que facilite o

processo de compreensão da realidade a qual nos dedicamos a estudar. Faz-se importante destacar que este estudo representa apenas mais uma síntese e que não conseguiremos alcançar uma etapa definitiva acerca de todos os fatores, até porque esta seria uma busca interminável. A relevância dessa pesquisa se dá pela crença de que no futuro aconteça alguma mudança no todo. Mesmo que o todo não seja alcançado, gostaríamos que as pequenas mudanças pontuais atingissem o cotidiano de alguns sujeitos. Assim, à medida que nos esforçamos para compreender o tipo de influência que padrões patriarcais- heteronormativos acarretam na construção e manipulação da identidade dos indivíduos, estamos contribuindo com uma reflexão que contraria situações historicamente estipuladas.

Por enquanto, destacamos que o entendimento das territorialidades atravessa o campo da manipulação dos estigmas, que por sua vez, contribui para a visível segregação dos sujeitos. Na prática, essas ações não estão separadas, elas acontecem concomitantemente e influenciam na questão comportamental.

O recorte que fizemos na presente pesquisa nos permite compreender o sentido particular do que pretendemos estudar, haja vista que a busca se dá sob um viés que propõe investigar por quais razões alguns atributos são considerados incongruentes na sociedade e como isso se reflete nos espaços de sociabilidade. Esse tipo de pesquisa exige um nível de abstração e de objetivação: buscamos as conexões e conflitos que existem internamente a essa totalidade.

Para se chegar à síntese objetivada, ou pelo menos tentar, nos esforçamos quanto ao aprofundamento da revisão bibliográfica, porém, o ponto chave da pesquisa se encontrou no momento de realização das entrevistas. Somente assim conseguimos sair da abstração conceitual e identificar se as hipóteses anteriormente aventadas eram cabíveis para o recorte espacial.

O que pretendemos com tudo isso é avaliar cuidadosamente a essência do nosso fenômeno. Iremos para além da aparência já posta e buscaremos cada vez mais atributos que nos submetam ao exercício de pensar e até mesmo de nos contrariar. Acreditamos que com isso estaremos agregando mais valor à pesquisa e corroborando com a ideia de que “pensar não é possuir uma ideologia; as ideologias como sistemas de conceitos prontos, são o oposto de pensar, já que oferecem respostas gerais a circunstâncias variáveis e particulares” (LARRAURI, 2011, p.10). Nesse exercício, estaremos agregando informações complementares ao que já é dado como informação imediata. Precisamos compreender que existem várias facetas da LGBTQIfobia as quais devem ser desvendadas e que existe a necessidade de nos atentarmos diante das íntimas conexões que favorecem a sua existência.

No próximo subcapítulo, nos dedicamos a elaborar uma caracterização da área da cidade de Juiz de Fora-MG, recorte espacial o qual decidimos estudar na presente pesquisa. Traremos elementos históricos assim como a visão de pessoas LGBTQIA+ sob a ótica da cidade.

4.2 A oferta de festas e a efervescência LGBTQIA+, a manipulação das identidades e a LGBTQIfobia na cidade de Juiz de Fora- MG

No estudo de caso, consideramos a cidade de Juiz de Fora um importante centro urbano responsável por consolidar significativo controle financeiro e econômico regional. Com população estimada de 568.873 pessoas (IBGE, 2019), estando entre os vinte municípios mais populosos da região Sudeste, Juiz de Fora tem destaque localizacional por estar ligada às capitais de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília pela rodovia BR-040 (Figura 8).

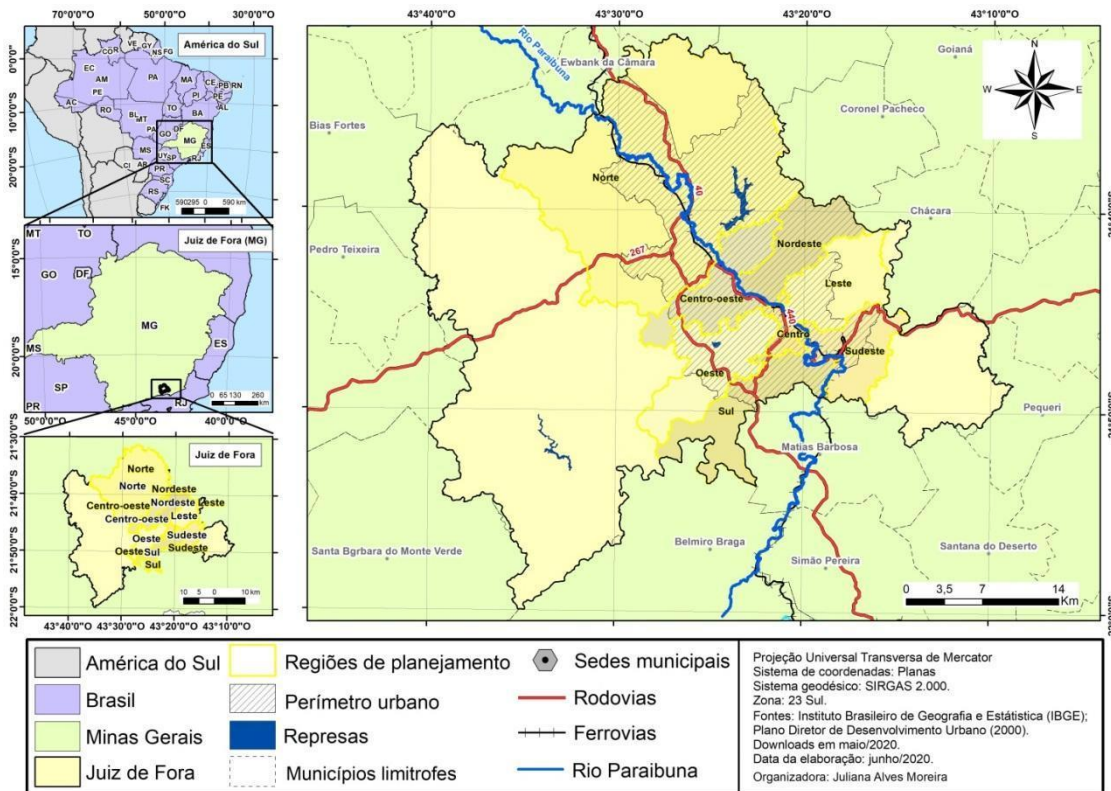


Figura 8: Mapa de localização da cidade de Juiz de Fora- MG

Segundo Menezes (2018), a cidade vem se tornando uma das mais populosas e importantes do estado de Minas Gerais, possuindo em seu modelo urbanístico central a inserção de parques, praças, comércios, teatro e cinema. A autora pondera que há uma recente implementação de um novo modelo de urbanismo, em que se observa o crescimento de condomínios fechados, de *shoppings centers* e de um desenvolvimento espacial urbano que permite o surgimento de outras centralidades na cidade, “dispersando e tornando decadentes

os tradicionais espaços públicos do antigo centro da cidade, em especial no que diz respeito ao uso e convívio da classe média”(MENEZES, 2018, p.).

Notamos, diante do estudo desenvolvido por Menezes (2018), que a pretensa decadência do espaço público, no que se refere ao seu uso para o lazer da população, se reflete na associação do espaço público como um local de menor segurança. Dessa forma temos parte do centro da cidade de Juiz de Fora voltado para circulação de uma categoria de pessoas de classe social mais popular, podendo estas serem prestadoras de serviços e ou interessadas em itens oferecidos pelos múltiplos pontos comerciais. Temos também um roteiro de concentração de passeatas e manifestações organizadas nessas espacialidades, de forma a cumprir o exercício do direito geopolítico do território. De maneira geral, vivenciamos um “processo de valorização histórica do centro da cidade e de seu recente esvaziamento, do espaço público social e institucional da área central de Juiz de Fora” (MENEZES, 2018).

Em toda a sua história, dentre destaques nacionais e internacionais, dados durante seu constante processo de construção histórico-cultural, essa cidade tem o reconhecimento desde tempos remotos, como cidade acolhedora dos LGBTQIA+ de todo país. Isso porque a mesma foi palco da primeira edição do *Miss Brasil Gay*, ainda em tempos de ditadura militar, no ano de 1976. Com o passar dos anos, tivemos algumas aquisições de direitos voltados para toda coletividade. Isso se deu na medida em que iniciativas como as tomadas por grupos e organizações não governamentais se uniram e acolheram as pautas LGBTQIA+. Podemos exemplificar isso através do trabalho do Movimento Gay de Minas (MGM), que propôs à cidade uma agenda local de eventos de conscientização, festas e palestras, bem como uma Lei Orgânica Municipal que defende o respeito e o amor entre pessoas do mesmo sexo, entre outras sugestões. Seguindo a mesma direção, temos a Universidade Federal de Juiz de Fora como uma instituição que programa projetos e várias intervenções político-pedagógicas sobre a visibilidade de gênero e sexualidade.

O *Miss Brasil Gay*, festa de destaque anual, teve a sua 39ª edição em agosto de 2019, sendo este um evento tombado como patrimônio imaterial, de acordo com o decreto nº 9275, de agosto de 2007. Trata-se de um evento internacionalmente conhecido, criado no ano de 1976, responsável por ser um gerador do turismo de eventos da agenda da cidade de Juiz de Fora- MG. Isso se dá devido ao fato de que estamos diante de uma das organizações que atrai maior público anualmente para a cidade. Criado por Francisco Mota (Figura 9), este evento se caracteriza por eleger a transformista que mais acumula características para representar seu Estado em categoria nacional.



Figura 9: Francisco Motta segurando as fotografias de Beth Vasconcelos e Mademoiselle Debret de Le Blanc, ambas personagens vivenciadas por Chiquinho (Foto: Felipe Couri. Fonte: <https://tribunademinas.com.br/especiais/outras-ideias/05-08-2018/chiquinho-mota-o-cabeleireiro-que-criou-o-concurso-miss-brasil-gay.html>).

Em entrevista ao jornal local Tribuna de Minas, no ano de 2018, Chiquinho Motta conta sobre os momentos em que interpretou Mademoiselle Debret Le Blanc, a pioneira e inspiração do *Miss Brasil Gay*. Mademoiselle Debret de Le Blanc nasceu em Juiz de Fora e representava luxo e elegância. Chiquinho conta que essa personagem fez muitas apresentações pelo Brasil e que foi a partir dela que nasceu a primeira ideia do evento em seu apartamento. Na época não existia o concurso, mas em reunião com os amigos que também transvestiam, eram organizados desfiles pelos cômodos de sua casa. Foi lá que a festa ganhou forma e profissionalizou-se no ano de 1976. Durante a entrevista dada ao jornal, Chiquinho diz que:

Eram outros, os tempos. Nós gays não tínhamos tanto espaço. E a personagem que interpretávamos no concurso era diferente da do dia a dia. Hoje posso falar que sou gay. Posso falar que sou Francisco e também a Debret Le Blanc. Hoje tudo é possível. E eu fui pioneiro” (JORNAL TRIBUNA DE MINAS, Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/especiais/outras-ideias/05-08-2018/chiquinho-mota-o-cabeleireiro-que-criou-o-concurso-miss-brasil-gay.html>)

Em decorrência desse evento, tivemos no ano de 1998 a criação da *Rainbow Fest*, organizada pelo Movimento Gay de Minas (MGM). Vivendo a epidemia de HIV no Brasil e todo o debate a respeito dos direitos LGBTQIA+, um grupo de gays se reuniu na cidade de Juiz de Fora e decidiu organizar a distribuição de panfletos, preservativos, questionários, dentre outros materiais atrelados ao direito dos gays. Essa intervenção acontecia na mesma

data do *Miss Brasil Gay*, aproveitando o movimento do turismo LGBTQIA+ na cidade (TRIBUNA DE MINAS, 2019).

Era no calçadão da Rua Halfeld, uma das principais ruas do centro da cidade, que a semente plantada pelo MGM crescia. Ali ficavam muitas *drag queens* e população no geral aguardando o concurso do *Miss Brasil Gay* que acontecia no período da noite no Sport Club²². Aproveitando esse espaço, a *Rainbow Fest* promovia sua festividade e movimento de conscientização. Assim, o MGM foi ganhando força e acarretando grandes avanços na aquisição de direitos, como a proposição da Lei Orgânica Municipal intitulada *Lei Rosa* (Lei Nº 9791) (TRIBUNA DE MINAS, 2019). Na sequência abaixo, figura 10 e figura 10.1, temos fotografias atuais de eventos e pautas LGBTQIA+ dadas na cidade.



Figura 10: Integrantes da *Rainbow Fest* no ano de 2017. Acervo da autora.

²² Clube brasileiro de futebol que disputou a divisão principal do Campeonato Mineiro em 1987.



Figura 10.1: Na sequência de fotos temos: 39ª edição do *Miss Brasil Gay 2019*, *Rainbow Fest 2017* e a *Lei Rosa* (lei 9.791, de maio de 2000).

Mesmo frente a grande clamor, tivemos as edições do *Miss Brasil Gay* de 2012, 2014, 2015 e 2016 adiadas pelo poder público local. A justificativa para o adiamento era pela falta de recursos financeiros do município, que esconde por trás dessa alegação todo o preconceito e conservadorismo da câmara dos vereadores. Tivemos, diante desse hiato temporal, uma perda imensurável para a cultura e luta por visibilidade de pautas LGBTQIA+.

Outro significativo evento para a cidade é a *Semana Rainbow* da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta teve sua primeira edição no ano de 2017, a partir de um projeto de extensão denominado *Identidades, Cidadania e Inclusão LGBTQI+: Semana Rainbow UFJF*. O evento foi desenvolvido no intuito de contribuir com a visibilidade de pautas LGBTQIA+, assim como diminuir o impacto causado pelo cancelamento de agenda voltada ao público na cidade (BATISTA; RODRIGUES, 2019). Abaixo (Figura 11 e Figura 11.1), temos a Casa de Cultura da UFJF iluminada em cores da bandeira LGBTQIA+ e em seguida a apresentação do projeto de extensão *Semana Rainbow* Universidade Federal de Juiz de Fora.



Figura 11: Casa de Cultura Universidade Federal de Juiz de Fora na Semana Rainbow UFJF. FONTE: Arquivo pessoal da autora



Figura 11.1: Cartaz da *Semana Rainbow* UFJF do ano de 2018. Fonte: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/08/08/ufjf-divulga-programacao-completa-da-semana-rainbow/>

O projeto da *Semana Rainbow*, idealizado pelo professor Marcelo Carmo Rodrigues, conta com atrações gratuitas para toda a população que tiver interesse em participar, acontecendo em diversos pontos da cidade. No ano de 2020, devido ao isolamento social por conta da pandemia do coronavírus, a *Semana Rainbow* foi realizada no formato online. Dentre as opções de entretenimento oferecidas, há: cinema, rodas de conversa, teatro, palestras,

shows, exposições fotográficas, oficinas, atos políticos, competição de dublagem de drags, performances, e uma gama de outras atividades educacionais, artísticas e culturais. Reproduzimos abaixo um fragmento desenvolvido com a coautoria do coordenador do projeto, que fala da importância dessas festividades para o público LGBTQIA+.

Neste sentido, aliado a esse marco político, histórico, social e cultural que vivenciamos, os eventos destinados ao público LGBTQIA+ tem se transformado em um dos mais significantes objetos de pesquisa no que diz respeito a compreensão dos impactos sociais na vivência dos sujeitos em sociedade, em especial no que tange a esses sujeitos que, muitas vezes são (...) condicionados a viverem e vivenciarem suas identidades num “não-lugar”, sempre às margens (BATISTA; RODRIGUES, 2019).

Conforme citado em parágrafos anteriores, a cidade também conta com uma lei municipal denominada *Lei Rosa* (lei 9.791, de maio de 2000), que pune “toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino e feminino) bissexual ou transgênero” (CÂMARA MUNICIPAL, 2017). Apesar do reconhecimento e respaldo da mesma, sua aplicabilidade é dificultada frequentemente, dada a inexistência de um órgão central que receba as denúncias em esferas federal, estadual e municipal, nos três poderes do Estado. Com isso,

[O] que preocupa os autores responsáveis pela emancipação dos direitos LGBT é a impunidade com que os casos são tratados no nosso país. Os policiais, os delegados, os juízes manifestam suas ações homotransfóbicas ignorando os crimes e negando sem justificativa alguma sua conotação homofóbica, fazendo com que, em primeira instância não se abra brecha para julgar crimes homofóbicos, consecutivamente, a impunidade estimula que novos ataques continuem ocorrendo (FRANCO, 2017, p.).

Além dessa realidade de ausência de punição, ainda temos um movimento que busca a implementação de propostas semelhantes ao que seria o projeto *Escola Sem Partido*. Tal encaminhamento foi apresentado no ano de 2016 pelo então vereador André Mariano (PSC), em defesa de uma possível “neutralidade política, ideológica e religiosa” (TRIBUNA DE MINAS, 2017). Concordamos com a visão segundo a qual este projeto

constitui-se em um retrocesso ao trabalho docente, o qual cerceia sua autonomia, currículo e formas de discussão com os alunos e retornamos a simples exposição dos temas pré-estabelecidos e a memorização sem debates ou analogias. Ou seja, retomamos a educação bancária desvelada por Paulo Freire na década de 60, sob a justificativa da “passividade”, ingenuidade dos educandos e de uma provável ensinagem opressora por parte do professor (OLIVEIRA et al., 2018).

Diante desse cenário de conservadorismo e, conseqüentemente, de práticas que dificultam manifestações LGBTQIA+, temos uma valorização ideológica da heteronormatividade. Essa realidade contribui para o silenciamento, para a violação de direitos fundamentais e para a opressão dos indivíduos.

A crescente associação do momento de lazer com práticas realizadas em locais privados ou privados de uso coletivo faz parte do cenário ao qual estamos inseridos como consumidores. No caso dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, poderíamos dizer que um dos fatores que justificam esse movimento é que estes indivíduos desenvolvem, em virtude da discriminação e da repressão, espaços de enfrentamento, de resistência ou simplesmente espaços de consumo e de diversão que minimamente ofereçam segurança e aceitação de seus comportamentos, mesmo que essa “aceitação” seja questionável.

Com isso, queremos ressaltar a existência de uma relação direta entre o poder de compra desses sujeitos e os espaços de sua maior aceitabilidade. Nesses espaços também temos facetas da LGBTQIfobia infiltrada, mas o que aqui estamos tentando dizer é que existe um conforto maior para se expor. A percepção de que o estigma não precisa ser escondido pode contribuir para que surjam comportamentos jamais pensados em locais públicos. Desse modo, vê-se que, “[e]m alguns casos, essa liberdade de ação é consequência da escolha da companhia de pessoas que têm estigmas iguais ou semelhantes” (GOFFMAN, 1988, p. 93), como podemos notar na fala da entrevistada Jasmim, que se dispõe a enfrentar situações de machismo quando existe a segurança de ter amigos por perto.

Mas também gosto de afrontar essas pessoas. Se eu estiver me sentindo segura com a pessoa que estou ficando, com amigos por perto vou agir naturalmente. Agora começar um lance do zero num lugar que seja hétero ou que eu não esteja com amigos pode ser que eu pense em me adequar sim, o que significa não ficar com mulheres. Isso que estou falando é um absurdo, mas é assim. O medo do preconceito faz a gente se armar, mas também faz a gente se anular pra não vivenciar nada ruim. É doido isso, né? Acho que muitas pessoas passam por isso.

Temos também casos em que os sujeitos podem demonstrar suas ações sem necessariamente serem identificados, como por exemplo em *dark room*²³, com fantasias que cubram o rosto ou até mesmo em locais em que não exista a possibilidade de se encontrar pessoas conhecidas. Ficus foi uma entrevistada que trouxe relatos os quais podem exemplificar o que foi supracitado, a saber:

Na real, nós LGBTs já temos nossas práticas sexuais julgadas desde sempre. Pra mim foi uma libertação quando comecei a transar sem culpa, ou sem medo de alguém pegar e dar algum B.O, ou conseguir me relacionar afetivamente com a pessoa que transo. Por isso que boto muita fê no banheiro, no cruising, na orgia, porque é uma forma da gente se estabelecer como ser humano com direito ao prazer. Fazer o que quer e gozando sem culpa.

Nessas situações e em algumas semelhantes, pode haver o crescente desejo de se desenvolver comportamentos ditos inadequados em contextos convencionais, “já que a suposição subjacente é de que o público em geral não estabelecerá uma relação entre eles e o

²³ Cômulo escuro, geralmente inseridos em boates, em que não se vê com nitidez as pessoas devido à baixa ou nenhuma luminosidade e que relações sexuais podem ser realizadas.

que se tenha feito” (GOFFMAN, 1988, p.76). Tais relações são estabelecidas diante de uma análise segundo a qual mesmo cada sujeito tendo suas particularidades e diferenças, algo além os une. Seria esse algo marcado pela semelhança entre sujeitos, e esta pode ser notada, por exemplo, a partir da busca por entretenimento e/ou envolvimento afetivo nos espaços de festa que os sujeitos ocupam.

Um desses grupos é o agregado formado pelos companheiros de sofrimento do indivíduo. Os arautos desse grupo sustentam que o grupo real do indivíduo, o grupo a que ele pertence *naturalmente*, é esse. Todas as outras categorias e grupos aos quais o indivíduo também pertence necessariamente são, de modo implícito, considerados como não verdadeiros; ele, na realidade, não é um deles. O seu grupo real, então, é o agregado de pessoas que provavelmente terão de sofrer as mesmas privações que ele sofreu porque têm o mesmo estigma; seu “grupo” real, na verdade, é a categoria que pode servir para seu descrédito (GOFFMAN, 1988, p. 123, 124).

Diante desse descrédito social a partir das manifestações de gênero e sexualidade, podem surgir, nos espaços privados de uso coletivo, atitudes que são interpretadas de forma errônea por uma parcela de pessoas. Tais atitudes seriam taxadas como “essência homossexual”, representando uma das facetas da LGBTQIfobia. Esses julgamentos “também fazem com que os homossexuais assumam estereótipos socialmente atribuídos a eles - gay drogado, gay promíscuo, gay afeminado, invertido (a), mulher- macho etc-” (TOLEDO; PINAFI, 2012). A partir dessas identificações, leva-se a uma imagem de desvalorização e de negatividade ao sujeito. Não que possuir esses atributos seja algo ruim, a questão é a forma com que as pessoas propagam suas percepções em relação a pessoas LGBTQIA+.

Vê-se que até este ponto de nossa escrita, são considerados fatores que demonstram como festividades desenvolvidas em espaços públicos da cidade possuem comprometimento em suas ocorrências devido a uma resistência ao poder público local. Essas festividades seriam as responsáveis por contemplarem um número maior de pessoas de classes sociais diferentes, ao passo que a pequena parcela com poder aquisitivo para frequentar casas de festa na região central recebe denominações que as descredibilizam e as estereotipam.

Frente a esse movimento de negação dos LGBTQIA+, vemos que muitos deles adequam seu comportamento em função dos julgamentos. Não negamos a existência de ações motivadas pela intensidade de emoções nesses espaços de festas, faz-se necessário ressaltar que, para algumas pessoas, esses são os únicos locais em que o direito à manifestação lhes é dado.

Quando se discute a necessidade de uma adequação comportamental do sujeito com o propósito de que este adquira níveis de aceitabilidade, já temos dentro da própria situação algo excludente, que permite fazermos a distinção entre aquilo que é adequado e aquilo que é

inapropriado. É a partir desse movimento de aprovação, muitas vezes dado de forma naturalizada, que cobrimos uma gama de variáveis pouco exploradas (GOFFMAN, 2010, p 16), as quais, por sua vez, podem vir a fazer parte do movimento que retroalimenta o dispositivo de controle social.

Na medida em que há a aprovação por certos tipos de ações desenvolvidas pelo sujeito, seus atos recebem elogios e aplausos, como num gesto de caridade, ao passo que outras ações podem vir a passarem despercebidas, e isso acontece porque nem sempre aquele ato pode representar algo de destaque (GOFFMAN, 2010, p 16). O que se faz possível notar diante dessa valorização e afirmação de conduta é que a “liberdade de escolha” dada por cada agrupamento pode contribuir para a cegueira do indivíduo. E isso se dá porque o sujeito deixa de avaliar outras possibilidades e principalmente de questionar as restrições impostas (GOFFMAN, 2010, p 17). A ideia de se pensar em agrupamentos de pessoas vem da mesma fonte do que seria uma coletividade, onde os sujeitos mesmo dentro de suas diferenças possuem um motivo comum para se manterem juntos. Dessa forma, reconhecemos as particularidades de cada agrupamento, mas sabemos que existe um dispositivo de controle social maior do que aquele existente em cada grupo. Seria esse o dispositivo responsável por apontar “anormalidades” nos indivíduos e afirmar privilégios sociais, como a passabilidade dos heterossexuais, dos brancos, de ações machistas, do indivíduo cisgênero, entre outros.

Na medida em que os privilégios sociais são naturalizados, são delimitados ambientes nos quais certas pessoas são proibidas de entrar. Essa proibição nem sempre vai acontecer de forma a ser percebida por todas as pessoas, isso acontece no campo do simbolismo -assim como a aceitabilidade de algumas ações nem sempre é regulamentada a partir de estatutos e ou legalizações visuais. Isso acontece quando, por exemplo, certa área da cidade passa a atrair LGBTQIA+ para desenvolverem ações de lazer, estabelecimento de amizades, romance, etc.. Isso se faz notório na fala do entrevistado Lírio, a saber, quando ele diz que:

Essa questão de locais LGBTs ou não, ficam muito claras quando você olha a sua maioria, né? Existem, por exemplo, bares que eu frequento que não tem nada escrito, mas que são frequentados e parece que já estão no entendimento público que é da população LGBT. Já outros não são assim. Tem também locais que eu evito frequentar, porque eu sei que não vai ter ninguém. Então a gente fica com medo de um lugar desses. É medo de sofrer algum preconceito ou alguma agressão.

Seguindo essa linha de relato como exemplo das delimitações dadas na cidade, Goffman afirma: “sugeri que em muitas situações certas categorias de pessoas não podem estar autorizadas a estar presentes e que se estiverem presentes, isto por si só constituirá um ato inapropriado”(GOFFMAN, 2010, p.21). O que entendemos a partir desta citação é que,

diante da existência de regras de exclusão, a presença de indivíduos indesejáveis faz com que seja dispensada atenção redobrada às suas condutas naquele espaço. Na medida em que o sujeito tem o conhecimento preliminar dessa situação, ele pode optar por não adentrar nesses espaços e/ou fazer com que sua presença não seja notada. O entrevistado Girassol, com a sua vivência de homem transexual, nos relata um pouco sobre a sua experiência nos espaços da cidade antes e após o processo de transição (hormonização e mastectomia). Quando o questionamos sobre a possibilidade de alteração comportamental para transitar na cidade, obtivemos a seguinte resposta:

...com a transição, estar nos dois lugares (mulher e homem), fizeram com que eu tivesse visões completamente diferentes do transitar, sabe? Eu já passei pela experiência de ter muito medo de expressar meu afeto em público e hoje eu não tenho medo disso, inclusive em ambientes de pessoas heterossexuais. Isso porque as pessoas não reparam, elas não me veem como um cara trans (...). Frequento lugares que são zero LGBT's e são lugares que eu não considero seguros pra LGBT's, inclusive porque você vê aqueles olhares meio atravessados e tal. Mas como eu tenho uma certa passabilidade, é um lugar que eu consigo me movimentar e estar naquele lugar sem sofrer nenhum tipo de preconceito. Enquanto não descobrem que eu sou trans eu posso estar ali (...) mas quando descobre, aí vira um burburinho.

Na sequência de relatos de Girassol o perguntamos sobre fatores que o impedem e/ou o excluem de certos espaços. Tivemos como resposta a afirmação de que por mais que ele seja visto como um homem heterossexual, ainda assim existem fatores que o limitam. Exemplo disso fica na estrutura dos banheiros oferecidos nos estabelecimentos::

No fundo eu tenho meus medos, aquele momento que eu vou usar o banheiro, por exemplo, eu tenho medo de ir. Então em um estabelecimento de pessoas héteros eu morro de medo de ir ao banheiro. É sempre um receio de como vai ser o banheiro, até o projeto do banheiro mesmo. Preciso saber se vai ter cabine, se vai ser só mictório, porque lugares héteros normalmente não se preocupam muito, né? Normalmente é aquela porta do banheiro quebrada e todo mundo mijar ali em pé igual, então até isso é um limitante pra eu ir em determinados lugares. Eu sei que, por exemplo, no Bar da Fábrica o banheiro masculino só tem mictório, então é um lugar que eu nunca iria. Até essa ideia dos banheiros limita o meu ir e vir na cidade.

Exemplos como o supracitado tornam nítido que aspectos despercebidos por pessoas que ocupam categorias de privilégio podem impedir as existências de outros em determinados espaços. Trata-se de uma seleção de sujeitos feita de forma silenciosa e sutil, em que somente quem passa pela inibição se sente diminuído. Esses fatores agregados a tantos outros fazem com que o público que frequenta certa localidade seja selecionado. Ressaltamos que nem sempre esse tipo de seleção é feito de forma proposital. O ato de não pensar nos sujeitos LGBTQIA+ está naturalizado em nossa construção social e se reflete nos espaços da cidade.

É importante sabermos que o nosso entrevistado Girassol é um homem, branco, heterossexual, de classe média e com ensino superior completo. Ele possui esclarecimento sobre os fatores que limitam sua existência nos espaços. Porém, existem pessoas que não têm

conhecimento de seus direitos ou que quando os possuem, não têm o poder de alcance em sua fala. Se pensarmos de forma interseccional, veremos que alguns direitos e/ou esclarecimentos são retirados do sujeito desde o seu nascimento, antes mesmo de se entender enquanto LGBTQIA+.

Hoje Girassol é uma pessoa que transita com menos medo de agressão se comparamos a sua vida atual com aquela de antes da transição sexual, quando era uma mulher lésbica. A partir desse tipo de declaração, somos capazes de observar como o simples fato de ser homem garante um tipo de segurança que nenhuma mulher possui. Trata-se de algo que vai além da segurança - aos homens são permitidos comportamentos que, se reproduzidos por mulheres, receberão julgamentos negativos. Segundo o entrevistado:

Pra mim eu tenho uma leitura muito diferente agora do que é o ir e vir na cidade se comparado ao antes da transição. Eu me sinto mais seguro hoje do que eu me sentia antes pra transitar nos lugares. Eu vejo que hoje em dia eu já não sou um objeto de desejo, sabe? Aquela coisa de se precisar de andar cem metros sozinho na rua ou então de sair da porta de uma festa pra poder pegar alguma coisa no carro, faço sem medo. Eu não tenho mais medo desse tipo de coisa mais.

Diante do relato de Girassol, observamos como a orientação sexual pode ser um fator limitador do processo de circulação pela cidade. Essa é a realidade que muitas mulheres e LGBTQIA+ vivenciam diariamente. Tal restrição pode ser interpretada como uma alternativa do sujeito frente a diferentes sinais, desde punições com olhares, passando por violência verbal e até agressões físicas.

O que buscamos demonstrar neste subcapítulo é que o destaque da cidade de Juiz de Fora-MG com relação aos eventos voltados ao público LGBTQIA+ não faz dela um local efetivamente receptivo à permanência desses sujeitos. Vemos um claro processo de inibição de aquisição de direitos e de funcionalidades de leis, como no caso da *Lei Rosa*. E isso se reflete diretamente no sentimento de insegurança dos LGBTQIA+ em relação ao seu transitar pela cidade.

Na próxima parte de nosso texto, daremos continuidade aos relatos de vivência e de visão do sujeito LGBTQIA+ a respeito da cidade de Juiz de Fora-MG. Optamos pela separação do subcapítulo devido à proximidade identificável entre as respostas de alguns entrevistados, inclusive ao citarem ambientes similares em determinados pontos da cidade.

4.3 Relato de vivência de sujeitos LGBTQIA+ sobre os ambientes públicos e privados de uso coletivo na cidade de Juiz de Fora- MG

Neste subcapítulo, apresentaremos uma casa noturna que possui programação voltada ao público estudado, a saber: Café Muzik²⁴. A necessidade de apresentação dessa casa surgiu após a realização de nossas entrevistas, haja vista que o local foi citado na fala de cinco pessoas com as quais dialogamos. Salientamos que foram seis sujeitos que responderam à nossa entrevista semiestruturada e que, além destes, tivemos entrevista não estruturada com quatro pessoas. Nesse sentido, por sua recorrência nos discursos, faz-se palpável a relevância desse espaço aos nossos interesses investigativos.

Vale ressaltar que este estabelecimento se localiza na área central de Juiz de Fora-MG e apresenta características como: (i) um público selecionado, devido à necessidade de pagamento na entrada na casa, devido ao pagamento de um preço considerável pelas bebidas alcoólicas e devido ao investimento notável em sua decoração, publicidade e criação de festas temáticas, (ii) preocupação dos sujeitos com suas vestimentas, (iii) modo pelo qual as pessoas se colocam como consumidoras nestes ambientes, (iv) modo como a espacialidade corporal dos indivíduos se reproduz de maneira diferente dos espaços públicos da cidade.

A figura 12 mostra uma junção de três cartazes de festas promovidas neste estabelecimento:



Figura 12: Junção de três cartazes divulgados em redes sociais das festas promovidas no Café Muzik. Organizado pela autora.

Acreditamos que, com a apresentação das características do estabelecimento, conseguimos minimamente identificar o perfil dos frequentadores da casa e deduzir que nem

²⁴ Casa de festa que faz parte do segmento de bares e pubs da cidade de Juiz de Fora-MG

todas as classes sociais conseguem acesso a esse tipo de evento. Isso contribuiu para um despertar de sentimentos que nos direcionassem à vontade de ter, em futuras pesquisas, sujeitos contribuintes que vivam na periferia e busquem por outros tipos de lazer. Assim, tornamos a enfatizar: esse espaço relativamente elitizado é privilegiado em nossa pesquisa por uma regularidade das falas, e não porque o julgamos superior em relação a outros espaços. Quatro de nossas entrevistadas - a saber, Tulipa, Flora, Rosa e Ficus - falaram do processo de modificação estético-estrutural da casa de festas, visto que esta passou por obras que modificaram tanto a sua fachada quanto a funcionalidade de seus espaços. Até o ano de 2018, sua área de fumantes era na calçada da rua, onde existia um cercamento feito por fitas, cones e serviço de segurança (fig.13). Dessa forma, as pessoas pagavam o valor do ingresso da festa e pela inexistência de local aberto específico para fumantes, podiam transitar entre o público e o privado no momento em que queriam fumar. O controle era dado com a distribuição de pulseiras que identificassem os sujeitos.



Figura 13: Fila de clientes sendo organizada na calçada da casa de festas Café Muzik. Rua Espírito Santo, Centro, Juiz de Fora. Fonte: Acervo de fotos Café Muzik.

Como o movimento de entrada e de saída na casa de festa era intenso, não existiam

fatores que impedissem as pessoas de comprarem suas bebidas a preços mais acessíveis de ambulantes que ainda hoje trabalham na porta do estabelecimento. Além disso, havia pessoas que, devido à restrição financeira, não participavam das festas no interior da casa. Estas contribuíam com o movimento na porta do estabelecimento. Assim, elas podiam consumir bebidas a preços acessíveis ao mesmo tempo em que interagir com as demais pessoas que se encontravam na mesma situação e ou que saíam para fumar. A área funcionou assim por mais de cinco anos e, nos dias de hoje, após reforma, o local de fumantes foi construído no segundo piso da boate, não podendo mais transitar entre a calçada e o interior do Muzik. Nós questionamos Tulipa sobre o que ele achava dessa modificação e obtivemos a seguinte resposta:

Olha só, eu achei que ficou muito melhor porque as pessoas ficam mais seguras. O segurança fica na porta e aí qualquer pessoa que tenha que entrar precisa passar pelo segurança. Quando não tinha esse sistema na parte de cima, as pessoas tinham que sair pra poder fumar, então elas tinham que botar uma pulseira no braço pra poder controlar quem que entrava e quem que saía. Então eu acho que por uma questão de segurança pra quem está dentro da casa e pros próprios proprietários, ficou melhor. A gente tem situações de pessoas que invadem estabelecimento e poderia cometer algum tipo de crime, sabe? Até por ter um público ali, é a seleção de um público que desagrada uma parte da população.

Na fala da entrevistada, nos deparamos com relatos que denunciam a falta de segurança nos espaços públicos para os sujeitos LGBTQIA+. Devido a essa realidade, estes restringem suas manifestações e tendem a se sentir mais protegidos quando existe a separação com a presença de seguranças. Rosa, outra de nossas entrevistadas, deu uma opinião que diverge daquela exposta por Tulipa, pois já se viu na situação de frequentar algumas vezes apenas a calçada e a rua nos momentos de festas. Nas palavras de Rosa:

Tipo, lá fora era melhor porque ficava lotado, né? A galera ficava pedindo cerveja. Eu acho assim, ficou bonito. Tirou o problema do Muzik, né? Do barulho. Mas pra gente piorou. Querendo ou não, quando tinha área fora, dava acesso às pessoas para participar do movimento de balada sem pagar. Muita gente frequentava a portinha, como nós chamávamos. Às vezes estava ali por não ter dinheiro mesmo. Quantas vezes eu fui com os meninos só com o dinheiro do latão e passávamos a noite ali fora. A galera ia pra porta porque não tinha dinheiro pra pagar. E Muzik nunca foi um lugar acessível.

Flora, a terceira entrevistada que compõe o bloco de falas a respeito das modificações ocorridas na casa, apresenta uma visão mais abrangente. Isso não faz de sua fala mais relevante se comparada às demais, mas ela pensou tanto nos sujeitos que prezam pela segurança quanto naqueles que não possuem poder de compra para consumirem nos estabelecimentos privados de uso coletivo. Segundo ela:

É tipo assim, se a comunidade LGBT depende do espaço seguro pra que possibilite

essa permanência ou uma passagem por esse espaço, existe a impossibilidade também, sabe? Porque se você precisa de espaço seguro, a partir do momento que você não consegue entrar, que você tem a negação desse espaço, você não tem oportunidade nem de fazer parte. E isso pode acontecer em um movimento cultural de qualquer coisa que seja. Em Juiz de Fora, que tem alguns lugares que podem ser considerados seguros pra uma pessoa LGBT, igual Muzik, por exemplo, uma possível mudança estrutural pra melhorar em teoria pra todas, acaba não sendo muito interessante para outra. E isso com certeza tem a ver com mudança na organização da fila. Se você tem uma área de fumantes que é externa, que tá aberta, temos sujeitos expostos a hostilidade que é muito comum na comunidade LGBT, né? E isso é muito ruim para a pessoa que quer um ambiente mais confortável e tal. Só que para uma outra pessoa, a única possibilidade dela estar ali naquele espaço é consumindo na porta. Do jeito que ela possa pagar, sabe? Ela só conseguiria beber ali na porta, e não dentro do Muzik. Quando você acaba com a área externa de fumante é meio que dar uma segregada também, né?

Na fala das três pessoas, notamos como a LGBTQIfobia pode influenciar o comportamento dos sujeitos e como a segurança parece estar em dicotomia com o processo de inclusão. Isso ocorre haja vista que a necessidade de segurança faz com que algumas pessoas optem pelo privado. Flora dá continuidade à sua fala ao nos dizer como seu comportamento e suas manifestações passam por processos de adequação no intuito de diminuir a recriminação.

Infelizmente às vezes eu tenho que usar de um código social pra que a violência não ocorra, sabe? Então, por exemplo, se eu tiver que usar códigos masculinos mesmo sendo uma pessoa que me identifico como uma pessoa não binária, eu sei que estou cedendo pra um sistema que te incentiva a ser o que você é, mas na hora que você tenta ser você, ele não te permite. Tipo assim, em teoria, a ideia de uma marca ou qualquer coisa que te incentive a ter liberdade, não existe. Ela não existe porque a partir do momento que você vai performar aquilo no dia a dia, você vai estar exposto à hostilidade.

O relato de Flora vai ao encontro do que Goffman (1988, p.57) diz sobre a visibilidade do estigma. Segundo o autor, quando um estigma é visivelmente perceptível, ele pode interferir no fluxo de relação com o outro. Isso porque ele se torna o foco da situação social e dependendo da forma que os sujeitos conduzem a conversa, o desconforto pode acontecer para ambos os lados. Isto é, do dito “normal” e do estigmatizado, porém, em proporções diferentes. Nesse caso, o que Flora faz é uma manipulação de seu estigma, escondendo certas características em um momento inicial para possivelmente suprir as expectativas e as normativas a ela socialmente impostas.

Conforme Goffman, a “manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipa ou o ‘perfil’ de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter” (GOFFMAN, 1988, p.61). Isso pode ocorrer em encontros iniciais, quando a preocupação é maior, mas vai tomando uma dimensão menos relevante na medida em que os próximos encontros vão acontecendo. Assim, a aproximação e o estreitamento de laços podem fazer com que a troca e conforto aconteçam. Vale lembrar que estamos pensando em uma situação específica em que se é possível um contato pessoal entre os envolvidos.

Porém, existe a possibilidade de um contexto de hostilidade quando aquele que é estigmatizado transita por espaços de maneira rotineira, onde não estabelece relações, como por exemplo, em sua passagem por uma praça pública.

A área de manipulação do estigma, então, pode ser considerada como algo que pertence fundamentalmente à vida pública, ao contato entre estranhos ou simples conhecidos, colocando-se no extremo de um *continuum* cujo polo oposto é a intimidade (GOFFMAN, 1988, p.62).

Nesses casos, quando um sujeito estigmatizado se depara com situações em que precisa interagir com aqueles ditos “normais”, tem-se uma situação social mista, ou seja, de encontro dos diferentes. Poderíamos pensar nisso a partir dos espaços públicos. Nesses espaços, existem algumas maneiras a partir das quais os sujeitos “normais” tendem a proceder, a saber: como se o diferente correspondesse inteiramente a um dos tipos de pessoas que nos são naturalmente acessíveis em tal situação. Neste caso, desenvolvemos ações que colocam o estigmatizado em posição superior ao que realmente se acha que ele é, ou o coloca como inferior. Também existe a possibilidade de o tratarmos como uma “não-pessoa”, quando optamos por sua invisibilização (GOFFMAN, 1988, p.27). Essas são apenas algumas possibilidades que podem surgir a partir do encontro entre os diferentes. E isso pode resultar em um sentimento de inclusão social, ao mesmo tempo em que pode causar a sensação de não pertencimento a essa sociedade, surgindo aí a ideia da falsa inclusão (FRANCO, 2017).

O momento de encontro entre os diferentes também foi notado na fala de nossa entrevistada Begônia, quando a questionamos sobre possíveis mudanças comportamentais dadas na transição de espaços públicos para espaços privados e ou privados de uso coletivo. Segundo a entrevistada:

Por mais que eu defendo a minha pinta e acho que isso seja uma forma de resistência, é impossível não se policiar. Surpreendentemente eu sinto mais dificuldade em espaços privados com pessoas heteronormativas do que em espaço público coletivo. São medos e receios diferentes, porque acho que num espaço público coletivo, há um medo básico que é intrínseco a nós. É o medo de sofrer agressão física, né? Ou ser hostilizado de alguma forma. E espaços privados há uma variação maior desse medo. Como às vezes possuímos uma ligação tipo pessoal com essas pessoas, de forma direta ou indireta, existe um medo básico do diálogo, da incompreensão, da minimização de nossos discursos, do julgamento, um olhar diferente. São pessoas que podem te machucar sem te agredir fisicamente. É um sentimento louco. Sempre tive receio de ambientes privados com muitos homens, como quando me junto com os amigos do tempo de escola. Também tem os ambientes familiares, onde você fica com medo de ferir alguém com uma visão mais incisiva ou até mesmo de ser exposto, hostilizado. E isso, por consequência, magoar alguém com quem você se importa. São sempre ambientes com mais amarras, eu acho.

No ponto em que Begônia se refere ao medo de magoar ou ser magoado por pessoas de seu ciclo próximo de convivência, como no caso dos familiares, é retratada a dificuldade

em se mostrar ao outro como realmente se é. Trata-se de uma condição em que o significado da forma com que ele se identifica pode ganhar proporções negativas. Isso porque a descoberta de um estigma prejudica não só determinada situação social corrente, como também as relações anteriormente estabelecidas e as relações futuras. Com isso, uma das alternativas apontadas é a de se esforçar para esconder esse estigma e ou moldá-lo conforme a circunstância. Isso sem contar os casos em que os familiares já sabem indiretamente, porém, ignoram. Percebemos aí uma situação diferente daquela vivida pela entrevistada Flora no momento em que abdica de certas vestimentas. Porém, notamos que ambos os sujeitos adequam seu comportamento de acordo com o espaço ao qual circulam e com as pessoas que se fazem presentes. Uma ilustração disso é quando Jasmim diz que não costuma beijar em espaço público aberto. Em todos os casos, temos o que Goffman (1988, p.77) chama de manipulação de suas identidades, em que estas variam “segundo o conhecimento ou desconhecimento que as pessoas em sua presença têm dele e, em caso positivo, segundo o seu próprio conhecimento do fato”. Ainda segundo o autor:

Encontramos muitas provas adicionais de que não só as pessoas íntimas daquele indivíduo como os estranhos serão afastados por seu estigma. Em primeiro lugar, as pessoas íntimas podem-se tornar aquelas em relação às quais ele mais se preocupa em esconder algo vergonhoso (GOFFMAN, 1988, p.64).

Na fala das três entrevistadas (Jasmim, Begônia e Flora), notamos a possibilidade de se depararem com a falsa ideia de inclusão. Essa falsa inclusão também pode ser observada e questionada dentro do que é proposto nos ambientes de festa oferecidos por espaços privados de uso coletivo, como já exemplificamos em parágrafos anteriores. Tal emulação de uma experiência inclusiva se deve ao fato de o poder aquisitivo do sujeito pode vir a oportunizar momentos inacessíveis àqueles que não o possuem. O dinheiro, em muitas situações, contribui para que a pessoa ultrapasse barreiras impostas dentro do próprio ambiente familiar. A partir desse poder aquisitivo, o sujeito declara sua independência e consegue apresentar seu desejo LGBTQIA+ e sua identidade pessoal. A fala da entrevistada Flora quando questionada sobre os diferentes tipos de julgamentos que podem vir a acontecer em espaço privado e espaço de uso coletivo vai ao encontro do que pensamos quanto à autonomia que o dinheiro proporciona às pessoas, a saber:

O espaço privado talvez te dê uma possibilidade maior, sabe? Porque a partir do momento que eu tenho o poder do capital, eu penso assim “eu posso”. No espaço público, parece que em teoria você poderia, mas como você está sujeito muito diretamente a violência, você vai evitar. Você vai acabar evitando de alguma forma, até porque, você não quer que a violência aconteça. Com isso você acaba cedendo mais do que no privado, com toda certeza. Mas eu acho que a LGBTQIfobia no geral, acontece em frequências diferentes, igual o racismo.

Outra entrevistada que fala a respeito de sua frequência em ambientes de festa destinado ao público LGBTQIA+ é Jasmim. Ela evita festas em certas localidades devido ao fato de não se sentir confortável entre um público majoritariamente heterossexual. No caso da entrevista em especial, temos uma mulher que se relaciona com mulheres e que evita ambientes onde os casais são em sua maioria heterossexuais cisgênero. Para exemplificar a situação, Jasmim citou o Café Muzik como espaço de público LGBTQIA+ no qual ela se sentiria confortável e a boate Privilège como de público majoritariamente heterossexual, onde provavelmente ela não se relacionaria com mulheres. Na fala da entrevistada:

Os espaços privados que frequento são na maioria gays, então héteros que frequentam esses lugares têm uma cabeça melhor na maioria. Então fico muito segura no Muzik mas não ficaria na Privilège. Pessoalmente, não sou uma pessoa muito ativa em festas, não costumo ficar com pessoas. Então acabo não passando por essas situações. Se eu não me sentir confortável vou me anular com certeza. Porque é incrível uma coisa, se um casal hétero tiver se beijando, num amasso danado, passa batido pra muita gente. Agora coloca duas mulheres abraçadas ou dois homens. Viram holofotes todos pra esses casais e o que menos quero é alguém que nem me conhece me julgando. Eu não aceito, mas também tenho medo nos dias de hoje com essa política doida que aplaude a homofobia e incentiva o uso de armas.

Begônia também colaborou com a nossa aquisição de informações a respeito do tema. No momento em que a questionamos sobre as diferenças existentes entre locais LGBTQIA+ e outros que não possuem o mesmo direcionamento, nos deparamos com relatos interessantes. Conforme a entrevistada, sua frequência é rara em espaços destinados ao público LGBTQIA+, porque ela não se sente tão confortável nesses espaços devido ao fato de que ela identifica “segregação” mesmo entre os indivíduos LGBTQIA+. Abaixo, um fragmento de sua fala em que podemos conferir sua perspectiva:

Bem, eu acredito que sim e não. São espaços muito paradoxais, de uma forma geral. Existe uma ideia de falsa liberdade nesses lugares, e por um lado há sim uma maior liberdade de se expressar sem medo de ser agredido fisicamente, ou até mesmo hostilizado. Todavia, eu penso que existe uma hostilização que é silenciosa. Ressalto que a minha fala se direciona principalmente ao público gay, locais predominantes gay. Esses espaços são extremamente segregadores. Na verdade, em minhas observações e reflexões, eu nunca cheguei a uma conclusão exata. Nunca entendi se foi por vingança que esses meios se tornaram assim, tipo ou o motivo exato. Mas é louco pensar que grande parte dessas pessoas chegou a sua vida adulta percorrendo um caminho hostil e segregativo, consequente de uma sociedade heteronormativa, mas que de alguma forma reproduzem o que sofreram, né? Digo isso relacionado a segregação especificamente. O fato vicioso de manter certos padrões.

Sabemos que a heterogeneidade existe em todos os lugares e dentre todos os grupos, o que de fato é algo positivo. Porém, Begônia se refere à existência de subgrupos que reproduzem heteronormatividades e atos que inferiorizam sujeitos mesmo entre um grupo considerado minoritário politicamente. Em razão disso, ele opta por não ter tanto acesso a tais espaços. De acordo com o entrevistado, essa segregação pode ser vista sob os mais diversos

ângulos. Begônia utiliza o exemplo do funcionamento de aplicativos de relacionamento voltados para o público LGBTQIA+ (principalmente gays), como o Grindr:

Basta você acessar aplicativos destinados ao público gay, como o próprio Grindr, onde o aplicativo te incentiva a pertencer a um perfil estabelecido dentro da comunidade, uma tribo como é chamado. E se você não possui as características de um urso ou se não é jovem suficiente, daí em diante, você tá num limbo. Existem festas em ambientes totalmente dedicados às tribos específicas dessa parte da comunidade. São fatores que reforçam essa ideia de segregação dentro da comunidade gay. E as festas, mesmo que às vezes de forma velada, gritam isso. Olha só, elas gritam isso. Não seria esse também um grande paradoxo?

A tribo à qual o entrevistado se refere, existente no aplicativo de relacionamentos Grindr, se trata de uma divisão estabelecida a partir de características físicas, emocionais, étnicas, comportamentais, modos de se vestir, entre outros atributos do sujeito entre o grupo de participantes. A fig 14 traz um *print* da tela do aplicativo o qual exhibe o modo pelo qual é feita a separação:

Figura 14: Filtros para personalizar a busca do usuário no aplicativo Grindr.

Buscamos saber, a partir da fala do entrevistado Tulipa, o que ele, como usuário assíduo desse aplicativo, pensa sobre a divisão entre tribos. O entrevistado disse que:

Quando você tem um cara que coloca no perfil dele do aplicativo que é malhadinho ou discreto, ele já automaticamente deixa claro que ele é um gay heteronormativo. E aí muitas vezes só vão se atrair por aquele perfil pessoas que são de perfil semelhante, então acaba que é essa divisão em tribo. Ele acaba diminuindo a chance de você encontrar uma pessoa que é bacana, mas que não seja aquilo que você procura, ou seja, o perfil que você gosta... Mas ao mesmo tempo eu penso que também pode facilitar a questão de tempo. Por exemplo, eu já sei que eu quero esse tipo, esse aplicativo é para fins sexuais, então eu vou ali e já olho o que ele é (tipo o cardápio), então aí eu já começo a pensar que essa pessoa que tem maior chance de desenvolver (...) O ponto negativo que eu vejo dessa divisão em tribos é muitas vezes que ela cria barreiras entre essas comunicações. Por exemplo, você não gosta de pessoas afeminada pra se relacionar e vê que o menino coloca ali "Barbie". Muitas vezes isso já dá um link ali de que a pessoa é afeminada e aí eu não vou falar com ela. Entendeu?

Tulipa consegue estabelecer em sua fala os pontos positivos e negativos da divisão em tribos, a partir da qual acreditamos que tenha ficado bem perceptível a situação de estereotipagem dos sujeitos. Lembrando que não colocamos isso como algo negativo nem como característico da coletividade LGBTQIA+, apenas estamos trabalhando para demonstrar como a atração entre os sujeitos pode ter relação direta com aquilo que sua imagem representa. E a partir disso podemos pensar em como o capitalismo se articula e corrobora com essa estereotipagem e as raízes de dominação heteronormativas.

Deparamos-nos com a repulsa à heteronormatividade reproduzida por LGBTQIA+ no momento em que Begônia diz evitar espaços com direcionamento para esse público e isso vai ao encontro da fala de Flora, a saber: "Não há possibilidade de eu ser o que eu quero ser, de ser o que eu sou, sabe? E isso em nenhum espaço". Teríamos aí a demonstração de algumas das facetas da LGBTQIfobia dada dentro da própria coletividade. Acreditamos que a violência simbólica e física sofrida por esses sujeitos tenha relação com a vigilância e cautela dada sobre as identidades de gênero, inclusive entre LGBTQIA+. Goffman (1988, p.117, 118) ressalta que:

O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus "pares" conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas. Ele pode, então, tomar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele....É provável que quanto mais o indivíduo se alie aos normais, mais se considerará em termos não estigmáticos, embora haja contextos em que o oposto parece verdade.

Diante disso, temos que alguns indivíduos, mesmo não pertencentes ao agrupamento dos "normais", apresentam a necessidade de cumprir regras que de certa forma contribuam para diminuir as suas diferenças. Seriam essas imposições de códigos de conduta as responsáveis por fornecerem ao sujeito estigmatizado "não só uma plataforma e uma política e não só instruções sobre como tratar os outros, mas também receitas para uma atitude apropriada em relação a seu 'eu'" (GOFFMAN, 1988, p.121). Nessas circunstâncias, as

peessoas que por algum motivo descumpram as normativas, costumam ser desqualificadas de alguma forma.

Deve-se ver, então, que a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. As mesmas características estão implícitas quer esteja em questão uma diferença importante do tipo tradicionalmente definido como estigmático, quer uma diferença insignificante, da qual a pessoa envergonhada tem vergonha de se envergonhar (GOFFMAN, 1988, p. 141).

Dando continuidade à interpretação de nossas entrevistas e tentando compreender como um sujeito Transexual²⁵ ou Não Binário se posiciona frente a esse sistema de imposição de conduta que muitas vezes os inferioriza dentro do próprio coletivo, tivemos um relato da entrevistada Flora. O interessante é observar como ela possui esclarecimento maior para conseguir falar e diferenciar o gênero da sexualidade, afinal, se trata da sua vivência. Ela compreende o corpo como não contendo um sexo definido e sim como algo que cede a normativas heterocentradas. Segundo Mélo (2012) a maquinização que gerencia o corpo possui bases na “medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas, congressos científicos etc...Corpo é gerenciamento biopolítico, gestão (calculada) sobre os fluxos da vida”, ou seja, mais uma vez retomamos o dispositivo da sexualidade. E Flora, como uma pessoa não binária, se coloca de forma contrária a esse dispositivo:

E se você perguntar pra qualquer pessoa trans e tal, o que é ser mulher ou o que é ser uma pessoa não binária, é muito mais ser do que uma coisa específica, sabe? É ser, simplesmente ser. É pensar “eu quero ser assim”. E a partir do momento que você dá a impossibilidade do ser, você está impedindo que a pessoa exista.

Com isso, podemos observar o quanto a orientação sexual e a identidade de gênero são assuntos delicados. Na fala de Flora, vimos que se trata de simplesmente ser, e isso vai ao encontro com a “dificuldade” que as entrevistadas Jasmim e Begônia tiveram ao responder o nosso questionamento sobre as suas respectivas orientações sexuais. Acreditamos que essa dificuldade tenha suas origens exatamente no fato de que elas veem a questão da sexualidade com maior fluidez e que a sentem para além do binarismo existente.

Jasmim foi sucinta em sua resposta, dizendo que não costuma definir-se ou rotular-se, já Begônia se prolongou um pouco em sua explicação. Porém, diante dessa situação, observamos que nem sempre essa pode ser uma pergunta confortável para se fazer e que também não teremos uma resposta precisa. Outro ponto interessante que nos surgiu durante o momento das entrevistas e que possui relação com o que Sampaio; Germano (2014)

²⁵ Sugerimos que assistam ao documentário “Morte e Vida de Marsha P. Johnson”. O mesmo, desenvolvido no ano de 2017, narra à luta de personagens proeminentes do Movimento de Libertação Gay e Direito de pessoas Transgêneros entre as décadas de 1960 e 1990 em Nova York.

ponderam é que “os heterossexuais não precisam declarar ou revelar a sua identidade, pois em nossa sociedade se pressupõe que todos sejam heterossexuais”. Mas quando nos deparamos com sujeitos LGBTQIA+, esse tipo de questionamento pode surgir. Abaixo, podemos notar a declaração de Begônia a respeito de sua orientação:

Engraçado que por mais comum que essa questão tenha sido durante toda a minha vida, eu ainda sinto dificuldade em responder, porque eu sinto que eu sou uma pessoa muito fluida e aberta à experimentação. Então eu não consigo me conter em um lugar. Eu não consigo lidar com a ideia de algo que não é permitido a mim, então obviamente, em alguns momentos da minha vida, eu me senti mais próximo de uma orientação do que de outra, se assim podemos colocar. Mas acho que talvez assim, se for colocar um nome nisso, isso talvez me colocaria como polisssexual, até porque eu não tenho ainda total noção do quão falocêntrico e genitalista eu sou. Ainda estou num processo de entendimento. Então eu considero a minha orientação sexual uma coisa muito mais fluida do que as caixinhas clássicas. Vale ressaltar que socialmente eu acho que eu me posiciono muito como o homem homossexual. E isso por entender que o meu discurso, as minhas ideias, a minha luta, ela pode contribuir com outras pessoas. Então eu acho que é isso.

Entendemos que ser uma pessoa LGBTQIA+ dentro de uma sociedade heterocentrada e enraizada nos ideários do binarismo contribui para que o sujeito que não se encaixa nessas imposições tenha dificuldades em se expressar tanto dentro do coletivo quanto na sociedade como um todo. Isso devido ao fato de instintivamente buscarmos uma categorização das pessoas dentro daquilo que conhecemos como verdade. Com isso, os indivíduos precisam buscar por palavras ou expressões que traduzam as suas interpretações e sensações. A questão que levantamos é que às vezes as pessoas não conseguem fazer esse tipo de movimento ou até mesmo optam por não se tensionarem para obterem respostas que se encaixem no campo de aceitação binária. E para além desse imbróglho temos que pontuar que esses sujeitos também se articulam para manterem relações com outras pessoas, sendo essa uma tarefa também desafiadora.

O envolvimento que ocorre entre os sujeitos, seja este destinado a relacionamento afetivo ou ao estabelecimento de negociações, é feito a partir “da capacidade de um indivíduo de voltar, ou deixar de voltar, sua atenção concentrada a alguma atividade disponível- uma tarefa solitária, uma conversa, um esforço de trabalho colaborativo” (GOFFMAN, 2010, p. 54). Vivendo em sociedade, esse tipo de interação acontece a todo o momento, entre os mais diversos grupos sociais.

Nesse exercício de envolvimento, são estabelecidos gerenciamentos e regras para que a interação aconteça. No caso dos sujeitos da presente pesquisa, temos uma negação social de algumas formas de se portar, vestir e falar, dados a partir de um preconceito com a coletividade. A aceitabilidade maior é vista quando se trata de LGBTQIA+ que se adequam às

imposições da heteronormatividade com mais facilidade.

À vista de envolvimento dado em um contexto propício para o estabelecimento de relações homoafetivas (sem a possibilidade de agressão física), como em casas de festas, a ideia de uma liberdade para desenvolver certas ações pode fazer com que o sujeito haja de maneira diferente de como agiria em outros espaços, pois o ambiente oferece artefatos para garantir que a pessoa não se retraia. Salientamos que, conforme observado no decorrer da leitura do presente trabalho, essa impressão de liberdade é questionável, podendo vir de origem excludente e reprodutora de heteronormatividades. Mas sabemos que, nesses espaços, alguns sujeitos conseguem se expressar de maneira mais confortável.

No caso de envolvimento afetivo fora de espaços com programação voltada para o público LGBTQIA+, temos a ativação do sentido do *gaydar*. Essa é uma expressão de origem na aglutinação formada entre as palavras gay e radar, usada por integrantes do coletivo para representar a capacidade que eles possuem de identificar se a outra pessoa também é uma LGBTQIA+. Muitas vezes esse sentido é ativado sem que nenhuma palavra seja dita. Segundo Goffman (2010, p. 102), “é possível ver a transformação gradual de um mero contato físico com o outro num ato que estabelece a relação social de conferir mutuamente um encontro face a face”.

O encontro iniciado por uma pessoa que dá uma abertura através da comunicação visual começa quando a outra pessoa reconhece os sinais. Assim, é dado retorno do olhar, podendo este ser seguido de uma fala, postura, sorriso, ou algo que indique que o sujeito se colocou à disposição do outro. Dessa forma, “[o]lhares diretos, então, têm um papel especial na vida comunicativa da comunidade, estabelecendo ritualmente uma abertura declarada a enunciados verbais e uma relevância de atos mútua e legitimamente aumentada” (GOFFMAN, 2010, p. 104). De acordo com o autor:

Eu gostaria de adicionar que há uma relação entre o uso de olhadas olho a olho como um meio de comunicar um pedido para a iniciação de um encontro, e outras práticas comunicativas. Quanto mais claramente indivíduos são obrigados a se conter de encarar diretamente outros, mais capazes eles serão de designar uma importância especial para um olhar fixo, neste caso, um pedido de um encontro. Assim, a regra de desatenção civil possibilita a função de autorização dada a olhares nos olhos de outros, e se “encaixa” com ela. Da mesma forma, a regra possibilita dar uma função especial a uma captura “prolongada” da olhadela de um estranho, como quando pessoas desconhecidas que combinaram de se encontrar conseguem se descobrir desta forma (GOFFMAN, 2010, p. 108).

Durante a observação participante em locais de encontro de pessoas LGBTQIA+, no estabelecimento de diálogos, convivência ao longo de anos e a partir do material adquirido através das entrevistas realizadas na pesquisa, nos deparamos com situações nas quais os

sujeitos desenvolvem a comunicação visual elencada por Goffman. Mostraremos como isso se apresenta a partir das palavras da entrevistada Rosa:

Então, eu não sei explicar muito bem, mas é uma questão de olhares, mas que inicialmente parte da análise dos trejeitos da pessoa. Porque é a partir desse reconhecimento dos trejeitos que se iniciam os olhares. Poderia adicionar até a questão de vestimenta, em reconhecer um gay pelo estilo da roupa que usa ou até mesmo marca. A marca diz muito. Por exemplo, nós temos marcas de sungas que nós sabemos que são famosas. Tipo a sunga da marca Marino. Ela é famosíssima entre gay, entendeu? A gente reconhece a estampa. Então, se eu tô numa praia e eu vejo a pessoa usando determinada sunga, eu já conheço, eu já sei. A marca da Osklen, por exemplo, faz sungas que é pra uso gay.

Para além da observação comportamental, ainda temos a marca como signo de identificação de quem pode vir a retribuir o olhar e iniciar uma comunicação visual. Esse tipo de comunicação acontece inclusive em locais públicos de uso comum, como no caso de praças públicas, banheiros de rodoviárias²⁶, parques, entre outros. Lembrando que essa possibilidade não é comum a todas as pessoas. Sujeitos LGBTQIA+ não estão em posição de equidade de direitos na sociedade e nem dentro da própria sigla. Isso porque, quanto mais o indivíduo se afasta da imposição binária, menores serão suas chances de ter suas expressões aceitas, como no caso das travestis e não binárias.

Buscamos, a partir de relatos adquiridos em campo, demonstrar como se dá o processo de reconhecimento das pessoas para que a partir disso seja pensado um envolvimento entre os indivíduos. Para além disso, observamos como um simples reordenamento em uma casa de festas da cidade pode afetar o lazer de pessoas frequentantes. Lembramos que há uma programação de festa pública LGBTQIA+, mas o planejamento dessas é feito de forma pontual durante o ano.

Pensando sobre a dificuldade de acesso de alguns sujeitos à casa de festas e sobre a escassa programação de eventos gratuitos que abordem temáticas de gênero e sexualidade, buscamos entrevistar uma pessoa que trabalha como artista na cidade de Juiz de Fora e que debate pautas LGBTQIA+. Neste sentido, no dia 10 de novembro de 2020 foi realizada uma entrevista não estruturada com um dos idealizadores do Coletivo *Makoomba*²⁷. O entrevistado, que recebeu o nome de Lótus como garantia de anonimato, nos contou sobre a construção do coletivo, sobre os objetivos almejados com o projeto e sobre o interesse de investimento na cultural local da cidade.

De acordo com Lótus, o projeto pensado no ano de 2016 surgiu a partir de sua demanda pessoal por trabalho na cidade. Isso porque os espaços oferecidos para artistas

²⁶ Apelidado como banheirões pelo coletivo LGBTQIA+.

²⁷ Coletivo que debate a aceitação e ocupações da juventude nos espaços da cidade.

negros eram raros. Em suas palavras, “no início ninguém me chamava para trabalhar, já existia uma diferença de artistas na cidade e a partir disso tive o *start* de pensar a *Makoomba*”. A *Makoomba* surgiu como uma festa que representava as narrativas pessoais de Lótus, ele queria sentir suas histórias inseridas e representadas. A busca era por atrações que destacassem a diversidade sexual e de gênero, a juventude negra da periferia e a valorização do funk.

A festa ganhou destaque na cidade, virou um bloco de carnaval e no ano de 2019 se tornou uma residência criativa para capacitação de jovens, com o objetivo de destacar a cultura negra e LGBTQIA+. Os idealizadores do projeto buscaram uma conscientização da diversidade e a liberdade dos corpos a partir do divertimento. O projeto, em seus contornos atuais, conta com o envolvimento de cinco pessoas que dividem as funções de composições gráficas, DJ, arte digital, fotografia, produção criativa e audiovisual.

Nas palavras de Lótus, a iniciativa para que o *Makoomba* se tornasse um coletivo veio da necessidade de ocupar alguns espaços da cidade que antes o grupo não ocupava, mas que gostaria de ocupar, como no caso das praças, do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (CCBM), entre outros. A partir dessa vontade é que algumas reuniões foram pensadas entre os idealizadores e ações que dialogassem com o que a cidade oferecia de equipamento público foram planejadas.

Dois eventos *Makoomba na Quebrada* aconteceram em Juiz de Fora nos bairros Vale Verde e Olavo Costa, estes inseridos na Zona Sul e Sudeste, respectivamente. Foi um momento de encontro entre funk, arte e periferia. De acordo com Lótus, “o funk é a nossa linguagem. É lá que a gente dialoga com a juventude, periferia e os LGBT’s. A *Makoomba* é nosso trabalho com o corpo e é onde eu insiro o meu trabalho”. Essa atuação do coletivo buscou dialogar com as crianças a partir de um ritmo musical que, segundo o entrevistado, se trata de um dos mais apreciados pelo público.

A concretização do *Makoomba na Quebrada* representa uma grande conquista para o coletivo e em termos pessoais Lótus destaca que “a gente não tinha um Dj assumidamente LGBT, negro e que pudesse dizer ‘esse é meu espaço’”. O que começou como uma festa virou algo muito maior. Ainda nas palavras do entrevistado, atualmente o coletivo conversa com uma parte da cidade que não tinha suas pautas bem representadas em eventos como a *Parada Gay de Juiz de Fora*. Isso porque os gays brancos sempre receberam destaque maior. Lótus associa o sucesso das atrações desenvolvidas pelo coletivo ao fato de as pessoas se identificarem e se sentirem representadas com as pautas, público frequentador e estilo musical que envolve o funk, a cultura pop, africana e latina.

Foi seguindo essa perspectiva que, no ano de 2019, o coletivo propôs uma programação que aconteceu em período concomitante à semana do *Miss Brasil Gay* de Juiz de Fora- MG. De acordo com Lótus, se tratou de um fim de semana cheio de ações que traziam a pauta da diversidade. O espaço que sediou o evento foi o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, porém, devido às limitações de patrocínio, a divulgação das ações foi dificultada. Segundo os relatos do entrevistado, a maior parte dos eventos é pago com o próprio trabalho dos idealizadores, o que já fez com que o grupo pensasse em futuramente criar uma *Agência Makoomba* no intuito de atender demandas externas ao coletivo e, com isso, angariar recursos financeiros.

Neste sentido, encerramos a entrevista com relatos que reforçam a compreensão sobre como é difícil manter uma agenda pública de eventos e até mesmo construir espaços na cidade que contratem artistas LGBTQIA+. No capítulo subsequente, faremos uma apresentação conceitual dos estatutos que regem os espaços públicos e espaços privados da cidade, desconstruindo a ideia de que se trata de conceitos antagônicos e consequentemente de que esses espaços não estão interligados.

5. POR UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA ALÉM DA DICOTOMIA PÚBLICO/PRIVADO: UMA ANÁLISE DAS INTERFACES DA LGBTQIFOBIA

A expressão “espaço público” vem sendo utilizada das mais diversas maneiras em trabalhos de Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Direito, entre outros. Muitas vezes, sua significação fica presa a concepções relacionadas a um espaço urbano livre e aberto ou ao oposto daquilo que é privado. Tamanha generalidade acaba por corroborar com o demorado reconhecimento do espaço público dentro das pesquisas científicas e, consequentemente, o esvaziamento do sentido que esse tema carrega ao longo dos séculos (GOMES, 2018).

Diante da diversidade de áreas as quais se dedicam, mesmo que indiretamente, aos estudos históricos das esferas pública e privada, nos deparamos com uma heterogeneidade de interpretações sobre o assunto. O que conseguimos identificar de maneira inicial é que a natureza do que é considerado espaço privado possui total relação com o tipo de sociedade estudada. Porém, estabelecer uma linha rígida que constitua uma separação entre público e privado não é uma tarefa recomendável. Neste breve texto, buscaremos compreender, mesmo que sucintamente, a interligação conceitual dos espaços públicos, privados e privados de uso coletivo. Elucidamos como esses espaços estão conectados e como a constituição de um se

entrecruza com a do outro, sendo incompleto se trabalhar com tais conceituações de forma fragmentada. De maneira concomitante a este objetivo, buscaremos dialogar com a vivência dos sujeitos LGBTQIA+ na cidade e compreender como a diferença constituinte desses espaços pode ser notada pelo grupo. Essa etapa será realizada a partir do material adquirido em nossas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas.

Gomes (2006 p.160) chama atenção para as incompreensões acerca do tema do espaço público. Segundo o autor, dentre tantas inconsistências, três se colocam como as principais a serem repensadas. São elas: (i) a ideia de que “o público é aquilo que não é privado”, separação incapaz de satisfazer à realidade na qual vivemos e a qual oculta a existência de uma série de outros estatutos públicos elaborados para ordenamento de espaços distintos; (ii) “tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada”, ou seja, usar apenas os atributos legais para a categorização dos espaços, sem levar em conta que as leis são estabelecidas e impostas em dado espaço-tempo, que existem certos tipos de interesses que influenciam no processo de sua elaboração e que nem sempre possuem disposição para legislar em prol de certas pessoas; e (iii) a ideia de que o espaço público “é simplesmente definido pela qualidade de acesso livre”, ensejada pela desconsideração da diferença entre espaços públicos comuns e espaços públicos coletivos. A exemplo, poderíamos citar o funcionamento de uma escola, em que o fato de ela ser pública não garante livre acesso a todas as pessoas. Trataremos desse assunto mais a frente.

Substanciando o conhecimento sobre o tema, Gomes (2018) nos atenta acerca da compreensão do processo de construção do estatuto público.²⁸ Segundo o autor, se trata do produto histórico das relações sociais. Todas as interações e caracterizações que ocorrem no espaço derivam daquilo que naquele contexto temporal é dado como de maior adequação. Ou seja, aquilo que é permitido realizar em ambientes públicos nem sempre o foi, e o mesmo vale para ações que hoje podem vir a serem recriminadas, mas que em tempos remotos eram aceitas. Diante dessa modificação comportamental e de aceitabilidade de ações é que são construídas configurações de vivência e de agenciamento social. Neste sentido e fazendo uma ligação com o que apresentamos no segundo capítulo acerca do dispositivo de controle da sexualidade, teríamos um demonstrativo de como as leis e estatutos também podem contribuir para a invisibilização dos sujeitos e/ou garantia da manutenção da heteronormatividade.

A partir de uma compreensão que busque questionar aquilo que é proposto por cada

²⁸ Entende-se por Estatuto Público “o conjunto de normas jurídicas cuja característica comum é estabelecer regras de organização e funcionamento de uma sociedade, instituição, órgão, estabelecimento, empresa pública ou privada” (MARCONDES, 2015).

estatuto, é que possivelmente entenderemos as características e derivações que transcendem a dimensão física do espaço. Um exemplo pode ser observado a partir do conhecimento material do que possa vir a ser uma rua. O simples fato de se tratar de uma rua não faz com que ela seja considerada um espaço público. É importante identificar o uso que os sujeitos fazem dela. Destarte, observamos a existência de arruamentos construídos no interior de condomínios fechados que não cumprem função pública, sendo regidas pelo estatuto jurídico privado e ou privado de uso coletivo (GOMES, 2018). O mesmo acontece com parques, praças, museus, etc..

Um ponto importante para o reconhecimento da maneira pela qual o espaço está sendo utilizado é saber que mesmo a esfera pública sendo a responsável por gerir determinada localidade e as relações ali desenvolvidas, existe um controle e delimitação, em certa medida, por proprietários privados. Isso ocorre na medida em que estes buscam “resguardar” seus espaços sem ferir suas normas próprias e nem as normas estabelecidas pelos princípios legais de uso público (GOMES, 2018). Porém, cabe ressaltar que essa regra de não ferir os princípios legais de uso público pode vir a ser violada por alguns sujeitos e categorias sociais. Como explica Gomes, “[p]or isso esse espaço é lócus da lei. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem submeter às regras da civilidade” (GOMES, 2006, p. 162).

Temos o estatuto público como aquele que, mesmo diante das pressões dos interesses privados, é (ou deve ser) elaborado de forma adequada às particularidades dos locais e possuindo relação com a forma com que o espaço é concebido e vivido. Porém, mesmo com essa preocupação, existem grupos de pessoas que violam as regras de como se agir nos espaços públicos (GOMES, 2018).

Existem várias maneiras de se usufruir do espaço e o domínio público é fortemente estruturado a partir das interações estabelecidas entre as pessoas naqueles espaços. Esses aspectos representam elementos responsáveis por dar a garantia “de uma vida em comum entre indivíduos autônomos e independentes que, em tese, não se conhecem e não dispõem de outros laços” (GOMES, 2018). Tais jogos de interação são o que nos permite compreender que, para se caracterizar um espaço público, faz-se necessário ir além da identificação de um agrupamento de pessoas, de modo que o mais importante é o movimento de interação.

Outro elemento interessante é pensar o espaço público como a essência de toda cidade. A partir disso, deve-se observar como os instrumentos de intervenção urbana estão sendo alocados nos espaços. É necessário planejamento de infraestrutura, acessibilidade, segurança,

garantia de equipamentos e um equilíbrio entre os interesses público, coletivo e privado. Porém, muito do que temos hoje é reflexo de um planejamento urbano que perdura no Brasil pelo menos desde 1960. Neste, o que observamos é uma tendência para se desenvolver zoneamento urbano a partir da homogeneização de uso e intensa valorização do isolamento a partir de edificações (ABASCAL; ALVIM, 2018).

Para um espaço público de fato cumprir sua funcionalidade, se faz necessário que este seja um ambiente de encontro de diferentes pessoas e conseqüentemente de diferentes conflitos. A partir desse contato inicial é que as questões ganham dimensão pública. Tendo, estes espaços, um potencial transformador, não se trata, portanto, apenas de um espaço espectador das pessoas que fazem uso dele. Teríamos aí um lugar em que os sujeitos possuíssem participação ativa (GOMES, 2006, p.163). Dessa forma, pode-se compreender que “[o] espaço público é fundamental, nele se manifesta a coexistência de sistemas de circulação, redes e fluxos com outras dimensões cotidianas, afirmando a heterogeneidade e a importância da experiência” (ABASCAL; ALVIM, 2018).

No tocante ao eixo central do presente subcapítulo - compreensão do espaço público, privado e privado de uso coletivo -, entendemos que a simples delimitação física de determinado espaço como não privado é insuficiente para o entendimento do que possa vir a ser um espaço público. É exatamente a partir desse ponto de dificuldade de conhecimento dos arranjos e interações dados nos espaços que surgem as tentativas de separação conceitual entre público e privado e/ou a generalização de seus significados.

Faz-se importante nos atentarmos para a forma com que os sujeitos permanecem nos espaços públicos, ou ao que Gomes (2018) chama de “vida pública urbana”. Segundo o autor, os valores que regulam a co-presença e as heterogeneidades existentes sobre um mesmo espaço foram adquiridos a partir de um longo e contínuo processo de conquistas que não se deram de forma espontânea. As relações que hoje podem ser executadas nos espaços passaram e passam pela aceitação de parte da sociedade, de modo tal que permanecer nesses espaços é um exercício político na vida.

Todos os dias, nos espaços públicos se expõem ações que poderiam ser concebidas como manifestações políticas: formas de apresentação, comportamentos, atitudes que tem potencial transformador e de questionamento dos valores e das regras. Ao se manifestar produzem formas de adesão e de conflito, ou seja, produzem um diálogo a respeito da possibilidade de se incorporar ou não essas ações, em outros termos, surge um diálogo político (GOMES, 2018).

Retomando a ideia de espaço público de natureza comum e espaço público de natureza coletiva, temos uma conceituação oriunda do estatuto jurídico sobre o assunto. A falsa, ou ao menos reducionista ideia de que o espaço público é de livre acesso e que pertenceria ao uso e

interesse de todos é muito difundida. Esse tipo de espaço é classificado como comum a todos, mas neles não são necessariamente representados os interesses de uma sociedade. O que temos nesse caso é a representação de vontades e direitos que pertencem a uma restrita coletividade. Significa, portanto, que um grupo específico de pessoas é representado nesses espaços, e não as demandas de uma sociedade como um todo. Isso se difere do que seria um espaço de encontro entre os diferentes, como deve ocorrer efetivamente para que os espaços públicos sejam considerados comuns (GOMES, 2018).

O espaço público se constitui a partir do encontro de indivíduos e qualidades distintas em dado espaço físico, onde, para manter-se o ordenamento, são impostos limites que visam prezar pela satisfação parcial de todas as pessoas. Essa procura por satisfação é o que deveria de fato acontecer, porém, sabemos que nem sempre isso acontece, mas deixemos esse questionamento para outro momento. O que pretendemos elucidar é que se o espaço público é um espaço de encontro entre os diferentes, ele também representa um espaço conflitante e sobre o qual, para amenizar alguns desses conflitos, são impostos limites de uso, ação e expressão. O tipo de vivência nesses espaços é o que garante a convivência pública e democrática. Porém, longe de uma tentativa de romantização da função do espaço público, temos muitas vezes a imposição de normalização de certos sujeitos, culturas, classes sociais, orientação sexual, e assim sucessivamente (GOMES, 2018).

Uma ordem social pode ser definida como uma consequência de qualquer conjunto de normas morais que regulam a forma com a qual as pessoas buscam atingir objetivos. O conjunto de normas não especifica os objetivos que os participantes devem buscar nem o padrão formado pela (e através da) coordenação ou integração desses fins, e sim meramente os modos de buscá-los. Regras de tráfego e a ordem do tráfego resultante fornecem um exemplo óbvio (GOFFMAN, 2010, p.18).

Neste sentido, temos as cidades e todo o seu adensamento populacional, compostos por diversas manifestações culturais. Dessa forma, observamos um acoplado de informações que precisam ser avaliadas a fim de realmente se alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre os espaços públicos. Observe-se o esquema elaborado na Figura 15, onde a interligação do guia de comportamentos impostos no espaço físico influencia no processo de construção do estatuto jurídico do espaço, que por sua vez, também influencia na imposição de normativas comportamentais. Esse incansável movimento de troca organiza a dada sociabilidade naqueles espaços e todas essas etapas constituem o espaço público (GOMES, 2006).

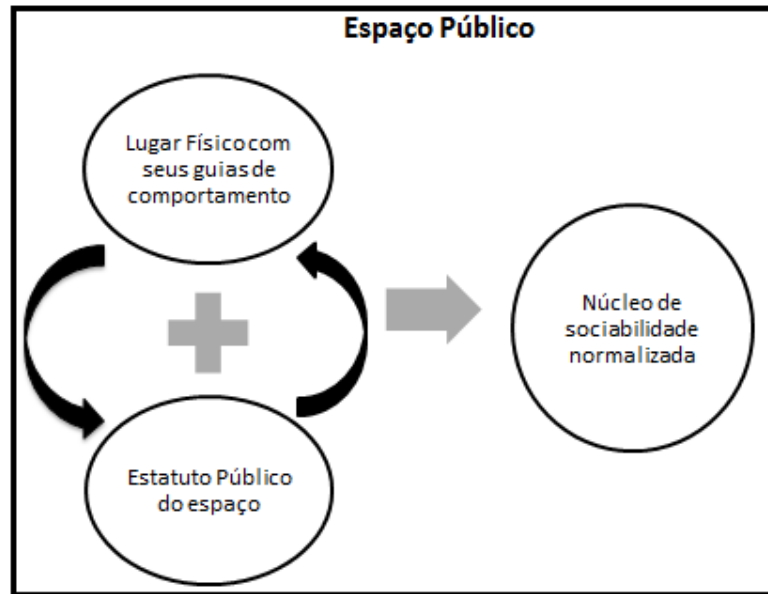


Figura 15: O Espaço Público. Fonte: GOMES (2006). Organizado pela autora.

Existem normalizações materiais facilmente notáveis nos espaços, como também existem normalizações no campo simbólico que exigem um pouco mais de envolvimento e profundidade para serem identificadas. No caso de indicadores físicos que ordenem certas localidades, temos a existência de semáforos, faixas de pedestres, pisos para deficientes, agentes de trânsito, ciclovias, entre outras. E também são criadas regras para as situações em que os sujeitos descumpram as regras pré-estabelecidas. Esse é o caso da aplicação de atos mandatórios como as multas, quando o não pagamento pode levar o indivíduo à prisão (GOFFMAN, 2010, p.16). No que se refere a normalizações no campo simbólico, podemos levar em consideração a fala de um de nossos entrevistados, que recebe na pesquisa o nome de Ficus. Ele diz que o processo de se identificar enquanto gay teve muito mais relação com a dificuldade de se manifestar em locais públicos do que com o entendimento de sua orientação sexual, uma vez que ele nunca teve dúvidas de que era gay, porém, aprendeu que suas demonstrações de afeto deveriam ser realizadas em locais secretos. Segundo Ficus:

(...) a sociedade sempre tenta te colocar, por você ser LGBT, em um espaço que ela determina. E esse espaço sempre vai ser espaços marginalizados e ou vai ser espaços secretos, né? Onde ninguém pode saber. Então isso me remete muito ao início das minhas experiências sexuais, onde eu só poderia tê-la se ninguém soubesse, se fosse escondido, se não houvesse nem conversa entre os dois parceiros.

Observamos, a partir da fala do entrevistado, como uma sociedade pautada em padrões heterocentros pode interferir não só nas manifestações sexuais do sujeito, como também fazer com que ele se questione sobre suas ações e sobre quais os espaços onde elas podem ser realizadas. E isso não se dá a partir de uma nota regulamentar explícita, mas acontece a partir de uma manipulação do inconsciente das pessoas. Retornando ao relato do entrevistado,

quando descreve a situação que o segurança de uma festa privada intervém no momento em que ele se relacionava com uma pessoa do mesmo sexo dizendo que naquele ambiente ele não poderia fazer aquilo, temos mais um tipo de demonstração de restrição de espaço. Ficus ressalta que:

(...) isso me mostrou que eu ainda não estava livre disso, né? Que por mais que eu tivesse criado uma consciência muito maior do que eu sou, do que eu represento e do que eu posso lutar, eu ainda percebo que a sociedade continua com essas mesmas amarras. São as mesmas limitações de ocupar espaços. Então a gente poderia se beijar naquela festa se a gente tivesse um local escuro ou se eu tivesse saído da festa. Mas se beijar ali no meio da pista de dança é inadmissível.

Esse relato nos mostra como a LGBTQIfobia age nas mais diversas escalas e como isso possui relação com o campo simbólico do sujeito, uma vez que todos nós temos um histórico de criação e isso não se desvincula do que somos hoje. O que buscamos elucidar com essa afirmação é que o nosso contínuo processo de construção e de desconstrução identitária não se desvincula do contexto social no qual fomos criados. Logo, a forma através da qual o entrevistado se via no início de suas relações sexuais, a necessidade de fazê-las escondido, é retomada na ocasião da abordagem do segurança da festa. E isso acontece mesmo após se passarem décadas e depois de ele reconhecer sua orientação sexual como algo natural. Na fala de Ficus, no momento da descrição de suas sensações diante da abordagem, ele diz que “A primeira reação que você tem naqueles três segundos iniciais é a de que ‘eu sou culpado’”. Vemos aí como a restrição das manifestações pessoais pode acontecer nos mais diversos espaços. E isso ocorre inclusive de forma que a própria vítima não perceba o acontecido. Lembrando que esse movimento de repressão pode influenciar inclusive no processo de compreensão da sexualidade, do gênero, da fluidez dos sentimentos e dos desejos. E isso possui relação direta com o comportamento adotado nos espaços públicos, privados e privados de uso coletivo.

Durante sua fala, Ficus nos conta quais argumentos foram utilizados pelo segurança durante a abordagem. Assim, notamos que, para além de um ato de LGBTQIfobia, houve uma relação direta com uma delimitação de território, quando o estabelecimento de poder contribui para a restrição de alguns atos:

(...) E aí quando ele foi se explicar, ele desenhou uma linha imaginária no chão, literalmente desenhou, e falou que atrás daquela linha ninguém poderia se beijar. Só que nesse momento que eu olhei, atrás dessa mesma linha tinham três casais heterossexuais se beijando. E aí obviamente isso foi homofobia.

A relação que conseguimos traçar mediante o relato da pessoa entrevistada e o embasamento teórico de que nos instrumentalizamos é a de que existem manipulações simbólicas delimitadoras dos espaços. Dessa maneira, conclui-se existirem restrições de atos

em locais em que teoricamente a LGBTQIfobia não seria permitida. Isso interfere inclusive nas manifestações dos sujeitos de acordo com o espaço nos quais transitam, haja vista que também existe a possibilidade de uma violência física. Assim, estes sujeitos podem deixar de agir publicamente no intuito de se resguardar, logo, o espaço de encontro entre os diferentes não estaria de fato sendo concretizado.

Nesse ponto, restringindo-nos a interconectar a fala dos dez sujeitos entrevistados na pesquisa, entendemos que a crescente associação do momento de lazer com práticas realizadas em locais privados ou privados de uso coletivo fazem parte do cenário no qual os entrevistados estão inseridos. Poderíamos dizer que um dos fatores que justificam esse movimento é que os sujeitos declaradamente pertencentes à coletividade LGBTQIA+ desenvolvem, em virtude da opressão e conservadorismo, espaços de enfrentamento, resistência ou simplesmente espaços de consumo e diversão que garantam a sua visibilidade, segurança e aceitação de suas relações e comportamentos. Porém, como vimos no subcapítulo anterior, nesses locais não estamos isentos da LGBTQIfobia, mas ela apenas se adequa à situação e pode ser manifestada de forma silenciosa.

O que observamos é que a possibilidade de se passar por situações de hostilidade contribui para a situação em que “o espaço público foi relegado ao isolamento, e na maior parte das cidades, a rua, a praça, o parque tornaram-se sinônimo de ‘locais inseguros’ (ABASCAL; ALVIM, 2018). Ressalte-se que estes se tornaram “locais inseguros” em proporções diferentes para cada tipo de sujeito. No geral, o que vem acontecendo é um processo de diminuição da vivência do espaço da cidade. E, como consequência do uso reduzido dos instrumentos urbanos, temos a crescente dificuldade em manter uma harmonização entre o planejamento, elaboração e efetivação dos elementos públicos. Conforme assinalam Abascal e Alvim, “[a] apropriação do território pelo mercado frente a não implementação de um projeto urbano em prol do interesse comum, incentiva um espaço ‘coletivo’ por detrás de grades, com controle absoluto, e para poucos”(ABASCAL; ALVIM, 2018).

Seguindo essa lógica, temos a criação dos espaços de festas com direcionamento voltado ao público LGBTQIA+, onde, apesar da possibilidade de maior exibição de seus desejos, existe a lógica de consumo. Neste sentido, a entrevistada Flora destaca que:

Esses espaços não são pensados pelo conforto e nem mesmo pra segurança de certas pessoas, principalmente as LGBT's. E só é uma lógica mais de consumo. Então ela não tá preocupada com a permanência dessas pessoas, a não ser que elas consumam ali dentro ou que elas reivindicuem esse local como sendo delas. Isso é interessante, por exemplo, no Muzik²⁹, que eu acabei de falar. Porque os movimentos de periferias estão lá dentro hoje, só que, por exemplo, um dia que eu estava ali rolou

²⁹ Casa de festa localizada na cidade de Juiz de Fora com programação voltada para o público LGBTQIA+

uma festa do Chapadão. Chapadão é um movimento de periferia da parte alta bairro Dom Bosco. Isso é um avanço muito grande. A periferia estava ali, só que a polícia estava fotografando a área de fumantes e isso nunca aconteceu antes. Eles estavam caçando o que ali? É uma forma de coibir um movimento cultural e a gente sabe por que eles fazem isso, sabe? Isso nunca acontece em nenhuma outra festa ou outro movimento lá.

Mediante o que foi dito pela entrevistada, observamos que apesar de algumas categorias estarem efetivamente avançando no que se refere à reivindicação dos espaços, ainda temos muito que evoluir. Sem contar ainda, a apropriação cultural de certos elementos de algumas categorias sociais. O capitalismo trabalha com a falsa ideia de inclusão. Porém, não podemos negar que a existência desses espaços de festa, mesmo não contemplando todas as classes sociais, facilita o próprio processo de reconhecimento do sujeito enquanto possuidor de direitos sociais, assim como qualquer outro. No relato de Flora, é desenvolvido o seguinte pensamento:

(...) eu acho que a partir do momento que são criados mais espaços privados que sejam seguros, fica mais fácil de exercitar as exigências. Onde tem que pagar, né? Eu não sei como seria em um espaço público dessa forma. Quando existiria um espaço público que tivesse essa inclinação, né? Eu consigo pensar mais no privado por conta do interesse por trás, mas assim, eu acho que fica mais fácil da gente exercitar porque a gente normaliza a violência.

Mais uma vez notamos a associação da segurança dos sujeitos ao consumo. Diante disso, conseguimos minimamente imaginar o quão delicadas são as manifestações LGBTQIA+ na cidade. A falta de segurança dos espaços públicos faz com que eles procurem espaços privados de uso coletivo para obterem maior confiabilidade diante de suas ações. Lembrando que, nesta etapa da pesquisa, não se atingiu entrevistados LGBTQIA+ em maiores vulnerabilidades financeiras. Isso faz com que a identificação de pubs e boates sejam notadas em suas falas como possibilidades de lazer, mesmo diante das restrições apontadas.

Apesar de o comportamento desenvolvido em lugares públicos e privados representar um fator imprescindível para a compreensão da vida social dos sujeitos, algumas ciências humanas e as demais que estudam a sociedade não a reconhecem como domínio especial de investigação. Cabe aqui ressaltar que um dos fatores que o caracteriza com a devida importância é que regras de conduta dadas em parques, ruas, teatro e outras localidades de ajuntamento de qualquer coletividade, nos dizem muito sobre as difusas formas de organização social (GOFFMAN, 2010, p.16).

Ante a gama de informações que podem ser encontradas a respeito do tema é que entra a dedicação do profissional Geógrafo. Trabalhos vazios de reflexões sobre o comportamento humano e que se pautem na caracterização dos espaços dados a partir da ideia dicotômica entre público e privado já existem em várias outras áreas de conhecimento, inclusive dentro

da própria Geografia. Aqui chamamos atenção para um despertar do movimento das pessoas sobre esses espaços materiais e sobre a forma com que os elementos físicos se entrecruzam com o simbólico, constituindo aí uma convivência social nos espaços da cidade.

Desse ponto de vista, um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais em que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica (GOMES, 2006, p.172).

Uma maneira de aproximar ainda mais a função do profissional geógrafo com o tema é quando se identifica que os contornos dados entre a privacidade e a publicidade possuem estreita relação com as características estabelecidas por cada sociedade. Deste modo, conseguimos identificar que as convenções estabelecidas na vida dos sujeitos os influenciam consciente ou inconscientemente neste processo, de forma que o que se apresenta contemporaneamente como privado pode não ter sido em períodos remotos (PRIOR; SOUSA, 2014).

Seguindo essa linha de pensamento, apresentaremos, no próximo subcapítulo, aquilo que entendemos como um espaço privado de uso coletivo. Essa demanda conceitual surgiu a partir do momento em que captamos um número significativo de relatos de frequência das pessoas entrevistadas em boates na cidade de Juiz de Fora, em que tais atividades eram associadas ao lazer. A partir desse ponto, iniciamos nossa busca por bibliografias que já trabalham com o estudo dos estatutos de ordenamento de cidades.

5.1 Entendendo o conceito de Espaço Privado de Uso Coletivo

O termo “privado” é derivado do latim e significa “despojar” ou “tirar”. Sendo possuidor de relação direta com o direito que os indivíduos possuem de guardar e ou controlar determinadas situações, isto é, com “a possibilidade de se manterem protegidos e à parte de qualquer conhecimento público dos seus actos”, fazendo com que determinadas ações não estejam à vista e abertas ao julgamento de uma coletividade em geral (PRIOR; SOUSA, 2014).

Perante a breve conceituação do privado e tomando nota do que foi até aqui discorrido, faremos o exercício de tentar explicar o que entendemos como sendo um “espaço privado de uso coletivo”. Para tal, seguimos um viés interdisciplinar e buscamos trabalhos já desenvolvidos na área de ciências como Direito, Arquitetura e Urbanismo, Letras, entre outros, no intuito de compreender o que elas já discutem a respeito do termo “coletivo” e a

forma com que interpretam o público e o privado. A escolha das áreas se deu a partir da confluência entre esses diferentes pensamentos e nossa concepção acerca do tema. Como vimos, são criados distintos estatutos públicos no intuito de estabelecerem regras de funcionamento que possibilitem o ordenamento dos espaços. A necessidade de desenvolvimento desses estatutos possui estreita relação com os diferentes usos desses espaços, para além da dicotomia público/privado. Trouxemos considerações desenvolvidas por Gomes (2006 p.160) nas quais ele demonstra diferenças entre um espaço público comum e um espaço público coletivo. Faremos, então, o exercício de explicar o que entendemos enquanto espaço privado de uso coletivo.

Em um primeiro momento, buscamos uma das conceituações do “privado” e agora caminhamos na direção de interpretar o que é o coletivo. Esta que, por sua vez, é uma palavra recorrente em nosso cotidiano, mas nem sempre nos atentamos aos seus significados. Neste sentido, faz-se importante sublinhar que a ideia de coletivo a qual defendemos vai além da denominação dada a um grupo ou aglomerado de pessoas aleatórias. Pensamos no coletivo como um agrupamento de pessoas que, dentro de suas heterogeneidades, possuem um interesse comum. Esse interesse é responsável pela existência e permanência dos sujeitos naquele agrupamento de pessoas. Entretanto, assim como os ordenamentos dados a partir dos estatutos jurídicos nas cidades, temos o estabelecimento de regras dentro dos coletivos ou coletividades.

Em um trabalho associado à área da Linguística, identificamos associações relacionadas ao conceito de coletivo que corroboram com nossa compreensão. Neste, a ideia apresentada se dá a partir do desdobramento do que seria um “coletivo de trabalho”, porém, por mais que não entremos no quesito organizacional de trabalho dentro de uma empresa como é feito pelos autores, acreditamos que a visão delineada tende a contribuir com o que entendemos como coletividade. Segundo esses estudiosos, existem itens que condicionam a construção e funcionamento de um coletivo, a saber:

(i)interdependência de proximidade; (ii) um mínimo referencial comum; (iii) uma comunhão direta do objetivo; (iv) um tamanho necessariamente limitado; (v) espaço e tempo para permitir a discussão e o debate coletivo; (vi) um mínimo de confiança recíproca e uma certa estabilidade; (vii) preservação do “informal” intrínseco ao coletivo; (viii) recurso e uma autoridade (ROUSSEAU, 2006 apud ROCHA, DEUSDARÁ, 2016).

Baseados nesses atributos, podemos inferir que a observância de um aglomerado de pessoas não tem necessariamente relação com a compreensão do que possa vir a ser uma coletividade, haja vista que os sujeitos ali agrupados podem ter se encontrado ao acaso, o que se difere de sujeitos que se encontram a partir de um interesse em comum.

Pensemos agora no processo de fragmentação das cidades e no perfil de sujeitos ligados aos ideários de uma sociedade de consumo. Nessas circunstâncias, “o lugar, a estrutura e a dimensão de uma importante parcela do território da cidade se reconfiguram radicalmente a partir da inserção dos empreendimentos privados” (ALVIM; SANCHÈZ; MENEZES, 2010). Nessas localidades, como já discorremos em parágrafos anteriores, a cidade promove a construção de espaços coletivos por detrás de grades, catracas, serviço de segurança (a exemplo podemos pensar em boates e pubs). Temos, neste caso, espaços privados de uso coletivo. Ou seja, se trata de uma iniciativa privada na qual qualquer sujeito que tenha poder aquisitivo e cumpra os padrões estabelecidos pode ter acesso. Isso acontece mesmo na medida em que esse acesso seja para poucos, somente para os que conseguem bancar esse estilo de vida, garantindo os interesses de dada coletividade (ALVIM; SANCHÈZ; MENEZES, 2010).

As áreas destinadas a uso comum dentro dos condomínios, como piscinas e quadras, são as que chamamos de privadas de uso coletivo. O mesmo acontece com shopping centers e casas de festa. Cada localidade citada possui um estatuto jurídico regulamentador específico, mas conseguimos observar que elas se distinguem dos ordenamentos dados no interior de uma casa de ambiente familiar, por exemplo. Dessa forma, uma boate não é reconhecida como uma área apenas privada, esta recebe denominação de espaço privado de uso coletivo. E neste caso especificamente, não são impostas barreiras visíveis que restrinjam o acesso dos sujeitos, como as que encontramos em condomínios. Contudo, existem barreiras simbólicas, financeiras e uma organização dada no interior dos espaços que é gerida pelos interesses privados.

Portanto, pensando em todas as entrevistas que fizemos e destacando que cinco pessoas citaram espaços privados de uso coletivo para exemplificarem algum tipo de situação que já tenham vivenciado, conseguimos exemplificar como se dá a reprodução do controle das sexualidades nos espaços. Uma vez que, nos espaços públicos o medo da agressão e hostilidade é algo presente na vida das LGBTQIA+, enquanto estar em espaços privados de uso coletivo não traz a garantia de uma não reprodução de padrões e estigmatização dos sujeitos. Vale ressaltar que temos as manipulações do capitalismo que perpassam as ações dos sujeitos. O entrevistado Ficus, enquanto homem branco, gay, cisgênero, fala um pouco sobre isso. Destacamos essas características que permitem conhecer uma parte do perfil do sujeito porque ele reconhece em sua fala a sua posição de privilégio na sociedade, mas sabemos que isso não anula o fato de que ele também passa por imposições. Reconhecemos que essas imposições são completamente diferentes das que são feitas na vida de pessoas em maior

vulnerabilidade. Segundo Ficus:

Eu não devo passar pelas mesmas situações que algumas pessoas passam, mas também fui e sou muito afetado por todo esse padrão. Ainda sinto que todas as minhas neuras são silenciadas. Meio que me vendo assim de fora a galera poderia falar dos meus privilégios, e sim eles existem, mas no fundo eu também fui criado dentro de uma realidade excludente para homossexuais. Só quero dizer que há também as dores, é um eterno andar na corda bamba. Meu objetivo hoje é trabalhar minha cabeça pra não me moldar no outro, mas é complicado demais. Eu tomei um doce no réveillon, né? Aí eu sentei sozinho de frente pro sol nascendo e chorei feito uma criança, ia pedindo desculpas por como me cobro e falando baixinho as coisas que me orgulham em mim.

Dando continuidade à entrevista, Ficus nos relatou que seguir alguns padrões para manter-se em certos grupos de amigos o fere. O que pretendemos para este subcapítulo, além da conceituação de “espaço privado de uso coletivo”, era mostrar que nenhuma pessoa LGBTQIA+ está isenta de seguir padrões e normatizações, inclusive em espaços que não são considerados públicos, porém em proporções diferentes.

Neste sentido, propomos, para o próximo capítulo, uma breve apresentação do perfil das pessoas que participaram das entrevistas. Acreditamos que essas informações tenham relevância porque as demandas pessoais possuem relação com categorias de classe, raça, idade, acesso a certos tipos de serviços, entre outras. A partir disso, conseguimos identificar porque alguns pontos da área central da cidade de Juiz de Fora-MG foram citados em muitos relatos de pessoas distintas. Isso possui relação com o perfil semelhante de sujeitos que contribuíram com a pesquisa.

6. INTERPRETAÇÃO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Erving Goffman (1988- 2010), com sua vasta e multifacetada obra, traz muitas possibilidades de compreensão teórica da importância de se desenvolver estudos sobre comportamento humano, regras de conduta e organização social. Segundo o autor, as suas interpretações e estudos desenvolvidos em hospital psiquiátrico, na comunidade das Ilhas Shetland, em seus arquivos pessoais e nas informações adquiridas em manuais de etiqueta, trazem informações de grande valia. Em momento algum é isenta a possibilidade de esclarecimentos duvidosos e/ou questionáveis, porém, o autor acredita que uma abordagem frouxa de uma área que é fundamental é melhor do que a cegueira rigorosa a qual insistimos em seguir. E isso é dado mediante à pouca atenção que ainda é acertada no campo das ciências humanas sobre as normas de manipulação da identidade e do comportamento.

De certa forma, toda a nossa busca e inquietação a respeito da proximidade da geografia

para com as temáticas relacionadas à LGBTQIfobia no espaço urbano se encontram com as proposições de Goffman. No presente trabalho, analisamos as falas de nossas entrevistadas de maneira a tentar demonstrar como as proibições e ensinamentos do que é tomado como certo e errado desde o período da infância influenciam em seus comportamentos até a vida adulta. Para além disso, notamos como a falta de segurança nos espaços públicos para sujeitos LGBTQIA+ faz com que estes tracem caminhos algumas vezes diferentes daqueles que realmente gostariam de traçar. Tecemos conexões entre as reproduções heteronormativas e o direito de pertencer, construir e usufruir dos espaços da cidade. Assim como Goffman, nos colocamos na posição passível de erro e de questionáveis interpretações.

Dessa forma, nossa experiência pessoal, no contexto da coleta de informações na observação participante e nas entrevistas se deu principalmente com a conduta de classe média/médio baixa, com nível de escolaridade majoritariamente de graduação completa e residentes em regiões mais próximas à área central da cidade de Juiz de Fora- MG.

Nos próximos parágrafos, buscaremos uma maneira de melhor espacializar os dados adquiridos em campo a partir de um resumo geral daquilo que mais se apresentou nas respostas de nossas entrevistadas. O quadro 2 nos informa sobre a orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos. Cabe ressaltar que o detalhamento maior das respostas pode ser encontrado no item *Anexos* (item 8.2) do presente trabalho e que nesse momento apenas reproduzimos aquilo que mais nos chamou atenção enquanto respostas comuns dadas entre as entrevistadas.

Nome fictício	Orientação sexual	Identidade de Gênero
Begônia	Polissexual	Não binária
Flora	Pansexual	Não binária
Girassol	Heterossexual	Transgênero
Margarida	Heterossexual	Transgênero
Jasmim	Fluida	Cisgênero
Lírio	Homossexual	Cisgênero
Rosa	Homossexual	Cisgênero
Ficus	Homossexual	Cisgênero
Tulipa	Homossexual	Cisgênero
Lótus	Homossexual	Cisgênero

Quadro 2: Respostas dos sujeitos entrevistados quanto à orientação sexual e identidade de gênero.
Fonte: Organizado pela autora

Quanto à identificação racial, obtivemos os dados especializados no Gráfico 1. Acreditamos que esse trabalho de identificação do perfil do sujeito entrevistado tenha relevância para entendermos como a LGBTQIfobia se articula partindo de um viés minimamente interseccionalizado e que reconhece que as demandas de um sujeito LGBTQIA+

branco de classe média se diferem de um LGBTQIA+ negro morador de periferia. Porém, sabemos que todas as categorias podem vir a sofrer LGBTQIfobia em distintos momentos de suas vidas.



Gráfico 1: Identificação racial. Organizado pela autora

Nossas entrevistadas encontram-se na faixa etária de 24 a 32 anos. No que se refere às pessoas com as quais elas costumam sair, nos deparamos com a informação de saírem com amigas (os) e ou namoradas (os). Em todas as respostas, os laços de proximidade e confiança foram ressaltados, uma vez que é a partir deles que os sujeitos se sentem seguros para se manifestarem e ou reagirem a algum tipo de hostilidade que possam vir a sofrer.

Todas já passaram por espaços de festas com eventos voltados ao público LGBTQIA+ em Juiz de Fora- MG. O destaque nesse ponto é o de que algumas pessoas preferem frequentar espaços “alternativos”, como a entrevistada Begônia e Lírio classificam, do que necessariamente espaços onde se tenha predominância de pessoas LGBTQIA+. Begônia justifica sua preferência ao assinalar uma falsa ideia de liberdade nesses espaços LGBTQIA+. Ela não nega que nesses suas expressões possam se dar com maior segurança, porém, em sua perspectiva, existe uma hostilização e uma reprodução de normatividades dadas de forma silenciosa dentro desses locais, principalmente entre o público gay. Já a entrevistada Flora ressalta que, para além da existência de *Pink Money*³⁰, o que consistiria em uma segregação por classe social/poder aquisitivo, não existe um pensamento efetivo de fazer com que todas as LGBTQIA+ participem das festividades. Segundo a entrevistada, isso pode vir a acontecer

³⁰ Poder de compra oriundo do coletivo LGBTQIA+, “dinheiro rosa”.

na medida em que pessoas LGBTQIA+ estejam na organização do evento. Por sua vez, Girassol, como um homem transexual, diz que tende a não frequentar esses espaços devido ao fato de ser heterossexual e de que nesses ambientes ele acabar atraindo outros homens, porém, seu interesse é em mulheres. Segundo ele, as mulheres as quais poderia se relacionar não o viam como homem heterossexual nesses espaços. Jasmim, por seu turno, destaca que em espaços privados de uso coletivo, como nas casas de festas, elas se sentem mais seguras. Na fala de Lírio, outro participante, “em boate eu fico muito mais feliz, mostrando mais o meu jeito, minha fala e até as minhas roupas”.

É evidente que estamos ressaltando fatos de forma sucinta e sem a riqueza de especificidades e heterogeneidades dadas nas falas de cada um dos sujeitos contribuintes dessa pesquisa. Sugerimos a leitura das entrevistas na íntegra, em que se faz possível notar como as visões de pessoas cisgênero se diferem e ao mesmo tempo se entrecruzam como a de pessoas transexuais e não binárias. Cada um vivencia a cidade de uma forma, porém, observamos que palavras como “hostilidade”, “violência”, “segurança” e “preconceito” apareceram na fala de todas as pessoas. Mesmo dentro de suas particularidades, tivemos relatos de como a violência simbólica é capaz de interferir na circulação pela cidade e delimitar os espaços, sejam eles públicos, privados e ou privados de uso coletivo.

A mudança comportamental também se fez presente na fala de todas. Flora relata que já sofreu LGBTQIfobia dentro de boates por seguranças da casa, simplesmente por ser um corpo de trejeitos socialmente interpretado como masculino, porém, em roupas ditas “femininas”. Também tivemos na fala de Girassol o relato de adequação comportamental quando era uma mulher cisgênero lésbica e após a transição hormonal enquanto homem transexual. Segundo ele, seu corpo enquanto mulher tinha medo de ser agredido, alterava seu jeito de andar, sentar-se e até de se portar. Os próprios seios o faziam andar curvado para se destacar menos. Após a transição, ele repara como agora pode ser visto aos olhos de uma mulher como potencial agressor, por ser homem. Por ter adquirido massa corporal significativa e ter passado pelo processo cirúrgico de mastectomia, Girassol diz que ganhou total passabilidade pelos espaços da cidade. Isto é, até o momento em que as pessoas descobrem que se trata de um homem transexual. Atualmente, um fator limitador de sua presença nos locais é a forma com que os banheiros são pensados, uma vez que alguns só possuem mictório, sem a opção de cabines. Sendo assim, ele se vê impossibilitado de utilizá-los e conseqüentemente de frequentar os lugares.

De maneira geral, tivemos o medo como sentimento mais recorrente quando o assunto se refere a manifestações homoafetivas em espaços públicos como praças, parques, ruas, entre

outros. Esse medo está relacionado tanto à possibilidade de agressão física quanto a ofensas e condenações visuais. Devido a essa realidade, os sujeitos precisam saber bem com quais pessoas e em que lugares da cidade podem desenvolver algum tipo de manifestação de afeto. Muitas das vezes, esses locais estão associados ao consumo e, além disso, o fato de pagarem a entrada em certos espaços não garante a isenção de discriminação e de segregação motivadas por reproduções heteronormativas.

6.1 O protagonismo heterossexual refletido no espaço urbano juiz-forano

Como explicitado anteriormente, a representação de sujeitos LGBTQIA+ de renda expressivamente baixa e que não atingiram o nível escolar de graduação é inexistente nas entrevistas desenvolvidas neste trabalho. Acreditamos que retomar esse assunto para iniciar nossas reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia seja importante. As pessoas que se dispuseram a responder nossa entrevista, realizada através de chamada de vídeo, tinham o mínimo de esclarecimento acerca da produção de uma pesquisa científica. Este fato complexifica a possibilidade de conhecimento de vivências LGBTQIA+ com índice de escolaridade baixo na cidade de Juiz de Fora, e isso pode ter relação com a classe social dos sujeitos.

Vale ressaltar que o tempo de duração de cada entrevista foi de pelo menos uma hora e que o formato da chamada de vídeo exige aparelho, disponibilidade de internet/tempo e um ambiente minimamente apropriado. Dessa forma, compreendendo a diversidade existente na sigla e a necessidade de uma interpretação que contemplasse a interseccionalidade, reconhecemos que a vivência cotidiana de pessoas LGBTQIA+ de classe média/média baixa que cursaram ensino superior é diferente das vivências dos LGBTQIA+ de baixa renda e com menor nível de escolaridade. Sendo assim, admitimos que as pessoas de baixa renda possuem pouca representação de suas demandas na pesquisa. Justificamos a inexistência desses sujeitos diante das interrupções acarretadas pela pandemia do coronavírus nos anos de 2020 e 2021.

É importante frisarmos pontos de interseccionalidade uma vez que entendemos que se uma pessoa “é” uma mulher, o significado dessa informação certamente não representa tudo o que a pessoa é. Além de existir a possibilidade dos traços dessa mulher transcenderem a interpretação do que seja o gênero, este nem sempre se define de forma consistente em todos os contextos históricos e culturais. Além disso, temos a construção do gênero a partir de elementos raciais, étnicos, classistas, sexuais e regionais das identidades construídas (BUTLER, 2017, p.21).

Já tendo indicado nossas limitações, propomos para este subcapítulo uma discussão sobre a inexistência ou não de lugares na cidade de Juiz de Fora para a subversão dos corpos que fogem da heteronormatividade e como fazer uma leitura geográfica das relações de gênero e sexualidade na cidade. Lembrando que existe um movimento constante de tensionamento da hegemonia da heterossexualidade realizado por LGBTQIA+, assim como a imposição de regras comportamentais que inibem a manifestação de alguns corpos LGBTQIA+. Para dar sentido a essa análise, tivemos auxílio de três pessoas entrevistadas que nos contaram sobre suas diferentes perspectivas de análise entre gênero/orientação sexual e espaço urbano, sendo estas: Flora (orientação sexual pansexual, identidade de gênero não binária), Margarida (orientação sexual heterossexual, identidade de gênero transgênero- mulher trans) e Girassol (orientação sexual heterossexual, identidade de gênero transgênero- homem trans).

Por se tratar de uma pesquisa geográfica, acreditamos na importância de ressaltar que nosso trabalho não se limita ao mapeamento de padrões espaciais de atividades LGBTQIA+ e ou de destaque de zonas de medo ou de segurança na cidade. Durante o período de execução da pesquisa, essa hipótese de produção foi pensada. Porém, foi em campo e a partir do material coletado nas entrevistas que nos deparamos com outra interpretação sobre como os papéis de gênero e sexualidade refletem-se no espaço urbano. Para além disso, acreditamos que a ênfase dada à valorização de um mapeamento como produto de pesquisa acaba por privilegiar a visibilidade de alguns elementos em relação a outros que nos interessam mais. Não estamos questionando a veracidade e importância de um material mapeado, apenas entendemos que para os fins programados da presente pesquisa essa metodologia não apresentaria a eficácia esperada, uma vez que abordamos dimensões sociais e psicológicas de pessoas LGBTQIA+ residentes na cidade. A investigação proposta é produzida a partir de uma visão imaterial da realidade.

Pensando sobre essa imaterialidade vivenciada em um contexto urbano, identificamos a partir de nossas entrevistas que assim como na grande maioria das cidades, Juiz de Fora se subordina a uma divisão sexual dos espaços. Isso faz com que ocorra uma reafirmação da naturalização dos corpos, sexo e gênero recomendáveis para ocupar certos espaços. Silva e Ornat (2010), dizem que os corpos apontados como abjetos pela sociedade também possuem existência concreta, história de vida e que, por sua vez, fazem parte do processo de produção do espaço urbano. Logo, nada mais justo do que mantermos nossa atenção voltada para a identificação de como esses grupos interpretam o urbano de forma diferente, ao mesmo tempo em que também são responsáveis por produzirem-no simultaneamente, tecendo seus próprios textos urbanos. Assim, os relatos das pessoas entrevistadas representam suas memórias e uma

rede de conexão entre passado e presente responsáveis por parte de suas construções identitárias.

Dentre as três entrevistas exploradas neste subcapítulo, destacamos referências socioespaciais atreladas aos espaços de festa vistos como uma possibilidade limitada de lazer, aos espaços públicos e a outros espaços que reúnem distintas situações. As relações trazidas na fala das pessoas se referiram ao espaço urbano de Juiz de Fora e a vivências marcadamente próprias à vida adulta.

Salientamos que outra característica importante é estarmos trabalhando na maior parte dos casos com a dimensão individual, embora, em conjunto, tais individualidades ajudem a entender experiências sociais, ainda que fragmentárias e bastante locais. A partir disso, a cidade precisa ser pensada para além do alcance visual, uma vez que existem muitas contradições no invisível. O espaço urbano pode refletir na vida de LGBTQIA+ toda a construção histórica de exclusão e sofrimento durante toda a vida. O relato da entrevistada Margarida expressa parte do tipo de vivência de uma pessoa transexual heterossexual que acredita na inexistência de espaços seguros e contemplativos a toda sigla LGBTQIA+ na cidade Juiz de Fora. Segundo a entrevistada:

Então na prática, as pessoas trans não estão nem tanto nos lugares LGBTQIA+, que na maioria das vezes tem mais gays e lésbicas, né? É mais LGB, se a gente for parar pra pensar, do que trans. Acho que vale a gente fazer esse recorte, né? E nos outros espaços voltados pra corpos cis e hétero, mais normativos, a gente também acaba não tendo espaço. Eu acredito que a diferença seja essa.

Apesar de falar de uma segregação “simbólica” de pessoas transexuais em espaços com inclinação LGBTQIA+, neste caso dizemos “simbólica” no sentido de inexistência claramente perceptível de limitadores da presença transexual nos espaços. A entrevistada nos conta, no decorrer da conversa, que ainda assim se sente mais livre e segura nestes espaços do que em outros cisnormativos, vejamos abaixo um fragmento da entrevista:

Se você for num espaço LGBTQIA+ você se sente um pouco mais livre, principalmente para as questões de flerte. Isso é mais em relação à orientação sexual, eu acho que as pessoas se sentem mais livres. No meu caso não é porque geralmente me relaciono com garotos, né? Nesses espaços eu vou pra me sentir mais leve pra dançar, pra poder ficar mais tranquila e tudo mais, né? Geralmente eu vou quando eu tenho amigos LGBTQIA+, muito em função dessas amizades. Mas já fui em lugares que não são. Eu acho que tem pequenas diferenças, eu acho que é difícil explicar, sabe? Se for em lugares de lazer, há algumas especificidades eu diria, mas por exemplo, se for lugar pra pessoa trans heterossexual flertar, um lugar LGBTQIA+ não é um espaço ideal.

A declaração de Margarida nos traz a informação de como é complexo para uma pessoa transexual heterossexual encontrar parceiros afetivos em espaços LGBTQIA+, uma

vez que, de acordo com ela, esses espaços são frequentados majoritariamente por pessoas lésbicas, gays e bissexuais. No caso dela, que se relaciona com homens, esses espaços não contemplam satisfatoriamente a sua busca no quesito de envolvimento afetivo. Sendo assim, a participante de nossa pesquisa procura espaços que pessoas heterossexuais frequentam. A questão é que esses espaços apresentam muitos desafios para pessoas transexuais, inclusive se pensarmos nas várias formas de violência possíveis. Quanto a essa vulnerabilidade, Margarida nos conta sobre o processo de construção de sua passabilidade enquanto mulher transexual:

Em alguns espaços eu tendo a me adequar um pouco mais, eu penso, olho, eu vou um pouco mais feminina. Isso depende da fase, né? Por quê eu acho que muda muito. Anteriormente eu tinha mais coisa de maquiagem, alguns espaçozinhos mais feminino e mais recatada, né? Pra ser respeitada. Então assim, eu tinha um pouco mais isso até pra me proteger mais. E ao longo do tempo e com a visibilidade que a gente vai ganhando, as discussões que a gente vai ganhando ao longo do tempo a gente vai mudando.

Margarida declara, em alguns momentos da entrevista, que o medo de se expressar nos espaços públicos era maior antigamente e que devido a isso o uso de signos impostos como femininos, no caso a maquiagem, fazia parte de seu cotidiano. De acordo com ela, seu tom de voz era algo que lhe trazia insegurança para ocupar alguns lugares, uma vez que a partir disso as pessoas possivelmente poderiam não se referir a ela enquanto mulher. Hoje esses receios diminuíram, mas antigamente o esforço para manter um tom de voz baixo e mais fino era constante, existindo um treinamento da parte dela.

Pensando que os espaços com programação voltada ao público LGBTQIA+ não são contemplativos a todas as pessoas da sigla e que nos espaços heteronormativos as pessoas transexuais podem sofrer transfobia, questionamos Margarida sobre quais lugares da cidade de Juiz de Fora ela se sente confortável e segura. Em resposta, ela nos disse que:

Lugares não direcionados ao público LGBTQIA+ acho que são todos, né? Todos que a gente frequenta não tem esse direcionamento. Por exemplo, quando eu vou no crossfit não é um lugar necessariamente direcionado, né? Eu vou em outros lugares que não seja festa ou lugares vinculados a essa questão do lazer. Eu costumo ir em parques ou praticar atividades físicas, é o que eu tenho feito mais, sabe? E muitos deles não são LGBTQIA+.

As mesmas perguntas foram feitas à entrevistada Flora e obtivemos respostas semelhantes às de Margarida, cujas declarações de não existência de espaços com verdadeiro conforto e segurança para LGBTQIA+ foram relatadas. No fragmento abaixo, Flora contribui com a discussão ao falar de espaços de predominância da juventude e da circulação de pessoas LGBTQIA+ pela cidade.

Se um corpo LGBT tá passível de injúria, da hostilidade no geral, isso pode acontecer até nos espaços predominantemente LGBT's, inclusive em espaços

jovens. Digo espaços jovens porque são espaços em que a juventude, baseada nas articulações políticas de uns tempos pra cá acaba sendo um espaço um pouco menos desconfortável que os outros, né? Porque, por exemplo, se uma pessoa vai em um bar, seja no seu bairro ou em outro, tem o deslocamento, né? Acho que a pergunta está mais voltada pro corpo do que pro espaço, porque em relação a espaço, eu não conheço nenhum confortável. Mesmo os que são LGBT's no geral, porque está sobre um domínio de um outro movimento, né?

O destaque dado à circulação de LGBTQIA+ pela cidade foi um elemento muito importante para a pesquisa, isso porque em alguns momentos nos deparamos com declarações voltadas a espaços de festas localizados no centro da cidade. Imaginando um cenário positivo em relação a maior aceitabilidade de ações e expressões LGBTQIA+ na área central, mesmo assim teríamos o caso de pessoas LGBTQIA+ que precisariam se deslocar de suas moradas para ter acesso a esse tipo de espaço. Logo, pensar na vulnerabilidade dos sujeitos durante o processo de deslocamento é algo extremamente emblemático, lembrando que o centro da cidade de Juiz de Fora não representa esse cenário positivo quanto à aceitabilidade de todas as pessoas LGBTQIA+.

Outro elemento importante encontrado nas declarações de Flora está no fato de que a participante traz sua opinião em relação aos espaços de frequência da juventude, por acreditar que estes são compostos por um público de maior articulação política e esclarecimento em relação a pautas de identidade de gênero e orientação sexual. Dessa forma, mesmo não sendo espaços de total segurabilidade para LGBTQIA+, Flora se sente mais confortável nessas localidades. Dando continuidade ao raciocínio, perguntamos se ela saberia pontuar um local que frequenta mais. Neste momento, buscávamos nomes de estabelecimentos e ou qualquer outro tipo de informação que nos permitisse melhor espacialização e caracterização da área. Porém, Flora retomou suas impressões em relação a espaços jovens. Vejamos abaixo mais um fragmento da entrevista:

Com certeza frequento mais espaços jovens, tipo assim, espaço de contato de uma parcela jovem da sociedade, né? É onde essas discussões de gênero, de raça, etc, de alguma forma acontecem com mais frequência. Isso traz um aspecto um pouco mais tranquilo, mas é o que eu falei antes, na verdade eu não acredito nisso, sabe? É só o momento. São lugares que mesmo se apropriando dessa ideia de cultura LGBT como um todo, existe o sentido capitalista da coisa, né? Tipo pink money. O que acontece nesses espaços que fazem uma propaganda desse tipo, que contratam pessoas LGBT's para participar de uma festa ou qualquer coisa assim, ainda assim a homofobia é passível de acontecer, sabe?

Além de não acreditar em um efetivo movimento de jovens e de estabelecimentos comerciais que promovam o encontro de LGBTQIA+, Flora nos deu argumentos que justificam o fato de muitos LGBTQIA+ se manterem em uma posição defensiva no dia-a-dia. Segundo ela:

Como vão proibir um homem hétero padrão ou falar como ele deve se comportar num ambiente em que ele está acostumado? O cuidado não existe, a violência pode acontecer em todo lugar, por isso que eu acho que as pessoas LGBT's no geral estão na defensiva sempre, né? Porque acho que ela é a pessoa que tem o papel de defesa ali, né? E de reivindicar aquele espaço. No caso eu não acredito nesses espaços como lugar seguro, acredito que seja um lugar um pouco confortável, que são os espaços jovens no geral, né? No geral eu sou do tipo que reivindico o meu local.

O fato de existir uma centralidade normativa da heterossexualidade contribui para que nenhum espaço da cidade seja realmente contemplativo a pautas LGBTQIA+, uma vez que a reprodução dos atos socialmente aceitos inibe a permanência de alguns sujeitos. Observamos a partir dos relatos que a construção do espaço urbano impossibilita as pessoas LGBTQIA+ de se manifestarem ou performarem da maneira que realmente gostariam e que, muitas vezes, é a partir da construção da territorialidade que alguns indivíduos conseguem driblar as imposições e praticar ações de maior intensidade. Nestes espaços, são criados laços entre pessoas com estigmas sociais semelhantes.

Na entrevista de Flora, três pontos nos chamaram atenção, seriam eles: o destaque aos espaços jovens; a relação de deslocamento do sujeito LGBTQIA+ pelas regiões da cidade; e a sua vivência com relação aos diferentes tipos de LGBTQIfobia sofridas na periferia e na área central de Juiz de Fora. No primeiro ponto, nos questionamos sobre as possibilidades de lazer de pessoas que não são jovens. Onde elas frequentam? Como se sentem? Infelizmente não conseguimos respostas em relação a isso, uma vez que já demonstramos, a partir da caracterização do perfil de nossas entrevistas, que tivemos uma faixa etária entre 24 e 32 anos, porém acreditamos que o lazer para essas pessoas também tenha fatores limitadores. No que se refere ao deslocamento de LGBTQIA+ na cidade, entendemos que embora existam algumas localidades de maior conforto e aceitabilidade, é importante pensarmos no corpo em movimento pela cidade, nos espaços que ele percorre até chegar ao destino desejado. No terceiro ponto, referente à variação dos tipos de LGBTQIfobia dados de acordo com o local em que o sujeito se encontra, Flora nos disse que:

A periferia no geral é um lugar muito mais hostil, né? Pelo menos eu como uma pessoa que já morou na periferia, embora branco, senti isso. Nos espaços mais centrais onde tem uma diversidade maior de pessoas, acaba sendo menos hostil. Porque, tipo assim, na periferia se a pessoa está exposta a violência, ela vai também ter essa comunicação, sabe? Então talvez seja diferente nesse sentido. Eu sofri violência física na região central também, mas é um espaço que como tem muito mais gente, acaba que a dinâmica é muito maior, você acaba passando mais despercebida. O movimento como é diverso, você é mais um ali, sabe?

A relação estabelecida por Flora de percepção de LGBTQIfobia centro/periferia nos trouxe elementos importantes para uma possível diferenciação das regiões. Apesar de não ter

falado em que região periférica da cidade de Juiz de Fora ela morou, entendemos que embora ela não esteja isenta de passar por situação de LGBTQIfobia no centro da cidade, a violência sentida por ela foi menor do que na periferia. O fator que contribui para isso é que o centro da cidade comporta pessoas dos mais diferentes estilos, signos, estereótipos, dentre outros. E o próprio movimento dessa área faz com que aquilo que é visto como diferente seja interpretado de uma forma possivelmente menos agressiva ou essa associação pode ser feita pela maior distribuição de guardas municipais, policiais e pessoas que poderiam repudiar a discriminação. Flora nos relatou um exemplo dessa situação, a saber:

Vamos supor: uma travesti no centro. Se eu ver uma travesti no centro, eu vou perceber aquele corpo, outras pessoas vão perceber, embora com uma certa hostilidade e tal, com algum tipo de violência também, mas vamos supor que ela esteja em um outro lugar fora do espaço dela, ou sei lá, ela more na periferia. Acho que esse corpo vai ser percebido de outra maneira, né? Porque também vai ser um corpo diferente ali, né?

Reforçando seus argumentos de que a cidade de Juiz de Fora não possui locais seguros para LGBTQIA+, principalmente para pessoas que vivem em maior vulnerabilidade social, Flora fala sobre o corpo travesti no centro da cidade e nas áreas periféricas. O interessante é que em seus argumentos notamos como a existência da territorialidade pode ser um dos poucos fatores que oferecem segurança ao sujeito. Percebemos isso quando foi falado do “corpo transexual fora do seu espaço”, ou seja, fora de um ambiente em que de alguma forma existam acordos e pessoas que por interesses comuns se protejam.

É a partir do estabelecimento de laços criados entre sujeitos de estigmas semelhantes que muitas vezes a sobrevivência é assegurada. No quesito “lazer”, Flora citou a Universidade Federal de Juiz de Fora. Essa instituição recebeu maior nível de detalhamento quando realizamos a caracterização da área da cidade. Suas percepções a respeito das programações anuais que discutem temas de gênero e sexualidade podem ser mais bem compreendidas a partir do fragmento de entrevista que reproduzimos abaixo:

Na cidade de Juiz de Fora não existe nenhum espaço direcionado aos LGBTs. Assim, na verdade tem a UFJF, né? Ela oferece algum espaço, algum evento, algo assim, direcionado para população LGBT. Mas esse não é geralmente direcionado pra comunidade como um todo, mas sim pra maioria de estudantes da própria universidade ou pessoas afiliadas daquele rolê da universidade de tal [...] Um espaço direcionado ao lazer pra gente não tem. Porque se eu for pensar no bairro, eu vou pensar como um todo pro bairro São Pedro, né? A universidade não é para o São Pedro, né? A universidade é direcionada pra outras pessoas, né? É claro que tem lugares que as pessoas LGBT's estão, mas é igual o que eu falei: a gente reivindica aquele espaço, né? Tipo assim, sobre esses espaços de lazer, como não são direcionados, são espaços que podem sim ter algum evento ou outro, assim como a universidade, sabe? Mas não é algo constante, não é um espaço para a comunidade LGBT, entendeu?

Flora é moradora do bairro em que a universidade está inserida, bairro São Pedro. Em seu relato, percebemos que mesmo tendo a instituição a seu redor, a segurança e conforto não é garantida a todas as pessoas. Para além disso, conforme a entrevistada, nem todos os eventos possuem a comunidade como público frequentador e sim os estudantes que moram nas mais diversas regiões da cidade, ficando os eventos voltados para quem possui algum envolvimento acadêmico.

As declarações de pessoas LGBTQIA+ a respeito da dinâmica da cidade nos permite visualizar situações cotidianas e corriqueiras com outros olhos. Os relatos são feitos em relação às contradições dadas no invisível do campo material. É preciso pensar em uma cidade que se preocupe com a representatividade, com a implementação de políticas públicas e com a integração de sujeitos oprimidos. Esse é um trabalho conjunto que deve ser desenvolvido por profissionais planejadores do espaço urbano, com os representantes do poder local e principalmente com a população que se sente afetada. Porém, para que um efetivo resultado seja alcançado, uma das variantes mais importantes é a compreensão do panorama histórico das pautas e vivências LGBTQIA+. É necessário o despertar de uma consciência da categoria de gênero, sexualidade e corpo no espaço. Os autores Silva et al. (2013, p.87) dizem que os corpos são matérias cujo tamanho e forma faz com que eles ocupem os espaços físicos. A partir das ações, os corpos são capazes de produzir mercadorias, ou seja, os estados corpóreos como adoecimento, força física, habilidades motoras, capacidade reprodutiva, entre outros, são elementos capazes de associar diretamente o corpo, a sociedade e o espaço.

Diante dessa tríade corpo, sociedade e espaço é que conseguimos compreender a associação que SILVA et al. (2013, p.97) faz entre a corporeidade sexuada e o espaço, sendo essa relação capaz de gerar acolhimento, indiferença ou exclusão das pessoas. Segundo os autores, uma situação que exemplifique pode ser dada a partir da observação de demonstrações de afeto heterossexuais em espaços públicos. Essas ações são lidas como neutras e toleráveis, o que não acontece se tratando de manifestações homossexuais. Estas são interditas e permitidas somente em alguns espaços privados, sendo assim, a materialidade do espaço mantém toda a força do poder heteronormativo, cabendo aos LGBTQIA+ lutarem para subverterem as normas estabelecidas e causarem fissuras nesse dispositivo de controle (SILVA et al. 2013, p.98).

Dentre o material coletado nas entrevistas, tivemos vários exemplos de como esse poder da heteronormatividade age sob os corpos. No fragmento abaixo, Girassol, entrevistado transexual heterossexual, fala sobre a relação de seu processo de transição de gênero com a

percepção dos espaços.

Quando eu me entendia enquanto uma mulher cis lésbica, eu não andava de mão dada em um lugar com uma menina, por exemplo. Eu me sentia olhado e ameaçado. Eu não tinha coragem de expressar o que era a minha homoafetividade em espaços públicos héteros. Era sempre nichos muito pequenos aqui em Juiz de Fora, é tipo: Rocket, Muzik, um bar tipo o Breu, Studio B, só alguns lugares que você podia ficar e demonstrar o afeto entre pessoas homossexuais. E aí com o tempo e com a transição, esse tipo de coisa perdeu um pouco de sentido pra mim, esse recorte da cidade. Isso porque quando eu ando de mãos dadas hoje com a minha namorada na rua, a gente passa como um casal cis hétero. Com isso os espaços ficam meio que iguais. Eu consigo adquirir direito de pessoas hétero cis, sabe? É como se eu fosse um camaleão nos lugares.

Girassol pontua estabelecimentos comerciais da cidade de Juiz de Fora que já foram citados por outras pessoas entrevistadas, como também relata o seu sentimento de insegurança em espaços públicos para realizar pequenas demonstrações homoafetivas antes do processo de transição de gênero. Atualmente, devido a sua passabilidade como homem heterossexual cisgênero, a sua vivência nos espaços se tornou mais confortável. Vemos diante dessa declaração que além de termos a LGBTQIfobia como limitadora de ações, existe uma supremacia do sexo masculino refletida no comportamento das pessoas, isso porque enquanto Girassol se entendia como mulher cisgênero lésbica, ele sabia em quais espaços possivelmente poderia se manifestar homoafetivamente e isso se difere de agora, enquanto homem transexual heterossexual.

Dando continuidade a esse assunto, Girassol nos diz que:

Eu não faço tanto esse recorte dos lugares que eu vou e me sinto mais seguro porque eu tenho que pensar no pós-transição. Eu tenho dois recortes, são duas pessoas, sabe? Até boate gay depois da transição eu parei de frequentar um pouco porque lá eu não conseguia ficar com as pessoas, porque eu sou hétero, né? E quem queria ficar comigo em boate gay eram homens gays e as meninas que estavam nas boates gays queriam com mulheres. As mulheres não se atraíam por mim. Então foi até um motivador pra eu direcionar os meus momentos de lazer pra outros lugares, sabe? Porque eu sabia que eu não conheceria pessoas pra me relacionar, eu era meio café com leite nas baladas gays. Os homens chegavam em mim, eu não ficava e aí comecei a ter que mudar e entender que se mulheres lésbicas ficassem comigo é porque elas não estavam me reconhecendo enquanto um corpo de homem, né? Enquanto um corpo masculino.

A declaração supracitada é muito parecida com o que a entrevistada Flora nos contou em relação à sua frequência em boates LGBTQIA+, uma vez que para pessoas transexuais heterossexuais esses espaços não oferecem muitas oportunidades de envolvimento afetivos. Girassol é um homem que se interessa por mulheres, e nesses espaços geralmente eram os homens quem se interessavam por ele ou mulheres que não o viam como homem. Devido a isso, sua frequência é baixa em boates LGBTQIA+:

Hoje eu sou mastectomizado e tomo hormônio, acabei ganhando massa corporal suficiente pra conseguir ter uma certa passabilidade. E isso tirou de mim muitos

medos que eu tinha antes. Porque antes eu performava uma pessoa completamente diferente. Eu era considerado uma lésbica mais masculinizada, mas eu ainda tinha muitos trejeitos femininos. Então no momento quando eu ia pra um espaço público ou privado de uso público, eu tentava mudar minha postura de andar, de me portar, de sentar. Isso por conta até da condição do peito, que era uma coisa que me fazia andar mais curvado pra não chamar muito atenção. E com o tempo, com o uso da testosterona, com a mastectomia, isso pra mim foi sumindo. Hoje em dia a minha postura mudou, agora posso ser considerado um potencial agressor.

Neste ponto da entrevista, notamos como as questões de gênero e sexualidade perpassam as dimensões do espaço físico, do espaço simbólico e, por sua vez, do espaço corporal. Girassol fala de uma readequação comportamental nos espaços da cidade enquanto se via como mulher cisgênero passível de ser hostilizada; do espaço corporal ao falar de sua postura, maneira de sentar e encurvar o corpo e de um espaço simbólico ao entender que sua transição para o gênero masculino diminuiu muitos de seus medos anteriores. Por mais que tenhamos apresentado três dimensões espaciais, ressaltamos que estas não estão separadas, pelo contrário, uma interfere diretamente na outra, estando sempre marcadas por movimentos de transformação. Assim, vemos como o corpo é construído, sustentado e dissolvido nos espaços. Ainda sobre a transição, ele nos conta que:

Hoje é muito mais tranquilo. Sempre quando eu vou fazer alguma apresentação em público eu falo isso de como é difícil ser mulher no mundo. É muito estranho isso, quando eu reparei que eu era um agressor eu pensei assim “caramba, isso é muito sério” [...] Tipo, agora eu posso ir em qualquer lugar com restrição do banheiro. O que é muito sem noção, porque você adquire um privilégio que nunca estive na minha mente que eu fosse adquirir, sabe? Tipo, eu estava sendo rebaixado, porque tem homossexuais e tem transexuais. Só que no caso dos transexuais masculinos que adquirem essa passabilidade, meio que enquanto as pessoas não sabem que você é transexual, você sobe na pirâmide social. Você vai para os homens.

O entrevistado retoma sua fala sobre como é difícil ser mulher na sociedade e acrescenta que a passabilidade adquirida após a transição de gênero o permitiu ganhar certos privilégios. O único elemento que pode inibir sua presença em alguns lugares é o banheiro, uma vez que, como já citamos em outras partes do texto, este precisa ter cabines além de somente mictório. A inexistência desse tipo de disposição de aparelhos faz com que Girassol não frequente determinados espaços.

Percebam que a heterogeneidade da sigla LGBTQIA+ é imensurável e, conseqüentemente, as interpretações sobre as percepções da cidade são múltiplas. Para o presente subcapítulo, separamos entrevistas de duas pessoas transexuais e uma não binária, logo, temos de início uma pluriversalidade que não apareceu em falas de entrevistados cisgênero. Isso se deu devido ao fato de as visibilidades das experiências espaciais de pessoas não cisgênero serem completamente diferentes, afinal, a cidade não é pensada para esses indivíduos.

É diante dessa diversidade que reafirmamos a importância do presente trabalho. A cada entrevista realizada descobrimos situações e interpretações diferentes e esse movimento nos deu força para buscarmos ainda mais sobre o desconhecido e invisibilizado socialmente. É por isso que trazemos novamente uma das justificativas acadêmicas para que sejam desenvolvidas pesquisas nessa temática. A partir de iniciativas como a desse trabalho que grupos LGBTQIA+ passam a ser incluídos em estudos geográficos. É importante o despertar para o fato de que o coletivo LGBTQIA+ protagoniza cenas na cidade, logo, marcam o espaço. Segundo SILVA et al. (2013, p.110), é possível se afirmar que existe uma produção de trabalhos na linha de gênero e sexualidade dentro das ciências geográficas dada de forma pulverizada em locais de maior concentração de instituições de nível superior, seria este o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, se tratam de pesquisas muitas vezes desenvolvidas de forma isolada, e essa característica do isolamento acaba por dificultar o desenvolvimento científico. Isso acontece devido ao fato de que os locais que possuem grupos de estudo alcançam uma potencialidade maior dentro da ciência geográfica, se mostrando mais permeável à temática *queer* e feminista.

Na prática, o desenvolvimento dessa pesquisa passou por desafios desde o processo de orientação, troca de orientação, amadurecimento metodológico, necessidade de afirmação da importância constante desse tema dentro do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFJF, entre inúmeros outros desafios que consideramos suficientes para o esgotamento psicológico de uma estudante de pós-graduação. Não é à toa que nos orgulhamos em dizer que este é o primeiro trabalho a desbravar o tema da LGBTQIfobia dentro do programa. Não podemos mais negar que o corpo ocupa e modifica o espaço, que o corpo é o espaço. E por isso a geografia não tem mais a opção de deixar de se atentar a essa realidade, afinal, as formas de se perceber e interpretar o corpo variam de acordo com o tempo e espaço.

6.2 Uma busca pela diversificação do público contribuinte da pesquisa

Tomamos como uma das pretensões para o desenvolvimento deste subcapítulo a apresentação de dados numéricos que trouxessem uma quantificação de denúncias relacionadas a possíveis crimes associados à LGBTQIfobia na cidade, afinal temos a *Lei Rosa* como lei Orgânica Municipal (Lei 9791/00). Já sabíamos que a inexistência de uma delegacia específica para atendimento dessa demanda poderia dificultar a aquisição dessas informações, como também temos a consciência que muitas denúncias são subnotificadas. Para além disso, como apresentamos desde o início da escrita dos primeiros capítulos, existem violências

simbólicas que somente quem vivencia consegue identificar como tal. Logo, reconhecemos a grande dificuldade de catalogação de crimes contra LGBTQIA+. Tivemos como exemplo desse desafio o material coletado em uma de nossas entrevistas, em que o contribuinte Ficus nos relatou sua experiência com a inoperância da *Lei Rosa*. Porém, o que não imaginávamos é que após vinte dias de tentativa de contato com a Polícia Militar e Civil, dados tanto de maneira formal quanto informal, nos depararíamos com uma resposta que dizia no momento o sistema não possui variáveis de pesquisa que possibilite a extração de dados referentes aos registros envolvendo pessoas LGBTQIA+.

Cabe ressaltar que recebemos a resposta a partir da plataforma do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Consumidor (e-SIC), página que os policiais civis acionados nos indicaram. Após essa ocasião, protocolamos um novo pedido no sistema e aguardamos a resposta, tendo o órgão até trinta dias perante a lei para responder se existiam ou não os dados solicitados (Fig. 16). Para maiores detalhes acerca do documento resposta assinado pelo delegado responsável por atender as demandas da plataforma, colocamos em anexo (**Anexo x**) a resposta final.

A imagem mostra a interface do sistema e-SIC. No topo, há o logo do e-SIC e o texto "Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão". À direita, o usuário "Olá Jéssica Lana de Souza da Silva" está logado, com a data "quarta-feira 10/02/2021" e o status "SAIR".

Abaixo do menu de navegação, o título "Detalhamento de Pedido" é exibido. Abaixo dele, há uma barra de abas com "Dados do Pedido", "Dados da Resposta" (selecionada), "Anexos" e "Dados do Histórico".

O conteúdo da aba "Resposta" é o seguinte:

- Data da Resposta:** 10/02/2021
- Classificação do Tipo de Resposta:** Pedido exige tratamento adicional de dados
- Resposta:**

Prezado (a) solicitante,

Informamos que o seu pedido feito por meio do protocolo 01250000011202143 não foi atendido, pois, atualmente, não dispomos de informações de orientação sexual, identidade de gênero e nome social em nosso armazém de dados. Assim, não é possível, por ora, conceder nenhum tipo de base de dados.
- Anexos:** Não existem anexos.

Figura 16: Captura em formato de imagem retirado do e-SIC

Esperamos alguns dias e após o retorno fizemos uma última tentativa de acionar pessoalmente um policial civil analista criminal. Nessa ocasião, apresentamos a carta de aceite da Plataforma Brasil-Comitê de Ética e um ofício devidamente assinado pela professora

orientadora da presente pesquisa. Em conversa com o analista, ele disse que a um tempo atrás ele mesmo teria a autonomia para subsidiar os poucos dados internos existentes em relação a conflitos urbanos, mas que atualmente essa autonomia lhe foi tirada. De acordo com o policial, ainda que se ele tivesse acesso a qualquer tipo de informação, provavelmente não poderíamos utilizá-las sem serem vindas do e-SIC.

Diante da dificuldade encontrada para se ter acesso à quantificação de casos de LGBTQIfobia em decorrência da inoperância da Lei Rosa (Lei 9791/00), concluímos que a própria inexistência dos dados solicitados já representa por si só um tipo de resposta. E essa realidade consequentemente reflete no tipo de segurança que sujeitos LGBTQIA+ sentem em relação à cidade de Juiz de Fora-MG.

Como não conseguimos atingir a proposta inicial de quantificação de casos de crimes de LGBTQIfobia registrados, partimos para um segundo plano de quantificação. Neste, nos propomos a tentar acessar uma parcela da população juiz-forana a partir do lançamento de um questionário produzido no aplicativo Google Forms e divulgado em redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp e Messenger. Maiores detalhamentos dessa etapa da pesquisa podem ser acessados no capítulo referente à metodologia. Mais uma vez nos deparamos com limitações em relação ao tipo de pessoa que teria acesso a um formulário digital, porém, no cenário de pandemia do coronavírus, diante da falta de registros da delegacia e do curto período de tempo de um Mestrado, esse foi o caminho mais acessível que encontramos. Entendemos que o direcionamento tomado não é o suficiente para saber se a cidade de Juiz de Fora apresenta segurança ou não à população LGBTQIA+. Porém, tentar alcançar um número maior de opiniões e de vivências de pessoas residentes na cidade nos parece ser um primeiro passo para futuros trabalhos escritos tanto pela autora da presente pesquisa como para as demais pessoas que se interessarem pela temática.

Ao todo, tivemos um número de duzentas e treze respostas, entretanto, descartamos vinte e seis delas, uma vez que pessoas heterossexuais cisgênero não se atentaram ao fato de que o formulário era para ser preenchido apenas por LGBTQIA+. Além desse descarte, tivemos que eliminar outros doze questionários devido ao fato de terem sido preenchidos por pessoas não residentes na cidade de Juiz de Fora. Na análise final, ficamos com cento e setenta e cinco questionários que se encaixavam nos critérios de preenchimento. Elaboramos doze questões fechadas com caráter de resposta obrigatória e uma questão aberta de preenchimento optativo. Também tivemos cuidado com o conhecimento do perfil do sujeito, logo, as perguntas iniciais são iguais às que foram feitas nas entrevistas. Nossos critérios de participação da pesquisa fechada foram os mesmos para as entrevistas semiestruturadas e não

estruturadas, fazendo-se necessário que a pessoa residisse na cidade de Juiz de Fora, que pertencesse ao coletivo LGBTQIA+ e que fosse maior de idade. Abaixo, traremos uma amostragem feita em gráfico dos resultados obtidos.

Compondo o bloco de perfil dos sujeitos, tivemos, quanto à orientação sexual dos participantes da pesquisa, as seguintes respostas (Gráfico 2):

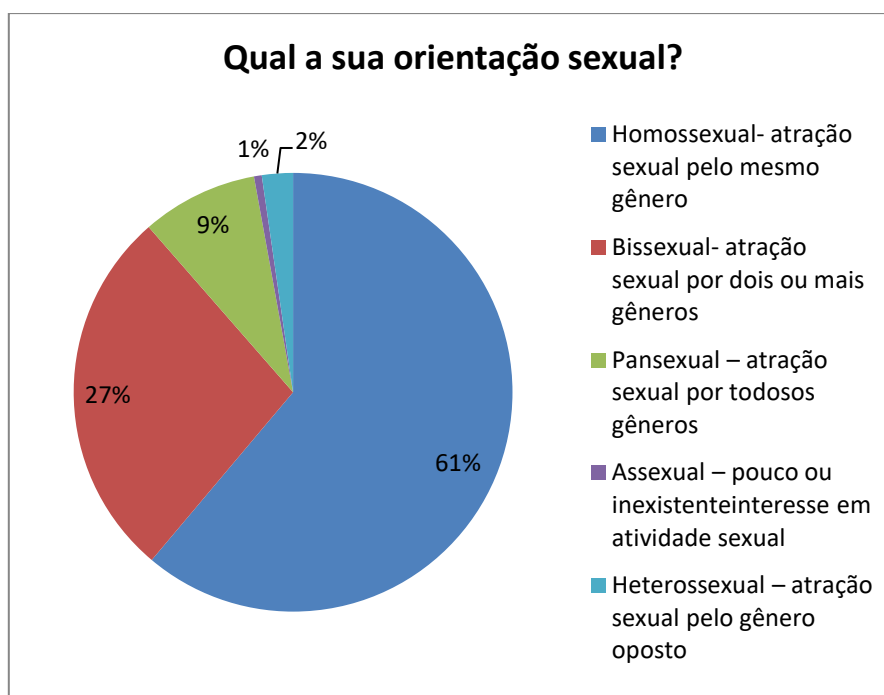


Gráfico 2: Orientação sexual dos sujeitos

Conseguimos atingir uma diversidade de pessoas quanto ao quesito de orientação sexual, porém, tivemos percentuais pouco expressivos em relação a indivíduos assexuais e heterossexuais. No caso de heterossexuais, nos referimos a sujeitos transexuais que sentem atração sexual pelo gênero oposto. Nos próximos gráficos, teremos a oportunidade de notar que o perfil do sujeito que contribuiu com a pesquisa realizada pelo Google Forms se repetiu entre os sujeitos que foram entrevistados de forma semiestruturada e não estruturada. O fato disso ter acontecido foi um tanto interessante pelo olhar da pesquisadora, porque, como já citamos em outros momentos do texto, durante o processo de qualificação da presente pesquisa, a banca examinadora questionou a diversificação do público. Como o critério de seleção das entrevistas foi dado de forma não probabilística, ficamos com receio das suposições que poderiam ser levantadas diante desse fato. Isso porque em momento algum tivemos preferência por certo recorte de pessoas, o que aconteceu foi em detrimento do que o período de pandemia do Covid-19 acarretou na pesquisa. Acreditamos que o fato de parte do

material coletado ter sido realizado de forma online contribui para que naturalmente uma seleção dos participantes acontecesse. Isso se deu tanto entre as pessoas que corresponderam ao nosso chamado de entrevista quanto aos que preencheram o formulário do Google Forms. No próximo gráfico (Gráfico 3), teremos o esboço da identidade de gênero dos sujeitos.

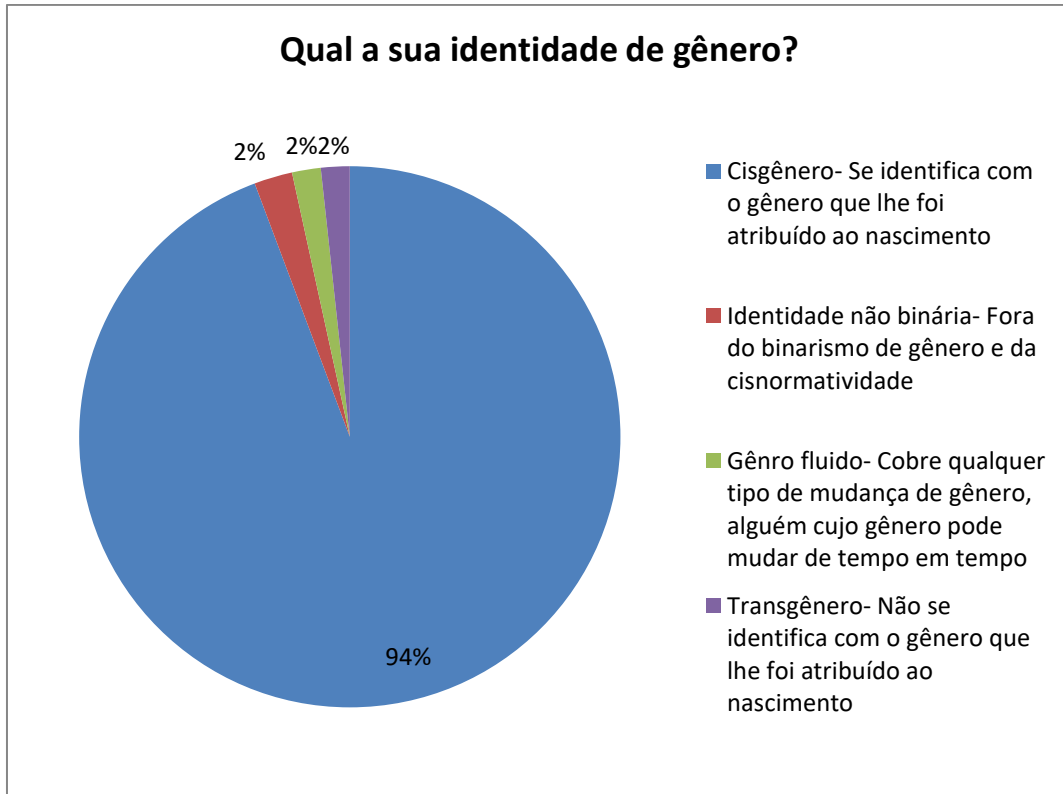


Gráfico 3: Identidade de Gênero dos sujeitos

Até o presente momento seguimos com certa diversificação em relação à orientação sexual e identidade de gênero, porém, assim como no gráfico1, tivemos predominância de dado perfil participante. No caso, noventa e quatro por cento das pessoas que preencheram o formulário se identificam com o gênero que lhe foram atribuídos ao nascimento. Com isso identificamos que a maior parte dos sujeitos são homossexuais (61%) e bissexuais (27%) quanto à orientação sexual e cisgênero quanto à identidade de gênero. O gráfico subsequente (Gráfico 4) traz informações a respeito da idade dos sujeitos, a saber:

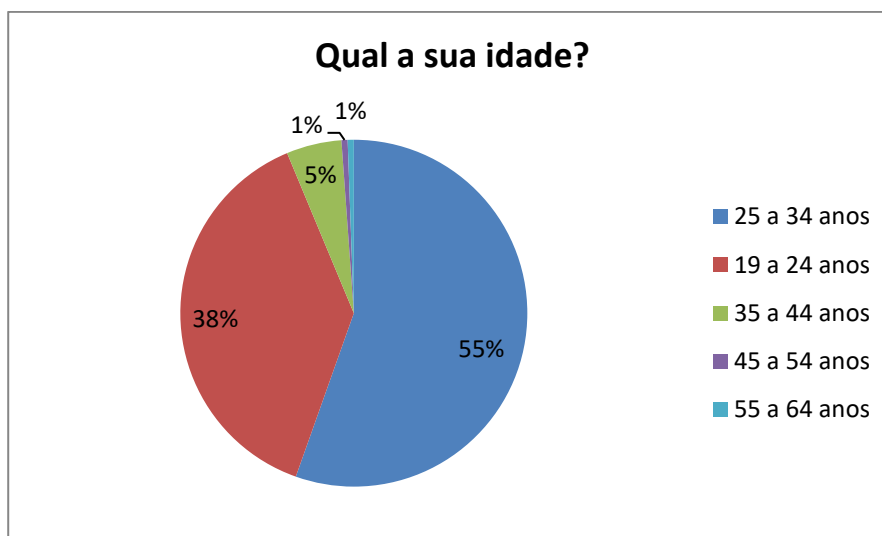


Gráfico 4: Faixa etária dos sujeitos

Com predominância da faixa etária dada entre dezenove e vinte e quatro anos, entendemos que a maioria das pessoas participantes da pesquisa são jovens. Tal fator pode ser justificado por realidades como a maior abertura que os jovens possuem para conversar sobre assuntos relacionados à temática e também o acesso e facilidade com a operação de canais online. Isso porque, como já informamos no início do subcapítulo, o canal de divulgação do questionário foi através de mídias sociais como Instagram, Facebook, Messenger e WhatsApp. Logo, subentende-se que para uma pessoa ter acesso ao link do formulário ela provavelmente deveria ter conta em uma dessas redes. Dessa forma, mantemos até o presente momento um perfil de participante majoritariamente homossexual e bissexual, cisgênero e jovem. Mais a frente também falaremos a respeito das respostas dadas em menores percentuais. Até o momento, estamos demonstrando como o perfil dos sujeitos se repete ao longo da pesquisa. Para falar sobre as pessoas que fogem ao perfil de maior percentual de respostas, usaremos o mecanismo de avaliar aquilo que foi informado de forma aberta no questionário. Isso porque elaboramos um questionário de doze perguntas fechadas e uma aberta, porém, no momento de preenchimento, algumas pessoas abriam campos de respostas às questões fechadas. Com isso, tivemos relatos pessoais que usaremos para demonstrar algumas percepções a respeito do tema. O gráfico abaixo (Gráfico 5) traz maior detalhamento do grau de escolaridade dos sujeitos participantes.

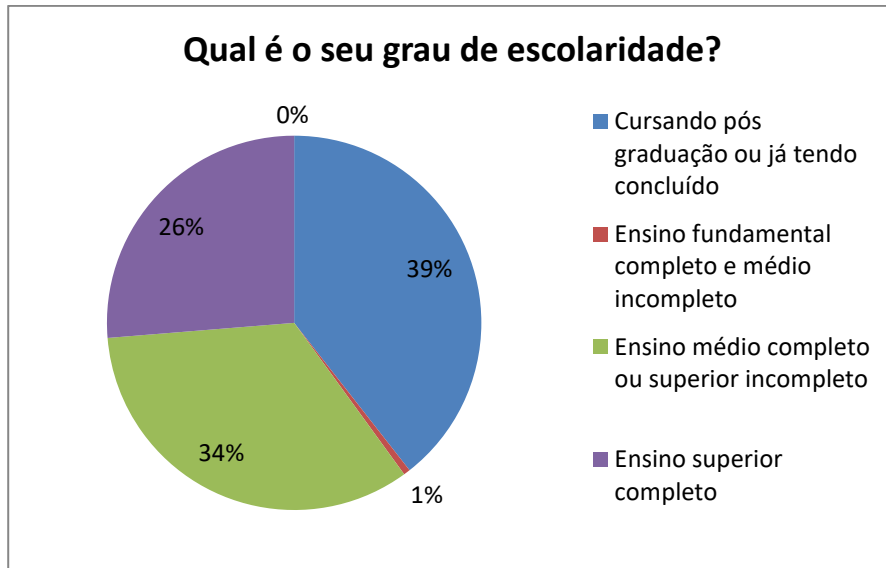


Gráfico 5: Grau de escolaridade dos sujeitos

Observamos a predominância de sujeitos com grau de escolaridade que já concluíram o ensino superior ou que estejam cursando pós-graduação entre o público que respondeu nosso questionário (39%). O segundo maior percentual foi dado entre pessoas que possuem ensino superior incompleto e ensino médio completo (34%). Tivemos apenas uma pessoa que declarou ter ensino fundamental completo e médio incompleto. O nível de escolaridade apresentado diz muito sobre o tipo de respostas que tivemos quanto ao próprio conhecimento daquilo que é um ato de LGBTQIfobia, isso porque muitas vezes algumas pessoas passam por isso, mas não sabem o que fazer ou a quem recorrer. Não estamos nos limitando a dizer que o grau de instrução escolar é o que faz com que a pessoa consiga se defender, compreendemos apenas que os espaços de debate da atualidade dados em instituições de ensino contribuem com o processo de autoafirmação e de conhecimento de direitos do sujeito. Vale ressaltar que dentre as cento e setenta e cinco pessoas que responderam ao questionário, apenas três se declararam transgênero. Aqui cabe uma reflexão inclusive em relação à dificuldade de acesso ao ensino superior e até mesmo em relação à evasão escolar de pessoas transexuais desde o ensino fundamental ao médio. O próximo gráfico (Gráfico 6) nos traz um panorama a respeito da identificação racial dos sujeitos participantes.

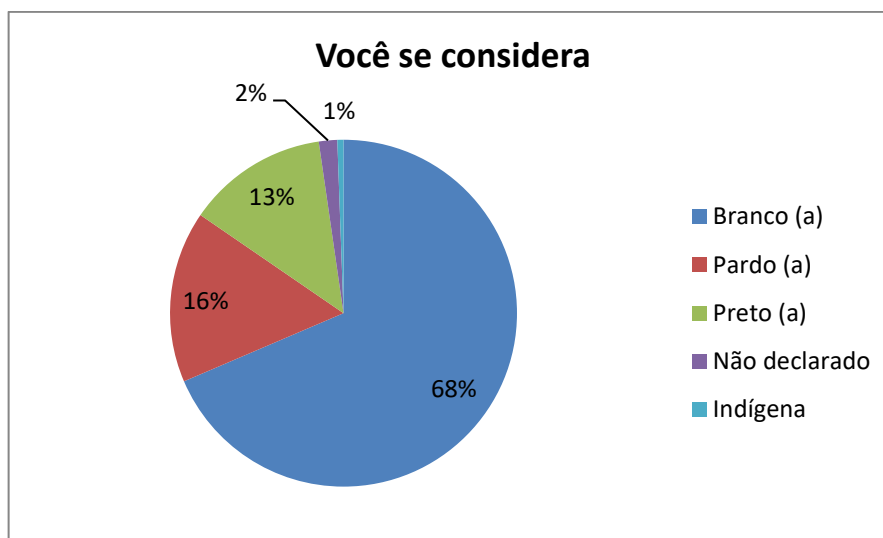


Gráfico 6: Identidade racial dos participantes

Repetindo as características que apareceram na maioria dos perfis dos sujeitos entrevistados, encontramos também entre os que preencheram o formulário um percentual de mais da metade dos participantes que se autodeclararam brancas. Até o momento temos em sua maioria pessoas homossexuais, cisgênero, com idade entre dezenove e trinta e quatro anos, cursando pós-graduação ou tendo-a já concluída e que são brancas. Estamos chamando atenção para essa identificação das pessoas porque se trata de algo muito intrigante. Claramente houve um recorte de público participante dado de forma não intencional e o que temos como resultado é reflexo de um contexto de desigualdade de acesso de uma série de pessoas. Essa desigualdade vem desde o processo de alfabetização nas séries iniciais e finais, isso porque estamos a nos questionar onde estão os outros representantes da sigla LGBTQIA+ que são negros, que não possuem curso superior, que estão na faixa etária da terceira idade, entre outros perfis.

Indiretamente, a questão da classe social está intrínseca aos resultados, uma vez que, como já salientamos em outros momentos, essa metodologia exige mínima alfabetização digital, assim como o reconhecimento da importância de se dedicar três minutos do dia para a contribuição da etapa de uma pesquisa científica. Abaixo (Gráfico 7) temos um demonstrativo das regiões da cidade de Juiz de Fora as quais os participantes residem:

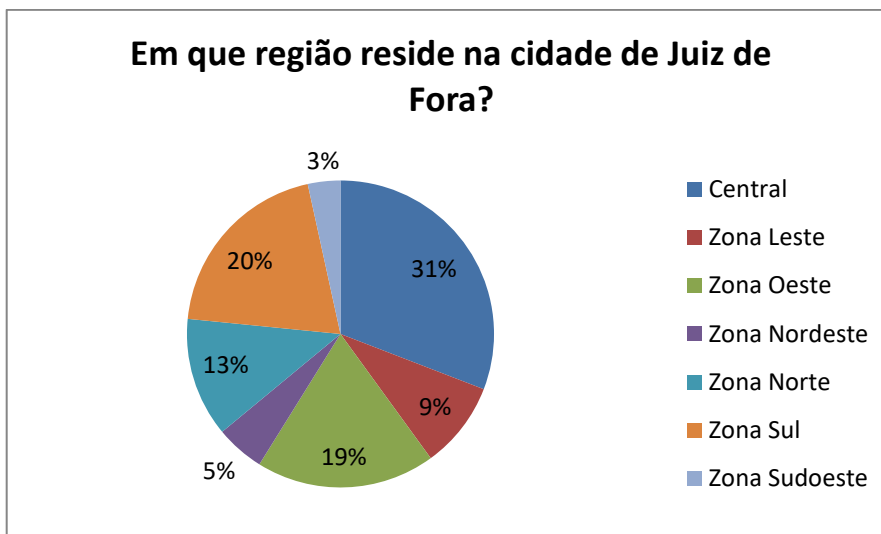


Gráfico 7: Regiões de Juiz de Fora nas quais os participantes residem

Conseguimos alcançar todas as regiões da cidade de Juiz de Fora com nosso questionário. Essa característica foi bastante satisfatória, uma vez que os relatos das entrevistas ficaram contidos majoritariamente nas atrações e estabelecimentos que pertencem e acontecem no centro da cidade. Porém, por se tratar de uma metodologia fechada, não conseguimos absorver detalhadamente as vivências dadas nas extremidades da cidade. Aqui nós aumentamos nosso raio de alcance acerca das discussões de gênero e sexualidade para compreendermos se as pessoas se sentem seguras para se manifestarem homoafetivamente em Juiz de Fora-MG. A partir dos próximos gráficos, apresentaremos respostas fora do perfil do sujeito e com direcionamento voltado à percepção da cidade. Na sequência, temos uma amostragem (Gráfico 8) que traz informações acerca das vítimas de agressão por conta da orientação sexual e ou identidade de gênero.

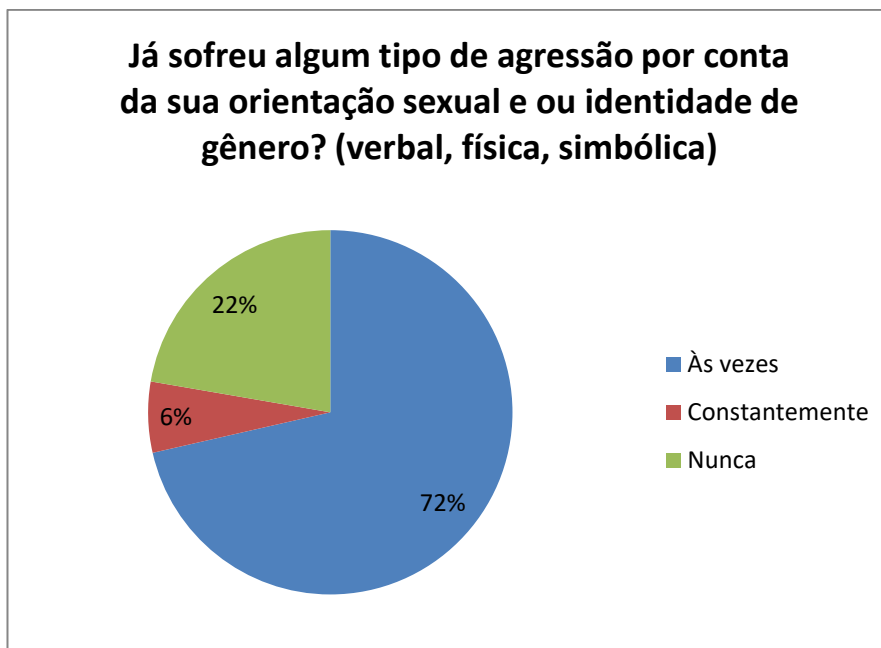


Gráfico 8: Vítimas de agressão

Tivemos um percentual de declarações de que noventa e quatro por cento das pessoas que responderam ao questionário já passaram por algum tipo de agressão em decorrência de suas orientações sexuais e ou identidades de gênero, sejam estas agressões de forma simbólica, verbal ou física. Trata-se de uma porcentagem muito expressiva em nossa pesquisa, porque sabemos que o fato de o sujeito já ter o conhecimento da possibilidade de ser agredido faz com que parte de suas ações e comportamentos sejam regradas na intenção de se evitar um possível conflito. A partir disso, temos uma exemplificação de como a heterossexualidade é posicionada como um modelo padrão desejável para a vida das pessoas. Com isso, vê-se uma realidade em que aqueles que não seguem esse padrão se veem na condição de evitar se expressar em determinadas situações para que ocorra uma possível diminuição de julgamentos, ou seja, uma pessoa LGBTQIA+ tende a obedecer ou se aproximar de padrões heteronormativos para se adequar ao sistema. A seguir (Gráfico 9), observamos o percentual de vítimas de preconceito dentro da própria sigla LGBTQIA+.

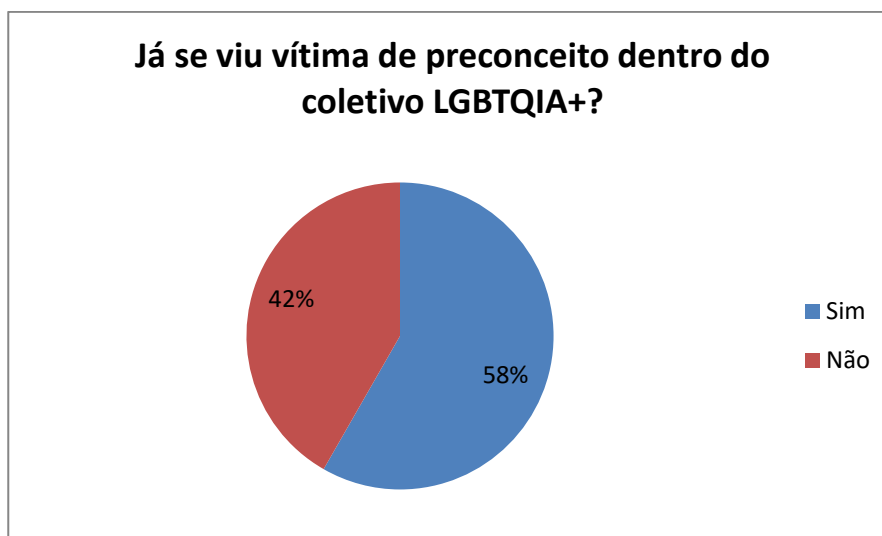


Gráfico 9: Percentual de vítima de preconceito sofrido entre LGBTQIA+

Identificamos não só nos relatos das entrevistas semiestruturadas, como também no próprio questionário a existência de preconceitos manifestados por sujeitos LGBTQIA+ dentro da própria sigla. Como retratamos ao longo da escrita dos capítulos, existe heterogeneidade muito grande entre os LGBTQIA+ e assim como em qualquer outro coletivo, as diferenças são apontadas. O fato de eles sofrerem LGBTQIfobia não faz com que eles estejam libertos da estigmatização e estereotipagem de terceiros. Isso acontece porque nenhum deles é só LGBTQIA+, eles são pessoas que nasceram em um tipo de família, com certa crença religiosa, em dada classe social, com alguma identidade racial, sendo ou não pessoas expressivas, com dado nível de escolaridade, dentre vários outros elementos que poderiam ser constitutivos de uma interpretação interseccionalizada.

É importante fazermos o exercício de ressaltarmos as diferenças entre os LGBTQIA+ porque a homogeneização do movimento faz parte das manobras feitas pelo dispositivo de controle das sexualidades. As pessoas são diferentes, logo, suas demandas pessoais e a própria vulnerabilidade social a que se expõem é vivenciada de formas diferentes. Com isso, a luta pela aquisição de direitos não deve ser igual, uma vez que existem sujeitos que necessitam de uma visibilidade maior e de recursos diferentes dos outros. Trouxemos exemplos dessa situação ao falarmos de pessoas transexuais e não binárias em nossos relatos de entrevistas, assim como também podemos exemplificar a partir da interpretação que dois dos entrevistados deram a respeito de aplicativos de relacionamentos como o Grindr. Observe o gráfico a seguir (Gráfico 10):

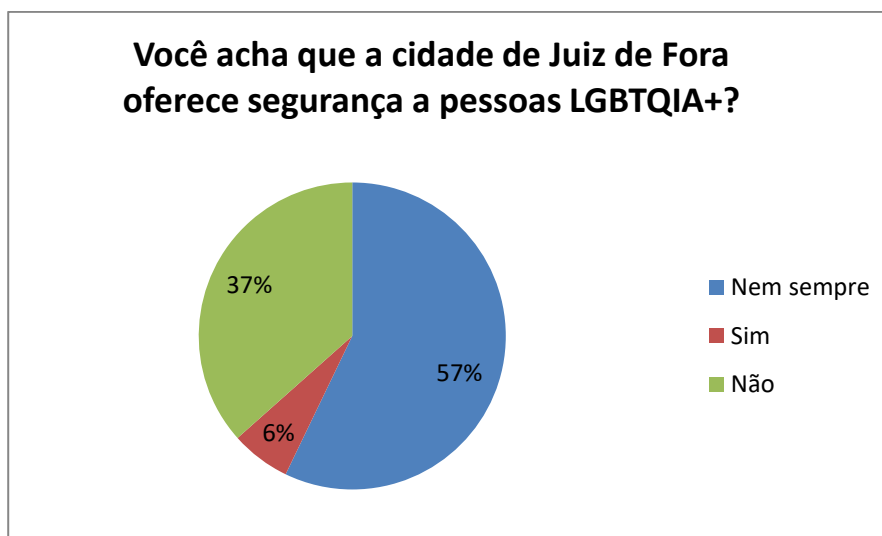


Gráfico 10: Sentimento de segurança na cidade de Juiz de Fora- MG.

As perguntas que respondem o direcionamento central no presente trabalho começam a ser respondidas a partir do gráfico dez, uma vez que o momento de apresentação do perfil do sujeito já teve seu destaque. A intenção a partir desse ponto é entender o sentimento de segurança de sujeitos LGBTQIA+ na escala local de Juiz de Fora-MG. Conforme podemos visualizar, noventa e quatro por cento das respostas alegam o sentimento de insegurança ou de nem sempre sentir segurança. Do total, apenas onze pessoas, representando seis por cento, sentem segurança. Acreditamos que esse expressivo percentual negativo vá contra a imagem construída de que a cidade é receptiva a pautas e à militância LGBTQIA+. Dizemos isso porque conforme já mencionado, o discurso da existência da *Lei Rosa* como lei Orgânica Municipal (Lei 9791/00), juntamente do fato do *Miss Brasil Gay* ter sua primeira edição na cidade fazem com que a LGBTQIfobia seja mascarada nos espaços.

Deste modo, é importante reconhecer a existência de uma falsa ideia de acolhimento propagada pelo poder local. Não negamos os esforços e a importância de projetos desenvolvidos pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo grupo Movimento Gay de Minas Gerais (MGM), pela ONG Mães pela Diversidade, pelos artistas locais, pelo reduzido, porém muito representativo número de vereadores e secretários que defendem as causas LGBTQIA+, entre outros projetos e pessoas. Estamos apenas demonstrando a partir dos questionários recolhidos que ainda assim a cidade possui limitações para sujeitos LGBTQIA+. Reconhecemos que o fato de termos festividades com agenda anual voltada para o coletivo LGBTQIA+, a existência uma universidade e demais faculdades com disposição para auxiliar no engajamento das pautas, os esforços de grupos e ONG's, contribuem para que Juiz de Fora esteja no caminho para conquistas de melhoria de vida para essas pessoas. O gráfico abaixo (Gráfico 11) diz respeito à opinião dos participantes em caso de necessidade de

acesso a postos policiais.

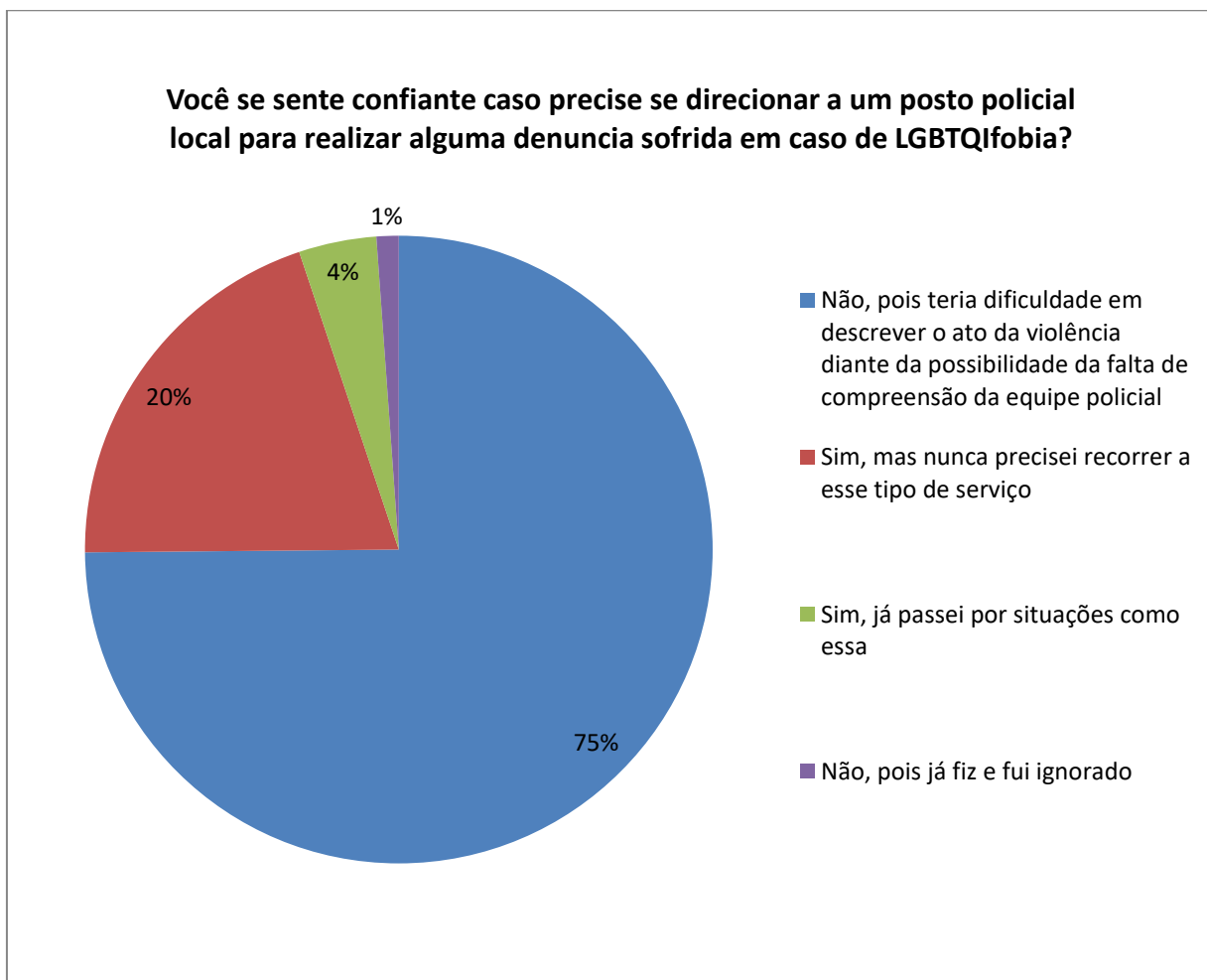


Gráfico 11: Confiança em caso de denúncias associadas a LGBTQIfobia na cidade

De forma relativamente esperada, setenta e seis por cento de respostas marcaram a opção de que possivelmente teriam dificuldade para acessar delegacias e postos policiais nos casos de terem passado por crimes de LGBTQIfobia. Vale ressaltar que esse tipo de declaração também apareceu na fala do entrevistado Ficus, que citou o nível de constrangimento que sentiu para conseguir relatar o fato ocorrido, além de verificar a inoperância da *Lei Rosa* (Lei 9791/00) no município. Acreditamos que a necessidade da reprodução da violência sofrida sem a devida segurabilidade de retorno positivo por parte do profissional que esteja recebendo a denúncia seja um dos fatores que motivam as pessoas a não recorrerem a esses serviços. Além disso, existe o caso de a própria exposição da orientação sexual e/ou identidade de gênero da pessoa, uma vez que nem sempre esses fatores são conhecidos socialmente. Como vimos em nossa tentativa de acesso a Polícia Civil de Juiz de Fora- MG, este órgão não dispõe de nenhuma catalogação e ou plataforma que registre denúncias de LGBTQIfobia, logo, passar por um constrangimento sem que exista alguma

punição específica para o delito pode ser visto como um exercício desgastante. Na sequência do questionário (gráfico 12) e buscando dar continuidade à questão do sentimento de segurança na cidade, fizemos uma pergunta relacionada à adequação comportamental dos sujeitos, uma vez que a pouca segurança sentida pode refletir na manipulação de suas ações no momento de se apresentarem a vida pública e privada.

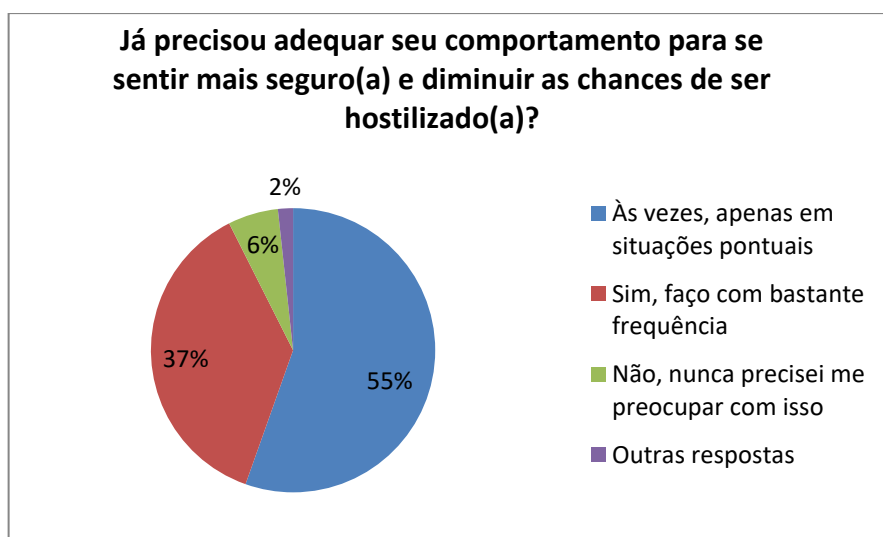


Gráfico 12: Adequação comportamental

Entendemos que pessoas, independente de orientação sexual e identidade de gênero, adequam o próprio comportamento a todo momento, principalmente em situações que exigem o contato com o outro. Porém, o intuito de levantar esse questionamento logo após perguntarmos sobre o sentimento de segurança ao ter que passar por uma situação de acesso a um posto policial está relacionado ao tipo de conciliação social que uma pessoa pode vir a desenvolver na intenção de diminuir a possibilidade de sofrer hostilização. Assim, entendemos que a consciência de que os crimes de LGBTQIfobia não são punidos faz com que algumas pessoas se sintam no direito de agredir de forma física e emocional o outro. Lembrando que a negativa de um emprego, a pouca preocupação com a vulnerabilidade social, a inexistência de medidas que discutam sobre a evasão escolar, entre inúmeros outros exemplos são forças estruturais que reafirmam a violência simbólica na vida de LGBTQIA+.

Diante de todas as normativas heterocentradas antes mesmo do próprio nascimento de uma criança, é normal que desenvolvamos hábitos que nos aproximem daquilo que é mais bem aceito socialmente. Estando essas ações muitas vezes associadas à diminuição de possibilidades de exposição à violência. Tivemos um percentual de apenas seis por cento do total de pessoas que responderam ao questionário e nunca precisaram se preocupar com adequação comportamental. A legenda colocada como “outras” neste gráfico (Gráfico 12) foi

feita porque os sujeitos participantes começaram a abrir opções de respostas que relatavam suas experiências pessoais. Dentro deste agrupamento, os relatos foram: “eu praticamente vivo duas vidas, uma íntima (onde me manifesto com amigos e pessoas que confio) e outra com o mundo externo (onde preciso esconder minha orientação sexual)” ; “quando adolescente tive que adequar todo o meu comportamento” e “no passado eu adequava mas hoje não mais”. O próximo gráfico (Gráfico 13) volta a atenção para a programação de festividades e para pontos de encontros de pessoas LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora.

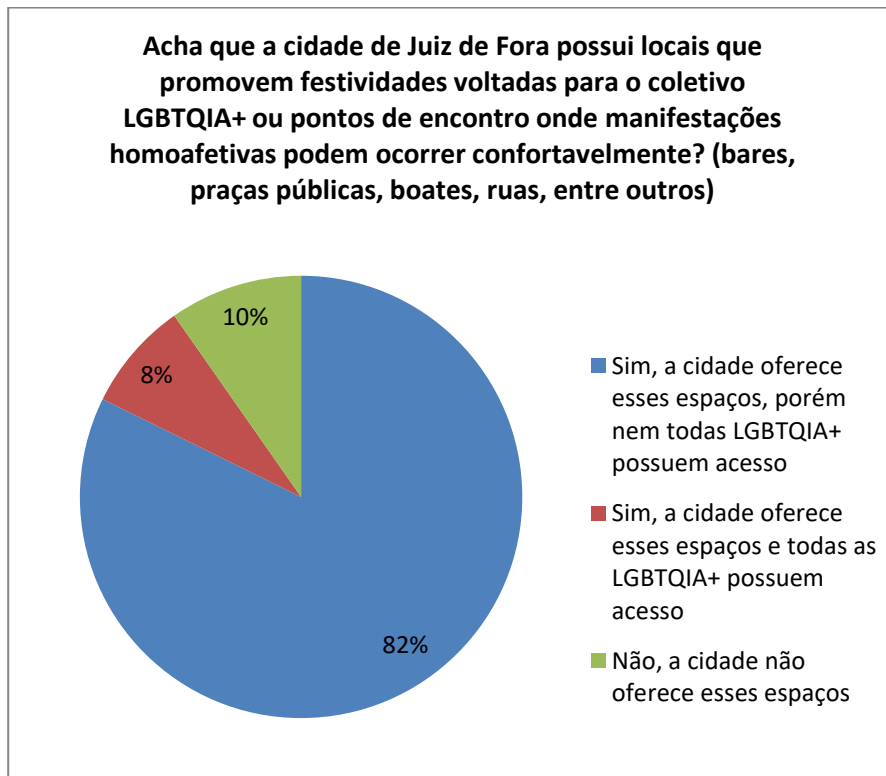


Gráfico 13: Existência de festividades e pontos de encontro de pessoas LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora

Noventa por cento das pessoas que participaram da pesquisa acreditam que Juiz de Fora possui locais que promovem a sociabilidade de sujeitos LGBTQIA+. Destes, oitenta e dois por cento dizem que esses espaços existem, mas que não contemplam toda a sigla, enquanto oito por cento acreditam que esses espaços são contemplativos a todas as pessoas LGBTQIA+. Levando em consideração o fato de que noventa e quatro por cento dos participantes se reconhecem enquanto cisgênero, entendemos que estarem dentro do binarismo homem/mulher socialmente aceitos contribui muito para que o percentual seja elevado no que se refere à compreensão de espaços de sociabilidade LGBTQIA+ em Juiz de Fora. Afirmamos isso a partir do tipo de declaração que conseguimos coletar nas entrevistas e também com os relatos que as pessoas deixaram nos questionários. Abaixo (Figura 17)

trouxemos exemplos do que pessoas escreveram nas opções de respostas:

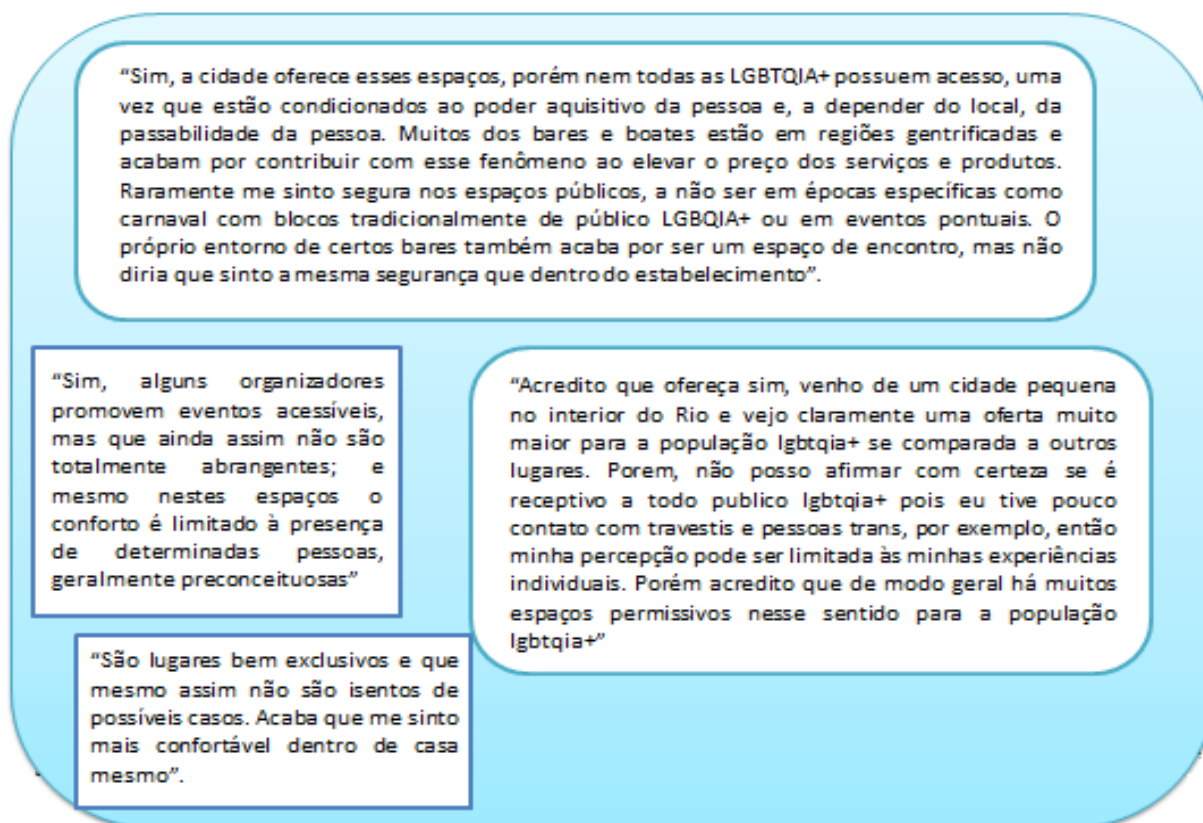


Figura 17: Relatos do questionário do Google Forms.

O oferecimento de um lazer com direcionamento LGBTQIA+ apareceu em todas as falas, porém, elementos como: poder aquisitivo, a não isenção de LGBTQIfobia e a limitação do conforto também foram relatados. Tais depoimentos se encontram com o que já trouxemos de entrevista semiestruturada. O próprio Pub Café Muzik apareceu em ambas experiências. Este estabelecimento está localizado no centro da cidade de Juiz de Fora, o que nos leva a pensar que de fato a relação com o poder de compra e de deslocamento diz muito sobre as pessoas que conseguem ter acesso à casa.

Foi dado destaque ao movimento que acontece ao redor dos bares como ponto de encontro de pessoas LGBTQIA+, o que também apareceu nas entrevistas quando foi citado o processo de modificação da área de fumantes do Café Muzik, o qual impossibilitou as pessoas de se encontrarem sem necessariamente adentrarem no estabelecimento. De maneira geral, observamos, com base nas respostas adquiridas, a existência de locais de possíveis encontros e confraternizações LGBTQIA+ associados ao consumo. Existem festividades anuais com essa inclinação, inclusive, uma das pessoas relatou se sentir segura nos espaços públicos somente quando esses eventos ocorrem, mas a agenda de acontecimentos dos mesmos é espaçada. Com isso, a mesma pessoa declarou se sentir confortável somente dentro de sua

casa. Lembramos que estamos tratando de mais de noventa por cento de pessoas cisgênero, o que nos leva a dizer que se tivéssemos um número expressivamente maior de transexuais, não binárias ou de sujeitos que convivessem com essas pessoas, provavelmente as percepções teriam um direcionamento diferente.

Encerramos a pesquisa feita tanto nos campos, entrevistas quanto no questionário, com a caracterização de um mesmo perfil de sujeito contribuinte. Por mais que tentativas metodológicas de se alcançar outros nichos de pessoas tenham sido pensadas, entendemos que, para se chegar a um público participante diferente, precisaríamos desenvolver principalmente trabalhos de campo em outras áreas da cidade. A necessidade de estabelecimento de uma rede de confiança que pudesse responder aos nossos questionários e nos guiar quanto às demais pessoas que pudessem participar se faria presente. Todo o resultado que adquirimos nos mostra que as desigualdades sociais se refletem no tipo de acesso que o sujeito tem à cidade.

7. CONCLUSÃO

Confiamos na relevância da pesquisa no sentido de que buscamos dar visibilidade a grupos periféricos a partir de suas próprias vivências, lutas diárias e do movimento de resistência a uma sociedade que impõe códigos culturais e desvela importantes considerações no que se refere à apropriação do espaço da cidade. Esse estudo também se justifica pela defesa dos coletivos LGBTQIA+ defronte aos tempos sombrios e de retrocesso que o Brasil vem passando, além de contribuir de modo mais geral para a discussão sobre a temática, somando-se a outros poucos trabalhos que vêm se desenvolvendo nesse eixo da Geografia.

Do ponto de vista geográfico, a problemática apresentada se justifica, sobretudo, diante da necessidade de se ampliar o número de trabalhos e publicações com olhar científico voltado para essas vivências conflituosas. É preciso que a Geografia “saia do armário” em seus estudos. Acreditamos que, a partir disso, seja possível a criação de novos posicionamentos teóricos sobre o assunto, principalmente quanto à forma com que o ordenamento normativo-heteronormativo influencia na articulação dos sujeitos e na dinâmica relacional da cidade.

Faz-se importante ressaltar ainda a resistência por parte da academia na aceitação desse tipo de tema de trabalho como sendo de significância científica e de relevância social. Nesse caso, sugerimos que seja realizado um estudo sobre o que trazem os conceitos principais do campo da ciência geográfica, sendo estes: espaço geográfico, território, região e lugar. Todos

esses apresentam relação com a existência humana, logo, estudos culturais e identitários comprovam a interdisciplinaridade do campo da geografia e demonstram que o fato de se dedicar a essa área de estudo não negligencia tantos outros problemas de impactos sociais. Pelo contrário, o envolvimento científico com esses assuntos garante a relevância da produção intelectual no campo político e social, lutando sempre pela construção de uma sociedade mais justa para todas as pessoas (SAQUET, 2013). Afinal, jovens, mulheres, homossexuais, travestis, negros, entre outros, quase sempre invisibilizados, são sujeitos que participam do processo de construção material e imaterial das cidades, contribuindo com nossa história cultural e de convivências específicas de cada grupo (NETO, 2013).

Diante do que foi proposto enquanto objetivos da pesquisa, acreditamos ter alcançado elementos que consigam responder como o fato de nascermos em uma sociedade totalmente heterocentrada possui influência no processo de formação da personalidade do sujeito e de suas relações espaciais. Dessa maneira, tentamos mostrar a partir dos fragmentos de entrevistas como isso se reflete na construção das percepções dos sujeitos a respeito da cidade de Juiz de Fora-MG e como eles percebem as múltiplas facetas da LGBTQIfobia.

Como observamos no decorrer da leitura de cada capítulo, existem diferenças quanto ao tipo e à intensidade dos casos de LGBTQIfobia de acordo com a identidade de gênero e orientação sexual vivenciada dentro da sigla LGBTQIA+, dado o fato de que sujeitos transexuais tendem a sofrer mais. Uma das explicações para essa realidade é que quanto mais o sujeito, mesmo ele sendo LGBTQIA+, se aproxima de características heterocentradas, mais bem aceito socialmente ele tende a ser. E a cidade, pensada e construída sobre parâmetros regidos pela heteronormatividade, reflete isso tanto em aspectos físicos quanto simbólicos.

Além das questões de gênero e sexualidade, elementos interseccionais também precisam ser levados em consideração, e isso ficou muito nítido, em nossa perspectiva, através do que foi exposto nos gráficos de nossa pesquisa. Neles foi possível ver como as condições sociais, de classe, índice de escolaridade, identificação racial, entre outros, dizem muito sobre que tipo de vivência que o sujeito vai ter na cidade. Essa realidade contribui para o fato de termos nomeado o presente capítulo como “Para não concluir”, uma vez que a cada entrevista tínhamos um tipo de resposta diferente. Por mais que fossem descritas percepções que em alguns pontos se encontravam, as vivências sempre eram distintas. Tudo isso faz parte da grandeza e diversidade que existe em trabalhar com o ser humano. É necessário se refazer por inteiro a cada caminho que resolvemos trilhar e isso significa que devemos sempre estar

abertos para um recomeço, como um ciclo sem fim.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; ALVIM, Angelica Aparecida Tanus Benatti. **Cidade e Espaço Público: Considerações sobre o papel dos projetos urbanos em áreas alvo de operações urbanas em São Paulo.** Recife: Anais do XV Enanpur, 2018.

ALVIM, Angélica A.t.benatti; SANCHÈZ, Natália Padilha; MENEZES, Gleison Renato de Sousa. **Privatização do Espaço Coletivo na Metrópole Contemporânea: o caso da Barra da Tijuca (Rj).** Rio de Janeiro: I Enanparq Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: Percursos e Prospectivas, 2010.

ARAUJO, Luiz Alberto David; MAIA, Maurício. **A cidade, o dever constitucional de inclusão social e a acessibilidade.** Rio de Janeiro: Revista de Direito da Cidade, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 287 p.

BOIVIN, Renaud René. As minorias Sexuais e a Investigação Urbana na Cidade do México (1960-2013). **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.298-332, jan. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Lei Rosa. Juiz de Fora: 2017.

CANABARRO, Ronaldo. HISTÓRIA E DIREITOS SEXUAIS NO BRASIL: o movimento lgbt e a discussão sobre a cidadania. : O MOVIMENTO LGBT E A DISCUSSÃO SOBRE A CIDADANIA. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**, Passo Fundo, p. 1-15, nov. 2013.

CASTRO, I.E. Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições. 2005.

CASTRO, Iná Elias de. **Escala e pesquisa na geografia.: Problema ou solução?.** Rio de Janeiro: Espaço Aberto, v.4, p.87-99,2014.

CHIQUINHO MOTA, O CABELEIREIRO QUE CRIOU O CONCURSO MISS BRASIL GAY. Juiz de Fora, 05 ago. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/especiais/outras-ideias/05-08-2018/chiquinho-mota-o-cabeleireiro-que-criou-o-concurso-miss-brasil-gay.html>. Acesso em: 09 jun. 2020.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no brasil1. : Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil1. **Contemporânea: Revista de Sociologia UFSCar**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 405-427, jul. 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/149> Acesso em: 07 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

COSTA, Benhur Pinós da. **Geografias das interações culturais no espaço urbano: o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas**. Ponta Grossa: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, 2010.

COSTA, Benhur Pinós da. **Microterritorialidades::** Uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

DOURADO, Auceia Matos. Viver e pertencer : identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. **Repositório Institucional Ufs**, São Cristóvão, p. 1-293, jul. 2014.

Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5585/1/AUCEIA_MATOS_DOURADO.pdf Acesso em: 07 abr. 2020.

DUTRA, Raphaela Granato et al. **Sinuca de bico::** Encaçapando o preconceito?. Catalão: Ufg, 2013.

FARMER, P., 1992. *AIDS and Accusation: Haiti and the Geography of Blame*. Berkeley: University of California Press.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo; FIGUEIREDO, Lauro César (Org.). **Fronteiras da Pesquisa em Geografia**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011. 470 p.

FORNO, Leandro Rosa dal. **A "Festa da Diversidade" em Cruz Alta-RS como território de exercício da sexualidade LGBT e de seu reconhecimento social**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

FORTUNA, Carlos. **(Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social**. Ponta Grossa: Terr@plural, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 151 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: o cuidado de si (vol.3)**. São Paulo: Editora Graal, 2005. 123 p.

FRANCO, Lucas Nascimento. Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o movimento enfrenta com relação à sociedade civil. : reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil. **Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1-29, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/Pol%C3%ADticasP%C3%BAblicasBrasil%20%281%29.pdf> Acesso em: 07 abr. 2020.

FREITAS, Bruno de. **Cidade, Gênero e Sexualidade: Territorialidades LGBT em Uberlândia, MG**. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: Ufrgs Editora, 2009. 120 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1988. 158 p.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. 236 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios da geopolítica da cidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2006. 304 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Espaço Público, Espaço Público**. Niterói: Geographia, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 384 p.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Lutas Sociais, 2008.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; HEIDRICH, Bernadete Beschorner. Reflexões sobre o estudo do território. In: BRASIL. MARÍLIA MARGARIDA SANTIAGO BUITONI. (Org.). **Coleção Explorando o Ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Cap. 6. p. 111-132

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011. 85 p.

LARRAURI, Maite. **A liberdade segundo Hannah Arendt**: Filosofia para Leigos. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.

LOURO, Guaciara Lopes. Gênero, sexualidade e educação: umas perspectiva pós estruturalista. : umas perspectiva pós estruturalista. **Editora Vozes**, Petrópolis, p. 1-184, 2003

MADLENER, Francis; DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia. Uff**, [s.l.], v. 19, n. 1, p.49-60, 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-80232007000100004>.

MAIA, Carlos. Liberdade, diversidade e excessos sob as cores do arco-íres: Reflexões sobre a Rainbow Fest Juizforana. **B. Goiano. Geogr**, Goiânia, v. 32, n. 2, p.71-92, jun. 2010.

MAIA, Carlos. Go West, In the Open Air: Parada do Orgulho LGBT Goianiense- da repressão à turistificação. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p.200-221, jan. 2015.

- MARCONDES, Sérgio. **Site Gestão de Segurança Privada**. 2015. Disponível em: <<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/estatuto-o-que-e-definicao-tipos/>>. Acesso em: 11 nov. 2019
- MASSEY, Doreen. A mente geográfica. **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo/UFF, vol. 19, nº. 40, pp. 36-40, 2017.
- MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, p. 197-207, jan. 2012.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. : o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jun. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222009000100008>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf> Acesso em: 07 abr. 2020.
- MOREIRA, Jorgeanny de Fátima R.; MAIA, Carlos. Estratégias Espaciais na Parada LGBT em Goiânia. **Bol. Goia. Geogr**, Goiânia, v. 37, n. 2, p.265-281, maio 2017.
- NABOZNY, Almir; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. **Desafio de Análise do Espaço Urbano**: interpretando textos marginais do discursos geográficos. Presidente Prudente: Terra Livre, 2007.
- ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128 2014.
- ORNAT, Marcio José. Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: Algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, p.75-88, jan. 2010.
- ORNAT, Marcio. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terra@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 309-322, jul. 2008.
- PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. : o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 125-157, jun. 2009.
- PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jun. 2016.
- PERLONGHER, Néstor. **O que é a Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PETRY, Analídia Rodolpho. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para pesquisa. : algumas questões para pesquisa. **Revistas Científicas Pucrs**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>. Acesso em: 07 abr. 2020.

PINÓS, Benhur. Geografias das interações culturais urbanono espaço: o caso das territorializações das relações homoeróticas e/ou homoafetivas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p.207-224, ago. 2010.

PINO, Nádia Peres. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis do corpos des- feitos. **Cadernus Pagu**, Campinas, v. 1, n. 28, p.149-174, abr. 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Ester; SADER, Amir (Orgs). *La Guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires, Clacso,2002. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>

PRIOR, Helder; SOUSA, João Carlos. **A mudança do Público e do Privado**. Lisboa: Scielo Portugal, 2014.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima & PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 543 p.

REDAÇÃO. **Sou homofóbico, sim, com muito orgulho’, diz Bolsonaro em vídeo**. 2020. Instagram: Catraca Livre. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na metrópole carioca**. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002.

ROCHA, Décio; DEUSDARA, Bruno. **Coletivos de trabalho, espaços de discussão e avaliação docente em programas de pós-graduação strictu sensu**. São Paulo: Eutomia Revista de Literatura e Linguística, 2016.

RODRIGUES, Judivânia Maria Nunes. CORPO como LUGAR e ARQUIVO da EXPERIÊNCIA. **Geograficidades**, Niterói, v. 10, n. , p. 295-308, out. 2020.

SÁ, Gustavo Malafaya. À frente do computador: a Internet enquanto produtora de dependência e isolamento. **Revista da Faculdade e Letras da Universidade do Porto**, Lisboa, v. 24, p.133-147. 2012. Disponível em: <file:///D:/Downloads/1410-2184-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade lgbt. : algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 290-300, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000200006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200006&script=sci_abstract&tlng=ptAcesso em: 07 abr. 2020.

SANTOS, Andressa Regina Bissolotti dos; SILVA, Henrique Kramer da Cruz e. Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. **Xv Jornada de Iniciação Científica de Direito da Ufpr**, Curitiba, p.106-132, nov. 2013.

SAQUET, Marco Aurélio. **Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade**. Porto Alegre: Editora Livre, 2013.

SERPA, Angelo. **Microterritório e segregação no espaço público da cidade contemporânea**. 17. ed. São Paulo: Revista Cidades, 2013.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e; OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. Ideologia heteronormativa: Uma crítica à luz da Teoria Queer. **4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero**, Vitória, p.1-27, jul. 2016.

SILVA, Douglas Aires da. **Uma busca pela aproximação do conceito de coletividade em makarenko: o trabalho coletivo no clube da matemática**. Goiânia: Vi Engem Encontro Goiano de Educação Matemática, 2017.

SILVA FILHO, M. R. De Bajubá em Bajubá, onde será que vai dar? apropriações, classificações e relações de poder em Belém-PA. In: II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 2010, Belém. CD Virtual da II SBS Norte, 2010.

SILVA, Joseli Maria. 'Relatos de se': eu, a geografia e o indivisível no campo científico. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 173-189, jun. 2020.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de Psicologia da Unesp**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-95, jun. 2010.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor!: uma entrevista com rosa ester rossini. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212-219, ago. 2016.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 63-77, jul. 2019.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Julia (org.). **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. 400 p.

SILVA, Marcia Alves Soares da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Sobre o conceito de espaço vivenciado: refletindo as espacialidades a partir das experiências emocionais. **Geograficidades**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 153-168, out. 2020.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs), **Geografia: Conceitos e Temas**. 12. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, Luís Antonio Francisco de; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de (org.). **Corpo e sexualidade entre disciplina e biopolítica**. Marília: Oficina Universitária, 2011. 226 p.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p.137-163, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-56652012000100010>.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 39-47, set. 2006.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

TURRA NETO, Nécio. **Microterritorialização nas cidades**: Uma introdução à temática. 17. ed. São Paulo: Revista Cidades, 2013.

VIEIRA, Nathália da Silva. Espaço público e cidadania: a busca de um espaço escolar equânime para população lgbt. : a busca de um espaço escolar equânime para população LGBT. **13º Mundo das Mulheres e Fazendo Gênero 11**: Transformações, conexões, deslocamentos, Ficusianópolis, p. 1-12, jul. 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498188323_ARQUIVO_Modelo_Texto_completo_MM_FG.pdfAcesso em: 07 abr. 2020.

9. ANEXOS

ENTREVISTAS

i. Entrevista semiestruturada 1

1. *Nome*

Begônia

2. *Qual a sua idade?*

28 anos.

3. *Qual seu nível de escolaridade?*

Nível de pós graduação em andamento.

3. *Qual é a sua profissão?*

Estudante.

4. *Qual é o seu estado civil?*

Solteiro.

5. *Qual é a sua orientação sexual?*

Engraçado que por mais comum que essa questão tenha sido durante toda a minha vida, eu ainda sinto dificuldade em responder, porque eu sinto que eu sou uma pessoa muito fluida e aberta a experimentação. Então eu não consigo me conter em um lugar. Eu não consigo lidar

com a ideia de algo que não é permitido a mim, então obviamente, em alguns momentos da minha vida, eu me senti mais próximo de uma orientação do que de outra, se assim podemos colocar. Mas acho que talvez assim, se for colocar um nome nisso, isso talvez me colocaria como polisssexual, até porque eu não tenho ainda total noção do quão falocêntrico e genitalista eu sou. Ainda tô num processo de entendimento. Então eu considero a minha orientação sexual uma coisa muito mais fluida do que as caixinhas clássicas. Vale ressaltar que socialmente eu acho que eu me posiciono muito como o homem homossexual. E isso por entender que o meu discurso, as minhas ideias, a minha luta, ela pode contribuir com outras pessoas. Então eu acho que é isso?

6. *Qual é a sua identificação racial?*

Essa é uma pergunta muito difícil de responder como sendo uma pessoa visivelmente miscigenada. Eu já morei em muitos lugares e já me senti de diversas cores. Em Minas Gerais, por exemplo, que tem uma população mais miscigenada, talvez a minha pele não seja tão escura pra ser considerada uma pessoa negra, ou eu não possuo um cabelo afro. Então acho que a sociedade me lê como não sendo negro, mas já quando eu morava em Ficusianópolis, eu me sentia negro, com certeza. E vivendo em Portugal ou na Itália, eles não me enxergam como negro, enxergam mais como um latino americano. Então tipo, enxergam nessa vertente de uma pessoa miscigenada, com traços indígenas, enfim. Mas respondendo a pergunta objetivamente, tendo em vista que a definição de pardo por muitos é uma pessoa proveniente de qualquer tipo de miscigenação, sim, eu me considero uma pessoa parda. Mas assim, no meu íntimo e perante a sociedade, acho que eu me imponho como uma pessoa negra mesmo, e me identifico com a luta e com as causas negras.

7. *Com quem você costuma frequentar os locais de festa, confraternizações e ou lazer?*

Colegas e amigos.

8. *Com que frequência você vai às festas/bares ou outra festividades voltas para o público LGBTQIA+? Frequenta algum outro lugar não direcionado a esse público?*

Diria que raramente, porque me sinto melhor em ambientes que não necessariamente são voltados para o público LGBTQIA+, mas que se expressam como sendo alternativos de alguma forma. Assim a grande massa, seja na diferenciação da música ou até mesmo de um público com mais nuances, é um público mais diverso.

9. *Os lugares LGBTQIA+ se diferenciam de outros não destinados a esse público?*

Bem, eu acredito que sim e não. São espaços muito paradoxais, de uma forma geral. Existe uma ideia de falsa liberdade nesses lugares, e por um lado há sim uma maior liberdade de se expressar sem medo de ser agredido fisicamente, ou até mesmo hostilizado. Todavia, eu penso que existe uma hostilização que é silenciosa. Ressalto que a minha fala se direciona principalmente ao público gay, locais predominante gay. Esses espaços são extremamente segregadores. Na verdade, em minhas observações e reflexões, eu nunca cheguei a uma conclusão exata. Nunca entendi se foi por vingança que esses meios se tornaram assim, tipo ou o motivo exato. Mas é louco pensar que grande parte dessas pessoas chegaram a sua vida adulta percorrendo um caminho hostil e segregativo, consequente de uma sociedade heteronormativa, mas que de alguma forma reproduzem o que sofreram, né? Digo isso relacionado a segregação especificamente. O fato vicioso de manter certos padrões. Na verdade, eu não entendo até que ponto é causa e até que ponto é consequência. Mas isso é muito visível pra mim. Basta você acessar aplicativos destinados ao público gay, como o próprio Grindr, onde o aplicativo te incentiva a pertencer a um perfil estabelecido dentro da comunidade, uma tribo como é chamado. E se você não possui as características de um urso ou se não é jovem suficiente, daí em diante, você tá num limbo. Existem festas em ambientes totalmente dedicados as tribos específicas dessa parte da comunidade. São fatores que reforçam essa ideia de segregação dentro da comunidade gay. E as festas, mesmo que às vezes de forma velada, gritam isso. Olha só, elas velas e gritam. Não seria esse também um grande paradoxo? Aí eu não posso deixar de mencionar que outras questões caracterizam essa segregação. Para além das aparências, como questões raciais, econômicas e até mesmo questões de gênero. Não pense que na comunidade G, especificamente, esses são problemas inexistentes. Eles só ganham outra conotação. O gay negro não será o comediante como Jorge Laffont na Praça é Nossa, mas ele será objetificado ali. O gay de baixa renda, por exemplo, continua sendo marginalizada em ambientes da classe média, quando pouco são invisíveis. O Gordo se não reuniu uma série de características que eu coloque como uma pessoa atraente, como urso, da tribo, será só mais um preterido. E a pessoa trans ainda é a parte mais frágil dessa cadeia. É mais uma vez paradoxal quando penso que uma sigla que agrega tantas letras, falha em qualquer tipo de inclusão e diversidade. É louco pensar que esse adjetivo perpetua por tanto tempo na comunidade gay. Nem mesmo a musica que é usada como pretexto de diferenciação desses ambientes, se difere das que tocam na rádio. É quase sempre o famigerado Pop Branco Americano. Sendo assim, acho que a segregação é repetida no meio gay, mas seguindo uma outra fórmula.

10. Existe alguma mudança de comportamento quando você transita dos espaços públicos para os espaços privados ou privados de uso coletivo? Seu comportamento se adequa diante da possibilidade de ser tratada de forma hostil?

Certamente. Por mais que eu defendo a minha pinta e acho que isso seja uma forma de resistência, é impossível não se policiar. Surpreendentemente eu sinto mais dificuldade em espaços privados com pessoas heteronormativas do que em espaço público coletivo. São medos e receios diferentes, porque acho que num espaço público coletivo, há um medo básico que é intrínseco a nós. É o medo de sofrer agressão física, né? Ou ser utilizado de alguma forma. E espaços privados há uma variação maior desse medo. Como às vezes possuímos uma ligação tipo pessoal com essas pessoas, de forma direta ou indireta, existe um medo básico do diálogo, da incompreensão, da minimização de nossos discursos, do julgamento, um olhar diferente. São pessoas que podem te machucar sem te agredir fisicamente. É um sentimento louco. Sempre tive receio de ambientes privados com muitos homens, como quando me junto com os amigos do tempo de escola. Também tem os ambientes familiares, aonde você fica com medo de ferir alguém com uma visão mais incisiva ou até mesmo de ser exposto, hostilizado. E isso, por consequência, magoar alguém com quem você se importa. São sempre ambientes com mais amarras, eu acho.

II - Entrevista semiestruturada 2

1. Nome

Flora.

2. Qual seu nível de escolaridade?

Ensino superior incompleto.

3. Qual é a sua profissão?

Estudante

4. Qual é o seu estado civil?

Solteira

5. Qual é a sua orientação sexual?

Não binária

6. Qual é a sua identificação racial?

Branca

7. *Com quem você costuma frequentar os locais de festa, confraternizações e ou lazer?*
8. *Os lugares LGBTQIA+ se diferenciam de outros não destinados a esse público?*
9. *Com que frequência você vai às festas/bares ou outra festividades voltas para o público LGBTQIA+? Frequenta algum outro lugar não direcionado a esse público?*
10. *Existe alguma mudança de comportamento quando você transita dos espaços públicos para os espaços privados ou privados de uso coletivo? Seu comportamento se adequa diante da possibilidade de ser tratada de forma hostil?*

É tipo assim, se a comunidade LGBT depende do espaço seguro pra que possibilite essa permanência ou uma passagem por esse espaço, existe a impossibilidade também, sabe? Porque se você precisa de espaço seguro, a partir do momento que você não consegue entrar, que você tem a negação desse espaço, você não tem oportunidade nem de fazer parte. E isso pode acontecer em um movimento cultural de qualquer coisa que seja. Em Juiz de Fora, que tem alguns lugares que podem ser considerados seguros pra uma pessoa LGBT, igual Muzik, por exemplo, uma possível mudança estrutural pra melhorar em teoria pra todas, acaba não sendo muito interessante para outra. E isso com certeza tem a ver com mudança na organização da fila. Se você tem uma área de fumantes que é externa, que tá aberta, temos sujeitos expostos a hostilidade que é muito comum na comunidade LGBT, ne? E isso é muito ruim para a pessoa que quer um ambiente mais confortável e tal. Só que para uma outra pessoa, a única possibilidade dela estar ali naquele espaço é consumindo na porta. Do jeito que ela possa pagar, sabe? Ela só conseguiria beber ali na porta, e não dentro do Muzik. Quando você acaba com a área externa de fumante é meio que dar uma segregada também, ne? É claro que tem métodos de fazer com as pessoas participem desse espaço, mas assim, isso só vai acontecer se tiver uma outra pessoa LGBT ali dentro, fora disso não vai ter. Nesse caso eu nem estou falando de pink money não, sei que pink money existe de certa forma na comunidade LGBT como um todo, totalmente voltado pro consumo. Eu estou falando é que não existe um pensamento objetivo de fazer com que essas pessoas participem efetivamente, sabe? É necessário ter uma LGBT ali dentro pensando em como a pessoa vai sentir. Então eu acho complicado principalmente pelas pessoas que são mais marginalizadas, né? Pensar nas pessoas trans e tal que estão na periferia. Às vezes esses espaços nem são hostis, eles violam o corpo mesmo. E com isso, possivelmente a pessoa não vai se sentir confortável, ela vai migrar até o centro. Se você for pensar no macro, a cidade de São Paulo é a Nova Iorque da LGBT, daí você pensa num paraíso de direito civis pra uma gay e lá não é assim. Lá a violência é

bem direta, tem muitos grupos de intolerância e tal. Mas o que acontece é que existem outras possibilidades também. Uma pessoa que sai da periferia pra ir pro centro também está pensando nessa possibilidade e por causa da impossibilidade de permanecer ali, em um bairro ou algo qualquer. Então assim, são poucos espaços. Esses espaços não são pensados pelo conforto, mesmo pra segurança de certas pessoas, principalmente as LGBT's. E só é uma lógica mais de consumo. Então ela não tá preocupada com a permanência dessas pessoas, a não ser que elas consumam ali dentro ou que elas reivindicuem esse local como sendo delas. Isso é interessante, por exemplo, no Muzik, que eu acabei de falar. Porque os movimentos de periferias estão lá dentro hoje, só que, por exemplo, um dia que eu estava ali rolou uma festa do Chapadão. Chapadão é um movimento de periferia da parte alta bairro Dom Bosco. Isso é um avanço muito grande. A periferia estava ali, só que a polícia estava fotografando a área de fumantes e isso nunca aconteceu antes. Eles estavam caçando o que ali? É uma forma de coibir um movimento cultural e a gente sabe porque eles fazem isso, sabe? Isso nunca acontece em nenhuma outra festa ou outro movimento lá. E isso tem a ver com as políticas do governo atual, que quer fazer com que esses movimentos que lutaram pra estar nesses espaços deixem de acontecer. Mas num recorte LGBT a gente tem que lembrar que elas também estão na periferia e aí antes de ser LGBT, elas também tem cor. Então, tipo assim, pode ser pior para algumas. Porque os espaços não são construídos, nem pensado pra elas, né? E, pelo contrário, ainda há espaços que são claramente restritos e eles embasam com um pensamento político, uma ideologia.

A hostilidade acontece inclusive com essas pessoas que deveriam estar ali pra te assegurar que isso não aconteça. Um segurança, por exemplo, quando você vê ele sendo homofóbico ou transfóbico, ele está sendo justamente o oposto. Ele não está desligando do pensamento dele sobre as coisas, na verdade eu acho que isso é até permitido, sabe? A sociedade permite que ele seja assim e ele não vai deixar de ser assim no trabalho dele. Talvez ele faça isso de uma forma que ninguém escute, sabe? E isso já aconteceu comigo algumas vezes. Infelizmente às vezes eu tenho que usar de um código social pra que a violência não ocorra, sabe? Então, por exemplo, se eu tiver que usar códigos masculinos mesmo sendo uma pessoa que me identifico como uma pessoa não binária, eu sei que estou cedendo pra um sistema que te incentiva a ser o que você é, mas na hora que você tenta ser você, ele não te permite. Tipo assim, em teoria, a ideia de uma marca ou qualquer coisa que te incentive a ter liberdade, não existe. Ela não existe porque a partir do momento que você vai performar aquilo no dia a dia, você vai estar exposto à hostilidade. No meu caso que sou branca, sou socialmente lida como homem, tenho alguns privilégios. Coisa que se for outra pessoa vai ser

bem pior. Eu sei que na verdade isso não é bem um privilégio, mas por existir essa leitura social, eu preciso ceder ao sistema. E isso acontece principalmente no visual. Não há possibilidade de eu ser o que eu quero ser, de ser o que eu sou, sabe? E isso em nenhum espaço. Eu acho que isso tem a ver com qualquer outro movimento social onde as coisas só vem na luta. As coisas só vem a partir de uma certa exigência de permanecer naquele espaço. Eu não sou quem eu quero ser nem no espaço público nem no espaço privado. Quando vem essa possibilidade de me vestir como eu quero e a injúria vem de uma pessoa como um segurança ou dono do próprio estabelecimento, o que eu vou fazer a respeito disso? Acontece que não é permitido, sabe?

O espaço privado talvez te dê uma possibilidade maior, sabe? Porque a partir do momento que eu tenho o poder do capital, eu penso assim “eu posso”. No espaço público, parece que em teoria você poderia, mas como você está sujeito muito diretamente a violência, você vai evitar. Você vai acabar evitando de alguma forma, até porque, você não quer que a violência aconteça. Com isso você acaba cedendo mais do que no privado, com toda certeza. Mas eu acho que a LGBTQIfobia no geral, acontece em frequências diferentes, igual o racismo. Vai ter uma hora que você vai perceber na fala de alguém, vai ter uma hora que você vai perceber na ação de alguém, no olhar de alguém. Isso vai depender do espaço, sabe? Mas ela acontece em todos os espaços, só que de formas diferentes. Eu acho que a partir do momento que são criados mais espaços privados que sejam seguros, fica mais fácil de exercitar as exigências. Onde tem que pagar, né? Eu não sei como seria em um espaço público dessa forma, quando existiria um espaço público que tivesse essa inclinação, né? Eu consigo pensar mais no privado por conta do interesse por trás, mas assim, eu acho que fica mais fácil da gente exercitar porque a gente normaliza a violência. E tipo, no dia a dia, a partir do momento que você está cedendo, você está normalizando um problema muito grande, né? Que é a impossibilidade de ser. E se você perguntar pra qualquer pessoa trans e tal, o que é ser mulher ou o que é ser uma pessoa não binária, é muito mais ser do que uma coisa específica, sabe? É ser, simplesmente ser. É pensar “eu quero ser assim”. E a partir do momento que você dá a impossibilidade do ser, você está impedindo que a pessoa exista.

III - Entrevista semiestruturada 3

1. Nome

Jasmim.

2. Qual seu nível de escolaridade?

Pós Doutorado em andamento.

3. *Qual é a sua profissão?*

Pesquisadora

4. *Qual é o seu estado civil?*

Solteira.

5. *Qual é a sua orientação sexual?*

Tenho dificuldade em me definir.

6. *Qual é a sua identificação racial?*

Branca

7. *Com quem você costuma frequentar os locais de festa, confraternizações e ou lazer?*

8. *Os lugares LGBTQIA+ se diferenciam de outros não destinados a esse público?*

9. *Com que frequência você vai às festas/bares ou outra festividades voltas para o público LGBTQIA+? Frequenta algum outro lugar não direcionado a esse público?*

10. *Existe alguma mudança de comportamento quando você transita dos espaços públicos para os espaços privados ou privados de uso coletivo? Seu comportamento se adequa diante da possibilidade de ser tratada de forma hostil?*

Apesar de nunca ter sofrido preconceito, eu sei que a recriminação pode ser pesada. É que só casais héteros são vistos com naturalidade. Ser mulher sem dúvida é diferente de ser homem que fica com o mesmo sexo. Com mulheres os homens héteros escrotos fazem piadas sexuais, olham como fetiche, ao invés de partir pra agressão física por exemplo. Mas dificilmente num bar hétero, por exemplo, eu vou dar um beijão em uma mulher - coisa que eu também não fazia com homens por não curtir, mas agora o motivo é outro. Na rua, como casais heterossexuais, é só beijinho rápido e mãos dadas. Carinho sem beijo.

Eu acho que a seguranças que os ambientes públicos e privados oferecem é pelo fato de ser mulher, não é pelos ambientes oferecerem segurança pra casais homossexuais. Isso não existe! É pelo fato de existir um olhar preconceituoso diferente com mulheres. O olhar é voltado pra sexualização do casal de mulheres, então eu acabo tendo mais segurança em relação a um casal de homens. Um hétero escroto agride um casal de homens de uma forma diferente do que ataca um casal de mulheres, acaba sendo uma segurança falsa a que eu tenho. Mas é isso! O máximo que penso é que vou ouvir uma piadinha ou alguma fala constrangedora do tipo: “quem é o homem da relação”, “posso participar?” Os espaços privados que frequento são na maioria gays, então héteros que frequentam esses lugares tem

uma cabeça melhor na maioria. Então fico muito segura no Muzik, mas não ficaria na Privilege.

Na prática eu gosto de afrontar as pessoas. Se eu estiver me sentindo segura com a pessoa que to ficando, com amigos por perto vou agir naturalmente. Agora começar um lance do zero num lugar que seja hétero ou que eu não esteja com amigos pode ser que eu pense em me adequar sim, o que significa não ficar com mulheres. Isso que estou falando é um absurdo, mas é assim. O medo do preconceito faz a gente se armar, mas também faz a gente se anular pra não vivenciar nada ruim. É doido isso, né? Acho que muitas pessoas passam por isso. Pessoalmente, não sou uma pessoa muito ativa em festas, não costumo ficar com pessoas. Então acabo não passando por essas situações. Se eu não me sentir confortável vou me anular com certeza. Porque é incrível uma coisa, se um casal hétero tiver se beijando, num amasso danado, passa batido pra muita gente. Agora coloca duas mulheres abraçadas ou dois homens. Viram holofotes todos pra esses casais e o que menos quero é alguém que nem me conhece me julgando. Eu não aceito, mas também tenho medo nos dias de hoje com essa política doida que aplaude a homofobia e incentiva o uso de armas.

IV - Entrevista semiestruturada 4

1- Nome

Lírio

2- Qual seu nível de escolaridade?

3- Qual é a sua profissão?

4- Qual é o seu estado civil?

5- Qual é a sua orientação sexual?

6- Qual é a sua identificação racial?

7- Com quem você costuma frequentar os locais de festa, confraternizações e ou lazer?

8- Os lugares LGBTQIA+ se diferenciam de outros não destinados a esse público?

9- Com que frequência você vai às festas/bares ou outra festividades voltas para o público LGBTQIA+? Frequenta algum outro lugar não direcionado a esse público?

10- Existe alguma mudança de comportamento quando você transita dos espaços públicos para os espaços privados ou privados de uso coletivo? Seu comportamento se adequa diante da possibilidade de ser tratada de forma hostil?

Eu tenho vinte e quatro anos. Sou professor de escola pública, formado em Geografia

pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Sou solteiro perante as leis, né? Mas eu namoro. Sou gay e negro, antes de tudo.

Eu quando costumo sair pra festa e bares, prefiro estar sempre com os meus amigos, sabe? E prefiro locais que a gente sentar pra conversar, então, geralmente eu vou mais a bares ou bares que tem uma música ambiente. Eu costumo ir pra festas em boate e vou com meu namorado. Esse lugar é sempre um lugar muito tranquilo, porque a gente encontra muitas pessoas parecidas com a gente. Pessoas que beijam gente do mesmo sexo, dançam, é um ambiente muito mais livre, né? É diferente de ir a um bar qualquer que você encontra vários tipos de pessoas. Nesses lugares a gente encontra pessoas que estão ali por paquera e tal, mas nem da pra saber a posição política, alguns hábitos, aí é complexo, né? Então essa questão de locais LGBTs ou não, ficam muito claros quando você olha a sua maioria, né? Existem, por exemplo, bares que eu frequento que não tem nada escrito mas que são frequentados e parece que já estão no entendimento público que é da população LGBT. Já outros não são assim. Tem também locais que eu evito frequentar, porque eu sei que não vai ter ninguém. Então a gente fica com medo de um lugar desses. É medo de sofrer algum preconceito ou alguma agressão.

Pra gente que vive que sociedade, obviamente acontece uma mudança de comportamento quando estamos em um ambiente nosso ou quando é compartilhado, né? Por exemplo, no meu trabalho eu só fico de um jeito, me comporto de um jeito e no meu outro trabalho eu me comporto de outro jeito. E isso está muito ligado a questão do medo de ser hostilizado. Eu trabalho em escola pública e tenho esse esse medo. Assim, é um medo que a gente acaba carregando de, por exemplo, de sofrer alguma repressão ou alguma perseguição. Eu acho que a perseguição medo que eu mais tenho. Talvez nem seja medo de ser hostilizado, porque a gente sabe que as pessoas podem fazer maldades, então eu tenho muito essa questão. E isso também até mais ruas, né? Eu não sou muito de andar a pé em rua, mas quando eu vou ou quando eu estou em um lugar que eu não conheço, eu fico de um jeito diferente de quando eu estou dentro de uma boate gay. Eu ando de olho. Em boate eu fico muito mais feliz, mais animado, mostrando mais o meu jeito, minha fala e até as minhas roupas também, né? Eu acho que isso é muito complexo.

Uma questão também que é muito importante é que quando eu saio, eu prefiro andar de Uber do que de ônibus. Eu posso fazer isso, né? Porque eu tenho até um certo medo do transporte público. Isso porque eu não moro num bairro nobre. Meu bairro não chega a ser periférico, mas é um bairro que o ônibus que passa lá, é de uma região periférica e eu fico muito receoso de, por exemplo, de me mostrar assim ou de falar demais. Então quando ando,

fico mais quieto e isso é horrível.

Outra questão também, quando a gente frequenta lugares de festas e tal, a gente sempre tá com pessoas que teoricamente que a gente gosta. Então a gente fica mais seguro também. Porque sozinho eu não costuma frequentar. Eu até já saí sozinho e foi uma experiência tranquila, mas a gente fica sempre essa questão, né? Que pode acontecer alguma coisa com a gente. Inclusive eu tenho, infelizmente, com o meu namorado a dificuldade de demonstrar afeto num local público. Ele é mais travado com isso e com medo do que pode acontecer.

Então é isso, eu acho que os lugares, usando o conceito de lugar da Geografia, fala sobre a questão de você se sentir bem. Ele tá muito claro pra população LGBT, porque quando ela se sente parte daquele lugar, quando você vê vários dos seus, você fica mais feliz. Só que a crítica que eu tenho que fazer é que infelizmente esses locais ainda são muito excludentes. A gente tem ainda um perfil gay, né? Eu falo gay porque os lugares que eu vou existe predomínio de gay. E se trata de um predomínio gay branco muito maior do que aos outros. A população trans, por exemplo, a população mais periférica, esses não aparecem. Isso também por que nesses locais o preço nem sempre é acessível pra todos. Então isso é uma reflexão muito importante que a gente tem que fazer sobre isso.

V - Entrevista semiestruturada 5

1. Nome

Girassol.

2. Qual seu nível de escolaridade?

Pós-graduado.

3. Qual é a sua profissão?

Advogado.

4. Qual é o seu estado civil?

Solteiro.

5. Qual é a sua orientação sexual?

Heterossexual- homem trans.

6. Qual é a sua identificação racial?

Branca.

7. *Com quem você costuma frequentar os locais de festa, confraternizações e ou lazer?*

Eu costumo frequentar com amigos, com a minha namorada, com familiares mais próximos e com meu grupo de convivência.

8. *Os lugares LGBTQIA+ se diferenciam de outros não destinados a esse público?*

Com certeza se diferenciam. Quando eu me entendia enquanto uma mulher cis lésbica, eu não andava de mão dada em um lugar com uma menina, por exemplo. Eu me sentia olhado e ameaçado. Eu não tinha coragem de expressar o que era a minha homoafetividade em espaços públicos héteros. Era sempre nichos muito pequenos aqui em Juiz de Fora, é tipo: Rocket, Muzik, um bar tipo o Breu, Studio B, só alguns lugares que você podia ficar e demonstrar o afeto entre pessoas homossexuais. E aí com o tempo e com a transição, esse tipo de coisa perdeu um pouco de sentido pra mim, esse recorte da cidade. Isso porque quando eu ando de mãos dadas hoje com a minha namorada na rua, a gente passa como um casal cis hétero. Com isso os espaços ficam meio que iguais. Eu consigo adquirir direito de pessoas hétero cis, sabe? É como se eu fosse um camaleão nos lugares. No fundo eu tenho meus medos, aquele momento que eu vou usar o banheiro, por exemplo, eu tenho medo de ir. Então em um estabelecimento de pessoas héteros eu morro de medo de ir no banheiro. É sempre um receio de como vai ser o banheiro, até o projeto do banheiro mesmo. Preciso saber se vai ter cabine, se vai ser só mictório, porque lugares héteros normalmente não se preocupam muito, né? Normalmente é aquela porta do banheiro quebrada e todo mundo mija ali em pé igual, então até isso é um limitante pra eu ir em determinados lugares. Eu sei que, por exemplo, no Bar da Fábrica o banheiro masculino só tem mictório, então é um lugar que eu nunca iria. Até essa ideia dos banheiros limita o meu ir e vir na cidade.

Na minha concepção é extremamente diferente o ambiente heterossexual do ambiente homossexual no sentido de segurança. Isso é o que mais me choca, porque os olhares se você está em um ambiente homossexual com uma relação homossexual, ninguém vai estar te olhando. Podem ter pessoas heterossexuais naquele espaço mas elas já aceitaram que a homoafetividade é uma possibilidade. Elas estão ali porque sabem que é um local que pessoas homoafetivas frequentam. Já em um bar hétero, em um espaço de convívio hétero, em uma praça pública, a gente nunca sabe o que pode vir, sabe? É aquela sensação meio de medo de não saber se ali é ou não é um lugar seguro pra se abraçar ou ficar junto.

9. Com que frequência você vai às festas/bares ou outra festividades voltas para o público LGBTQIA+? Frequenta algum outro lugar não direcionado a esse público?

Então, eu frequento muito os lugares de lazer que não são destinados ao público LGBT. Porque acaba que eu não tenho aquele grande número de amigos que são gays ou integrantes da sigla LGBT, tenho bastante amigo hétero. Então eu transito muito em bares como Barril, porque eu saio pouco e quando eu saio é sempre por uma festividade de aniversário de alguém. E são alguns lugares que são zero LGBT's e são lugares que eu não considero seguros pra LGBT's, inclusive, porque você vê aqueles olhares meio atravessados e tal. Mas como eu tenho uma certa passibilidade, é um lugar que eu consigo me movimentar e estar naquele lugar sem sofrer nenhum tipo de preconceito. Enquanto não descobre que eu sou trans, eu posso estar ali.

Pra mim eu tenho uma leitura muito diferente agora do que é o ir e vir na cidade se comparado ao antes da transição. Eu me sinto mais seguro hoje do que eu me sentia antes pra transitar nos lugares. Eu vejo que hoje em dia eu já não sou um objeto de desejo, sabe? Aquela coisa de se precisar de andar cem metros sozinho na rua ou então de sair da porta de uma festa pra poder pegar alguma coisa no carro e fazer sem medo. Eu não tenho mais medo desse tipo de coisa mais. Então eu não faço tanto esse recorte dos lugares que eu vou e me sinto mais seguro porque eu tenho que pensar no pós-transição. Eu tenho dois recortes, são duas pessoas, sabe? Até boa gay depois da transição eu parei de frequentar um pouco porque lá eu não conseguia ficar com as pessoas, porque eu sou hétero, né? E quem queria ficar comigo em boate gay eram homens gays e as meninas que estavam nas boates gays queriam com mulheres. As mulheres não se atraíam por mim. Então foi até um motivador pra eu direcionar os meus momentos de lazer pra outros lugares, sabe? Porque eu sabia que eu não conheceria pessoas pra me relacionar, eu era meio café com leite nas baladas gays. Os homens chegavam em mim, eu não ficava e aí comecei a ter que mudar e entender que se mulheres lésbicas ficassem comigo é porque elas não estavam me reconhecendo enquanto um corpo de homem, né? Enquanto um corpo masculino. Então depois dessa loucura da cabeça, eu mudei a minha frequência de lazer para espaços héteros. Não que eu goste disso, mas foi uma coisa que foi acontecendo. E isso até pelos relacionamentos, né?

10 Existe alguma mudança de comportamento quando você transita dos espaços públicos para os espaços privados ou privados de uso coletivo? Seu comportamento se adequa diante da possibilidade de ser tratada de forma hostil?

Então, tem alguma mudança de comportamento, tipo a minha preocupação com o tipo de banheiro. Isso é uma coisa muito latente, porque é um requisito que exclui. Deixa de ser um lugar que tira meu direito de ir e vir, né? Tipo uma boate ou uma praça, se eu for frequentar esses lugares já tenho que estar ligado qual banheiro que eu vou poder usar. Preciso saber se o banheiro tem mictório e tal. Mas tem outras coisas também. Hoje eu sou mastectomizado e tomo hormônio, acabei ganhando massa corporal suficiente pra conseguir ter uma certa passibilidade. E isso tirou de mim muitos medos que eu tinha antes. Porque antes eu performava uma pessoa completamente diferente. Eu era considerado uma lésbica mais masculinizada, mas eu ainda tinha muitos trejeitos femininos. Então no momento quando eu ia pra um espaço público ou privado de uso público, eu tentava mudar minha postura de andar, de me portar, de sentar. Isso por conta até da condição do peito, que era uma coisa que me fazia andar mais curvado pra não chamar muito atenção. E com o tempo, com o uso da testosterona, com a mastectomia, isso pra mim foi sumindo. Hoje em dia a minha postura mudou mais por eu agora ser considerado um potencial agressor. Às vezes eu fico sem graça com situações do tipo entrar no ônibus. Ali é um local de uso público, né? E eu vejo que a minha postura diante de mulheres que estão ali dentro, tem que ser diferente do que era antes. Porque antes eu ficava no ônibus numa boa, não me preocupava se estava encostando em alguma mulher que estava ali. Mas agora eu vejo que as mulheres que estão em volta de mim tem uma postura de recuo, de defesa. Aí eu também tento adotar essa postura de tipo assim “não estou te encostando e se te encostei foi sem querer”. Então eu tive que readequar a minha postura em relação a isso porque acabava que estava meio que implícito que eu tinha que ter posturas masculinas no ir e vir na cidade. Isso acontecia também na questão de deixar a mulher passar na frente. São coisas que parecem bobeira mas é só a reprodução do machismo. Eu já dei ombrada em mulher na rua automaticamente, porque ela estava esperando de mim que eu parasse pra ela passar. E eu como não estou nem aí pra isso, acabava dando ombrada forte. E a mulher olhar pra minha cara, tipo “porque você não parou?”. Então com a transição, estar nos dois lugares (mulher e homem), fizeram com que eu tivesse visões completamente diferentes do transitar, sabe? Eu já passei pela experiência de ter muito medo de expressar meu afeto em público e hoje eu não tenho

medo disso, inclusive em ambientes de pessoas heterossexuais. Isso porque as pessoas não reparam, elas não me veem como um cara trans. Então isso traz uma certa segurança, né? Eu tenho menos medo de ser agredido, de sofrer LGBTQIfobia do que antes, quando eu tinha performance feminina, né? Então o ir, vir, fruir e ajudar nessa construção do que é a sociedade, é completamente diferente pra mim hoje. Hoje é muito mais tranquilo. Sempre quando eu vou fazer alguma apresentação em público eu falo isso de como é difícil ser mulher no mundo. É muito estranho isso, quando eu reparei que eu era um agressor eu pensei assim “caramba, isso é muito sério”. Quando eu vi que já podia me sentir seguro, que eu podia andar na rua e estava tudo bem, nas primeiras vezes, porque eu fui adquirindo isso com o tempo, eu vi que realmente a minha relação com o espaço mudou. Hoje em dia eu vejo que eu entro nos lugares menos acanhado. Eu já não entro mais do jeito que eu entrava tentando me esconder. Eu achava que aquele lugar não era meu, não era pra mim, que eu ia ser discriminada de alguma forma por conta da minha orientação sexual na época. E hoje em dia pra mim é muito mais fácil porque não é uma questão mais, né? A não ser que as pessoas saibam que eu sou trans, que aí vira o burburinho, eu só transito. Eu posso pertencer a todos os lugares e antes não. Tipo, agora eu posso ir em qualquer lugar com restrição do banheiro. O que é muito sem noção, porque você adquire um privilégio que nunca esteve na minha mente que eu fosse adquirir, sabe? Tipo, eu estava sendo rebaixado, porque tem homossexuais e tem transexuais. Só que no caso dos transexuais masculinos que adquirem essa passibilidade, meio que enquanto as pessoas não sabem que você é transexual, você sobe na pirâmide social. Você vai para os homens. E no meu caso, homem branco de classe média. Então enquanto as pessoas não sabem que eu sou trans, eu gozo desse privilégio querendo ou não querendo.

10. QUADRO RESUMO DE ATIVIDADES

Ação	Data	Descrição
Escrita de artigo <ul style="list-style-type: none"> Os espaços privados enquanto lócus de práticas naturalmente invisibilizadas no cotidiano de gays e lésbicas de Juiz em Fora- MG. 	03/19	Artigo publicado no evento: XIII ENANPEGE A geografia brasileira na ciência mundo.
Publicação de capítulo: <ul style="list-style-type: none"> Trajetória política e social de combate a homofobia na cidade de Juiz de Fora 	03/19	Lançamento do livro “Geografias Feministas, Geografias LGBTQI+ & Geografias Negras” no evento do ENANPEGE
Seminário de dissertação	06/19	Aprovação conceito A
Participação Semana Rainbow UFJF	09/19	<ul style="list-style-type: none"> Roda de conversa: Muito prazer; Teatro Caio em três atos; Teatro Requiém um rapaz triste; Seminário Criminalização da Homofobia (OAB); Mostra de Cina Queer; Roda de conversa Cine Xuxu.
Escrita de artigo <ul style="list-style-type: none"> A estigmatização do sujeito e a padronização de comportamentos 	09/19	Artigo publicado no evento VIII Seminário PPGEU UFJF
Escrita capítulo E-book Editora UFPB <ul style="list-style-type: none"> Espacialidade corporal de sujeitos LGBTQIA+ na cidade: as múltiplas facetas da homofobia 	(em trâmite)	Devido ao período de pandemia, o lançamento do E-book foi adiado, porém, o artigo foi submentido em 04/2020 e estamos aguardando os próximos passos.
Palestrante da roda de conversa “ Educação e Direito de Pessoas LGBTQIA+ na Universidade”	05/20	Roda de conversa desenvolvida pelo Programa de Extensão POC da UFOP, desenvolvido no formato de live pelo Google Meet. Certificação de 3 horas
Curso de curta duração: LGBT+ Conceitos e História	05/20	<ul style="list-style-type: none"> Curso de 6 horas ministrado pela plataforma VEDUCA. Com certificado
CAMPO 1	06/19	<ul style="list-style-type: none"> Café Muzik- Observação Participante; Rocket Pub- Observação Participante; Bar Tacada- Observação Participante OBS: Proposta da disciplina de Geografia Cultural
Comitê de Ética	10/19	Aprovação dada pela equipe do Comitê de Ética à primeira versão do projeto apresentado.
CAMPO 2- Entrevista semiestruturada	01/20	Entrevista semi estruturada realizada na UFJF com a participante Jasmim.
CAMPO 3- Entrevista semiestruturada	03/20	Entrevista semiestruturada realizada na casa da participante Flora.
CAMPO 4- Entrevista semiestruturada	04/20	Entrevista semiestruturada realizada na casa de amigos da participante Begônia
CAMPO 5- Entrevista não estruturada	03/20	Entrevista não estruturada realizada em um café com a participante Rosa
CAMPO 6- Entrevista não estruturada	03/20	Entrevista não estruturada realizada via WhatsApp com a participante Tulipa
Comitê de Ética	06/20	Nova submissão de projeto Comitê de Ética.
CAMPO 7- Entrevista	06/20	Entrevista semiestruturada realizada via WhatsApp com a

semiestruturada		participante Lírio (período de quarentena).
CAMPO 8- Entrevista semiestruturada	06/20	Entrevista semiestruturada realizada pela plataforma Zoom com a participante Girassol(período de quarentena).
Escrita de trabalho para o evento “I Congresso Virtual Internacional Espacio-tiempo y cuerpo: geopolítica propositiva para Nuestra América	07/20	Resumo submetido até o dia 20/08/2020, trabalho completo escrito até 09/2020. Evento em 10/2020.
Participação de palestra intitulada “Migração, gênero, sexualidade e fronteira”	07/20	<ul style="list-style-type: none"> • Formato live; • carga horária de uma hora; • proferida pela professora Dra. Adriana Garcia Piscitelli da Universidade Federal de Campinas. • Com certificado
CAMPO 9- Entrevista não estruturada	08/20	Entrevista não estruturada realizada via ligação de celular com Margarida, a integrante do grupo “Mães pela Diversidade” da cidade de Juiz de Fora (período de quarentena).
Participação Semana Rainbow UFJF	10/08/20	<p>10/08</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura: A comunidade LGBT+ no enfrentamento à pandemia e o contexto político (Professor James Green); • Filme Querr I • Teatro do indivíduo convida (Rodolfo Lima) <p>11/08</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diálogos sobre Raça, Gênero e Sexualidade <p>13/08</p> <ul style="list-style-type: none"> • Empregabilidade LGBT- Olhares para o Brasil <p>Com certificado</p>
Escrita de resumo para evento: VII Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas: Saúde, corpo e poder na América Latina”		Resumo submetido em 13/08/2020, trabalho completo escrito até 26/10/2020. Evento entre 04 e 6 de novembro
Participação do evento “Artivismo LGBTQI+ Roda de Conversa e Oficina”	25/08/20	<ul style="list-style-type: none"> • Google meet • Carga horária: 2 horas • Instituição: Projeto de Extensão Bolsa-Cultura “Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia- movimentos sociais”, da Comissão de Movimentos Sociais do Fazendo Gênero 12 • Com certificado
Auxiliei o grupo POC-UFOP na escrita de resumo referente à roda de conversa na qual eu fui a palestrante. Tema: Educação e direito de pessoas LGBTQIA+ na universidade”	23/08/20	<ul style="list-style-type: none"> • O evento é organizado pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto e será transmitido via Google Meet para a comunidade acadêmica.
Inscrição no Grupo de Estudos infâncias Trans	03/09/20	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) • Período de início: 03/09 • Carga horária: 30 horas

11. TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“ESPACIALIDADE CORPORAL LGBTQIA+ NA CIDADE: uma negociação entre as identidades e os espaços em que o sujeito transita”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **a busca pela compreensão de como a heteronormatividade influencia em relações espaciais no cotidiano dos sujeitos**”. Nesta pesquisa pretendemos **“compreender parte da vivência e adequação comportamental dos sujeitos LGBTQIA+ na cidade”**.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você **“aplicar de uma entrevista semiestruturado de dez perguntas”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto e vergonha”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“garantiremos o anonimato do (a) entrevistado (a)”**. A pesquisa pode ajudar **“a identificar as múltiplas facetas da LGBTQIfobia e suas íntimas conexões responsáveis por contribuir com a invisibilização dos sujeitos”**.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

JuizdeFora, _____ de _____ de 2020.

AssinaturadoParticipante

Assinatura do (a) Pesquisador(a)

Nome do Pesquisador Responsável: Jéssica Lana de Souza da Silva Campus Universitário da UFJF
Faculdade/Departamento/Instituto: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geociências CEP: 36036-900

Fone: (32)988885129

E-mail: jessicalanaufjf@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br